



O LIVRO DE OURO DAS REVOLUÇÕES

MOVIMENTOS POLÍTICOS QUE MUDARAM O MUNDO

— Mark Almond —



VISIT...

LANZAROTE
Caliente.COM



O LIVRO DE OURO DAS
REVOLUÇÕES

MOVIMENTOS POLÍTICOS QUE MUDARAM O MUNDO

— Mark Almond —

O Livro de Ouro das
REVOLUÇÕES

O Livro de Ouro das
REVOLUÇÕES
Movimentos políticos que mudaram o mundo

Mark Almond

Tradução de Gilson B. Soares

HarperCollins *Brasil*
Rio de Janeiro, 2016

Do original UPRISING

Copyright © 2002 by Octopus publishing group LTD.

Copyright da tradução © 2003 by Ediouro Publicações S.A.

Direitos de edição da obra em língua portuguesa no Brasil adquiridos pela Casa dos Livros Editora LTDA. Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser apropriada e estocada em sistema de banco de dados ou processo similar, em qualquer forma ou meio, seja eletrônico, de fotocópia, gravação, etc., sem a permissão do detentor do Copyright.

Rua Nova Jerusalém, 345 - Bonsucesso - 21042-235

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel.: (21) 3882-8200 - Fax: (21) 3882-8212/8313

CIP-BRASIL CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO SINDICATO
NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ
A456I

Almond, Mark

O livro de ouro das revoluções: movimentos políticos que mudaram o mundo/Mark Almond; tradução Gilson B. Soares. - 2. ed.
- Rio de Janeiro : HarperCollins Brasil, 2016.

256 p.:il.; 23 cm

Tradução de: Uprising

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978.85.698.0968-5

1. Revoluções - História. I. Soares, Gilson B. II. Título.

16-31037

CDD: 303.6409

CDU:
316.423.3(09)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

O PODER DA IDEOLOGIA

OS PAÍSES BAIXOS, 1585
INGLATERRA, 1642-1649
AMÉRICA, 1776
FRANÇA, 1789
OS EFEITOS DE 1789
RÚSSIA, 1917
REVOLUÇÕES FRACASSADAS, 1918
ALEMANHA, 1933
CHINA, 1911-1949
IRÃ, 1978-1979
AFEGANISTÃO, 1979-2001

INSURREIÇÕES POPULARES

RÚSSIA, 1905
MÉXICO, 1910-1919
HUNGRIA, 1956
CUBA, 1959
PRAGA, 1968
AMÉRICA CENTRAL, DÉCADA DE 1970

QUEDA DO COMUNISMO, 1989

ALEMANHA ORIENTAL
ROMÊNIA
UNIÃO SOVIÉTICA
SÉRVIA, 2000

GOLPES DE ESTADO

ITÁLIA, 1922

ESPANHA, 1936-1939

CHILE, 1973

PORTUGAL, 1974

INSURREIÇÕES NACIONAIS

GRÉCIA, DÉCADA DE 1820

EUROPA, 1848

IRLANDA, 1916-1922

VIETNÃ, 1945-1975

ARGÉLIA, 1956-1962

ÁFRICA DO SUL, DÉCADA DE 1980

FIGURAS-CHAVE

BIBLIOGRAFIA

CRÉDITO DAS ILUSTRAÇÕES

LINHA DO TEMPO

INTRODUÇÃO

Por que os povos se revoltam? Quais são as raízes da revolução? Como algumas insurreições são bem-sucedidas em transformar a sociedade enquanto outras fracassam? O descontentamento civil é tão antigo quanto a sociedade humana. A história foi pontuada por insurreições. Injustiça e ambição alimentaram a ânsia de transformar a sociedade. Na maior parte da história registrada, a grande maioria da humanidade constituiu-se de camponeses labutando em benefício de uns poucos senhores. Uma vez satisfeitas as exigências do senhor local, pouco restava para suprir as necessidades básicas dos camponeses. Ainda assim, raramente a revolta levava a mudanças fundamentais. Insurreições deixam marcas na história tal como fazem com frequência as suas brutais repressões, mas revoluções bem-sucedidas foram raras até os tempos modernos.

O SEXO DA POLÍTICA

Revoluções bem-sucedidas estão entre os desdobramentos mais dramáticos e poderosos em nosso passado. Somente em séculos recentes é que rupturas súbitas e completas de um sistema político abriram o caminho para a sublevação social e para uma transformação da ordem socioeconômica a partir de baixo. Para justificar o nome, uma revolução deve fazer mais do que mudar as pessoas no topo ou entender a participação num sistema político; tem que abolir o velho regime na política, na sociedade e na economia. Mudança evolucionária, na sociedade como na natureza, pode muito bem produzir alterações fundamentais sobre o tempo, mas as revoluções não são graduais: assemelham-se mais a pulos súbitos.



Esta fotomontagem de 1936, por John Heartfield, sobre a Guerra Civil Espanhola intitula-se *Madri 1936/Não passarão! Passaremos!*

Guerra e conquista externa com frequência produziram resultados similares, porém nada é mais dramático do que uma sublevação interna que estilhaça a ordem social e a reconstrói. O que torna estas insurreições possíveis é a fé na possibilidade de mudança bem-sucedida. Mesmo os movimentos revolucionários ostensivamente ateus, como o comunismo no século XX, confiavam em instilar nos seus adeptos um comprometimento e uma disposição quase religiosos para o autossacrifício. De muitas maneiras, a disseminação de ideais revolucionários, como aqueles da Revolução Francesa ou da Revolução Russa, assemelha-se à gigantesca maré da primeira conversão islâmica no século XVII. Hoje em dia seria desnecessário lembrar que o Islã ainda possui enorme potencial de apelo ao autossacrifício para a causa de transformar o modo de vida da sociedade. Descrentes tanto da religião quanto da ideologia arriscam-

se ao descartar o fanatismo como absurdo. A história está repleta de seus triunfos e da derrota da razão afável.

Esperanças revolucionárias têm todas, com muita frequência, aberto caminho à tragédia e à decepção amarga. O mais íntimo colaborador de Karl Marx entre os primeiros comunistas, Friedrich Engels, reconhecia a ironia potencial de seu próprio projeto: “As pessoas que se gabam de ter feito uma revolução sempre percebem no dia seguinte que não sabiam o que estavam fazendo, que a revolução que fizeram era inteiramente diferente daquela que pretendiam fazer.”

Cada vez mais, os ideais revolucionários têm resultados amargos no contato com a realidade, mas o impulso para a mudança fundamental nunca morreu — embora seu obituário tenha sido escrito prematuramente.

É fascinante observar as revoluções porque elas ressaltam, da maneira mais completa possível, as forças motrizes na história. O autossacrifício e a autoilusão costumam marchar ombro a ombro nas ruas para produzir resultados extraordinários. Em meados do século XIX, Karl Marx chamava as revoluções de locomotivas da história. Tão poderoso é o fascínio da revolução que o comentarista americano H. L. Mencken chamou as revoluções de “o sexo da política”. Se toleramos ou condenamos estas insurreições, elas exercem um controle obrigatório sobre nossas imaginações. E isto apesar do fato de que a palavra “revolução” foi adulterada pela tendência em chamar de revolução qualquer mudança em alguma faceta da sociedade.

UM FENÔMENO RECENTE

Houve tantas insurreições dramáticas nos últimos séculos que é fácil esquecer o quão recente foi na história humana a ideia de tais insurreições. Na antiga Grécia, Aristóteles e Platão analisaram como as mudanças nas condições econômicas provocaram mudanças em quem dirigia a sociedade, mas antigas revoluções trouxeram pouca mudança fundamental na ordem social ou econômica. A posição da vasta maioria da população — mulheres e escravos de ambos os sexos — não foi afetada pelas alterações no topo da sociedade do

mundo antigo. Revoltas de escravos, como a de Espártaco contra Roma, e revoltas camponesas nas sociedades feudais, ou como a Revolta Campesina na Inglaterra medieval em 1381 ou a rebelião Taiping na China do século XIX, fracassaram em alterar as condições básicas de vida. No máximo, elas solaparam a estabilidade da elite política, mas não conquistaram suas próprias metas.

Sem uma ideologia para guiar sua luta, os rebeldes primitivos em geral só dispunham de metas de visão curta. Quando um motim derrubava brevemente as autoridades locais, eles saqueavam instituições tão odiadas como coletorias de impostos ou linchavam os intendentos dos seus senhores feudais. Contudo, os rebeldes medievais, por exemplo, estavam arraigados a uma maneira de pensar servil mesmo quando atacavam os seus opressores. Invariavelmente, eles acreditavam num mito poderoso de que seu rei era uma figura paternal benevolente e bem-intencionada, que ignorava o quão opressivos e gananciosos eram a nobreza e seus representantes locais. Esta fé ingênua na bondade de coração do monarca foi a perdição de muitas revoltas camponesas. Até 1905 na Rússia, esta fé simplista na ideia de um governante bem-intencionado enganado por ministros ambiciosos e corruptos foi disseminada e levou à tragédia.

A ESPERANÇA DE PROGRESSO

Em 1792, Thomas Paine descreveu as revoluções como pausas abruptas na continuidade histórica. “O que anteriormente chamávamos de revoluções pouco mais eram que uma mudança de pessoas. Mas o que vemos agora no mundo, a partir das revoluções na América e na França, são renovações da ordem natural das coisas, um sistema de princípios tão universal quanto a verdade e a existência do homem, combinando felicidade moral e política com prosperidade nacional.” A ideia de progresso era um ingrediente vital no sucesso de uma insurreição. Até onde as sociedades pareciam fincadas em estruturas fixadas como se pela natureza ou direito divino, então a ideia de mudança fundamental era difícil, talvez impossível de conceber, certamente para a maioria das pessoas.

A esperança de progresso era uma precondição importante para

qualquer revolução bem-sucedida, mas isto também tinha que cair em solo fértil. Como observou Trotski, o desespero causado pela miséria não era um ingrediente para uma revolução exitosa. A história humana foi uma história de trabalho estafante para a maioria das pessoas. Para muitos, a vida continua sendo uma luta árdua para a mera sobrevivência física, não restando qualquer energia para a política.

O historiador francês da revolução, Alexis de Tocqueville, notou que quando um regime despótico tentava se reformar, com frequência isto provocava uma reação em cadeia, levando à revolução ao revelar a esperança para pessoas que antes só conheciam a desesperança. “Pacientemente suportada enquanto parecesse além de reparação, uma injustiça vem se mostrar intolerável uma vez que a possibilidade de removê-la cruza a mente dos homens.” Desde o tempo de Luís XVI na década de 1780 na França (sobre o qual Tocqueville estava escrevendo), até a União Soviética de Mikhail Gorbachev duzentos anos depois, as tentativas de um regime se reformar podem detonar inquietação e levante. Lenin reconheceu que a perda de confiança da elite era uma condição essencial: “Para que ocorra uma revolução, não é suficiente para as massas exploradas e oprimidas perceberem a impossibilidade de viver da velha maneira; é essencial que os exploradores não devam ser capazes de viver e governar da velha maneira. É somente quando as ‘classes baixas’ não querem viver na velha maneira e as ‘classes altas’ não conseguem continuar na velha maneira que a revolução pode triunfar.”

TIPOS DE REVOLUÇÃO

Definir uma grande revolução sociopolítica não é tarefa simples, embora a maioria das pessoas possa reconhecer uma quando ela ocorre. Elas são como terremotos com poderosos choques subsequentes. A Revolução Francesa de 1789 ou a Revolução Russa de 1917 reverberaram em terras distantes que anteriormente pouco ou nada sabiam sobre a França ou a Rússia. Revoluções produzem uma espécie de eletricidade ideológica, transmitindo ideias e palavras de ordem de protesto através de vastas distâncias. Otimismo é um

ingrediente-chave em qualquer levante revolucionário. Sem esperança nada pode ser mudado.

O que este livro tenta mostrar é que quatro tipos amplos de revolução ocorreram em tempos modernos. Algumas se originam em insurreições mais ou menos populares; algumas são guiadas por pensadores ideológicos com um projeto para sua utopia futura; outras surgem de lutas por libertação nacional; mais raramente, a mudança revolucionária acontece como consequência de golpes de estado; ou, à luz da complexidade da vida, com frequência elementos característicos de todos os quatro tipos entram em ação durante alguma determinada revolução.

Dado o significado das revoluções nos últimos três séculos em moldar o mundo moderno, é importante tanto compreender o que aconteceu quanto olhar através de um amplo leque de eventos revolucionários para se obter uma noção de sua complexidade. Cada revolução individual é povoada de incidentes e detalhes poderosos, heroísmo e covardia, frases memoráveis e palavras de ordem cujas origens estão com frequência esquecidas hoje em dia. Quando reunidas, elas nos ajudam a entender nossa própria época e como ela foi moldada por levante revolucionário. Mesmo aquelas sociedades, como a norte-americana e a britânica, cujas revoluções aconteceram há tanto tempo que acabaram totalmente esquecidas foram profundamente afetadas pelas emoções e lutas políticas provocadas por revoluções de outros povos.

IDEAIS CONTAGIOSOS

Revoluções têm despertado reações poderosas, que vão da simpatia ao horror. Exatamente porque formulam perguntas fundamentais de quem deveria governar e por quê, as revoluções não possuem fronteiras naturais. Sociedades específicas podem dar origem a elas, mas como as revoluções francesa e russa mostraram, seus ideais poderiam ser atraentes além de suas fronteiras. Movimentos revolucionários internacionais poderiam erguer-se do solo de uma sociedade específica. Claro que muitos revolucionários expressaram seu credo de uma maneira universal. A Declaração de Independência americana em 1776 foi um documento revolucionário

endereçado ao mundo, justificando o que eles estavam fazendo. Desde então, muitas revoluções empenharam-se conscientemente em propaganda para ganhar simpatia e apoio para sua causa. Nem todas as revoluções confiam na inspiração humana ou numa perspectiva progressiva: ideais religiosos podem ter poderosas consequências sociopolíticas. Desde a sua primeira aparição, mais de 14 séculos atrás, a mensagem do Islã repetidamente empolgou povos ao longo do que só poderia ser chamado de transformação revolucionária de seu modo de vida. Muitas revoluções seculares reconheceram a importância do modelo religioso do martírio e da fé para promover um ideal.

REBELDES JOVENS

Além dos grandes fatores intelectuais e socioeconômicos que se combinam para produzir um levante revolucionário, forças mais intangíveis geralmente também participam. Por exemplo, a juventude da maioria dos revolucionários é notável. Assumir riscos, seja como manifestante nas ruas, seja como dissidente desafiando um sistema, apesar das altas possibilidades de prisão, tortura, ou mesmo morte, raramente é uma atitude tomada pelos mais velhos, aos quais a vida ensinou a cautela nascida de anos de desapontamento.

Mas se as revoluções raramente são feitas pelos mais velhos, muitos revolucionários que tiveram êxito na tomada do poder envelheceram eles próprios no poder. Às vezes as revoluções são a consequência de um bloqueio de geração causado por gerontocratas que sobem ao poder e frustram ambições normais. A Europa Central em 1848 e de novo em 1989 vivenciou revoluções que tiveram aspectos de um rompimento dramático de uma barreira causada por uma geração agarrando-se ao poder por tempo demasiado.

Tais revoluções geracionais não se referem somente a ambições frustradas, do contrário as multidões nunca se reuniriam. Os mais velhos, que bloqueiam a reforma e os reformadores do poder dentro de um sistema, alimentam fora dele as causas mais profundas de revolução. O apego obstinado ao poder simboliza o bloqueio do regime ao progresso e à esperança.

DETONADORES EXTERNOS

Os eventos que realmente detonam um levante revolucionário podem ser externos. A guerra tem sido um fator de vulto. Derrota na guerra ou a pesada carga de impostos causada mesmo por uma guerra vitoriosa podem produzir descontentamento. A derrota na guerra decerto foi um fator central na onda revolucionária na Rússia em 1905 e ainda mais espetacularmente em 1917, ou na Alemanha em 1918. A necessidade de travar guerras de defesa nacional também pode radicalizar a situação como sucedeu na França em 1792, quando invasões estrangeiras tentaram suprimir a revolução e restaurar a monarquia, instando os revolucionários a combinar o terror contra seus oponentes *em* casa com um estilo completamente novo de guerra revolucionária. Guerras de libertação nacional, a partir da Revolta Holandesa no século XVI até uma miríade de exemplos através do Terceiro Mundo na segunda metade do século XX, trazem com elas levante social e econômico, bem como mudanças políticas radicais.

Às vezes movimentos revolucionários detonam igualmente reações por toda parte quando uma sociedade tenta exportar seus valores para uma outra. Os de fora podem tentar provocar revolução em outros países, mas raramente têm êxito a não ser que as condições de descontentamento em massa já existam ou ao menos tenham força esmagadora. Che Guevara acreditava que apenas um grupo revolucionário dinâmico poderia inspirar revolta disseminada por suas próprias ações, mas, lamentavelmente para ele, tentativas para provocar revolução na Bolívia em 1967 levaram a sua própria captura e execução humilhantes. A União Soviética de Stalin, porém, foi capaz de expandir o comunismo pela Europa Oriental depois de 1945, à medida que seu Exército Vermelho varria o derrotado exército nazista de volta para Berlim. Mas a ascensão do fundamentalismo islâmico no Afeganistão teria sido impensável sem a invasão do Exército Vermelho em 1979.

DEVOÇÃO INTENSA



No meio da luta em andamento na Argélia, cerca de vinte e sete homens, mulheres e crianças massacrados em 10 de fevereiro de 2001 jazem cobertos com bandeiras argelinas na sua aldeia.

Assim como os reformadores religiosos, como o profeta Maomé, tinham um impulso poderoso em disseminar suas doutrinas, do mesmo modo os revolucionários têm frequentemente uma fé quase religiosa na sua causa e um zelo quase religioso em promover seus ideais. O intenso comprometimento ideológico torna mais fácil o autossacrifício no que costuma parecer uma luta sem esperanças. Às vezes, na linguagem revolucionária, ecoa a linguagem da fé religiosa, em especial frente à derrota evidente. Em 1919, pouco antes de ser executada, a revolucionária alemã Rosa Luxemburgo declarou a seus inimigos: “Amanhã, a revolução erguerá novamente a sua cabeça, proclamando para horror de vocês: ‘Eu era, eu sou, e *sempre* serei!’” Na União Soviética, após sua morte em 1924, Lenin foi endeusado e preservado no seu mausoléu na Praça Vermelha, em Moscou. Durante décadas, o *slogan* soviético ecoou: “Lenin vive!”

DA REVOLUÇÃO A TIRANIA

Revoluções no poder são propensas a perder seu dinamismo muito rapidamente e degenerar em tiranias tão cruéis ou piores do que aquelas antes existentes. Che Guevara disse: “Uma revolução que não continue a se aprofundar é uma revolução que está em retirada.”

O culto às revoluções é um sinal de que os movimentos perderam o seu significado revolucionário. Pierre Boulez assinalou em 1989 que “uma revolução digna de celebrar estava morta”. A ossificação de eventos dinâmicos nos museus e mausoléus marca o fracasso de qualquer causa específica.

Se a revolução em si pode ser considerada morta no início do século XXI, isto ainda precisa ser comprovado. Complacência no passado não foi um bom indicador de revoltas no futuro. Ninguém previa o súbito colapso do comunismo em 1989. Duvido se alguém poderá prever a próxima insurreição capaz de mudar radicalmente um país, ou mesmo o mundo.



O PODER DA IDEOLOGIA

O PODER DA IDEOLOGIA

INTRODUÇÃO

Revolucionários ideológicos são aqueles políticos, em geral intelectuais, que têm uma visão clara da sociedade futura que desejam criar. As precondições para qualquer tentativa exitosa de consumir um tal esquema são as mesmas condições para sublevação que qualquer revolução exige. Descontentamento socioeconômico profundamente arraigado, aliado ao descrédito do sistema vigente, às ideias de sua elite e à legitimidade são pré-requisitos essenciais. No entanto, o que faz de uma situação revolucionária uma transformação ideológica é que a revolução visa conquistar uma nova ordem social que diverge completa e fundamentalmente da velha — não simplesmente despojar sua elite, política, econômica ou religiosa.

CRIANDO UMA NOVA ORDEM

Talvez a derrocada de um regime seja amplamente o produto de forças impessoais e inconscientes. Em 1789 a França testemunhou uma revolução avassaladora que logo se tornou uma cruzada ideológica autoconsciente para o republicanismo, direitos humanos e anticlericalismo. Mas no começo os revolucionários franceses mal tinham percebido que aquilo que exigiam do rei era uma revolução que criasse uma nova ordem em vez de simplesmente voltar a um velho estado melhor imaginado. Uma vez que a Revolução Francesa desenvolveu sua liderança radical de energia e derrubou a monarquia e a hierarquia social, os revolucionários tornaram-se arquitetos autoconscientes de uma ruptura com o que era agora um passado desprezado e os fundadores de uma nova ordem. Para simbolizar o significado da declaração da república francesa em setembro de 1792, os franceses abandonaram o calendário cristão e começaram a datar os eventos a partir do Ano I de sua república. (O poder desta ideia reflete-se nos seus imitadores, incluindo o regime fascista de Mussolini na Itália após 1922, que viu-se renegando a Declaração dos Direitos do Homem de 1789, mas ainda introduziu seu próprio

calendário fascista a partir de outubro de 1922 e que teve um final abrupto em abril de 1945.)

APAGANDO O PASSADO

A ideia de que a história começou de novo em 1792 foi um símbolo poderoso do ímpeto ideológico para apagar o passado das mentes e costumes do povo francês. Cento e cinquenta anos depois, Mao Tsé-tung na China declarou que seu povo não passava de “folhas de papel em branco” nas quais ele iria escrever a “bela poesia do comunismo”. Este desejo de limpar a mente do povo dos seus (maus) hábitos pré-revolucionários levou à prática da lavagem cerebral na China de Mao, mas em termos gerais as revoluções ideológicas têm visto tentativas repetidas de aterrorizar o povo visando a uma ruptura completa e pessoal com o passado. Claro que isto sempre foi mais fácil na teoria do que na prática, mesmo para entusiastas da revolução. Embora muitos revolucionários possam ter tentado romper com o passado, todos eles eram, de uma maneira ou de outra, moldados por ele.

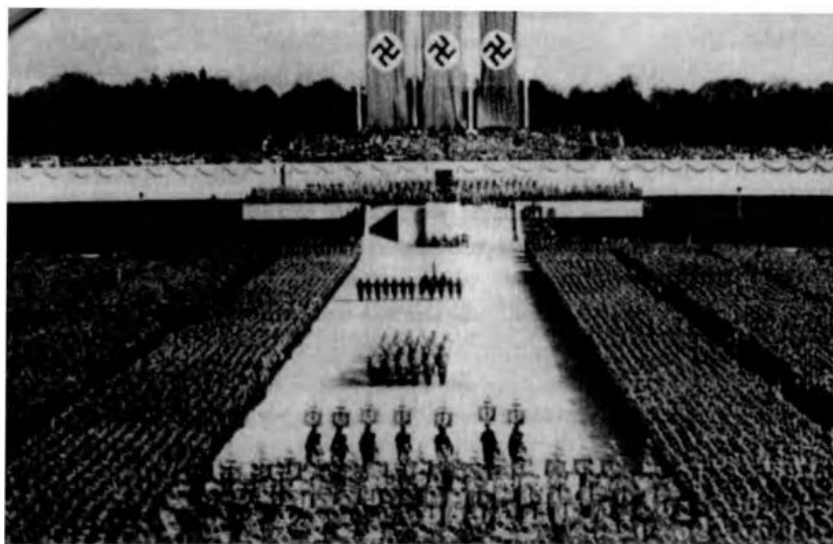
ATOS DE TERRORISMO

Esta verdade trágica corrobora boa parte da tendência das revoluções e dos revolucionários de se voltarem uns contra os outros, bem como contra adversários ou críticos notórios. As revoluções ideológicas foram marcadas por campanhas de terror e exibição de processos nos quais a discordância ou erros passados (reais ou imaginados) de ex- companheiros eram afogados em sangue. Da França de 1793-1794 à Rússia de Stalin na década de 1930, indo até o Irã de Khomeini após 1979, as revoluções provaram ser como Saturno devorando seus próprios filhos.

O PODER DA PROPAGANDA

Apesar do fato de tantas revoluções se embasarem num conjunto de ideais rígidos ou num projeto com metas rígidas (quer por um profeta secular morto como Karl Marx, quer por um aiatolá vivo), é

surpreendente a frequência com que os revolucionários ideológicos mais radicais assumem o poder apoiados em palavras de ordem aparentemente pragmáticas e coalizões de amplo espectro. O exemplo clássico é Lenin e os comunistas russos em 1917. Após três anos de derramamento de sangue na Primeira Guerra Mundial, a escassez geral de alimentos tornou a vida ainda mais intolerável. Os comunistas estavam bem cientes de que a massa da população russa compunha-se de camponeses com uma fome insaciável e necessidade de mais terra. Lenin sutilmente entendeu estas necessidades e ofereceu uma simples, mas também persuasiva palavra de ordem, “Paz, terra e pão”, como uma solução para os problemas da Rússia. De fato, este *slogan* pretendia atrair as massas para apoiar um partido cujo verdadeiro programa envolvia mudanças fundamentais no modo de vida.



Filmes de propaganda apresentavam um retrato unilateral do holocausto, como nesta imagem de *O Triunfo da vontade*, mostrando tropas de choque desfilando em Nuremberg.

A PRIMEIRA REVOLUÇÃO IDEOLÓGICA

O de Lenin foi o primeiro regime revolucionário-ideológico que pretendeu transformar a humanidade, a sociedade e mesmo o meio ambiente a fim de criar as condições para uma ordem social

completamente nova: o comunismo. Já na década de 1840, Karl Marx e Friedrich Engels previram o nascimento do comunismo e o desaparecimento de uma sociedade onde o que valia eram a hierarquia ou o dinheiro, e desenvolveram uma teoria de como isto deveria acontecer.

Marx e Engels, como Lenin, estavam bem cientes de que, quase desde a aurora da sociedade humana, havia uma nostalgia por um mundo perdido de inocência humana e igualdade em algum Jardim do Éden. Eles rejeitaram ideias românticas e retrógradas de um socialismo pré-moderno em favor de aproveitar novas tecnologias e métodos da cultura capitalista moderna para produzir uma sociedade transformada que pusesse um fim à propriedade e à subordinação.

Para obter o apoio da plebe para este projeto ambicioso e definitivamente defeituoso, Lenin tinha de oferecer-lhe o que ela queria a curto prazo a fim de separar a massa da população de seus inimigos irreconciliáveis entre os reacionários e capitalistas. Lenin inverteu o ditado bíblico “os que não estão do meu lado estão contra mim” e em vez disso argumentou que na política era a maioria passiva que podia se provar decisiva se não se juntasse ao lado errado. Para Lenin, a política era uma guerra de minorias. Era importante que sua minoria fosse maior e melhor organizada do que a da outra parte. Então, ela venceria. Depois da vitória, o verdadeiro trabalho de transformar a sociedade poderia começar.

FRACASSO INEVITÁVEL

De algumas maneiras, uma revolução como a de Lenin na Rússia ou a de Mao na China só podiam terminar em fracasso, já que seu objetivo era tão ambicioso que não poderia ser conquistado. Neste sentido, a tentativa soviética de criar o assim chamado “Homem Novo” foi um projeto que continuou até o colapso da União Soviética em 1991. Não apenas resultou em que a humanidade soviética era ainda intimamente russa ou letã, como também que os custos ambientais do sonho trotskista de reordenar o meio ambiente físico “ao mover montanhas como se move a mobília num quarto” tivesse definitivamente alterado a natureza para sempre, mas infelizmente não para melhor, já que rios redirecionados na Ásia

Central secaram e formaram-se áreas erodidas pelo vento nas estepes onde foram assentadas as fazendas coletivas independentemente de praticabilidade.

HOSTILIDADE À REVOLUÇÃO

Claro que não foram só os sonhos de igualdade humana e de um mundo natural ordenado para benefício comum da humanidade que contribuíram para o dano no último século. A hostilidade à revolução gerou seus próprios fanatismos ideológicos, que por sua vez se tornaram seus dogmas contrarrevolucionários. Seria impossível entender a Alemanha nazista e o horror pleno do governo de Hitler sem levar em conta sua deturpada visão despótica para o futuro, que alimentou numerosos males imaginados.

Como seus inimigos mortais, os comunistas, Hitler chegou ao poder usando de compromisso e perfídia, mas uma simples leitura de sua autobiografia, *Mein Kampf* (*Minha luta*), ou da vasta literatura pseudocientífica do racismo nazista mesmo antes de 1933, tornaria claro que o líder nazista tinha uma ideologia para um vasto programa de agressão e reordenamento racial da Europa, no mínimo, e possivelmente do mundo.

Os nazistas não só rejeitavam a herança revolucionária remontando a 1789, com suas ideias progressistas e humanistas — admitidamente mais reverenciada na ruptura do que na prática —, como também não tinham nenhuma intenção de derrotar a esquerda simplesmente para permitir que as velhas elites reacionárias voltassem ao poder. No vocabulário de Hitler, comunista e reacionário eram igualmente palavras de abuso. O curto período dos nazistas no poder (1933-1945) mostrou um turbilhão do que Hitler, na sua maneira distorcida, via como destruição criativa: seções inteiras da humanidade foram marcadas para aniquilação simplesmente porque não se adequavam à sua visão de um futuro racial “saudável”. Juntamente com mais de seis milhões de judeus, quase um milhão de ciganos, centenas de milhares de incapacitados físicos e mentais, pessoas senis e milhares de homossexuais foram torturados, mortos nas câmaras de gás e assassinados de várias maneiras. O impulso para infligir tal destruição, a disposição de levá-

la à frente e a capacidade de encontrar executores voluntários dependiam da propagação da visão ideológica extremada de Hitler.

O COLAPSO DOS IMPÉRIOS IDEOLÓGICOS

Com a derrota e a morte de Hitler, o nazismo desabou. Outras ideologias seculares pareciam ter perdido seu controle intelectual, uma vez que a primeira geração de adeptos havia morrido. O colapso do comunismo de 1989 viu idosos comunistas da primeira geração, como Erich Honecker na Alemanha Oriental, incapazes de conter a maré de desilusão entre as gerações mais jovens. A sobrevivência de Castro em Cuba pode bem refletir seu *status* como um profeta carismático vivo da revolução.

Revoluções ideológicas foram com frequência comparadas a ondas de conversões religiosas. Todavia, o cristianismo ou o islamismo primordiais fincaram raízes mais fundas do que as ideologias seculares haviam então conseguido. Só o tempo dirá se o Islã revolucionário, no Irã e em qualquer outro lugar, terá vida longa.

OS PAÍSES BAIXOS, 1585

Uma mistura explosiva de religião, política e nacionalismo levou à revolta holandesa contra o suserano espanhol Filipe II. Protestos contra as perseguições religiosas do rei e interferência com o modo de vida tradicional evoluíram para uma guerra revolucionária, estabelecendo uma república desafiadora da monarquia e pavimentando o caminho para a tolerância religiosa.

INTOLERÂNCIA DE UM NOVO MONARCA

Quando Carlos V abdicou em 1555, seu filho Filipe II herdou as dezessete províncias que formavam os Países Baixos. Seu governo estendia-se pela Espanha e boa parte da Itália e das Américas.

Completamente indiferente às tradições dos diversos territórios, Filipe II governava cada uma de suas terras da mesma maneira que na Espanha. Alegando prover justiça igual para todos, ele de fato reduziu o autogoverno anterior da Flolanda à condição de súdito

espanhol que não podia desafiar as políticas nem votar sobre impostos.

Filipe II pretendia aumentar os impostos nos Países Baixos a fim de financiar as tropas espanholas lá estacionadas. Embora tais impostos fossem impopulares, a religião provou ser uma questão explosiva. Para Filipe II, um católico intolerante, era melhor sofrer mil mortes do que reinar sobre hereges.

O protestantismo tinha sido disseminado por várias décadas nos Países Baixos. Filipe II planejava extirpar a religião numa inquisição similar à infame Inquisição Espanhola. Até mesmo católicos ficaram alarmados, temendo que a dissidência política fosse igualmente silenciada. Ao final da década de 1560, muitos expressaram seu ultraje com a carga tributária e com os representantes monárquicos que suprimiram as assembleias locais para centralizar a autoridade.

CATÓLICOS E PROTESTANTES SE UNEM

Devido ao governo despótico e à perseguição religiosa, católicos e protestantes concordaram sobre a necessidade de manter suas liberdades tradicionais e evitar que fossem governados pelo modelo espanhol.

Quando irromperam motins em 1566, a fúria levou protestantes a despedaçar símbolos católicos considerados idólatras. Em resposta, Filipe II inundou os Países Baixos com tropas espanholas em 1567. Seu comandante, o duque de Alva, ameaçou fazer dos Países Baixos um Novo Mundo, aludindo ao massacre impiedoso dos nativos do México e do Peru pelos conquistadores espanhóis.



Um respeitado proprietário de terra e líder natural, Guilherme, príncipe de Orange, recrutou nobres, pescadores e mascates das cidades costeiras para lutarem pela causa rebelde.

A PERSEGUIÇÃO INSPIRA UMA REBELIÃO

Alva executou críticos aristocratas, tais como os condes Egmont e Hoorn em 1568, para intimidar o resto da população à aquiescência. Em vez disso, a rebelião eclodiu com Guilherme, príncipe de Orange, no seu comando.

Embora a rebelião parecesse fútil diante do exército espanhol, o litoral holandês oferecia uma vantagem: eles podiam usar o mar do Norte como uma rota de suprimentos e um meio para atacar e se retirar impunemente. Em 1572, protestantes rebeldes holandeses exilados capturaram o porto de Brill. Utilizando a rede de canais e diques que protegia o país situado abaixo do nível do mar, eles inundaram vastas extensões de terra para repelir os espanhóis.

UMA NOVA REPÚBLICA DESAFIADORA

Embora de início insistindo na sua lealdade ao rei, os rebeldes finalmente renunciaram à fidelidade a Filipe II e proclamaram que os governantes existiam para servir a seus súditos e não o contrário. Reduzidos a sete províncias desafiadoras, eles formaram uma república. Filipe investiria todos os recursos do seu império na tentativa de reverter esta decisão audaciosa.

Com a ajuda dos ingleses e franceses aos Países Baixos, a guerra espalhou-se ao redor do globo enquanto corsários rebeldes atacavam o vasto império latino-americano de Filipe. Lucros da pirataria e o crescente comércio em escala mundial ajudaram a financiar a longa luta dos holandeses contra a Espanha. Derrotas catastróficas, como a da sua Invencível Armada em 1588, enfraqueceram a posição da Espanha. Após uma trégua e depois guerra renovada, uma Espanha falida reconheceu a república holandesa em 1648.

Rica em comércio e com predomínio protestante (tolerando católicos e recebendo judeus refugiados da Espanha), a república holandesa foi um modelo de autogoverno exitoso, chegando mesmo a influenciar a vizinha Inglaterra.

INGLATERRA, 1642-1649

O julgamento e a execução do rei Carlos I em janeiro de 1649 assinalaram o ápice de uma revolução sem precedentes. Embora reis já tivessem sido derrubados e mortos antes, jamais um deles tinha sido levado a julgamento e executado por seus súditos, que depois proclamaram uma república.

Ao longo da década de 1630, o rei inglês tinha governado sem convocar o Parlamento. Embora o Parlamento só se reunisse a intervalos fixados, durante o século precedente os ingleses haviam se acostumado a esperar sessões regulares. Grupos de interesse no país — tais como a nobreza rural e os mercadores de cidades importantes — forneciam o grosso de membros eleitos da Câmara dos Comuns, enquanto a Câmara dos Lordes consistia nos maiores latifundiários, bispos da Igreja Anglicana e cortesãos privilegiados do rei. Reis sábios governavam com o consenso da maioria desses grupos, levando em conta suas opiniões políticas, econômicas e religiosas.

Desde que Henrique VIII rompeu com a Igreja Católica pela Lei do Parlamento em 1534, a minoria católica da Inglaterra tornara-se menor ainda e impopular. Muitos ingleses associaram-se ao protestantismo com a liberdade política, confiando num sistema de governo no qual o rei consultava seus representantes no Parlamento antes de fazer grandes mudanças ou aumentar impostos.

Após a morte da rainha Elizabeth, sem filhos, em 1603, a coroa britânica passou para seu primo, Jaime VI da Escócia. O novo monarca, embora insensível às tradições britânicas, carecia de energia e integridade para causar problemas. No entanto, seu filho, Carlos I, que o sucedeu em 1625, foi um personagem bem diferente.

A TIRANIA DE ONZE ANOS

Carlos I partilhava da alta opinião sobre os direitos dos monarcas de seu pai, mas imitou os métodos absolutistas de seus contemporâneos europeus. Divergências com a Câmara dos Comuns a respeito de impostos para financiar guerras externas desastrosas logo levaram os membros do Parlamento a atacar o abuso que o rei fazia dos seus poderes executivos. A crise chegou ao clímax em 1629, quando a Câmara dos Comuns desafiou a ordem do rei para que fosse dissolvida, enquanto aprovava resoluções condenando as arbitrárias leis monárquicas e assegurando os direitos dos seus súditos. Carlos I forçou a dissolução do Parlamento, mandando prender três de seus ex-membros sem julgamento, voltando assim a governar sem consultar seus súditos.

Embora o rei finalmente abandonasse as guerras contra a França e a Espanha, ele ainda precisava de dinheiro para financiar seu governo e a corte. Assim, entre 1629 e 1640, Carlos I reviveu a semiesquecida coleta feudal e estendeu os tributos locais para financiar a defesa costeira da Inglaterra.

O rei construiu sua impopularidade em 1630 só por nomear bispos cuja teologia e estilo de culto pareciam alarmantemente católicos. A ênfase deles no que o arcebispo de Canterbury, William Laud, chamava de “a beleza da santidade” apelava para o lado estético do rei. Proprietários rurais puritanos, todavia, acharam que isto era subversivo para o modo de vida protestante inglês.

Em 1637, Carlos I começou a impor os mesmos pontos de vista religiosos aos escoceses, cujas raízes protestantes eram profundas, mas eles prontamente se rebelaram. Sem que seu exército pobremente equipado sofresse a menor repressão, os escoceses ocuparam o norte da Inglaterra em 1639.

Em 1640, Carlos convocou o Parlamento pela primeira vez desde 1629 a fim de obter seu apoio para combater a Escócia. Seus apelos fracassaram. Após onze anos de tirania, o Parlamento resolveu votar leis que impedissem o abuso aos seus direitos tradicionais e a qualquer enfraquecimento do protestantismo.

Um por um, os ministros-chave de Carlos I iam sendo afastados pela pressão do Parlamento. Em maio de 1641, uma lei do Parlamento ordenou a execução do conde de Strafford, ministro do rei, alegadamente por tramar trazer um exército irlandês católico para reprimir o Parlamento e o protestantismo. Carlos I assinou a sentença de morte para poupar sua família da turba londrina que exigia a cabeça de Strafford.

LIMITAÇÃO DO PODER REAL

Embora Carlos I capitulasse a uma infinidade de exigências do Parlamento, sua relutância óbvia aumentou as suspeitas sobre ele. Então, em 1641, os católicos irlandeses se rebelaram contra o governo da minoria protestante. Relatos de massacres na Irlanda e boatos de que o rei usaria o exército católico irlandês para reprimir o protestantismo radicalizaram o ânimo popular. Por sua vez, radicais na Câmara dos Comuns propuseram cancelar o direito do rei de comandar o exército, enquanto também aboliam efetivamente a prerrogativa real, as cortes especiais, e os bispos da Igreja Anglicana. Eles obrigaram o rei a concordar com Parlamntos regulares, pelo menos a cada três anos. Reduzir o rei a uma mera figura decorativa, sem qualquer poder executivo real, foi demais para membros conservadores do Parlamento. Aos seus olhos, os agitadores radicais do Parlamento ameaçavam subverter a ordem social.

Ao detectar esta mudança de ânimo em janeiro de 1642, Carlos I deu o troco. Com um pelotão armado ele invadiu a Câmara dos Comuns para prender cinco membros do Parlamento que considerava

os líderes principais da oposição. Em resposta a esta entrada sem precedentes, o presidente da Câmara recusou-se a responder quando instado a revelar o paradeiro deles. Embora humilhado, Carlos I saiu em busca de apoio dos nobres e fidalgos que temiam um colapso da monarquia e uma revolução social em que arrendatários invadissem propriedades e se recusassem a pagar aluguéis. Líderes parlamentares usaram as ações do rei e alegações acerca de sua rainha católica francesa tramando para buscar apoio no lado deles.

GUERRA CIVIL

No verão de 1642, a escaramuça levou a uma guerra aberta. Uma vez iniciada a guerra civil, o Parlamento claramente tinha a maioria das vantagens estratégicas. Carlos I confiava na lealdade da cavalaria proveniente da nobreza e da pequena nobreza, mas seus recursos econômicos eram limitados. A riqueza mercantil era um ingrediente crucial para o sucesso militar, e a dependência do Parlamento às fontes de renda de cidades como Londres fortaleceu a influência de sua liderança no Parlamento, pendendo o equilíbrio em desfavor dos latifundiários.

Apesar disto, no início, ambos os lados lutaram para organizar exércitos depois de 150 anos de paz interna. Nem os realistas de Carlos I de cabelos longos, nem os puritanos de Cromwell de cabelo cortado rente puderam conquistar vitórias decisivas. Mas o Parlamento reconheceu a necessidade de forças profissionais para substituir os indisciplinados voluntários e recrutas locais. Um Exército Modelo Novo foi organizado em 1644, liderado por *Sir Thomas Fairfax* e *Oliver Cromwell*. Oriundo de um amplo espectro de ingleses puritanos, este foi o primeiro exército revolucionário com uma ideologia clara. O próprio Cromwell descartava as origens sociais como a base para promoção, replicando ao temor de um colega de que seus oficiais fossem homens inadequados: “Prefiro ter um capitão inexperiente e malvestido que saiba por que ele luta... do que um que vocês chamam de um cavalheiro e nada mais é do que isto.”

A guerra mudou decisivamente em 1644, quando o Exército Modelo Novo derrotou os monarquistas em *Marston Moor* ao norte

da Inglaterra, perto de York.

Em 1645, os exércitos de Carlos I foram finalmente derrotados em Naseby, e sua capital temporária, Oxford, caiu em 1646. O rei se rendeu aos escoceses, na esperança de conspirar com eles contra os ingleses, mas voltou-se para o Parlamento em troca de uma promessa de que a Inglaterra adotaria o protestantismo ao estilo escocês — e de uma boa soma em dinheiro.

UM PARLAMENTO DIVIDIDO É EXPURGADO

Manter Carlos I prisioneiro criou um dilema para o Parlamento e começou a dividir seus membros. Alguns queriam lidar com ele como seu rei por direito, mas impor condições estritas sobre comportamento futuro. Mas poderiam confiar nele? O líder dos conservadores, o conde de Manchester, resumiu o problema: “Se vencermos o rei 99 vezes, ele continua sendo rei, mas se ele nos derrotar uma vez, seremos todos enforcados.”

Por dois anos o Parlamento tentou elaborar um compromisso pelo qual o rei desse garantias ao Parlamento, ao protestantismo e aos direitos de propriedade. Mas Carlos I demonstrou que não podia ser confiável, quando, conspirando com monarquistas na Inglaterra e na Escócia, iniciou uma segunda guerra civil em 1648.

As tropas de Cromwell rapidamente desbarataram os monarquistas e denunciaram o rei como “Carlos Stuart, aquele homem sedento de sangue”. Cromwell convenceu o Parlamento a levar Carlos I a julgamento por traição contra seus súditos. Este passo foi radical demais para muitos parlamentares. Assim, para proteger seu plano, Cromwell e os radicais enviaram tropas em dezembro de 1648 para expurgar a Câmara dos Comuns dos adversários moderados que apoiavam o rei.

Carlos I enfrentou seu julgamento e execução com coragem e dignidade notáveis. Mas ao argumentar que se o exército podia expurgar o Parlamento e levar o seu rei a julgamento, ninguém estaria a salvo da ação arbitrária de Cromwell e seus colegas, o rei habilmente reverteu os argumentos dos seus críticos contra eles: “Se um poder sem lei pode fazer leis... não sei que súdito possa ter garantias de sua vida, ou de qualquer coisa que ele chame de sua.” O

comportamento de Carlos I e a aceitação destemida do seu destino perante o ceppo do carrasco ajudaram a plantar sementes de dúvida entre as classes proprietárias, muitas das quais já se preocupavam com a ascensão ao poder da ralé, tal como o ex-carroceiro de cervejaria, o coronel Thomas Pride.

CROMWELL ELIMINA OS RADICAIS

Com o rei morto e os bispos abolidos, a Câmara dos Lordes ficou perto de seguir o mesmo caminho. A nova república inglesa era governada somente pela Câmara dos Comuns, uma redução para 80 remanescentes fortes dos antigos 558. O novo regime alegava governar em nome do povo, mas recusava quaisquer desafios para ele.



O julgamento do rei chocou os conservadores, e sua execução diante de Whitehall, em 30 de janeiro de 1649, alimentou dúvidas e temores acerca do poder da nova república.

Logo um grupo ainda mais radical ameaçou o regime ao desafiar o sistema de classe — com a sua meta de “nivelar” a sociedade exigindo igualdade radical em direito de voto para cada cidadão abaixo da lei. Os assim chamados Niveladores queriam estender a participação política além dos estreitos confins representados pelo Parlamento remanescente. Alarmado por esta ameaça ao seu poder de base e intolerante a qualquer radical maior que ele, Cromwell arrebanhou e liquidou agitadores-chave dos Niveladores no verão de 1649.

UMA REPÚBLICA INSUSTENTÁVEL

Embora o exército republicano conseguisse derrotar todos os rivais e conquistar a Escócia e a Irlanda em guerras, os políticos mostraram-se incapazes de trazer o reino puritano do céu à terra como desejado por homens como Cromwell. A corrupção dentro do Parlamento remanescente levou Cromwell a dar um golpe em 1653 para expurgá-lo de uma vez por todas. Ele escolheu a dedo um Parlamento de Santos, mas os fundamentalistas turrões mostraram-se mais inábeis para governar do que o Parlamento expurgado.

Com uma exibição de relutância, Cromwell assumiu o poder supremo com o título de Lorde Protetor ao final de 1653. Uma revolução desafiando a tentativa de um rei de governar sem consultar seus súditos levou ao governo de um só homem. Justiça seja feita: Cromwell sentia-se pouco à vontade na sua posição. Ele tentou reviver o Parlamento e até mesmo criou uma nova câmara dos lordes, a Outra Câmara, a fim de formar uma base constitucional para o seu regime. Com efeito, suas experiências levaram à restauração da monarquia. Com a morte de Cromwell a república inglesa começou a se desintegrar. Embora seu filho, Richard, fosse aceito como sucessor e Lorde Protetor, ele carecia do carisma e habilidades de seu pai. Os políticos em Londres logo decidiram negociar com o exilado Carlos II.

Embora Carlos II retornasse em maio de 1660, a paisagem da monarquia havia mudado para sempre. Velhos parlamentares, tais como o general Monk ou outros que tinham servido bem à república, queriam proteger seus ganhos. Enquanto isso a elite inglesa queria um compromisso sobre poder político, religião e direitos de propriedade, que Carlos I fracassara em levar a cabo na década de 1640. Embora Carlos II ficasse intrigado ao assumir os poderes deixados para ele, sabiamente fez ouvidos moucos aos exilados monarquistas desejosos de um retorno à década de 1630. Uns poucos regicidas insignificantes foram perseguidos por terem votado pela morte de Carlos I, mas a maioria do Parlamento fez uma transição suave de servir à república para servir à monarquia restaurada e moderada.



O comandante Oliver Cromwell, proprietário de terra e membro do Parlamento, moldou a incipiente república primeiro como líder do Novo Exército Modelo e depois como Lorde Protetor após 1653.

A INGLATERRA PROTESTANTE AMEAÇADA

O estilo relaxado e a perspicácia política de Carlos II conseguiram acalmar repetidas ameaças de crise política. Mas após sua morte, em 1685, seu irmão, Jaime II, um católico que carecia de todas as suas habilidades, o sucedeu. Para a maioria dos ingleses o catolicismo equivalia a despotismo, e Jaime II pouco fez para desenganá-los desta noção. Ele escarneceu das leis que baniam ingleses católicos do serviço público, em especial no exército. Sua interferência com os tribunais e sua aliança com a França católica alarmaram os protestantes ingleses.

Já idoso em 1685, Jaime II poderia ter sido tolerado pela elite inglesa se a herdeira do trono continuasse sendo sua filha protestante,

Maria, que estava casada com o príncipe holandês Guilherme de Orange. Todavia, em junho de 1688, a esposa de Jaime II deu à luz um filho, que estava destinado a ser criado como católico e levar avante as políticas arbitrárias do pai. A ameaça aos protestantes ingleses era tão óbvia que mesmo os bispos da restaurada Igreja Anglicana juntaram-se num complô com o objetivo de trazer Guilherme de Orange da Holanda para forçar Jaime II a recuar.

A REVOLUÇÃO GLORIOSA

Quando Guilherme de Orange invadiu a Inglaterra, em novembro de 1688, soldados protestantes desertaram e os nobres pressionaram Jaime II com suas exigências. Temendo por sua vida, Jaime II fugiu para a França, abrindo caminho para sua filha, Maria, e o marido dela, Guilherme de Orange, se tornarem monarcas conjuntos em fevereiro de 1689.

Guilherme e Maria tiveram de aceitar uma Carta de Direitos limitando os poderes do estado sobre seus súditos, e concordar com Parlamentos a cada três anos, embora ele se reunisse anualmente para votar o orçamento e renovar a Lei de Motim, dando ao rei autoridade sobre o exército. Em 1701, o Parlamento até mesmo determinou a sucessão futura ao trono aprovando a Lei de Assentamento e excluindo quaisquer sucessores católicos de Jaime II.

O que se tornou conhecido como a Revolução Gloriosa de 1688 transformou a Inglaterra num estado dominado pelo Parlamento. A Inglaterra absorveu a Escócia (em 1707) e a Irlanda (1801) no seu novo sistema político, e o monarca gradualmente perdeu todo o poder de decisão, tornando-se um mero símbolo do país. Os eventos de 1688 levaram a uma transferência revolucionária de poder do rei para as classes representadas no Parlamento, com leis e tributos decididos segundo seus interesses e desejos. Este novo Parlamento todo-poderoso alegou soberania sobre a Grã-Bretanha e suas crescentes possessões coloniais no século XVIII. Para os rebeldes colonos na América do Norte, duas gerações mais tarde, a soberania absoluta do Parlamento britânico pareceu simplesmente tão opressiva quanto o governo arbitrário de um rei.

AMÉRICA, 1776

A influência da Revolução Americana na década de 1770 ainda é sentida até hoje, decorridos mais de 225 anos. O que começou como uma ultrapassada revolta de tributos contra as autoridades coloniais britânicas na América do Norte logo se desenvolveu para uma guerra de libertação nacional — a primeira revolução a fazer reivindicações universais. A Declaração de Independência dos rebeldes afirmava: “Sustentamos que estas verdades são autoevidentes, que todos os homens são criados iguais” e ecoou pelos séculos, inspirando revoluções ao redor do mundo.

TAXAS E RESTRIÇÕES COMERCIAIS

Embora muitos dos primeiros colonizadores tivessem fugido da Inglaterra para praticar sua fé livre do escrutínio monárquico, eles perceberam que sem a proteção das tropas britânicas suas colônias amplamente autogovernadas poderiam cair sob o controle da França católica, que à época governava o Canadá e boa parte do vasto território a oeste dele. Em 1763, a Inglaterra derrotou a França na Guerra dos Sete Anos e então anexou o Canadá, aliviando o medo dos americanos. Mas depois, pesadamente endividado pelos custos da guerra, o Parlamento aprovou novos impostos sobre as colônias para que pagassem sua parte na manutenção das guarnições britânicas lá baseadas continuamente. Os americanos não gostaram dessa nova tributação, não só porque parecia desnecessária com a derrota da França, como também porque não tinham sido consultados. O Parlamento britânico, embora orgulhoso da herança das suas revoluções do século XVII contra reis que tentaram taxar em casa sem permissão, mostrou-se incapaz de compreender que os americanos se viam como vítimas de uma imposição de tributos igualmente arbitrária.

A Lei do Selo de 1765 submeteu muitas transações comerciais a novas obrigações. Pior ainda, os britânicos recusaram-se a permitir que os colonos comerciassem diretamente com outros países europeus. Somente mercadorias transportadas por navios britânicos registrados podiam ser exportadas ou importadas. Tendo

desenvolvido extensos elos comerciais com a Europa e outras partes das Américas, os atacadistas ressentiam-se profundamente desta tentativa dos negociantes britânicos em monopolizar o comércio americano.

INSATISFAÇÃO CRESCENTE

As treze colônias ostentavam 2,5 milhões de habitantes e a segunda maior cidade de fala inglesa do mundo (Filadélfia, por volta de 1770). As taxas e restrições comerciais britânicas causaram impacto em gente rica e com consciência política, não colonos primitivos à margem do mundo informado. Advogados e intelectuais, como o jovem John Adams de Massachusetts e Benjamin Franklin, cujas teorias científicas e ideias iluministas ganharam plateia na Europa, desenvolveram argumentos políticos que solapavam as alegações britânicas de poder sobre as colônias.

Negados os seus direitos, os americanos se tornaram mais radicais e insatisfeitos. Em 1770, protestos contra novas obrigações sobre o chá e a queda geral no comércio levaram a um confronto sangrento em Boston entre manifestantes locais e a guarnição britânica, deixando cinco americanos mortos. Este Massacre de Boston assinalou o primeiro derramamento de sangue entre americanos e as tropas britânicas. Em dezembro de 1773, alguns bostonianos, disfarçados de índios, empenharam-se num protesto simbólico ao subirem a bordo de navios britânicos no porto e jogarem no mar caixas de chá de alta tributação. Esta Revolta do Chá de Boston obrigou o Parlamento britânico a punir a cidade pelo fechamento de seu porto, o que contrariou muitos outros americanos. Não obstante, o Parlamento continuou a criar legislação para as colônias na década de 1770, surdo às palavras de ordem cada vez mais populares: “Nenhuma taxação sem representação.”

O PRIMEIRO CONGRESSO DA AMÉRICA



Este cartum do *The Broadside*, da época do Massacre de Boston, critica as políticas britânicas contra as colônias, retratadas como matar a gansa que punha ovos de ouro.

Tendo sido negada a representação no distante Parlamento londrino, as assembleias coloniais formaram seu próprio corpo representativo na América do Norte em desafio à Inglaterra e, em setembro de 1774, reuniram-se pela primeira vez como um Congresso continental para discutir suas queixas. Concordaram em

boicotar as mercadorias britânicas em retaliação às medidas impostas a eles. Protestos e motins refletiam a crescente desunião com a Grã-Bretanha e, em 19 de abril de 1775, tropas se enfrentaram em Lexington, nos arredores de Boston, Massachusetts. Embora a guarnição britânica em Boston esperasse se apoderar do arsenal da milícia local, os irregulares americanos a forçaram a bater em retirada com o emprego de táticas de guerrilha. Em breve, as tropas britânicas se viram sitiadas pelo embrionário Exército Continental.



A travessia do rio Delaware por Washington, em dezembro de 1776, precedeu seu ataque de surpresa aos britânicos na batalha de Trenton no dia seguinte, mudando o rumo da guerra.

Uma vez irrompida a guerra, os rebeldes não mais podiam voltar atrás. Um líder, Patrick Henry, declarou: “Deem-me a liberdade ou deem-me a morte.” O Congresso Continental aprovou a Declaração de Independência esboçada por Thomas Jefferson em 4 de julho de 1776, que resultou da separação com a Inglaterra. Ela fixava tanto a nova teoria americana do direito inalienável de autogestão quanto uma extensa lista de queixas contra os britânicos. A Declaração de Independência inspirou uma irrupção de iconoclasmo, e símbolos do domínio britânico foram derrubados e rasgados. Embora unidos no seu desafio ao domínio britânico, decorreram onze anos até que os

novos Estados Unidos adotassem uma constituição e formassem um estado federativo em 1787.

AS COLÔNIAS SE UNEM PARA A GUERRA

Apesar da incerteza a respeito da natureza de sua união, em 1776 os estados separados que formavam as colônias começaram a coordenar um esforço de guerra contra a Inglaterra, enquanto esta, por sua vez, despachou um exército para reprimir a rebelião.

A sabedoria da observação de Benjamin Franklin: "Estejam certos de que se não formos enforcados juntos, o seremos certamente em separado", encorajou até mesmo os rebeldes mais tacanhos a reconhecer que cada colônia tinha de cooperar a fim de evitar a reconquista pelos britânicos. O virginiano George Washington, que serviu na guerra contra a França, foi designado comandante em chefe.

GUERRA NA FRONTEIRA

O governo britânico presumia que suas forças regulares logo esmagariam os rebeldes. Embora tivessem superioridade convencional, elas enfrentavam um novo tipo de guerra. O líder rebelde Alexander Hamilton instou as forças americanas a evitar o tipo de batalha para a qual as tropas britânicas estavam treinadas e em vez disso fustigá-las e exauri-las com escaramuças frequentes. Já em 1775, em Lexington, os americanos alarmaram os ingleses ao se recusarem a combater convencionalmente em formação no campo de batalha, preferindo atirar neles por detrás das árvores e outros locais, nada de acordo com a ética cavaleiresca. Com a sua tradição de fronteira, os americanos usavam táticas de fustigar e fugir para interromper o suprimento britânico, forçando-os a empregar homens em excesso na defesa da guarnição. A guerra era impopular na Inglaterra, onde líderes políticos argumentavam em favor de ouvir as exigências dos americanos e tentar manter um compromisso com eles. Incapaz de recrutar homens dispostos a lutar na América, o governo de George III contratou 40 mil mercenários de lugares como o estado alemão de Hesse para guarnecer a América do Norte. Isto

enraiveceu os americanos e fortaleceu sua resistência.

Tentar travar uma guerra longínqua dificultava demais o planejamento e a coordenação estratégica. Quando os britânicos tentaram dividir as colônias ao enviar um exército descendo do Canadá para parti-las em dois, os americanos os forçaram a uma exaustiva marcha através de mata fechada na ponta oriental das colônias. Em Saratoga, em outubro de 1777, os britânicos foram finalmente cercados e forçados a se render.

Saratoga mudou radicalmente a situação na América e no exterior. Pela primeira vez os americanos tinham derrotado um exército britânico em batalha. As duras condições do inverno de 1776-7, quando o exército de Washington ficou reduzido a um amontoado de poucos milhares de homens esfarrapados, cederam lugar ao otimismo e arregimentaram mais americanos para sua nova bandeira estrelada. Como em outras revoluções e guerras de libertação, rivais dos britânicos acossados agarraram a oportunidade de vingar derrotas passadas. Oponentes de longa data, França e Espanha juntaram-se à rixa, embora falhassem em reconhecer o risco de a ideologia americana infectar suas próprias colônias.

A amplitude da guerra desviou recursos britânicos de outras áreas de combate, mas *isto também* encorajou seus generais a adotar uma estratégia mais arriscada na esperança de nocautear os americanos antes que chegasse ajuda excessiva da França. As forças britânicas tentaram destruir a resistência ao lançar uma campanha de varredura através das colônias do sul em 1780-1781, mas forças monarquistas locais não puderam manter resistência contra as tropas de Washington sem apoio britânico. Já em 1776, o comandante em chefe inglês, Henry Clinton, admitia: “Não existe agora na América número suficiente de amigos do governo [britânico] para se defenderem quando as tropas se retiram.” A Inglaterra carecia de forças para manter o território, e Londres não podia se dar ao luxo de enviar mais tropas através de 3 mil milhas do Atlântico enquanto se intensificava a guerra com a vizinha França.

A BALANÇA SE INCLINA

Sem a assistência francesa, particularmente no mar, a guerra

poderia ter se arrastado por anos. Voluntários franceses como o marquês de Lafayette, que abraçou as ideias revolucionárias americanas e mais tarde representou um papel de vulto na Revolução Francesa, ajudaram as forças de Washington, mas a chegada de tropas regulares francesas e suprimentos fez a balança pender cada vez mais contra os britânicos, mesmo em batalhas formais. A marinha francesa, reconstruída a um custo imenso desde 1763, também representou um papel importante ao bloquear as forças britânicas na América do Norte e atrair seus recursos para o sul a fim de defender as colônias das Índias Ocidentais.

A combinação do exército de Washington com a marinha francesa resultou em decisiva derrota britânica em Yorktown, na costa da Virgínia, em outubro de 1781. O comandante britânico, lorde Cornwallis, descobriu seu exército sitiado entre os americanos em terra e os franceses no mar, sendo forçado a uma rendição humilhante, durante a qual uma banda tocava “O mundo virou de cabeça pra baixo”.

INDEPENDÊNCIA FINALMENTE

Incapaz de substituir o exército de campo derrotado, o domínio inglês finalmente caiu nos locais ainda guarnecidos por tropas britânicas. Lorde North, o primeiro-ministro, admitiu: “Está tudo acabado.” A paz e o reconhecimento da independência americana vieram em 1783.

Cortados os vínculos com a Inglaterra, americanos remanescentes que a haviam apoiado foram vistos como traidores. Após 1783, mais de 100 mil fugiram para o Canadá ou voltaram para a Inglaterra. Uns poucos linchamentos e muita pilhagem os encorajaram a partir. Comparada com revoluções posteriores, porém, a Revolução Americana testemunhou bem pouco derramamento de sangue. Isto refletia como os revolucionários se viam como herdeiros da regra britânica do respeito à lei, que o Parlamento inglês arbitrariamente lhes negou. A Revolução Americana contra o domínio britânico baseou-se nos princípios e direitos que os britânicos reclamaram para si em 1688. Os ideólogos da revolução, como Thomas Jefferson e Benjamin Franklin, tinham transformado aquelas reivindicações em

direitos universais. Isto se alinhava com o pensamento iluminista na Europa, onde as reivindicações de tradição e direito hereditário eram desafiadas cada vez mais nos círculos intelectuais.

O IMPACTO DAS IDEIAS AMERICANAS

O sucesso francês na guerra de independência americana demonstrou ter sido uma vitória de Pirro para o seu jovem rei Luís XVI. Não só fez com que as ideias radicais americanas acerca de liberdade e democracia retornassem com os soldados franceses, como Lafayette, mas também tornou as dívidas de guerra inteiramente fora de controle, causando uma crise financeira na França e eventos que levaram ao colapso da sua monarquia absolutista em 1789.

O vasto império latino-americano da Espanha foi também sacudido pelos efeitos da guerra. O reconhecimento invejoso de que os norte-americanos tinham determinado seu próprio destino e cortado rígidos vínculos com uma distante metrópole europeia inspirou as colônias espanholas a fazer o mesmo.

As ideias americanas sobre poderes governamentais limitados e o federalismo aninhados na Constituição ofereciam um modelo de democracia política com enorme influência em nossa própria época.

Sua ênfase nos direitos individuais e limitações sobre os poderes do governo era completamente nova. Revoluções e reformas políticas subsequentes levaram outros a esboçar constituições, imitando os direitos e mecanismos de governo inseridos na constituição americana, mas nenhuma teve vida longa. A divisão constitucional do poder político entre o presidente executivo eleito e o Congresso legislativo, tendo a Suprema Corte como um cão de guarda em cima de ambos e sobre os governos dos estados individuais que constituíram os Estados Unidos, veio a ser a mais elástica constituição escrita da história, que sobreviveria à Guerra Civil na década de 1860 e aos mais recentes levantes sociais e econômicos.

Encurralado pelas forças navais francesas e acossado pelo Exército Continental, o general Cornwallis, comandando quase 8 mil soldados britânicos, rendeu-se em Yorktown em 19 de outubro de 1781.



FRANÇA, 1789

A tomada da Bastilha, a prisão-fortaleza em Paris, em 14 de julho de 1789, é uma das imagens permanentes da revolução — um retrato falado da insurreição de um povo que derrubou uma das monarquias mais poderosas e repressivas do mundo. Com idealismo e violência no coração, a Revolução Francesa, mais até do que a Guerra de Independência americana, tornou-se um padrão para se entender as revoluções futuras.

UMA MONARQUIA FALIDA

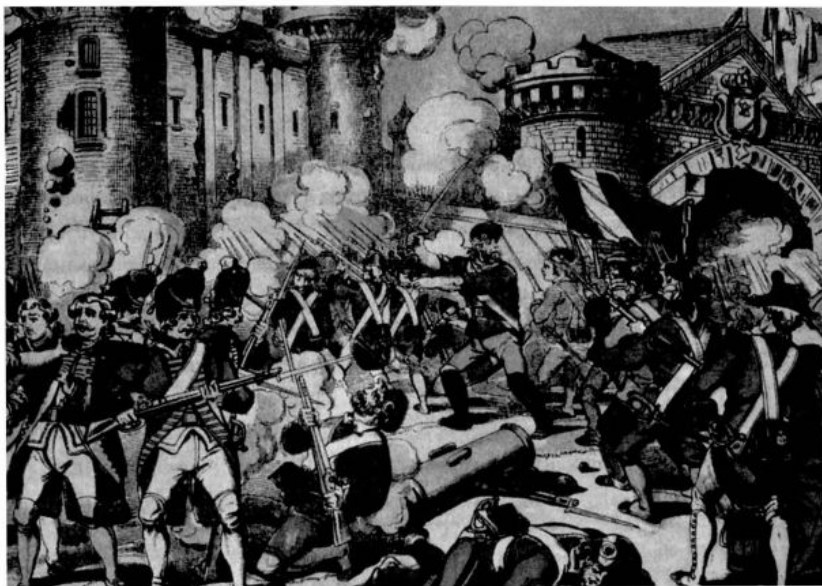
Em 1774, o jovem Luís XVI assumiu o trono mal preparado para a tarefa. Embora consciencioso e bem-intencionado, ele fracassou na abordagem dos problemas que afligiam a monarquia e a sociedade francesa. Sua rainha austríaca, Maria Antonieta, presidia sobre a nobreza da corte, cuja vida pródiga era alvo de mexericos e criticada pelas massas excluídas e oprimidas. Os excessos da rainha foram amplamente responsáveis pela dívida externa francesa. O custo da ajuda à independência americana em 1783 e o subsequente rearmamento da França só vieram a aumentar os infortúnios financeiros da monarquia.

Ao contrário do governo britânico, o rei da França não tinha nenhum meio eficaz de elevar a receita das fontes lucrativas na França. Seus ancestrais haviam concordado em isentar as propriedades tanto da nobreza quanto da Igreja Católica de taxaçaõ direta em troca de sua lealdade e a aceitaçaõ do poder monárquico absoluto. A tributaçaõ direta recaía sobre os mais pobres, que tinham de pagar a onerosa taxa *per capita* (a *taille*). No final da década de 1780, a taxaçaõ mal cobria os juros da dívida monárquica.

UM DESAFIO CONSTITUCIONAL

A falência levou Luís XVI e seus conselheiros a reconhecer que o rei não podia resolver sozinho os problemas da França. Pela primeira vez desde 1614, o rei convocou representantes de seus súditos para os Estados Gerais — um agrupamento do clero, nobreza e plebe (o Terceiro Estado) — em maio de 1789. Ele esperava que todos zelosamente concordariam com os novos tributos e com a reduçaõ dos privilégios da elite. No entanto, os representantes do Terceiro Estado, aliados a nobres progressistas e um punhado de clérigos, desafiaram toda a maneira como a França tinha sido governada por dois séculos.

Este panfleto mostra dramaticamente a Tomada da Bastilha em 14 de julho de 1789, quando uma turba de mais de trinta sedentos de sangue sitiou a fortaleza, revoltados pelos tributos exorbitantes.



Quando o rei se recusou a ouvir as exigências radicais de que os três Estados se reunissem como uma câmara na qual predominaria o Terceiro Estado, e ordenou a dissolução dos Estados Gerais em junho de 1789, os representantes o desafiaram abertamente e se declararam à Assembleia Nacional, representando todo o povo da França.

Este desafio constitucional uniu-se ao *momentum* concentrado de sublevação social que varria a França. A década de 1780 testemunhara a explosão demográfica francesa enquanto o mau tempo e práticas agrícolas ultrapassadas contribuíam para escassez de alimentos e inflação, ameaçando a sobrevivência de milhões de pobres.

REFORMAS DRÁSTICAS

O impasse entre o rei e a Assembleia Nacional chegou ao clímax com os eventos de 14 de julho. Rumores de que o rei ia dissolver a Assembleia e repudiar suas dívidas, além do clamor público pelo alegado desvio de alimentos por parte de funcionários monárquicos, que lucravam ao revendê-los a alto preço, incitaram a revolta nas

ruas de Paris. Ao invés de reprimir as turbas, as tropas do rei juntaram-se a elas. Em revoltas por toda a França, soldados recusaram-se a defender as autoridades.

Luís XVI capitulou por fim às exigências da Assembleia Nacional e reformas drásticas aboliram as distinções seculares de classe entre a nobreza e o cidadão comum. No final de agosto de 1789, a Declaração dos Direitos do Homem proclamou que “os homens nasceram livres e iguais nos seus direitos” e repudiou as teorias tradicionais do direito divino dos reis para governar ao declarar que “a fonte fundamental de toda soberania reside na nação”. No futuro os cidadãos da França iriam decidir sobre as leis que os governariam.

A Declaração dos Direitos do Homem resumia o pensamento iluminista do século XVIII, com sua crítica às diferenças hereditárias com sanção divina. Os privilégios de reis, nobres e bispos deveriam ser substituídos por igualdade perante a lei e direitos iguais. O lema revolucionário “Liberdade, Igualdade, Fraternidade” parecia prestes a ser posto em prática, mas as pressões que detonaram a revolução mal haviam se esgotado.

A VIOLÊNCIA VARRE A FRANÇA

Embora os parisienses tivessem sido cruciais em desestabilizar a engrenagem do governo central e forçar Luís XVI a fazer uma série de concessões, a França ainda era, claro, uma sociedade amplamente rural. Nas províncias, os camponeses revoltaram-se contra seus senhores feudais. Esta desordem disseminada estilhaçou o velho regime e impeliu os membros da Assembleia Nacional, muitos deles das antigas classes privilegiadas, a tentar acalmar a situação em 4 de agosto de 1789, ao proclamar a destruição “do regime feudal na sua integridade”. No entanto, camponeses que tinham sonhado com a libertação de todas as obrigações e restrições impostas sobre eles pela nobreza enfureceram-se ao descobrir que a Assembleia Nacional esperava que eles pagassem pelo privilégio da abolição de muitos desses direitos feudais. Esta decepção radicalizou muitos camponeses e enfraqueceu o pouco que restava da autoridade monárquica. Camponeses saquearam as mansões da nobreza rural,

destruindo registros de arrendamentos e obrigações feudais.

Ressentimento permanente de antigos privilégios, temores sobre suprimento de comida e suspeitas a respeito da sinceridade do rei em aceitar a revolução, tudo isto fez com que as reformas aprovadas pela Assembleia Nacional não acalmassem o ânimo popular, especialmente em Paris. Em outubro de 1789, Luís enfrentou nova humilhação quando uma grande multidão liderada por mulheres pobres marchou até Versalhes e forçou a família real a regressar com eles a Paris como prisioneiros. Lafayette, comandante da nova Guarda Nacional (formada para proteger a revolução de retrocesso), poupou o rei de violência. Mas a influência de moderados como Lafayette, que se espelhava no modelo político americano, ia se desvanecendo enquanto forças mais radicais emergiam com o colapso do poder monárquico.

NASCE UMA REPÚBLICA

Os irmãos de Luís XVI e muitos nobres fugiram para o exterior a fim de procurar ajuda de companheiros monarcas. O temor desses emigrados, em combinação com reveses econômicos contínuos, impeliu a revolução a um ciclo de violência crescente. A tentativa de Luís XVI de fugir da França, em junho de 1791, confirmou as desconfianças dos radicais a seu respeito. A invasão da França em 1792, por tropas austríacas e prussianas determinadas a restaurar o pleno poder a Luís XVI, condenou a monarquia e a família real. Sem se deixarem intimidar pelos invasores, os parisienses invadiram o palácio de Luís XVI nas Tulherias, massacraram os guardas e criados remanescentes do rei e fizeram a família real prisioneira.

Foi proclamada uma república. Para simbolizar uma ruptura completa com o passado, um novo calendário foi adotado para substituir o cristão antigo, os nomes dos dias e meses sendo trocados e uma semana de dez dias introduzida junto com o sistema decimal. Os republicanos viam a Igreja Católica como um bastião da velha ordem e em 1794 estavam tentando reprimi-la. Os títulos foram abolidos e todos se tornaram simplesmente “cidadãos”.

UMA ÉPOCA DE GUERRA EM MASSA

A nova república nasceu em circunstâncias selvagens em setembro de 1792, quando suspeitos de apoiar a monarquia foram massacrados enquanto o exército prussiano se aproximava de Paris. A invasão estrangeira provocou uma onda de nacionalismo. Para conter os soldados profissionais prussianos, a nova república convocou um *levée en masse*, no qual todos os franceses podiam ser alistados para defender a revolução. Liderados por um núcleo de ex-oficiais do rei e inspirados pelo idealismo revolucionário, este novo exército de massa expulsou os prussianos, usando novas táticas ousadas no campo de batalha. Em vez de guerras entre exércitos profissionais mercenários, os franceses lançaram uma era de guerra em massa. Enquanto o novo regime combatia inimigos externos e a sublevação econômica, as tensões se avolumavam em Paris, estimulando temores de sabotagem por parte de simpatizantes da monarquia. O terror alcançou uma intensidade febril e o ex-rei caiu como sua primeira vítima. Os republicanos radicais pretendiam fazer do julgamento e execução de Luís XVI um rompimento decisivo com o passado. (Foi também uma reversão da sua abolição da pena de morte, certa vez um símbolo da crueldade do velho regime.)

RETROCESSO CONTRARREVOLUCIONÁRIO

Os republicanos acharam que com o ex-rei morto a contrarrevolução entraria em colapso. Mas a crítica ao novo regime persistia. No campo, especialmente no sul e no oeste, agitava-se a rebelião aberta. Muitas pessoas comuns se ressentiam dos encargos de conscrição, de tributação de guerra e da tendência antirreligiosa dos revolucionários parisienses. A oposição rural à rebelião, combinada com os boatos sobre conspiradores contrarrevolucionários em conluio com refugiados no exterior, estimulou uma determinação selvagem em esmagar a oposição. O pânico em massa ficava pior à medida que a guerra civil acrescia problemas como escassez de alimentos.

Em vez de sufocar a contrarrevolução, o julgamento espetaculoso do cidadão Luís Capeto (para dar o nome de família do rei) em janeiro de 1793 e o julgamento e execução de sua viúva, Maria

Antonieta, agiram como um degrau para um reinado de terror e paranoia mais amplo. Em breve a perseguição a inimigos reais e imaginados da revolução espalhou-se como um rastilho de pólvora.

O REINADO DO TERROR

Num reinado que veio a ser conhecido como “o Terror”, instituições como o Comitê de Salvação Pública estabeleceram um regime implacável e arbitrário. Era justificado por um apelo à simplista mentalidade “nós-contra-eles”. Robespierre insistia em que “o povo fosse a única soberania” em maio de 1793, dividindo a população da França em “o povo e seus inimigos”. Leis revolucionárias não davam nenhum direito àqueles suspeitos de oposição ao povo. Os tribunais interpretavam “falta de entusiasmo” pela revolução como prova de culpa; portanto, todo aquele que não tivesse participado de manifestações de apoio às novas autoridades podia ser levado a julgamento. Cidadãos comuns passaram a denunciar vizinhos como sendo “aristocratas”, um termo que agora designava qualquer um suspeito de opor-se à revolução.



Esta ilustração e sua legenda brincam com as palavras francesas de pronúncia similar para austríaco e avestruz, uma referência não muito sutil a Maria Antonieta e seu gosto pelo luxo.

Um tribunal revolucionário foi estabelecido para aplicar justiça sumária. Em junho de 1794, foi proclamado que “a punição para todos os delitos dentro da jurisdição do Tribunal Revolucionário é a morte”. Cerca de 30 mil franceses foram denunciados como “inimigos do povo” e guilhotinados entre os anos de 1793-1794. A maioria era de gente comum que entrava em choque com delatores na atmosfera de suspeita gerada por invasão estrangeira, escassez de alimentos e boatos de complôs. O Terror supostamente visava intimidar reacionários à obediência, mas na prática também aterrorizava adeptos da república. A revolução estava devorando a si mesma.

A própria radicalização do Terror estava minando Robespierre e seus colegas. Os revolucionários temiam por sua própria segurança, e multidões parisienses, desmoralizadas pela hiperinflação e escassez,

não mais acompanhavam os radicais. Um grupo dentro do regime republicano decidiu coletar quaisquer acusações contra eles para encenar um golpe preemptivo contra Robespierre ao final de julho de 1794. Junto com seu irmão e outros “terroristas” importantes, Robespierre foi arrastado à guilhotina no décimo dia do mês conhecido como Thermidor. O Thermidor veio a simbolizar nas revoluções o momento em que os radicais são derrubados por seus camaradas mais moderados e o ímpeto pela perfeição revolucionária é temperado por política pragmática. As esperanças dos emigrados de que a queda de Robespierre produziria uma reação a favor da monarquia logo murcharam. A República se estabilizou sob o governo de um Diretório de cinco homens a partir de 1795.

Embora os monarquistas exilados esperassem que a sangria do Thermidor de 1794 fosse um prelúdio para a restauração da monarquia, os novos governantes mostraram-se determinados a manter a república. Tomaram duras medidas para conter os contrarrevolucionários e continuaram com a guerra no exterior.

A ASCENSÃO DO NACIONALISMO

A Declaração francesa dos Direitos do Homem foi vista como subversiva e ameaçadora por monarcas de toda a Europa e provocou intervenção internacional em 1792. Após repelir os invasores, as tropas francesas enxamearam na direção leste através do Reno, disseminando ideias revolucionárias e a abolição do regime feudal à medida que avançavam. Repúblicas novas brotaram nos Países Baixos, na Suíça e bem mais ao sul como em Nápoles, numa imitação da França.

Mas apesar de toda retórica francesa acerca de direitos do homem e irmandade universal, a guerra promoveu um novo e surpreendente fenômeno de nacionalismo reacionário. A princípio o nacionalismo francês foi defensivo e surgiu enquanto o país resistia à invasão, mas com a vitória veio uma feia reviravolta. O sucesso militar da França foi tomado como prova da sua superioridade, e ao longo dos 20 anos seguintes as conquistas francesas provocaram insurreições nacionalistas na Espanha e na Alemanha e ajudaram a alimentar a disseminação de nacionalismos mutuamente exclusivos e hostis

através da Europa por todo o século XIX.

A guerra promoveu a influência política de generais bem-sucedidos. Ninguém soube melhor como transformar a glória militar em poder político do que um corso de 30 anos de idade: Napoleão Bonaparte. Em novembro de 1799, ele encenou o primeiro golpe de estado, tomando o controle da França, que estava enfraquecida por anos de guerra, inflação e escassez. De início, a maioria do povo francês aceitou o novo governante autoritário que satisfez muitos reacionários ao declarar que a revolução “está encerrada” após dez anos de revolta, enquanto também confortava muitos radicais ao recusar-se a reverter as diversas mudanças sociais e legais da revolução. Isto levou à completa derrota militar do imperador autoproclamado em 1815 para restaurar a monarquia. Mesmo assim, quando o novo rei Luís XVIII retornou após Waterloo, ele teve de aceitar que a revolução de 14 de julho de 1789 havia alterado a paisagem política para sempre. Sublevações repetidas em 1830, 1848 e 1871 provaram que os ideais de 1789 e o turbilhão social na França estavam longe de mostrar exaustão.

OS EFEITOS DE 1789

O impacto da Revolução Francesa foi sentido muito além dos estados europeus fronteiriços à nova república francesa na década de 1790. Os ideais revolucionários franceses foram disseminados através de boa parte da Europa tanto por seus exércitos quanto por simpatizantes. Ficou famosa a resposta do revolucionário comunista chinês, Chu En-lai, quando indagado sobre o impacto da Revolução Francesa na história mundial: “É muito cedo para dizer!”

Já nos anos 1790, choques retardados dos desdobramentos radicais na França repercutiram através do Atlântico. As ideias francesas de soberania popular e o efeito das guerras revolucionárias em separar as colônias espanholas da América Latina da sua metrópole, que foi ocupada por Napoleão em 1808, significavam que aspirações por independência alçavam voo a partir do México, ao norte, e viajavam até Argentina e Chile, no sul.

A figura mais carismática nas lutas latino-americanas, o venezuelano de 25 anos, Simón Bolívar, agitou pela independência

em 1808 na Venezuela e depois na Colômbia. A cruzada de Bolívar foi inicialmente reprimida por monarquistas espanhóis, resultando no seu exílio nas Antilhas. Mas ele voltou, indomável, em 1817, e tornou-se a figura focal na mobilização de uma aliança de ricos latifundiários, de interesses urbanos e dos pobres. Bolívar exibiu habilidades militares autodidatas dignas de um Aníbal nas suas campanhas épicas para expulsar os monarquistas, que o levaram a transpor os Andes e se aprofundar no Peru e sul do Chile. Lamentavelmente, sua aspiração por uma república americana panlatina se estilhaçou quando as elites locais, que haviam ficado felizes por ele expulsar os espanhóis, recusaram-se a dar-lhe o controle da região. Suspeitoso da democracia em um continente amplamente iletrado, Bolívar via-se como um líder natural, um ditador expressando a vontade do povo. Embora sincera, sua crença criou um precedente perigoso para futuros generais se considerarem como salvadores nacionais. Suas esperanças para a unidade latino-americana foram frustradas pelas elites locais que ele ajudou a chegar ao poder contra a Espanha e ele amargamente assinalou: “Aqueles que fizeram a revolução lavraram o mar.”

COLÔNIAS DESESTABILIZADAS

A Declaração dos Direitos do Homem em Paris em 1789 impôs um dilema para as colônias francesas e causou especial impacto nas valiosas ilhas do Caribe, onde uma minúscula elite branca de fala francesa governava sobre escravos negros e subordinados de raça mista (mulatos). Saint-Domingue, atual Haiti, produzia quase metade das divisas francesas com suas vastas plantações de cana-de-açúcar.

Quando as notícias da Revolução alcançaram o Haiti em 1790, um mulato local foi torturado até a morte por sugerir que a colônia adotasse os novos direitos estabelecidos na França. O presidente da assembleia colonial local, formada exclusivamente por brancos, declarou peremptoriamente: “Não trouxemos meio milhão de escravos das costas da África para torná-los cidadãos franceses.” Em 22 de agosto de 1791, irrompeu a luta entre escravistas brancos e tropas francesas contra os escravos rebeldes; muitas plantações de cana-de-açúcar e engenhos foram destruídos por ex-escravos

ressentidos, revertendo a economia àquela de um estado primitivo. Depois das notícias da execução do rei em 1793 uma república foi proclamada. A república francesa aceitou o líder haitiano, François Dominique Toussaint, e até 1802 ele foi o governante efetivo do Haiti, tentando estabelecer um governo esclarecido baseado em tal sublevação.

O regime napoleônico na França cancelou a abolição da escravidão feita pela República. Toussaint foi astuciosamente induzido para a volta do cativeiro, e uma guerra de libertação nacional irrompeu. Os haitianos apelaram aos ideais da Revolução Francesa para desmoralizar os invasores, que lutavam debaixo de dificuldades e condições insalubres. Então, em 1804, seu novo líder, Jean-Jacques Dessalines, parodiou Napoleão ao proclamar-se imperador. Dessalines foi um herói da luta anticolonialista, mas suas rígidas políticas em relação aos mestiços haitianos levaram ao seu assassinato em 1806. Embora o Haiti independente fornecesse um modelo de revolução anticolonialista bem-sucedida, a destruição das plantações e engenhos reduziu à pobreza a ilha que já fora rica. A má vontade dos franceses em estender os direitos humanos aos seus súditos negros detonou a selvagem revolta haitiana. A trágica história pós-colonial do Haiti mostra como transferir os ideais da Revolução Francesa provou-se mais fácil de dizer do que fazer.

Na Europa, o sucesso de Napoleão em derrubar velhas monarquias e sua tentativa de impor governantes fantoches como seu irmão José na Espanha em 1808 provocaram resistência maciça. Na Espanha, a nobreza rural e o clero tornaram-se os pontos focais de um emergente movimento de guerrilha contra a ocupação francesa. Um elemento importante na revolta espanhola foram os liberais autoproclamados, que declararam uma constituição para a Espanha em 1812 e fixaram os ideais da Revolução Francesa contra os invasores. Guerrilheiros e liberais provariam ser o legado duradouro da resistência espanhola a Napoleão, sobrevivendo ao seu contexto espanhol.

RÚSSIA, 1917

A Revolução Russa em 1917, como a Revolução Francesa, foi

estritamente observada como um modelo para o futuro com esperança de alguns e medo para outros ao redor do mundo. O estabelecimento do primeiro regime reconhecidamente comunista do mundo e sua sobrevivência exitosa na amarga guerra civil que se seguiu à tomada do poder por Lenin, em novembro de 1917, transformaram a Revolução Russa num evento que servia como ponto de referência.

De uma insurreição popular espontânea contra o desacreditado regime imperial, que irrompeu no terceiro ano da Primeira Guerra Mundial, em fevereiro de 1917, a Rússia viu uma radicalização sem precedentes de sua situação enquanto os antes marginalizados comunistas, liderados por Vladimir Lenin, moviam-se para o centro dos acontecimentos por causa da compreensão intuitiva que seu líder tinha do ânimo popular — e do fracasso de seus rivais em conquistar opinião pública ou se organizarem eficazmente para escarnecer dela.

A Rússia fluiu bem por décadas antes de 1917, enquanto o regime imperial tentava conciliar a modernização da economia e das forças armadas para preservar a posição da Rússia como uma grande potência com o governo autocrático ao qual nenhum czar queria renunciar.

A drástica mudança social nas décadas que precederam a Primeira Guerra Mundial desestabilizou a sociedade russa. A mistura de tecnologias ocidentais com as antiquadas técnicas agrícolas significava que a Rússia tinha o tipo de desenvolvimento desigual que incentivava o protesto social e político em tantos países em desenvolvimento à medida que o século XX progredia. Isto foi o que tornou a revolução de Lenin tão influente da China à América Latina.

Ignorando os avisos de seus conselheiros de que outra guerra recriaria as condições revolucionárias de 1905 (ver p. 122), o czar Nicolau II mergulhou a Rússia na Primeira Guerra Mundial em 1914, confiante em que suas forças logo venceriam e que as metas imperiais de longo prazo, como a captura dos Estreitos em Constantinopla, seriam levadas a cabo. Para o povo russo comum, estas ambições eram tão irrelevantes quanto a guerra na Manchúria dez anos antes, mas a Alemanha era um inimigo ainda mais perigoso do que fora o Japão em 1904-1905.

UMA GUERRA INSUSTENTÁVEL

Por três anos o exército russo foi forçado pelos alemães a recuar para o interior de seu próprio império, sofrendo perdas enormes em homens e armamento. Somando-se a tais perdas, o esforço de guerra foi pessimamente organizado. Mesmo quando a munição era produzida com fartura, as tropas eram mal supridas devido ao sistema de transporte inconfiável. A ferrovia era incapaz de suprir tanto a frente de combate quanto as grandes cidades. Em consequência, a capital, Petrogrado (rebatizada de São Petersburgo para fazer parecer menos germânico), vivenciou grave escassez de comida e combustível ao final de 1916 e os preços dispararam, fora de controle.

Tendo assumido o comando do exército derrotas enquanto sua esposa Alexandra, nascida na Alemanha, ficava encarregada da capital. Tanto o czar quanto a czarina viram-se perigosamente isolados da opinião pública e alheios à crise interna cada vez maior. Em particular, eles confiavam no apócrifo homem santo, Rasputin, que parecia exercer estranha influência sobre a aflitiva hemofilia do filho deles. Falsos rumores sobre o relacionamento da czarina com Rasputin e histórias autênticas sobre sua corrupção juntaram-se às más notícias da frente de combate e das dificuldades internas para desacreditar a família imperial. Em dezembro de 1916, aristocratas insatisfeitos mataram Rasputin, desencadeando o deslizamento do país para a revolução.



A proteção que a czarina dispensava ao mal-afamado curandeiro Rasputin foi um fator-chave em macular a reputação da família imperial.

No início de março de 1917, operários em Petrogrado protestaram contra o regime imperial. Superada pela turba, a polícia convocou tropas. Os soldados, porém, juntaram-se aos manifestantes em 8 de março. Oficiais que tentaram conter o motim foram baleados por seus próprios comandados e os revolucionários assumiram o controle de Petrogrado.

O czar tentou retornar a Petrogrado para reprimir a desordem, mas foi impedido de fazê-lo por uma greve de trabalhadores ferroviários. Confrontado por distúrbios e greves, e abandonado pelos seus próprios generais, Nicolau II abdicou. Seu filho e seu irmão também renunciaram ao trono e, da noite para o dia, a Rússia tornou-se uma república.

Liberais moderados e socialistas da Duma, o parlamento russo, foram catapultados a postos ministeriais como membros do governo provisório. Desnorteados pela proporção dos problemas que a Rússia enfrentava, eles entenderam mal o ânimo popular. Sendo homens cultos, ministros como Alexander Kerensky buscavam na história

modelos sobre o que fazer. Somente a Revolução Francesa parecia fornecer um precedente óbvio para o que estava acontecendo na Rússia enquanto a velha ordem desabava. Não tinha a república francesa arregimentado apoio numa guerra de defesa contra os próprios alemães e austríacos que agora invadiam a Rússia?

Infelizmente para o governo provisório, o ânimo da Rússia em 1917 era muito diferente do da França em 1789. A saturação da guerra aferrava o país. Um político russo que sentiu o ânimo popular foi Vladimir Lenin, que estava exilado na Suíça quando a revolução irrompeu. Os alemães viam nesse pequeno partido radical um potencial criador de problemas, por isto devolveram Lenin à Rússia num trem lacrado (como um “bacilo da peste”, segundo Winston Churchill). Quando chegou a Petrogrado, em abril de 1917, Lenin tentou solapar o governo provisório e o esforço de guerra.

Lenin usava palavras de ordem tais como “Paz, terra e pão” e “Todo o poder para os soviets” como apelo às massas famintas e desiludidas. Ele também reconhecia a importância dos conselhos de soldados e operários, ou soviets, que haviam brotado em toda parte desde fevereiro, e o seu potencial para desafiar o governo provisório. Ao enfatizar que os soviets eram mais representativos do povo russo que o governo provisório, Lenin visava estabelecer uma estrutura de poder paralelo.

Para ganhar o controle dos soviets, entidades que com frequência não tinham papéis ou participação formais, Lenin usou táticas astuciosas. Ele dominava com mão de ferro sua própria maioria, ou a ala bolchevique do revolucionário Partido Social-Democrata Marxista Russo. Agora usava seus aliados para se infiltrar nos soviets. A hostilidade de Lenin à guerra atraiu muitos recrutas para sua causa. De fato, antes de Lenin voltar à Rússia, o sovieta de Petrogrado já havia desafiado o novo governo provisório quando ele votou sua primeira resolução, declarando que as tropas na guarnição da capital só pudessem ser enviadas para a frente de batalha com a permissão dos soviets.



Stalin, Lenin e Kalinin (da esquerda para a direita). Lenin confiava em táticas perspicazes para ganhar controle sobre os soviets, reconhecendo o potencial deles para desafiar o governo provisório.

A guerra continuou ao longo de 1917, e a inflação, escassez de comida e baixas de guerra afastaram o povo do governo provisório. No final de outubro, o partido de Lenin aumentara para 225 mil ativistas. Sua milícia, os Guardas Vermelhos, estava pronta para tomar Petrogrado. Enquanto isso, o apoio ao governo provisório havia minguado. Embora Lenin tivesse o partido melhor organizado, o apoio popular às suas metas comunistas empalidecia junto à desilusão do povo russo com o governo provisório. De fato, nas eleições para a Assembleia Constituinte que havia sido convocada para esboçar a constituição de uma nova Rússia, o partido de Lenin recebeu apenas 25% da votação, enquanto o resto da Rússia se mostrava dividido e passivo. Mesmo assim, Lenin reconheceu que a maioria do povo não se opunha a ele. Assim, em 6 de novembro de 1917, seus Guardas Vermelhos invadiram o quartel-general do governo provisório no Palácio de Inverno, em Petrogrado. Apenas um punhado de cadetes e um corpo militar feminino constituíam uma defesa desanimada.

UM NOVO ESTADO SOVIÉTICO

Embora o panfleto publicado de Lenin, *Estado e revolução*, argumentasse que depois de uma revolução proletária a polícia e os burocratas do estado desapareceriam, logo após seu golpe Lenin instituiu uma nova polícia secreta, a Cheka, para combater qualquer oposição contrarrevolucionária. O governo leninista também não permitiu a autogestão dos operários na indústria, e estava tão ansioso

em recuperar a produção a qualquer custo que permitiu que ex-gerentes capitalistas dirigissem as fábricas como “especialistas burgueses”.

Para acalmar a população enquanto o novo governo soviético se estabelecia, Lenin e seu braço direito, Trotski, aprovaram dois importantes decretos que convocavam os estados em guerra a fazer a paz e dizer aos camponeses russos que dividissem a terra entre eles.

O Decreto da Terra era um meio astuto de destroçar a única força capaz de desafiar os novos governantes autoproclamados da Rússia. Como Lenin havia esperado, o exército se esfacelou quando seus soldados camponeses voltaram para casa a fim de participar da divisão de terra. Lenin fez a paz com a Alemanha.

Em março de 1918, Lenin concordou com os duros termos do Tratado de Brest-Litovsk, concedendo vastas áreas da Rússia ocidental para a Alemanha e seus aliados. Embora a pílula fosse amarga de engolir, Lenin estava convencido de que tinha salvado a revolução. De fato, estava esperançoso de que países como a Alemanha logo seguiriam o modelo soviético. Como bom marxista, Lenin acreditava que as revoluções comunistas iriam ocorrer naturalmente nas sociedades mais industrializadas e urbanas do mundo, onde mais da metade da população era formada pela classe operária industrial. A revolução russa foi uma anomalia para Lenin porque ocorreu numa sociedade amplamente rural, mas ele sentia que em breve seria retificada pela disseminação da revolução para os estados mais avançados do Ocidente, como a Alemanha, que então ajudariam a modernizar a Rússia.

Fosse lá o que Lenin esperasse, na primavera de 1918, as forças Brancas anticomunistas, amplamente compostas de ex-oficiais do exército imperial que viam a paz de Lenin com a Alemanha como traição, mas que também eram profundamente hostis ao comunismo, voltaram a atacar nas orlas da Rússia. Recebiam apoio da Grã-Bretanha, França e América, que viam o governo de Lenin como um fantoche da Alemanha, devido a sua retirada da guerra.

Mas os Brancos ficaram em desvantagem na guerra civil subsequente. Os aliados de Lenin controlavam o núcleo da Rússia europeia com base em Moscou, que agora se tornou a capital do estado soviético. Usando os recursos de cidades como Moscou e

Petrogrado, Trotski dotou o Exército Vermelho de uma força de três milhões de homens. Os exércitos dos Brancos espalhados pela Rússia nunca poderiam dispor de tais números e tinham dificuldades de coordenar suas operações através de vastas distâncias.

OS BRANCOS ESMAGADOS

Os generais Brancos controlavam a política de suas áreas, mas eram propagandistas medíocres. Muito embora eles não tencionassem restaurar o impopular Nicolau II ou a servidão, o que muitos camponeses temiam, os generais não fizeram esforço sério para contestar as alegações comunistas em contrário. Por outro lado, Lenin e Trotski ofereciam palavras de ordem populistas brincando em cima dos medos das massas.



"Longa vida para o quinto aniversário da Grande Revolução Proletária" (1922). A repressão e a arregimentação de 1918-1921 ajudaram a impulsionar a ascensão de Stalin após a morte de Lenin.

Não obstante, a guerra civil foi amarga. Ambos os lados cometeram atrocidades para aterrorizar os oponentes à submissão, e a ex-família imperial foi assassinada em julho de 1918 para mostrar ao Exército Vermelho que não poderia haver retorno: a derrota significaria sofrer terrível vingança. A guerra civil destruiu mais ainda a economia, e a fome se espalhou através da Rússia central

enquanto as tropas roubavam os camponeses, tomando a comida de que eles necessitavam e destruindo o resto das colheitas para não deixá-las para o inimigo.

Em meados da década de 1920 o Exército Vermelho tinha esmagado os Brancos, capturando o seu último baluarte na Crimeia. Mas a revolução ainda não estava encerrada. De fato, aos olhos de Lenin, mal tinha começado. Ele esperava abolir por completo a propriedade privada e o capitalismo, substituindo-os por uma economia socialista, enquanto sonhava com uma Rússia moderna e industrializada. Seu *slogan* era: “Comunismo = poder soviético + eletrificação de todo o país.” Todavia, a derrota dos Brancos trouxe descontentamento de lugares inesperados.

Como um degrau para o comunismo, Lenin tentara abolir o dinheiro, embora dando ainda tratamento preferencial a membros-chave do novo regime comunista. Isto não parou com o fim da guerra civil e muitos colaboradores soviéticos comuns sentiram-se traídos por este grupo privilegiado, a assim chamada *nomenclatura*.

Camponeses de toda a Rússia também vieram a odiar os abusos do Exército Vermelho. Eles não suportavam os Brancos, seus antigos senhores, mas agora tinham formado forças “Verdes” camponesas para combater os Vermelhos. Trotski foi implacável em esmagar a oposição rural. Enquanto isso, em março de 1921, marinheiros e estivadores de Kronstadt, perto de Petrogrado, que tinham sido a ponta de lança da revolução de novembro de 1917, “os mais vermelhos dos vermelhos”, Lenin certa vez os havia chamado, agora se rebelaram contra o que descreviam como a ditadura da “burguesia vermelha” de Lenin. Mas os oficiais do Exército Vermelho ficaram do lado de Lenin e esmagaram o Levante de Kronstadt.

Marxistas haviam convocado o proletariado para substituir a autocracia czarista, mas agora foi estabelecida uma ditadura do Partido Comunista sobre o proletariado. O estado soviético tomou forma em meio à guerra civil e ao isolamento internacional, mas seus métodos e atitudes duraram décadas. Suspeitas de gente de fora, repressão interna e arregimentação da vida cotidiana entranharam-se no período 1918-1921 e ajudaram a ascensão de Stalin após a morte de Lenin em 1924.

REVOLUÇÕES FRACASSADAS, 1918

A derrota na Primeira Guerra Mundial resultou em revolução não só para a Rússia mas também para as monarquias da Europa Central. Apenas três repúblicas existiam na Europa antes da guerra; depois dela surgiram 13. Mas na derrota e no caos econômico no pós-guerra, os novos estados mostraram-se altamente instáveis enquanto se estabeleciam.

O desgaste da guerra e soldados amotinados representaram um papel-chave na derrubada do imperador alemão e do Império Austro-Húngaro em novembro de 1918, trazendo o marxista Lenin à liderança. Mas oponentes da radical transformação social e política rapidamente agiram para reprimir a esquerda radical na Europa Central.

O novo regime soviético esperava transformar a Revolução Russa num movimento global e criou a Internacional Comunista (Comintern) em Moscou, em março de 1919, para coordenar a atividade dos partidos comunistas em todo o mundo. Tecnicamente, todos os partidos comunistas constituíam um partido global com “seções” nacionais e, apesar da comunicação inadequada, o Kremlin dirigia suas atividades. O controle do Kremlin mostrou-se contraproducente de duas maneiras: as instruções de Moscou frequentemente conflitavam com realidades práticas regionais e tal controle russo inflamou a propaganda anticomunista.

Devido ao seu tamanho, a Alemanha era o eixo de roda de qualquer expansão soviética na Europa Central. Com o colapso da monarquia e uma república proclamada em 9 de novembro de 1918, a Alemanha parecia estar se movendo na direção da Rússia. Mas os conselhos de trabalhadores da Alemanha, ou soviets, não estavam organizados como os comunistas de Lenin para uma luta revolucionária paramilitar. De fato, a radical marxista alemã Rosa Luxemburgo chegou mesmo a criticar a intolerância do novo estado soviético como dissensão. Mesmo assim, a direita alemã via nela uma marxista e, portanto, simpatizante de Lenin. Em 1919, um ex-agente de esquadrão da morte assassinou Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, um camarada íntimo.

Reacionários direitistas estudaram a Revolução Russa, incitando

o rápido surgimento de grupos paramilitares de extrema-direita como aquele que matara Rosa Luxemburgo. Lenin teve sucesso como líder marxista em parte porque, sendo o primeiro, seus rivais não entendiam sua maneira de fazer política. Um ano depois, na Alemanha, oficiais reacionários do exército e líderes social-democratas moderados se uniram para combater a esquerda radical, que tentava encenar uma tomada do poder ao estilo bolchevique no final de 1918. Para os comunistas alemães, os social-democratas eram traidores da classe e teve início uma amarga rixa interna entre a esquerda, que representou um papel na ascensão de Hitler ao poder quatorze anos depois.

O país que mais se aproximou de uma revolução comunista exitosa foi a Hungria. Na instabilidade que se seguiu ao rompimento da Hungria com a Áustria no início de 1919, Bela Kun, que aprendera sobre comunismo enquanto ex-prisioneiro de guerra na Rússia, teve êxito em mobilizar operários em grandes centros industriais, especialmente na capital, Budapeste, em apoio aos comunistas locais. Uma república soviética foi proclamada e por um breve tempo pareceu que a liderança da velha ordem social, formada tanto pela elite urbana quanto pelos proprietários rurais, entraria em colapso. Enquanto a economia piorava sob Bela Kun, a direita húngara arregimentou militares veteranos e voluntários reacionários para combater o regime comunista. Os aliados enviaram tropas para ajudar a direita, e em agosto de 1919, a experiência soviética húngara desmoronou num tumulto de violência.

O fato de vários líderes comunistas revolucionários, como Rosa Luxemburgo na Alemanha ou Bela Kun na Hungria, serem descendentes de judeus atizou o fogo do antissemitismo. Contrarrevolucionários radicais alegavam que o comunismo fazia parte de um complô judeu. Racismo e reação marchavam de mãos dadas, encontrando uma voz na geração do pós-guerra que apoiou Adolf Hitler, de 30 anos de idade, que fez sua primeira tentativa frustrada de tomar o poder no aniversário da revolução em 1923, no *Putsch* da Cervejaria.

A associação com o modelo soviético não ajudou os marxistas centro-europeus. Mais de dois milhões de refugiados fugiram da Revolução Russa para o Ocidente e seus relatos das atrocidades

comunistas ajudaram a estimular grupos contrarrevolucionários determinados a evitar o mesmo destino. Para muitos, também, o regime soviético não passava de outra forma de dominação russa. Quando o Exército Vermelho avançou sobre a Polónia em 1920, ao invés de ser saudada como libertadora pelos operários e camponeses, a invasão foi amargamente enfrentada e derrotada em agosto de 1920 — um presságio do fracasso do comunismo em estabelecer uma clientela leal na Europa Oriental depois de 1945.

ALEMANHA, 1933

Em 30 de janeiro de 1933, Adolf Hitler foi designado chanceler da Alemanha. Embora completamente legal, o evento representou a culminação de uma tendência concentrada de contrarrevolução. Hitler e seu Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães não só eram violentamente anticomunistas, mas também rejeitavam abertamente a herança da Revolução Francesa com sua Declaração dos Direitos do Homem. Após os nazistas se instalarem, seu ministro da Propaganda, Dr. Josef Goebbels, anunciou: “O ano de 1789 está a partir daqui erradicado da história.” Isto implicava que os ideais universalistas de direitos humanos e igualdade da Revolução Francesa tinham sido substituídos pela visão racista e elitista dos nazistas.

UMA CONTRARREVOLUÇÃO RACISTA

A chegada dos nazistas ao poder foi o prelúdio para uma tentativa de doze anos de uma contrarrevolução racista que mergulhou a Europa e depois o mundo na mais destrutiva e horrível guerra da história. As metas ideológicas radicais de Adolf Hitler eram pouco compreendidas antes de 1933, e mesmo os paralelos entre sua ascensão ao poder e a de Mussolini na Itália eram geralmente desprezados. Hitler foi subestimado tanto pelos seus rivais domésticos quanto por grupos de direita que esperavam usar o movimento nazista para servir a seus próprios fins.

Relembrar a época que antecedeu o assim chamado Terceiro Reich (império) ajuda a explicar como grupos-chave na sociedade

alemã antes de 1933 colaboraram com os que ignoraram os perigos representados pelos nazistas de Hitler. Tal como outros movimentos de cunho fascista, o Partido Nazista, paramilitar e radicalmente de direita, emergira nas condições do pós-guerra de 1919, quando a derrota significou perda territorial, perturbação econômica e ressentimento amargo para milhões de alemães. Ele próprio um ex-soldado da frente de combate, Adolf Hitler, como muitos outros, sentia que as dificuldades de pós- guerra da Alemanha após 1919 tinham sido causadas pelas injustiças do Tratado de Versalhes e a traição dos interesses nacionais pelos políticos democratas e esquerdistas que o haviam aceitado. Mas Hitler também soube como manipular a confusão e o ressentimento dos seus contemporâneos, convencendo-os a aceitar o racismo extremo e ideias agressivas.

Tendo fracassado em tomar o poder no *Putsch* da Cervejaria, em 1923, Hitler adotou o caminho da legalidade, e seu Partido Nazista participou das eleições. Poucos compreenderam o quão cinicamente os nazistas pretendiam explorar o que Goebbels chamava de “arsenal da democracia” para destruí-lo. Se os parlamentares lhe dessem imunidade contra prisão e viagens ferroviárias grátis, então Hitler e seus camaradas usariam isto para promover sua própria agenda radical, que envolvia a abolição da democracia e da regulação da lei.



Atletas olímpicos alemães saúdam o *Führer* nos Jogos Olímpicos de 1936 em Berlim. Jesse Owens, um afro-americano ganhador da medalha de ouro, não foi cumprimentado por Hitler pela sua vitória.

Até a Grande Depressão em 1929, Hitler, uma figura cômica militarista, e suas ambições ditatoriais pareciam motivo de riso para os rivais. Mas no espaço de um ano de queda da atividade econômica, os quase sete milhões de desempregados estavam dando ouvidos à mensagem de Hitler. Em 1930, os nazistas se tornaram o segundo partido com 18% dos votos; em meados de 1932 eles eram o maior, com 37%.

Impelidos ao desespero pelo aprofundamento constante da crise econômica, outros se voltaram para o Partido Comunista. Em 1932, mais da metade do eleitorado alemão votou pelos dois partidos antidemocráticos, o que lhes deu uma maioria paralisante no *Reichstag* (parlamento alemão). Nenhuma lei podia ser votada sem a concordância desses representantes, e eles concordavam muito pouco. Tanto nazistas quanto comunistas esperavam beneficiar-se da tensão e do desespero crescentes. O aniquilamento eleitoral dos partidos moderados e o encolhimento dos social-democratas, antigamente o bastião democrático da República de Weimar, pavimentaram o caminho para o colapso da democracia.

Os nazistas acumularam mais apoio por causa de sua combinação de promessas para pôr fim ao desemprego e sua engenhosa capacidade de explorar o ressentimento do povo alemão com o Tratado de Versalhes, enquanto os comunistas pareciam a muitos por demais pró-russos e antipatriotas. Hitler veio a ser um orador público carismático que podia extrair uma extraordinária resposta emocional e agressiva da sua plateia. O rádio e depois os cinejornais forneceram a Hitler os meios de comunicação que ele podia explorar para passar sua mensagem. Os políticos democráticos pareciam desorientados ao lidar com a Depressão e eram incapazes de controlar a atmosfera de guerra civil iminente gerada pelas tropas de choque uniformizadas nazistas, as SA, que lutavam para controlar as ruas da Alemanha contra paramilitares comunistas.

Com suas fileiras de SA e milhões de votantes, Hitler estava perto de alcançar o posto supremo, mas uma vez que seu apoio carecia de uma maioria parlamentar, ele precisava de ajuda fora do Partido Nazista para transpor a soleira da Chancelaria do Reich. Um pequeno grupo de aristocratas manipuladores em torno do idoso presidente von Hindenburg representou um papel vital em arranjar

uma indicação legal de Hitler como chanceler no final de janeiro de 1933. Empresários também foram reassegurados de que a palavra “socialista” no título do partido nazista não significava expropriação da propriedade privada.

HITLER NOMEADO CHANCELER

Como muitos dos políticos convencionais alemães de direita, Franz von Papen e seu amigo Oskar, filho do presidente von Hindenburg, subestimaram o ex-cabo, Hitler.

Preocupados em conter a ameaça comunista e esquecendo do que acontecera na Itália na década precedente, Papen e seus amigos achavam que poderiam usar Hitler e seus sequazes como arma para destruir a esquerda radical e depois derrubá-los.

Dias depois de persuadir Hindenburg a indicar um governo liderado por Hitler em 30 de janeiro, von Papen foi passado para trás por Hitler. Embora os nazistas só detivessem quatro postos ministeriais, eles eram as peças-chave, tendo Hitler como chanceler e os outros encarregados da polícia e Interior, mais Goebbels, no recém-criado Ministério da Propaganda e Esclarecimento Público. Usando a polícia e as SA, o novo regime preparou-se para novas eleições em março de 1933 atacando em grande escala os comunistas e os social-democratas.



Uma fotomontagem de John Heartfield, de 14 de abril de 1937, intitulada *Die Saat des Todes* (*As sementes da morte*), retratando o danoso impacto dos nazistas.

COMUNISTAS ELIMINADOS

Apesar de usarem o processo eleitoral legal, não havia certeza de que o eleitorado alemão retornaria a uma clara maioria nazista. Por sorte ou desígnio, em 28 de fevereiro Hitler recebeu um presente caído do céu: o Parlamento alemão irrompeu em chamas e o homem capturado em flagrante — um alemão, Marinus van der Lubbe, que tinha ligações comunistas — foi acusado de atear o fogo. Hindenburg decretou estado de emergência, permitindo que a polícia prendesse candidatos e ativistas comunistas. Campos de concentração sinistros foram criados para abrigar estes prisioneiros políticos em lugares como Dachau, nos arredores de Munique.

Mesmo sob uma barragem de propaganda sem precedentes que foi apoiada por intimidação disseminada, os nazistas só perfaziam 43% dos votos. Com os 8% dos seus aliados de direita, Hitler conseguia uma eficaz maioria, mas ele queria o poder total. Mantendo deputados comunistas sob prisão, Hitler intimidou e subornou membros do *Reichstag* para aprovarem uma lei que lhe desse, como chanceler, poderes ditatoriais por quatro anos.

Dentro de semanas, partidos e sindicatos de esquerda e aqueles mais conservadores se dissolveram temendo represálias. A partir de meados do verão de 1933, todas as organizações, de operárias a esportivas, só podiam existir caso se filiassem ao Partido Nazista. Judeus, o alvo do veneno de Hitler, enfrentaram discriminação, boicotes e violência das SA, incitadas pela propaganda antissemita de Goebbels.

Tendo silenciado toda a oposição, Hitler agora enfrentava um desafio dentro do partido. Muitos dos camisas-pardas das SA interpretaram a retórica socialista tão seriamente quanto as exigências nacionalistas. Tendo à frente Ernst Roehm, o líder das SA, eles

exigiram uma fusão do exército dirigido por aristocratas com as tropas de choque, além de outras medidas que ameaçavam desestabilizar o suave relacionamento funcional de Hitler com o sistema conservador alemão.

Em 30 de junho de 1934, Hitler eliminou Roehm e seus aliados. Acusando-os de planejar um golpe de estado, e denegrindo suas reputações com alegações de homossexualismo e corrupção, Hitler mandou fuzilar Roehm e cerca de sessenta outros sem julgamento. Além dos nazistas dissidentes, o ex-chanceler von Schleicher e até mesmo o revisor de *Mein Kampf*, o livro programático de Hitler, foram mortos. Foi um claro sinal de que qualquer um que desafiasse Hitler enfrentaria a morte.

Semanas depois, o presidente von Hindenburg morreu e Hitler assumiu seu cargo e o posto de comandante em chefe das forças armadas, cujos soldados agora faziam um juramento de lealdade a Adolf Hitler como *Führer* ou Líder da Alemanha. O poder ficou concentrado nas mãos de Hitler de um modo como Mussolini jamais conseguiu na Itália.

UM PLANO EXPANSIONISTA

O alemão comum continuou mudo durante estes eventos sangrentos e ilegais, em parte por medo, em parte porque Hitler tinha instintivamente agarrado um meio de sair da Depressão. Enquanto governos democráticos haviam tentado equilibrar seus orçamentos com cortes nos gastos que só pioraram as condições econômicas, Hitler embarcou em enormes esquemas expansionistas de pavimentação de estradas e na reconstrução das forças armadas. O gasto em armas e recrutamento após 1935 ajudou a reduzir drasticamente o desemprego. Para milhões de ex-desempregados, fazer vista grossa à crescente perseguição aos judeus pelos nazistas tornou-se mais fácil pelo renovado bem-estar econômico.

Ainda na Depressão, e com a sua opinião pública hostil a qualquer nova guerra que pudesse reviver os horrores das trincheiras, Inglaterra e França permitiram que Hitler, em setembro de 1938, escarnecesse do Tratado de Versalhes e tomasse posse da Áustria e depois, sem qualquer oposição, dos Sudetos de fala alemã da Tchecoslováquia.

O sucesso doméstico e externo não moderou Hitler. O *pogrom* mais brutal ainda do período nazista irrompeu em 9 de novembro de 1938. A assim chamada *Kristallnacht* (“Noite das Vidraças Quebradas”) foi testemunha de sinagogas e outras propriedades judaicas saqueadas por tropas de choque e o aprisionamento de milhares de judeus em campos de concentração. Para acrescentar insulto à injúria, os nazistas os acusaram de ter causado os prejuízos e multaram a comunidade judaica em um bilhão de marcos. Era um sinal claro de que o antissemitismo de Hitler não seria arrefecido pelo sucesso.

Em meados de março de 1939, ficou claro que Hitler não manteria sua promessa de apenas tentar unificar os alemães, uma vez que ocupou o território tcheco ainda independente. A seguir exigiu concessões da Polônia. Finalmente, Inglaterra e França enfrentaram Hitler, só para descobrir que a União Soviética de Stalin fizera um acordo secreto de não agressão em agosto de 1939. Hitler invadiu a Polônia no início de setembro, mas desta vez as democracias

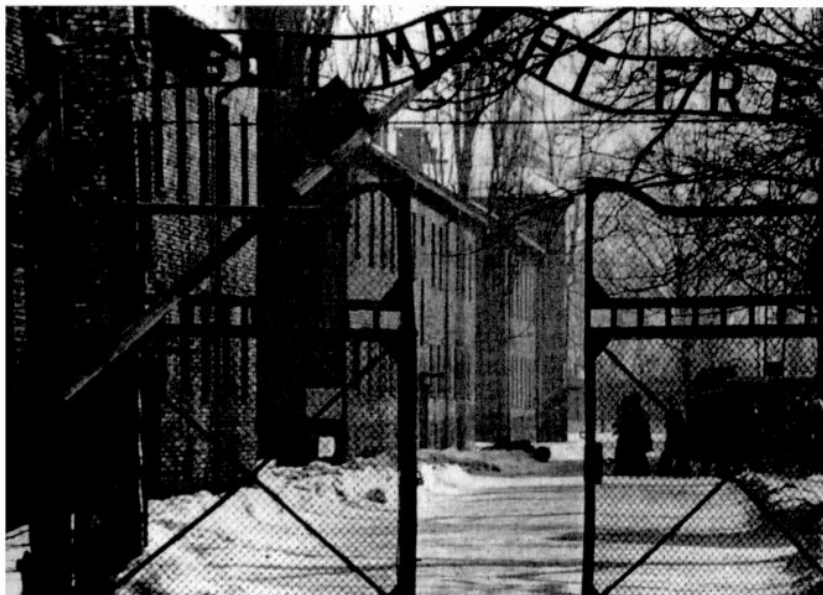
ocidentais declararam guerra.

Embora os exércitos nazistas rapidamente devastassem a Polônia e a Europa Ocidental em meados do verão de 1940, a Inglaterra resistiu. Iludido por seus triunfos, Hitler ignorou o risco de uma guerra em duas frentes, tal como na Primeira Guerra Mundial, e decidiu satisfazer sua ambição de uma vida inteira de destruir o comunismo na terra do seu nascimento. Em 22 de junho de 1941, o exército alemão invadiu a União Soviética. Apesar das vitórias iniciais e enormes baixas soviéticas, uma prolongada guerra de atrito nas terríveis condições do inverno começou a desgastar o exército alemão.

OS ALIADOS REAGEM

Enquanto Hitler reconhecia que a vitória na guerra não seria conquistada facilmente, se o fosse, seu espírito de vingança voltou-se contra vítimas civis indefesas. A assim chamada “Solução Final da Questão Judaica” através de assassinio em massa cresceu em escala terrível enquanto a maré da guerra voltava-se contra a Alemanha nazista. Incapaz de resistir à força aliada, o regime nazista arrebanhou cada vez mais judeus indefesos da Europa ocupada para os campos de extermínio, em especial na Polônia ocupada, onde mais de cinco milhões de pessoas trabalharam até a morte, ou foram asfixiadas por gás ou fuziladas.

Milhares de judeus e outros perseguidos pelos nazistas foram conduzidos através dos portões de Auschwitz, um dos infames campos de concentração da Polónia.



Agressão e pureza racial foram ternas-chave da ideologia hitlerista. Ele os perseguiu sem se importar com as consequências. O antissemitismo obsessivo de Hitler permaneceu com ele até o fim. Mesmo enquanto se encontrava sitiado pelo Exército Vermelho no seu *bunker* em Berlim, no final de abril de 1945, a poucas horas do seu suicídio, procurava sucessores imaginários que continuassem sua cruzada antijudaica.

A derrota completa da Alemanha nazista em 1945 levou a uma implosão do partido e da ideologia nazistas. Ao contrário de países ocupados pela Alemanha entre 1938 e 1945, ela própria não produziu nenhum movimento de resistência à ocupação aliada. A morte de Hitler e a destruição que ele trouxera sobre o próprio país, tanto quanto ao resto da Europa, exorcizaram sua influência.

CHINA, 1911-1949

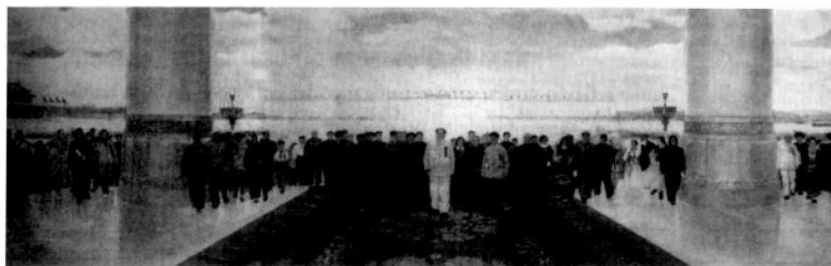
O líder comunista chinês Mao Tsé-tung proclamou a República Popular da China em 1º de outubro de 1949, marcando o clímax de um extraordinário *conjunto* de mudanças que estilhaçou o velho

sistema imperial que governava a China. A deposição do último imperador, em fevereiro de 1912, marcou o fim de uma revolução e o início de uma série de eventos frequentemente violentos que sacudiram a sociedade mais populosa do mundo pelas seis décadas seguintes.

Desde que a China abriu suas portas ao Ocidente no final do século XVIII, o contato com os estrangeiros causou impacto no país e influenciou a revolução republicana em 1911. Predadores externos e sua tecnologia militar superior revelaram a profunda debilidade interna do sistema imperial consagrado pelo tempo e não mais infalível.

A DINASTIA PERDE O CONTROLE

Dilacerado entre tentar aprender das potências ocidentais e a ansiedade em preservar suas próprias maneiras antigas, ao final do século XIX o governo da dinastia Manchu aferrado ao poder enfraquecia constantemente. Parecia que o “mandato celestial” não mais protegia sua sucessão de governantes juvenis, nenhum dos quais foi um homem forte imperial adequado, capaz de um governo eficiente. O fato de as decisões serem tomadas por conselheiros sob a influência sombria da Imperatriz Viúva, até a morte dela em 1908, simplesmente veio somar-se ao sentimento de que a ordem tradicional estava irremediavelmente em más condições. Esforços feitos pelas sociedades secretas, tradicionalmente inclinadas a destruir a influência externa, atacando os ocidentais em 1900, tiveram seu troco quando tropas estrangeiras esmagaram a rebelião e expuseram claramente a impotência do governo imperial. O domínio de Pequim sobre as províncias começou a sucumbir quando líderes militares locais assumiram o poder. Ao mesmo tempo, a intelectualidade chinesa que havia sido influenciada pelas ideias ocidentais começou a pressionar por reforma constitucional e mudanças socioeconômicas para a ordem tradicional.



Criação coletiva de professores do Instituto Central de Belas Artes, esta pintura retrata os *Heróis da China de Nosso Tempo*.

O mais proeminente dos intelectuais reformistas era o Dr. Sun Yatsen, de formação norte-americana, que se tornou cristão. Sua ideologia política era “Nacionalismo, Democracia e Socialismo”. Ele estabeleceu o que veio a se tornar o Partido Nacionalista Chinês, o Kuomintang (KMT), nos idos de 1891.

MOTIM ABRE CAMINHO À MUDANÇA

Se a China imperial quisesse sobreviver às pressões externas, estava claro que um exército moderno seria crucial para qualquer esforço de reforma no país. Em 1911, grupos importantes de oficiais no novo exército ao estilo ocidental haviam decidido que a dinastia Manchu era incapaz de salvar o país. Em outubro de 1911, um grupo de oficiais nacionalistas em Wuhan rebelou-se abertamente ao cortar seus rabichos, que eram símbolos de subserviência aos manchus, em protesto quando o regime garantiu aos interesses ocidentais o controle das novas ferrovias como penhor para seus empréstimos — um ato simbolizando que o país vendera aos estrangeiros o interesse nacional. O nacionalismo foi um ingrediente crucial no descontentamento chinês, como tinha sido desde a rebelião camponesa Taiping na década de 1850.

Meses depois do motim de Wuhan, o último imperador, Pu-Yi, de cinco anos de idade, abdicou em fevereiro de 1912, o que foi uma reflexão tardia, uma vez que o poder político já lhe fora retirado. Sun Yatsen foi eleito primeiro presidente da China em 1913, mas comandantes militares que se viam como novos imperadores desafiaram seus poderes.

O NOVO REGIME AMEAÇADO

Já em 1913, as cinco potências — Inglaterra, França, Alemanha, Japão e Rússia — emprestaram dinheiro a um general sublevado, Yuan Shi-kai, e apoiaram sua pretensão de restabelecer um sistema imperial. Os estrangeiros não tinham nenhum interesse numa China modernizada e reformada, mesmo uma que desejasse seguir os modelos ocidentais. Viam-na como concorrente em potencial.

O Japão era tão implacável em relação à China quanto qualquer das potências imperiais europeias ou os Estados Unidos. Em 1915, enquanto os europeus travavam a Primeira Guerra Mundial, o Japão divulgou suas notórias Vinte e Uma Exigências para a inexperiente República Chinesa, que subordinaria ao Japão as políticas externas e econômicas da China. Ficou claro que o Ocidente pouco faria para proteger a China do Japão, um aliado dele, e em 4 de maio de 1919 estudantes de Pequim realizaram um comício a favor da democracia e da independência nacional. Apenas cerca de 3 mil pessoas participaram, mas este tornou-se um momento simbólico da resistência à humilhação nacional. Ele continuou a reverberar ao longo da história chinesa e foi celebrado por multidões enormes em 1989, desta vez manifestando-se contra o regime comunista no poder.

PRIMEIRO CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA

O Movimento Quatro de Maio também ajudou a gerar o Partido Comunista Chinês. Se o Ocidente abandonou a China, também tinha isolado a Rússia soviética. A tentativa cada vez mais exitosa de Lenin em estabelecer um novo tipo de sociedade, que desafiava não apenas as tradições russas como também os poderosos aliados ocidentais, era atraente para muitos chineses, inclusive aqueles que não defendiam o abandono da propriedade privada, mas queriam modernizar a China e defender sua sociedade contra usurpações alienígenas.

Em 21 de julho de 1921, uns poucos marxistas chineses se reuniram, ironicamente, numa escola particular feminina na concessão francesa em Xangai. Sua reunião — em retrospecto —

tornou-se o primeiro congresso do Partido Comunista Chinês. A princípio,

o novo Partido Comunista fez parte do *Kuomintang*, e Sun Yatsen não via nenhuma contradição nisto, uma vez que desejava a ajuda soviética para a República chinesa.

A União Soviética via tanto o inexperiente Partido Comunista Chinês quanto o movimento *Kuomintang* como aliados contra o Ocidente e o Japão. O Kremlin deu ajuda a ambos os grupos, embora nos quinze anos seguintes a maior parte desta ajuda fosse proporcional ao maior controle formal das forças armadas por parte do *Kuomintang*. Consultores militares soviéticos ensinaram às tropas do jovem general Chiang Kai-shek os princípios da guerra mecanizada moderna juntamente com especialistas alemães que também quiseram apoiar uma China antiocidental após 1918.

O centro de coordenação revolucionária soviético, o *Comintern*, aconselhou os comunistas chineses a entrar para o *Kuomintang* e influenciar a política através dele. O Primeiro KMT foi realizado no final de janeiro de 1924, e a notícia da morte de Lenin chegou durante as sessões, de modo que Sun Yatsen pôde usar a notícia para enfatizar a simpatia de sua organização pela União Soviética por causa do “anti-imperialismo” do KMT. O próprio Sun Yatsen morreu em março de 1925, e sua morte removeu o único político respeitado pela facção principal do KMT tal como pelos comunistas. O sucessor de Sun foi o comandante militar Chiang Kai-shek, um mau sinal para as chances de a China se desenvolver democraticamente.

Ao final de abril de 1927, o líder marxista ortodoxo Chen Tu-hsiu, que acreditava que o Partido Comunista deveria concentrar seu recrutamento nas cidades litorâneas, onde existia um arremedo de classe trabalhadora, foi assassinado juntamente com milhares de comunistas urbanos num expurgo repentino praticado pela polícia secreta de Chiang e pelas gangues das Tríades aliadas. A morte de Chen deixou o caminho aberto para o jovem ex-bibliotecário Mao Tsé-tung entrar em evidência. Mao, oriundo de uma família camponesa, via a vasta massa de campônios chineses como uma fonte de apoio potencial para um partido revolucionário que defendesse o fim do sistema de arrendamento de terras.

No início de 1929, Chiang Kai-shek parecia ter subjugado toda a

China, fazendo-a reconhecer um governo único pela primeira vez desde 1911, mas de fato seu governo foi medíocre. Muitos senhores da guerra tinham aceitado formalmente seu governo em Nanquim, mas na prática controlavam boa parte do país, e no sudeste rural da China os comunistas fizeram progresso, estabelecendo amplas “zonas liberadas”.

A LONGA MARCHA

No início da década de 1930, Chiang usou o treinamento soviético contra os comunistas chineses. Suas forças cercaram a região de Kiangsi, no sul, controlada pelos comunistas. Finalmente, no outono de 1934, os comunistas sitiados romperam audaciosamente o cerco e embarcaram no que se tornou a lendária Longa Marcha.

As privações e os perigos da Longa Marcha reduziram os 100 mil comunistas e famílias originais a meras 8 mil pessoas à época em que alcançaram o santuário em Yunan. Eles haviam superado não só o KMT e as forças dos senhores da guerra como também atravessaram rios caudalosos, escalaram montanhas e marcharam através de pântanos não mapeados, mais de 9.000km no total. Um elo forte foi criado entre os sobreviventes. Até mesmo crianças participantes — como o futuro *premier* em 1989, Li Peng, cujos pais morreram na marcha e que foi adotado por Chu En-lai, futuro *premier* de Mao — foram tratadas com especial deferência mais tarde.

UM NOVO EXÉRCITO GUERRILHEIRO

Seguros em sua nova base, os comunistas liderados por Mao construíram a infraestrutura de seu regime revolucionário, instituindo a reforma agrária e treinando um novo exército guerrilheiro. Com sua doutrina radical de guerra camponesa, o Exército de Libertação Popular visava isolar as cidades dominadas pelo KMT num mar de camponeses revolucionários. Este modelo de revolução nacionalista de liderança camponesa seria imitado mais tarde no Vietnã.

A invasão do Japão à China em 1937 desestabilizou a posição do KMT. Firmemente, a um custo enorme para o povo chinês, as forças

japonesas impeliram as tropas de Chiang para fora das grandes cidades litorâneas e mais tarde para a remota região sudeste centrada em Chungking, por volta de 1944. Muitos dos aliados de Chiang — funcionários locais, latifundiários e principalmente empresários — fugiram com as tropas do KMT. Aqueles que permaneceram inclinaram-se a colaborar com os japoneses e deixar a única força de resistência guerrilheira nas mãos dos comunistas de Mao. Como o avanço japonês continuou até o fim da guerra, em agosto de 1945, apesar das vitórias dos Estados Unidos no teatro do Pacífico e do bombardeio devastador do Japão, quase todas as partes mais populares e de valor econômico da China estavam ocupadas pelo Japão quando a bomba atômica, súbita e inevitavelmente, produziu a sua rendição.

Com a ajuda de aviões americanos, Chiang apressou-se em dispor tropas em áreas controladas pelo Japão, onde as tropas de ocupação japonesa receberam ordens de continuar guarnecendo e esperar a chegada do KMT. Isto contribuiu para reforçar a imagem do KMT perante os comunistas como colaboracionistas do Japão e os estrangeiros como inimigos dos interesses chineses.



Uma ativista da Equipe de Propaganda dos Pensamentos de Mao Tsé-tung promove o líder na Escola Secundária nº 31 em Pequim, 1971.

Embora o *Kuomintang* fosse oficialmente uma força revolucionária por si mesma, pelo final dos anos 1940 tinha se tornado irremediavelmente corrupto. A corrupção solapou sua base de poder mesmo em centros naturais de apoio, como as grandes cidades mercantis do litoral. Outro problema foi a hiperinflação de tempo de guerra, que na realidade piorou após 1945. Enquanto o

valor da moeda se estilhaçava, assim ocorreu com o apoio que o KMT recebia dos círculos empresariais.

O Exército de Libertação Popular (ELP) recuperou-se dos ataques iniciais de Chiang e começou a explorar a impopularidade e a incompetência militar do KMT. As tropas do KMT mostravam pouca disposição para o combate e em 1948 o ELP fez tremendos avanços, tomando Pequim em janeiro de 1949.

Nesta ocasião, Chiang renunciou como presidente, mas continuou como líder do KMT, supervisionando a retirada de centenas de milhares de seus correligionários para Taiwan, onde podiam ser protegidos do ELP pela VII Esquadra americana.

UMA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

O rápido colapso das forças do KMT no continente significou que, ao final de setembro de 1949, pela primeira vez em muitas décadas, toda a China estava controlada por um governo único. A vitória do ELP preencheu a parte nacionalista da agenda dos comunistas. A importância do nacionalismo chinês anti-imperialista de Mao foi enfatizada no seu discurso proclamando o estabelecimento da República Popular da China em 1º de outubro de 1949, em Pequim. Tendo anunciado a vitória comunista, Mao declarou: “Hoje a China se levantou.”

O tipo de China que Mao e seus camaradas pretendiam criar só se tornou evidente nas três décadas seguintes. A princípio foram os latifundiários que sofreram, enquanto cerca de um milhão deles foram mortos no período pós-revolucionário. No entanto, dentro de uma década, centenas de milhões de camponeses que haviam recebido terra no final dos anos 1940 foram desalojados para abrir caminho ao esquema de desenvolvimento superambicioso de Mao, o mal planejado Grande Salto à Frente (1958-1961), que desintegrou a produção de alimentos no afã de industrializar a China da noite para o dia e causou a morte por inanição de dezenas de milhões. Cada vez mais dogmático à medida que envelhecia, Mao desentendeu-se com a União Soviética e depois com seus ex-camaradas em armas. Em 1966, ele lançou a Revolução Cultural para purificar o Partido Comunista dos alegados desvirtuadores de suas doutrinas puras. Isto

durou até sua morte em 1976. A história da China desde então foi marcada pelas tentativas de o Partido Comunista governante desfazer os efeitos dos últimos anos radicais de Mao sem a perda do seu próprio poder.

O maior desafio para o regime comunista chinês veio na primavera de 1989, quando centenas de milhares de estudantes e depois operários encheram a praça Tiananmen no centro de Pequim para denunciar corrupção e exigir democracia. O regime reagiu com violência e reprimiu os protestos, porém não mais recuperou sua própria estabilidade.

IRÃ, 1978-1979

A revolução iraniana que estabeleceu a República Islâmica em 1979 foi uma das revoluções modernas mais marcantes por que parecia subverter a tendência rumo à secularização no século XX. Até a queda do xá do Irã, as revoluções haviam sido associadas a um compromisso com os ideais de progresso e rompimento com o passado. De repente, em 1979, uma revolução motivada pela fé religiosa e liderada por um idoso clérigo que denunciava as doutrinas-chave do mundo moderno varreu tudo a sua frente.

UM ALIADO VALIOSO

O Irã rico em petróleo situava-se em uma das zonas estratégicas mais sensíveis do mundo. Ao norte dele estava a União Soviética, ao sul o Golfo Pérsico, a rota marítima para a exportação das vastas fontes de petróleo do Iraque e dos estados árabes para a Europa, Estados Unidos e Japão. A oeste, além do Iraque e da Jordânia, situava-se Israel, o foco de tanta tensão no Oriente Médio. À medida que a Guerra Fria se desenvolveu após 1945, os recursos e a localização do Irã o tornaram extremamente valioso para os Estados Unidos, que estavam determinados a conservar no poder um governo pró-ocidental como uma exigência vital de sua política externa. Infelizmente, embora o país se provasse um aliado inestimável para o Ocidente, também mantinha um regime opressor para muitos iranianos.

O XÁ É EXILADO

O Irã tinha sido convulsionado por crises políticas desde o início do século XX, quando o antigo regime imperial entrou em colapso, mas o estabelecimento de uma ditadura militar sob o autoproclamado xá Reza Pahlavi, em 1928, trouxe estabilidade. Seu regime rígido então começou a explorar os recursos em petróleo do país. Quando o governo e as companhias petrolíferas que lá operavam desconfiaram de que o xá tramava aliar-se aos alemães na Segunda Guerra Mundial, eles orquestraram sua retirada compulsória para o exílio, pondo no trono seu jovem filho Reza II.

UM FANTOCHE DAS POTÊNCIAS ESTRANGEIRAS

Quando a influência americana substituiu o poder britânico após a guerra, a recém-criada CIA (Central Intelligence Agency) representou um papel-chave na manutenção do xá no trono em 1953, quando o primeiro-ministro nacionalista Mossadeq parecia prestes a derrubá-lo e nacionalizar os campos de petróleo. A CIA travou uma guerra velada contra a União Soviética e seus aliados no Irã, considerando qualquer um que se opusesse ao xá e à dominação ocidental no Golfo como um lacaios soviético. No início da década de 1950, o Ocidente era cada vez mais dependente do petróleo importado do Oriente Médio e temia que um líder radical como Mossadeq cortasse os suprimentos ou elevasse os preços maciçamente. O papel sinistro e interesseiro dos Estados Unidos em manter o governante impopular no poder confirmou a reputação do xá como um fantoche das potências estrangeiras e não muçulmanas. Embora a CIA achasse que estava salvando o Irã do comunismo estilo soviético, na verdade uma poderosa hostilidade muçulmana tradicional em relação à ocidentalização já estava se desenvolvendo e atuando no Irã. Esta tradição xiita do Islã era o ramo predominante da fé no Irã, e sua ênfase na obediência estrita ao Corão, combinada com o culto ao martírio, ia torná-la uma força revolucionária ao final da década de 1970.



Esta manifestação contra o xá diante da embaixada iraniana em Paris foi convocada pelo Partido Comunista Francês em 1979.

A REVOLUÇÃO BRANCA

Voltando firmemente ao poder após 1953, o xá mostrou que era um modernizador determinado. Ele proclamou a sua assim chamada “Revolução Branca” em 1963 e começou a transformar o Irã de uma sociedade amplamente camponesa em uma industrial e urbana, por exemplo, ao tentar modernizar as fazendas do país. Ele acreditava estar resgatando o Irã de séculos de atraso e impulsionando-o para o nível das sociedades desenvolvidas. O xá não tinha nenhuma paciência com seus súditos camponeses, na maioria analfabetos, que confiavam nos ensinamentos do Corão para guiá-los na vida cotidiana e viam com profunda suspeita a erupção de usos e costumes ocidentais no seu país.

REPRESSÃO AOS DISSIDENTES

No início dos anos 1960, o xá reprimiu os clérigos muçulmanos que chamavam seu governo de corrupto e anti-islâmico, mandando homens como o aiatolá Khomeini para o exílio, primeiro para o vizinho Iraque, depois para a distante França. A Savak, a violenta polícia secreta do xá, parecia capaz de reprimir a dissidência interna com a tortura rotineira dos adversários do regime, e sua riqueza em petróleo possibilitou-lhe formar um enorme exército, comprando as mais modernas armas americanas e europeias.

Conforme seu reinado prosseguia, o xá se tornava cada vez mais

autoconfiante e afastado de seus súditos. Suas ambições e pretensões por fim ficaram inteiramente fora da realidade. Em 1971 ele se expôs ao ridículo ao encenar uma elaborada comemoração aos 2.500 anos do império, porque todo mundo sabia que seu pai tinha sido um plebeu antes de assumir o poder menos de cinquenta anos atrás. Pior ainda, dentro da sociedade de ampla maioria xiita, o xá enfatizava as tradições pré-islâmicas do Irã, chegando mesmo a adotar o antigo calendário religioso zoroastriano para vincular seu regime à era imperial pagã.



O aiatolá Khomeini retornou a Teerã em 1979, apenas duas semanas após a partida do xá, e estabeleceu uma república islâmica.

O enorme aumento no preço do petróleo em 1973, imposto pelo cartel de produtores, a OPEP, deu ao xá ainda mais riqueza para financiar seu sonho de um poderoso e modernizado Irã. Mas a combinação de mudanças impopulares impostas de cima com a fantástica corrupção da elite iraniana que cercava o xá acendeu o pavio do descontentamento popular.

A CORRUPÇÃO DESENCADEIA PROTESTOS

Uma consequência crucial da “Revolução Branca”, que trouxe novas técnicas agrícolas que requeriam menos mão de obra, foi que enormes contingentes de pessoas, especialmente jovens, foram

expelidos das suas terras tradicionais para cidades fervilhantes, onde os contrastes entre sua pobreza ou desemprego e a riqueza baseada no petróleo de uma pequena e corrupta elite ocidentalizada eram chocantes. Apesar da riqueza natural do Irã, o regime do xá recusava-se a atender de modo adequado às necessidades de milhões de migrantes internos e habitantes pobres das cidades. Ao invés de consolidar sua posição no poder, a “Revolução Branca” alimentou uma sociedade em rápida desintegração, onde tanto corrupção quanto descontentamento estavam numa escalada que fugia ao controle.

No outono de 1978, quando líderes ocidentais ainda se fiavam nele como seu xerife regional para o Golfo, a mão firme do xá no poder estava rapidamente afrouxando. Enormes manifestações de rua nas principais cidades do Irã, envolvendo clérigos, leigos radicais e aqueles tornados desempregados pelas políticas econômicas mal conduzidas do xá, estavam desgastando as forças de segurança e deixando o país à beira do caos. Num súbito acesso de preocupação acerca de direitos humanos, os Estados Unidos recusaram-se a fornecer equipamento para controle de multidões, como balas de borracha, mas as tropas do xá estavam relutantes em atirar com munição real nos seus compatriotas. De fato, o xá parecia crer na sua própria propaganda de que era o pai do povo e vacilava em ordenar um banho de sangue a fim de preservar seu poder.

O XÁ SE RETIRA

Finalmente, os próprios cortesãos e consultores americanos do xá recomendaram que ele deixasse o Irã para acalmar a situação. Eles esperavam que os generais seriam capazes de controlar o país uma vez que o tão odiado xá se retirasse. Como alguns dos opositores não religiosos do xá, estes consultores ainda subestimaram grotescamente o apoio que o aiatolá Khomeini tinha no Irã e acharam que com a retirada do governante a oposição se fragmentaria.

O ENVOLVIMENTO DOS ESTADOS UNIDOS AUMENTA A CRISE

A humilhante viagem “em férias” do xá deveria ter assinalado o

fim do seu regime. De certa maneira foi, mas, ainda assim, milhões de iranianos que se lembravam de seu retorno em 1953 temiam que os Estados Unidos, de alguma maneira, arquitetassem sua volta ao poder. Ironicamente, as ordens do presidente Cárter para que o seu pessoal diplomático e militar no Irã mantivesse boas relações com o novo regime só serviram para confirmar suspeitas de que a CIA estava armando um complô para sufocar a recém- nascida República Islâmica.

O exílio do xá constituiu-se num verdadeiro dilema para o presidente americano. Se Cárter o abandonasse ao seu solitário destino, então outros aliados dos Estados Unidos concluiriam que Washington não podia ser confiável nos momentos de adversidade. Mas quando Cárter concordou que o ex-xá adoentado recebesse tratamento médico nos Estados Unidos, em outubro de 1979, ele desencadeou uma explosão de protesto popular no Irã. Estudantes invadiram a embaixada americana em Teerã e o governo relativamente moderado, sob a liderança de Mehdi Bazargan, foi derrubado.

Os cinquenta e cinco reféns americanos tomados na embaixada se tornaram um símbolo da fraqueza dos Estados Unidos e do radicalismo iraniano. O aiatolá insistiu em que o Irã “deveria exportar nossa revolução para o mundo inteiro”. De súbito, o mundo moderno acordou para a ameaça de uma insurreição religiosa global de fundamentalistas islâmicos. Quando os americanos puseram a perder uma tentativa para resgatar os reféns em abril de 1980, o prestígio da revolução iraniana elevou-se e os clérigos radicais pressionaram na sua campanha para banir todas as influências não islâmicas e atrasar o relógio do progresso. Os liberais e os marxistas que se opuseram ao xá foram agora expurgados como inimigos modernizantes de Alá, tal como tinham sido os próprios aliados do xá.

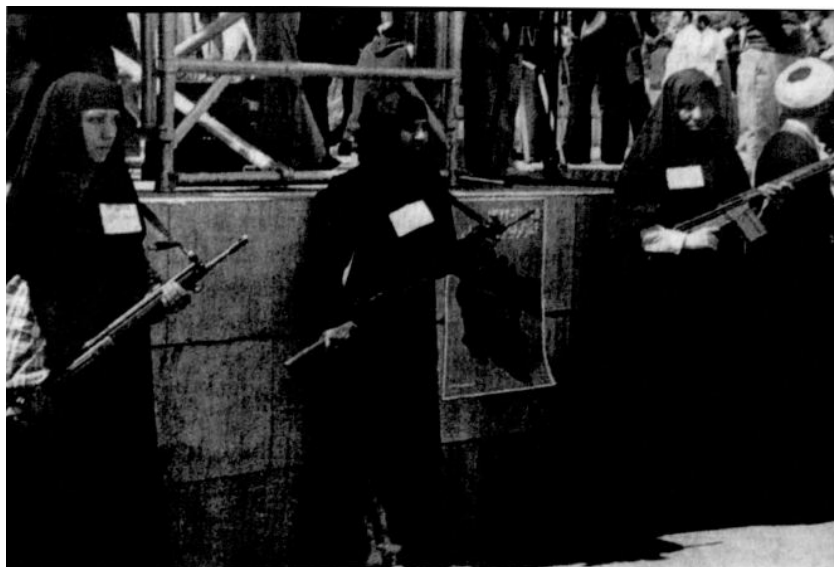
Embora o apoio ativo ao estigma do Islã do aiatolá se limitasse amplamente aos camaradas xiitas, em especial no sul do Líbano, monarquias árabes ultraconservadoras, como aquelas da Arábia Saudita e ao longo do outro lado do Golfo Pérsico, não assumiram riscos e esmagavam qualquer sinal de oposição religiosa.

A GUERRA DE OITO ANOS

O ditador secular do Iraque, Saddam Hussein, sentiu-se estimulado pelo isolamento radical do Irã e o evidente turbilhão nas ruas de Teerã e fez planos para tomar as regiões ricas em petróleo que faziam fronteira com o Iraque. Em setembro de 1980, o exército iraquiano invadiu o Irã, mas em vez de levar ao colapso da República Islâmica, esta invasão reanimou os nacionalistas iranianos bem como os fundamentalistas islâmicos por trás do regime do aiatolá. Mobilizando uma infantaria mal equipada de soldados fundamentalistas, com o apoio do caro armamento do xá comprado do Ocidente antes de 1979, as tropas do aiatolá combateram o Iraque até uma paralisação. Durante os seis anos seguintes, os dois países travaram uma guerra amarga remanescente da Primeira Guerra Mundial, com uso maciço de ataques de infantaria pelo Irã e de gás tóxico pelo Iraque.

PAZ COM O IRAQUE

Pouco antes da sua morte em 1989, o idoso aiatolá Khomeini assinou a paz com o Iraque, embora isto fosse “mais amargo que veneno”. Contudo, seu radicalismo global não estava ainda inteiramente extinto. Khomeini proclamou uma *fatwa* denunciando o escritor Salman Rushdie, um ex-muçulmano, por blasfêmia em seu livro *Versículos satânicos*, na verdade sentenciado à morte. Este ataque teatral à liberdade de expressão confirmou o antagonismo ocidental pelos valores da República Islâmica de Khomeini.



Um dos regulamentos da República Islâmica era de que as mulheres tinham que usar o véu. Iranianas ocidentalizadas foram as poucas que objetaram à reintrodução de véu.

Para sermos justos, havia mais liberdade política no Irã do que em muitos de seus vizinhos árabes. Dentro de um espectro limitado determinado pelos aiatolás, havia eleições múltiplas de um tipo desconhecido na região entre o Irã e Israel. Em 1998, um islâmico moderado, o aiatolá Khatami, derrotou o presidente em exercício Rafsanjani numa memorável transição de poder. Não obstante, a autoridade definitiva permanecia com o sucessor de Khomeini, Khamenei, o primeiro presidente da República Islâmica e aiatolá em exercício após 1989. Clérigos conservadores apoiados por Khamenei faziam tudo que podiam para obstruir as reformas de Khatami e sua amizade com o Ocidente.

AFEGANISTÃO, 1979-2001

Nada desafiou mais a complacência do mundo ocidental do que o crescimento do fundamentalismo islâmico a partir de 1979. Mais ainda que a revolução no vizinho Irã, o sucesso do movimento Talibã no Afeganistão em meados da década de 1990 demonstrou que uma revolução podia virar pelo avesso o mundo ocidental.

Ideais religiosos em vez de valores seculares eram a força

propulsora por trás da tentativa radical do talibã em restabelecer o que eles viam como a forma pura do Islã original no Afeganistão. O ocidental secularizado observava sem entender como o novo regime pisoteava tudo que ele valorizava, desde os direitos femininos e liberação sexual até a televisão e o gravador. Por trás do inocente termo “talibã”, que significa “estudantes”, jaz o mais radical desafio ideológico para o triunfo do Ocidente ao final do século XX.

AS ORIGENS DO CONFLITO

O Afeganistão foi um dos poucos países em todo mundo a repelir a submissão a uma potência colonialista europeia no século XIX. Tentativas britânicas de subjugar este país montanhoso terminaram em catástrofe em 1842. Muito embora isto fosse um exemplo precoce de como a campanha de guerrilha podia derrotar um exército europeu moderno, os reis do Afeganistão estavam bem cientes de que armas modernas e tecnologia eram boa garantia contra invasão pelos vizinhos imperiais do país, como o império britânico na Índia e o russo na Ásia Central e Irã a oeste.

Os governantes do Afeganistão também sabiam que seu reino estava longe de ser unido. Era uma colcha de retalhos de diferentes grupos étnicos, espalhados por suas terras montanhosas. Os governantes descendiam dos *pashtun*, o grupo predominante, mas que formava menos da metade da população. Os tadjiques de língua persa e os usbeques turcos eram importantes no norte e, embora cada afegão fosse muçulmano, eles se dividiam entre os ramos da fé sunita (que segue a estrita interpretação saudita, ou *Wahabbi*, da lei da Sharia, extraída principalmente da tribo *pashtun* e abrangendo a maioria da população do país) e xiita (o ramo do Islã de influência iraniana, que incluía os tadjiques e a minoria hazara no Afeganistão).

Por boa parte do século XX, os reis afegãos tinham na Turquia o modelo de como uma sociedade muçulmana podia modernizar suas instituições e povo a fim de sobreviver como um estado independente. Mas quando os reis envidaram esforços para modernizar seu país, enfrentaram a resistência de populações tribais profundamente conservadoras, em especial quando tentaram acabar com o uso do *purdah* pelas mulheres. Mulheres adultas viviam

literalmente “por trás do véu”, tanto em casa quanto nos seus aposentos separados por cortinas de qualquer visitante, como nas raras ocasiões em que saíam usando uma *burkah* cobrindo-as da cabeça aos pés. O rei Amanullah foi destronado por rebeldes rurais em 1929, quando tentou dar às mulheres liberdade para abandonar o *pardah*.

O chauvinismo masculino e a rigidez islâmica pareciam ter enfraquecido em 1959, quando as mulheres tiveram permissão legal para decidir se usavam o véu ou não. Nas duas décadas seguintes, em cidades como a capital Cabul, roupas ocidentais tornaram-se lugar-comum e a educação foi estendida até pelo menos uma parte significativa da população urbana, para ambos os sexos. O governo afegão tentou manobrar sua posição em cunha entre a União Soviética e aliados do Ocidente, como Paquistão e Irã, a fim de obter ajuda de ambas as superpotências. Os soviéticos foram mais bem-sucedidos do que os americanos em atrair o apoio dos modernizadores afegãos, que viam a União Soviética como o modelo para um país secularizado.



No alto das montanhas da província de Kunar, em maio de 1980, os “guerreiros santos” *mujahedin* descansam da sua luta contra a intervenção soviética no seu país.

A INTERVENÇÃO SOVIÉTICA

Em 1973, o último rei do Afeganistão, Zahir Shah, foi deposto (enquanto fazia uma visita oficial à Itália, onde permaneceu exilado) por militares pró-soviéticos e seu próprio cunhado intrigante, Daud, que estabeleceu uma república secular, apenas para ser assassinado por seus ex-aliados comunistas, Nur Taraki e Hafizzulah Amin, em abril de 1978. (Estes dois mais tarde se desentenderam, resultando no assassinato de Taraki por Amin, em outubro de 1979.) Por um breve tempo, as forças a favor dos comunistas escarneceram da tradição muçulmana e o novo regime anunciou reformas sociais radicais bem como mudanças na economia. Mas boa parte da população rejeitou este súbito afastamento dos costumes islâmicos tradicionais e a interferência na propriedade privada e na agricultura tradicional.

A presença de consultores soviéticos e suas famílias também parecia solapar o orgulho afegão pela independência. Uma selvagem rebelião na cidade ocidental de Herat, liderada por um oficial de exército afegão, Ismail Khan, viu os consultores soviéticos e suas famílias massacradas após introduzirem a educação para mulheres na cidade. Represálias terríveis foram desfechadas por bombardeiros soviéticos, mas o novo regime comunista estava visivelmente balançando. No Natal de 1979, o Kremlin decidiu intervir no Afeganistão para evitar o colapso do regime. Os líderes soviéticos agiram de modo implacável. Embora as tropas soviéticas tivessem sido ostensivamente solicitadas pelo presidente Amin, logo à sua chegada elas o assassinaram e no lugar dele instalaram um regime comunista rival. O Kremlin via Amin como a fonte do descontentamento afegão por ter escarnecido da tradição islâmica e envolver-se em lutas de facção dentro do Partido Comunista Afegão numa época em que era vital se unirem contra os *mujahedin*.

O Kremlin esperava que um novo líder, Babrak Kamal, acalmasse a situação, mas a ocupação do país por 100 mil soldados soviéticos só serviu para alimentar o ressentimento. Divisões tribais e o racha entre muçulmanos xiitas e sunitas se desvaneceram diante da indignação pela ocupação estrangeira.

A formação geográfica do Afeganistão e a tradição guerreira do seu povo significavam que as forças soviéticas e seus aliados locais enfrentavam um adversário de peso. Chamando a si mesmos de soldados de Deus ou *mujahedin*, e apelando à tradição islâmica da

jihād, ou luta contra os infiéis, a resistência tinha um apelo formidável, mas quem adicionava uma força considerável às guerrilhas *mujahedin* eram os próprios norte-americanos. O presidente Ronald Reagan via o fornecimento de armas e dinheiro aos afegãos antissoviéticos como um meio de solapar a força da superpotência concorrente, a qual ele considerava um “império do mal”.

O uso pelos *mujahedin* de mísseis antiaéreos americanos, como o Stinger disparado com apoio nos ombros, em meados dos anos 1980, reduziu enormemente a capacidade das forças soviéticas em dominar o espaço aéreo com bombardeiros e helicópteros. Sem contar as baixas humanas, o Exército Vermelho perdeu 600 aviões na década de 1980. A guerra estava se tornando onerosa demais para a União Soviética.

Quando Mikhail Gorbachev se tornou o líder soviético em 1985, começou a buscar meios para se retirar do Afeganistão. Ele colocou um novo líder comunista lá, o impiedoso chefe de segurança Najibullah, que tentou se reapresentar como um reformista ao estilo Gorbachev sem convencer os guerrilheiros de nada, exceto que o regime estava em debandada. Em fevereiro de 1989, Gorbachev retirou as tropas soviéticas, embora continuasse a apoiar o regime de Najibullah com dinheiro e armas, mantendo-o precariamente no controle de Cabul. No entanto, tendo o sistema comunista entrado em colapso na União Soviética em dezembro de 1991, foi só uma questão de esperar pelo degelo na primavera iminente para que os *mujahedin* iniciassem uma marcha vitoriosa sobre Cabul em abril de 1992. Abandonados por Moscou e impossibilitados de alcançar a base aérea de Bagram para fugir, Najibullah e seus parentes próximos refugiaram-se nas instalações da ONU em Cabul. Lá ficaram a salvo, por algum tempo.

OS MUJAHEDIN TOMAM O PODER

Nesse meio-tempo, o interesse do Ocidente no Afeganistão se desvanecera com o colapso do comunismo na própria União Soviética. A tomada de Cabul pelos *mujahedin* mal foi noticiada pelos ocidentais. No entanto, para os afegãos, a queda do seu regime

comunista não pôs fim ao conflito. Anos de campanha de guerrilha amarga tinham marcado a população. Anos de tradição guerreira haviam sido endurecidos pela selvageria de um conflito que também criara cinismo e fanatismo em igual medida. O tráfico de drogas tinha sido vital para financiar o esforço de guerra.

Muitos combatentes *mujahedin* comuns tinham sido brutalizados e dessocializados pelo conflito. Isto ficou claro quando os combatentes vitoriosos investiram sobre os baluartes urbanos do regime comunista derrotado como as proverbiais alcateias de lobos entre rebanhos de ovelhas. O colapso das forças de Najibullah deixou o povo de Cabul indefeso. Muitos podem ter se sentido felizes ao ver o regime apoiado pelos soviéticos apeado do poder, mas previam que sua libertação seria bastante diferente do tumulto de pilhagem e estupro que veio a seguir.

Anos de combate amargo nas montanhas haviam transformado os jovens guerrilheiros em homens implacáveis, leais apenas a si mesmos e a seus comandantes. Agora os vários líderes *mujahedin* mostravam-se inclinados a extrair o máximo de lucro da vitória, não importando o custo para o resto da população.

Como a campanha de guerrilha se baseara em lealdades locais e identidades regionais, os senhores da guerra em breve retalharam efetivamente o país em feudos. Consideravam a capital Cabul meramente como um local adequado para exibir seu poder de luta, ter acesso a propinas da ajuda humanitária internacional e aos lucros do tráfico de drogas.

Durante a guerra mais de quatro milhões de afegãos fugiram do seu país, principalmente para o vizinho Paquistão. Tal como os campos de refugiados palestinos em torno das fronteiras de Israel tinham atuado como solos férteis para germinação de radicalismo, também os campos afegãos no Paquistão se tornaram centros de renovada influência fundamentalista islâmica. As precárias condições nos campos e a sensação de abandono pelo Ocidente após a União Soviética ter sido derrotada produziram uma geração de jovens amargamente ressentidos na década de 1990, cuja religião rogou pragas sobre ambas as casas do materialismo, a do defunto modelo soviético e, mais sinistramente, sobre a da triunfante versão americana. No início dos anos 1990, estes estudantes, ou “talibãs”,

retornaram ao Afeganistão para se desiludirem amargamente com a luta corpo a corpo e a criminalidade dos principais senhores da guerra antissoviéticos.

Encontram um porta-voz no mulá autodidata Muhammed Ornar, que perdera um olho na luta contra os russos. Em 1994, apoiado por um punhado de estudantes portando apenas dezesseis armas, o mulá Ornar capturou um senhor da guerra local que havia sequestrado duas garotas para que fossem estupradas por seus homens num acampamento próximo à cidade de Kandahar. Para surpresa geral, os talibãs derrotaram com facilidade uma força muito maior. Investido da justiça divina, o mulá mandou que o senhor da guerra fosse executado. Foi o começo de uma dramática ascensão ao poder.

Apesar de a mensagem severa de lei e ordem do mulá Ornar sensibilizar milhões de afegãos exauridos por 15 anos de guerra civil, seu grupo não teria o progresso que teve nos dois anos seguintes sem ajuda. O Paquistão queria restaurar a ordem no Afeganistão de modo que pudesse comerciar com a Ásia Central através do seu vizinho. *Então* interrompeu a ajuda que dera aos vários *mujahedin* durante a década de 1980 e forneceu dinheiro e armas ao movimento talibã. Os ricos fundamentalistas sauditas sentiram-se também atraídos porque o mulá reverenciava a terra deles como a fonte do islamismo puro.

A IMPIEDADE DO TALIBÃ

Ao contrário dos belicosos líderes *mujahedin* que causaram milhares de mortes, mas se pouparam uns aos outros, o mulá Ornar executava líderes capturados. Quando tomaram Cabul, em abril de 1996, os combatentes talibãs foram ao prédio da ONU, arrebatarem do seu refúgio Najibullah e o irmão e os enforcaram. Era um sinal de que pretendiam subjugar todo o país sem levar em conta o direito internacional. O mulá Ornar tomou o título de emir, o líder da fé. Por definição, seus adversários eram amaldiçoados.

Com boa parte do país sob controle talibã, editos religiosos promulgados pelo emir obrigavam todas as mulheres a usar a *burka* completa e restringia ao lar a sua educação e atividades econômicas. Muitas viúvas de guerra sofreriam pobreza desesperadora se não pudessem trabalhar para alimentar seus filhos. Mas o talibã insistia

que Deus ou as famílias delas as sustentariam. Símbolos da ocidentalização, como televisores e aparelhos de som, foram banidos.

O alívio com o fim da guerra civil e da ilegalidade logo ficou manchado para muitos com o ressentimento pelas obrigações religiosas impostas pelo talibã. Contudo, outros se sentiram muito atraídos por esta reversão aos valores islâmicos primitivos. Muitos muçulmanos estrangeiros, especialmente árabes e chechenos, tinham acorrido ao Afeganistão para combater os soviéticos. Eles viam agora o país como não corrompido pelo materialismo e um modelo para outras sociedades muçulmanas. Entre eles estava Osama Bin Laden, que lutara com os *mujahedin* nos anos 1980.



Fotografia sem data de Osama Bin Laden em um local não revelado no Afeganistão. Ele é o principal suspeito de ser o mentor dos ataques de 11 de setembro sobre Nova York e Washington.

Em meados da década de 1990, Bin Laden repudiara tanto seus velhos patrocinado americano quanto o governo monarquista saudita. Veio Washington a se tornar uma figura-chave no mundo sombrio de ativistas islâmicos no Oriente Médio, que denunciava o capitalismo e o comunismo e mais seus próprios governos árabes como fantoches

da América e indulgentes com Israel. Tendo de abandonar sua base no Sudão por causa de seu apoio ao terrorismo contra os Estados Unidos, Bin Laden retornou ao Afeganistão em 1996, onde procurou seus velhos companheiros da luta contra os soviéticos, mas logo ficou desiludido com eles. Estes inimigos do novo governo talibã ainda esperavam pelo apoio dos Estados Unidos e estavam até mesmo preparados para negociar com os ex-inimigos em Moscou a fim de adquirir armas para sua luta contínua.

De início cauteloso com Bin Laden, o mulá Ornar ficou impressionado pelos fanáticos valores islâmicos do refugiado saudita. Chegou até a oferecer uma filha em casamento a Bin Laden e permitiu que ele instalasse campos de treinamento para seu grupo Al-Qaeda (Cidadela) no Afeganistão. O movimento talibã restringira suas ambições a purificar somente o Afeganistão, até o encontro do mulá com Bin Laden. Agora as grandiosas ambições do exilado saudita de deflagrar uma luta antiamericana de amplitude mundial em nome do Islã haviam encontrado um lar. Não demorou muito e sua rede de aliados atacou alvos americanos, culminando no atentado de 11 de setembro de 2001, o ato terrorista mais dramático da história.

Bin Laden fez do talibã um fenômeno global e, do ponto de vista ocidental, um pária. Após 11 de setembro de 2001, o Afeganistão talibã saiu de uma experiência em fundamentalismo em uma sociedade para um conflito frontal com a sociedade secular mais poderosa do mundo. Era uma luta que só um verdadeiro crente teria esperança de vencer, ou aceitar o preço do fracasso que seu povo teria de pagar.



INSURREIÇÕES POPULARES

INSURREIÇÕES POPULARES

INTRODUÇÃO

A multidão nas ruas de Paris em julho de 1789, invadindo a prisão da Bastilha, ou o enxame de pessoas marchando por São Petersburgo em fevereiro de 1917, derrubando as águias de duas cabeças que simbolizavam a monarquia imperial, ou o enorme cortejo de cidadãos pacíficos de Praga, inundando o perímetro da praça Wenceslas em novembro de 1989, são as imagens de revolução popular que preenchem nossos pensamentos. Hoje em dia, estampas ou fotografias de época se tornaram uma montagem entrelaçada de reconstituições imaginativas, como os filmes de Abel Gance sobre a Revolução Francesa e a era napoleônica ou o filme *Outubro*, de Eisenstein, sem falar nas mais recentes produções *kitsch* de Hollywood. História e propaganda se tornaram quase irremediavelmente entrelaçadas.

A ESPERANÇA AUMENTA O PROTESTO COLETIVO

Por que o ímpeto revolucionário de repente domina cidades inteiras, e às vezes até mesmo sociedades inteiras? Vez por outra, acontecimentos específicos, como violência policial, podem detonar revoluções populares, mas, como Leon Trotski assinalou, “a mera existência de privações do povo não basta para provocar uma insurreição; se bastasse, as massas estariam sempre em revolta.” O necessário é aquilo que Trotski chamou de “a falência do regime social”. Quando isto acontece e surge a oportunidade de uma alternativa, ocorrem as manifestações coletivas.

Lenin argumentava que as revoluções ocorrem quando a velha ordem perdeu a direção, mas ainda não emergiu uma nova ordem para substituí-la. A decadência do velho sistema, incluindo o enfraquecimento da lealdade e da disciplina entre suas forças de segurança, abre espaço para alternativas que podem subitamente

incorrer em manifestações públicas.



Um jovem guerrilheiro sandinista ergue uma atiradeira e uma pistola em triunfo, rodeado por companheiros mais velhos em Masaya, uma cidade tomada pelos rebeldes em 30 de junho de 1979.

CARACTERÍSTICAS DAS REVOLUÇÕES POPULARES

A pobreza sozinha não causa inquietação, na verdade, muito pelo contrário. Uma população cuja energia é consumida em encontrar comida e outros itens essenciais da existência pode provar-se notavelmente quiescente diante do que observadores de fora

consideram condições intoleráveis. No mundo antigo, Aristóteles compreendeu que “é também do interesse de um tirano tornar seus súditos pobres, de modo que (...) as pessoas estejam tão ocupadas com suas tarefas cotidianas que não tenham tempo para tramar [revolução]”. O exemplo clássico de Aristóteles do trabalho pesado fornecendo estabilidade política foi a construção das pirâmides do Egito — projetos de construções visavam exaurir a energia popular. Claro, Aristóteles não ouvira falar da versão nas Escrituras judaicas na qual o tratamento dado aos israelitas pelos ríspidos capatazes do faraó estimulou Deus a encontrar um profeta que liderasse seu povo eleito para fora da escravidão. Alguns escritores viram Moisés como o primeiro revolucionário por esta razão, mas uma vez que outros questionam sua historicidade, seria melhor vê-lo como uma inspiração literária.

O que a história de Moisés ilumina é a importância de um novo elemento ou pessoa cuja presença torna de repente intolerável a opressão anteriormente aceita. Às vezes gerações de submissão dócil são sacudidas por um determinado indivíduo carismático ou por um incidente que abre as comportas de ressentimentos represados.

O súbito colapso de regimes imponentes e até mesmo ameaçadores é uma característica surpreendente de revoluções populares, como assinalou Alexis de Tocqueville, o grande historiador francês da revolução, em suas próprias observações dos eventos quase sem derramamento de sangue em fevereiro de 1848 em Paris: “Ninguém derrubou o governo. Ele mesmo se permitiu cair.”

DUAS CAUSAS DE SUBLEVAÇÃO

Tocqueville foi um historiador muito raro porque era também um profeta. Na sua função de deputado na assembleia nacional francesa, antes da revolução de 1848, ele avisou à complacente e irrepresentativa maioria, em 29 de janeiro de 1848, que “dizem que não existe nenhum perigo porque não há nenhum tumulto, e como não há nenhuma desordem visível na superfície da sociedade, estamos longe da revolução”. Cientistas políticos, bem como

políticos ativos, em inúmeras ocasiões ao longo da história, e tão recentemente como em 1989, mostraram-se insensíveis às agitações por debaixo da plácida superfície de sociedades tão diferentes quanto a da incipiente França industrial ou a do bloco soviético. Tocqueville avisou a seus contemporâneos: “Estamos nos embalando para dormir sobre um vulcão ativo.”

Tocqueville esboçou duas causas-chave da sublevação iminente: uma era o crescente sentimento de injustiça que a riqueza fabulosa adquirida por poucos através da revolução industrial estava fomentando entre a maioria pobre; a outra era a complacência e corrupção ignóbeis de governantes que pareciam indiferentes aos sentimentos populares, bem como incapazes de satisfazer suas queixas.

Por toda a Europa em 1848, e de novo em boa parte da Europa Central e Oriental em 1989, os velhos regimes pareceram desaparecer quase num sopro de fumaça ao primeiro sinal de protestos em larga escala. Este colapso repentino mostrou o desvanecimento da legitimidade do velho sistema por trás da harmonia aparente. Até mesmo servidores cruciais do regime haviam perdido a fé nele ou estavam desiludidos pela incapacidade ou corrupção de seu líder.

POR QUE REVOLUÇÕES POPULARES FRACASSAM

O fracasso das revoluções reside com muita frequência exatamente na sua espontaneidade e na falta de um partido político disciplinado para organizá-las. Embora a ausência de líderes políticos identificáveis torne mais difícil a repressão policial ou o trabalho assassino de esquadrões da morte, isto também significa que nos momentos decisivos a multidão nas ruas ou a população em geral podem carecer de coordenação.

Por outro lado, as forças contrarrevolucionárias, que podem ter sido induzidas de início pelos erros de seus próprios governantes e pela escala e subitaneidade do protesto popular, podem recorrer a instituições como o exército e a polícia para organizar um contra-ataque.



O líder comunista da Tchecoslováquia, Aleksander Dubcek, fala a seus adeptos durante o desfile de 1º de maio, em Praga, 1968.

Por exemplo, em 1848, governantes tradicionais em Viena e Berlim cederam à pressão popular para garantir constituições e liberalizar seus regimes, mas, em meados de 1849, exércitos profissionais liderados por linhas-duras vigorosos sem tempo para liberalismo foram capazes de surpreender os revolucionários, dividindo-os e derrotando-os aos poucos. Milícias populares pobremente organizadas em geral provavam-se inadequadas ao travar combate contra tropas regulares. Em Pequim, na primavera de 1989, a gerontocracia comunista chinesa encontrou tropas leais para disparar sobre manifestantes estudantis e outros que haviam ocupado o centro da cidade por meses.

A tecnologia também tende a se alinhar com as forças da repressão: as novas ferrovias deram aos exércitos mobilidade e a capacidade de mover-se rapidamente contra os rebeldes mal

equipados em 1848-1849. Os novos fios de telégrafo correndo ao longo das ferrovias capacitavam governos, polícia e soldados a se comunicar através de longas distâncias, coordenar suas atividades e anular os revolucionários.

O contraste entre o fracasso da revolução russa em 1905 em derrubar o sistema imperial autocrático, apesar de manifestações maciças nas cidades e revolta disseminada na área rural, e a súbita e completa implosão do regime em 1917 é surpreendente. Um elemento crucial em ambas as ocasiões foi a adesão dos trabalhadores ferroviários: em 1905, eles continuaram a operar o sistema, permitindo que tropas leais viajassem através da Rússia para sufocar a dissidência em um lugar após outro; em 1917, a greve ferroviária agravou a crise do governo e foi tão exitosa que o czar Nicolau II até mesmo se atrasou para sua própria abdicação!

QUANDO O ENTUSIASMO SE DESVANECE

O povo comum só pode permanecer mobilizado nas ruas e nas barricadas provisoriamente. Passado algum tempo, eles precisam se alimentar e às suas famílias. Quer tivessem afluído às ruas em protesto ou triunfo, sempre havia a manhã seguinte, quando voltavam a se preocupar com os problemas mundanos.

Foi o reconhecimento de que a maré de revolução popular refluí naturalmente que levou Franz Kafka, que testemunhou a queda da monarquia Habsburgo na sua Praga natal em 1918, a anotar que as consequências da “nódoa burocrática” permanecem. A não ser que liderada por ativistas ideológicos lúcidos, a derrubada de tronos ainda deixa camadas de administração estatal para continuar por muito tempo antes que se desvaneça o entusiasmo que foi uma vez revolucionário.

INSPIRANDO MITOS HEROICOS

O fracasso não mata a fé revolucionária como uma cura para males sociais se as causas permanecem apesar das tentativas de mudar as condições. Assim contou um idoso veterano de Emiliano Zapata a um jornalista que o entrevistou em 1964: “Acredito que... a

próxima revolução já está escrita. Desde Zapata que muitos tentaram, mas nada acontece. Tudo é esmagado porque Deus ainda não deu a palavra. Então, de repente, veremos a revolução do pobre contra o rico no México. Acho que ainda não é agora, mas ela virá. Não sei dizer quem será o líder, mas deve haver alguém.” E, passados trinta anos, o anônimo mascarado conhecido como subcomandante Marcos apareceu, liderando os rebeldes zapatistas em Chiapas, no sul do México. O legado do fracasso — não somente no México — não é necessariamente resignação e submissão perpétuas, mas o desenvolvimento de um mito heroico que inspira gerações futuras a combater suas próprias privações de uma forma revolucionária, se a esperança de reforma real for obstada.

RÚSSIA, 1905

Revoluções fracassadas com frequência dão lições maiores do que as bem-sucedidas. Em 1905 a Rússia Imperial desabou no caos quando mais de um século de queixas contra o governo arbitrário dos czares autocráticos culminaram em revolta. O descontentamento disseminado de uma nova classe de trabalhadores industriais urbanos e antigos ressentimentos do campesinato explodiram numa revolução espontânea que por breve tempo pareceu que derrubaria a monarquia mais poderosa e absoluta da Europa. Embora o czar reprimisse os insurgentes, finalmente dissolvendo a revolução no início de 1906, os eventos de 1905 forneceram um inesperado ensaio geral para a sublevação volátil da Revolução Russa de 1917.

IDEAIS REVOLUCIONÁRIOS INSPIRAM MOTIM

De 1825 a 1905, a Rússia testemunhou o desenvolvimento de uma tradição revolucionária singularmente forte e igualmente malsucedida. Oficiais amotinados do exército, influenciados pelos ideais revolucionários franceses, foram os primeiros a desafiar o governo autocrático dos czares em dezembro de 1825. Foram reprimidos impiedosamente, mas uma tradição de atividade conspiratória contra o regime havia nascido. Em repetidas ocasiões ao longo do século XIX, grupos radicais clandestinos, inspirados por

ideias revolucionárias do Ocidente, tramaram para derrubar os czares. O momento mais dramático ocorreu em 1881, quando o czar Alexandre II foi assassinado por um revolucionário. No entanto, ataques a bomba como este só serviram para redobrar os esforços do regime para reprimir quaisquer dissidências.

UMA GUERRA ONEROSA FOMENTA O DESCONTENTAMENTO

Ao longo do século XIX, críticos radicais dos czares fracassaram em motivar insurreições em massa. Ao iniciar-se o século XX, as condições sociais e econômicas na Rússia estavam produzindo bastante descontentamento popular. No campo, a abolição da servidão havia fornecido uma bênção mista para milhões de camponeses russos, dos quais se esperava que compensassem seus senhores pela inédita liberdade, que foi, por precaução, cercada de todos os tipos de limitação. À medida que o desenvolvimento industrial ganhava corpo em cidades grandes como a capital São Petersburgo e a cidade petrolífera de Baku, o povo se evadia do campo a fim de encontrar emprego nas fábricas, na esperança de melhorar seu padrão de vida. Mas suas condições de subsistência eram com frequência precárias e seu emprego inseguro. O regime czarista proibia os sindicatos ou representantes, mas o povo comum ainda tendia a apelar ao seu imperador por reforma. O povo o tratava afetuosamente como seu “Paizinho” e jogava quaisquer problemas sobre seus subordinados. Era inconcebível para a maioria deles que o czar os deixasse sofrer desta maneira se estivesse adequadamente informado das agruras que eram obrigados a suportar.

Embora a Rússia estivesse de muitas maneiras atrasada em comparação com países da Europa Ocidental (por exemplo, tinha um sistema agrícola primitivo e ineficaz), tal como muitos estados, buscava uma política de expansão imperial. No início de 1904, as ambições russas de controlar a Coreia colidiram com o interesse do Japão no país. Para surpresa dos russos superconfiantes, os japoneses provaram-se muito melhor organizados para a guerra e rapidamente dispersaram o exército e a marinha russos no Extremo Oriente. A derrota combinada com a ruptura econômica causada pela guerra

inflamou a rápida ascensão do descontentamento na Rússia europeia, 12.000 km a oeste da zona de guerra.



Oficiais de serviço diante do Palácio de Inverno no "Domingo Sangrento" ficaram assustados com o número de manifestantes e dispararam na multidão, matando pelo menos duzentas pessoas.

DOMINGO SANGRENTO

Em 9 de janeiro de 1905, uma coluna de operários e suas famílias, liderada por um sacerdote, padre George Gapon, seguia dos subúrbios industriais de São Petersburgo para o Palácio de Inverno do czar, no centro da cidade. Carregando ícones religiosos e cantando hinos, os manifestantes esperavam apelar ao seu Paizinho para melhorar as condições de vida. De fato, Nicolau II não estava na cidade, mas seus guardas sim, e eles entraram em pânico diante dos 200 mil manifestantes e dispararam contra a multidão. O "Domingo Sangrento", como o dia foi lembrado na história, se seguiu. Cossacos dispersaram os sobreviventes, mas pelo menos 200 pessoas morreram na praça. O derramamento de sangue destruiu a reputação benigna de Nicolau II. A ingênua e inquestionável lealdade da vasta maioria da população estilhaçou-se, enquanto a realidade do evento a afundava. O radical romancista Máximo Gorki imediatamente viu a importância da atrocidade, escrevendo: "Hoje inaugura-se a revolução na Rússia. O prestígio do imperador será irrevogávelmente estilhaçado pelo derramamento de sangue inocente."

GREVES LEVAM À ASSEMBLEIA ELEITA

Greves se espalharam como um rastilho de pólvora através da

Rússia. Camponeses se revoltaram. Alguns soldados, e mais notoriamente a tripulação do encouraçado *Potemkin*, no mar Negro, se amotinaram, esta última revolta explodindo quando carne estragada foi trazida a bordo para os marinheiros. O motim resultou na morte de um marujo, Vakulinchuk, cujo corpo foi velado na praia de Odessa. Quando o povo da cidade, onde a atividade insurrecional também estava ocorrendo, viu isto, mais inquietação se desencadeou, que foi violentamente reprimida pela força militar na cidade. Por um breve período pareceu que o regime czarista fosse implodir por completo.



O filme de Eisenstein, *O encouraçado Potemkin*, comemora a fracassada insurreição de 1905, focalizando o motim dos seus marinheiros. Esta cena mostra o massacre nas escadarias de Odessa, onde a atividade insurrecional havia irrompido após o corpo de um amotinado ter sido velado na praia de Odessa depois da revolta. A insurreição foi brutalmente esmagada pelos soldados.

Confrontado por uma greve geral em outubro de 1905 e o surgimento de governos locais autodesignados chamados soviets em São Petersburgo e Moscou, Nicolau II fez concessões táticas. Ele concordou em convocar uma assembleia eleita, a Duma, que satisfizesse muitos dos mais bem situados e instruídos na Rússia, que desejavam que o país seguisse o modelo de governo constitucional da Europa Ocidental e temiam o caos crescente nas ruas e na área rural. No entanto, o czar insistia em manter seu direito de governar por decreto quando houvesse um estado de emergência. A Duma, como os conselhos locais, exercia pouco poder real e em breve ganhou pouco respeito.

A REBELIÃO SE RETRAI

O czar também fez a paz com o Japão, liberando as tropas para lidar com os dissidentes russos. Para grande vantagem de Nicolau II, seus oponentes eram incrivelmente desorganizados. Mesmo nas cidades grandes pouco era feito para coordenar as atividades revolucionárias entre São Petersburgo, Moscou e outros centros urbanos altamente populosos. Boa parte da área rural estava em agitação, mas, carentes de liderança, os camponeses não olhavam além de sua própria localidade, escorraçando proprietários ou administradores da área.

Contrariamente, o Exército Imperial podia coordenar medidas de repressão através de toda a Rússia. Tropas leais usavam as ferrovias para viajar de um ponto ao outro. Desimpedidas pelos trabalhadores ferroviários, que tinham o poder de sabotar seus movimentos, mas não o fizeram, e ajudadas pela operação contínua do sistema telegráfico, as forças de Nicolau II foram capazes de se coordenar e de se movimentar com facilidade através do vasto território da Rússia. Represálias selvagens contra os insurgentes por fim reprimiram a desordem em 1906.

A REVOLUÇÃO VAI PARA A CLANDESTINIDADE

Os revolucionários aprenderam com os eventos de 1905, mas não o czar. Nicolau II falhou em se dar conta de que reprimir o descontentamento doméstico, ao invés de remover as fontes dele, só continuaria a pôr em risco seu domínio do poder e a lealdade do povo. Em vez de tentar construir uma aliança com os membros moderados da nova Duma, o czar fez tudo que pôde para evitar isto e voltar à sua velha maneira de governar sem consultar os súditos. Uma vez que a guerra irrompeu de novo em 1914, a estabilidade de todo o império estaria ameaçada, mas desta vez por revolucionários melhor equipados — ideológica e organizadamente — para tomar o poder.

MÉXICO, 1910-1919

Os longos anos de levante revolucionário no México após 1910 assentaram os alicerces para o regime mais duradouro do século XX.

O governo do PRI (Partido Revolucionário Institucionalizado) evoluiu para um sistema autoritário corrupto, com boa parte dos defeitos da velha ordem que havia eliminado. O PRI perdeu finalmente o poder no ano 2000.

GOVERNO COLONIAL ESPANHOL

As raízes da situação explosiva no México no início do século XX poderiam retroagir aos três séculos do governo colonial espanhol iniciado em 1519, que havia estilizado a antiga civilização pré-colombiana, exterminando uma quantidade enorme de nativos, e estabeleceu o governo de uma nova elite espanhola e uma nova religião, o catolicismo. A distribuição da terra continuou enormemente desigual, com os mexicanos de origem índia sendo amplamente deserdados.

O colapso do governo espanhol em 1821 foi um subproduto da ocupação da Espanha por Napoleão depois de 1808 e sua incapacidade para recuperar o controle das colônias que haviam aprendido a viver independentemente, já sendo esperada uma insurgência mexicana. Mas a estabilidade política fracassou em se materializar, enquanto os vitoriosos sobre os governantes espanhóis do México brigavam entre si. A nova república sucumbiu dentro de um ano ao seu primeiro golpe de estado. Outro golpe, dezoito meses depois, reverteu os resultados do primeiro levante. E assim continuou por boa parte do século XIX, enquanto líderes regionais, gerais, pretensos representantes da população amplamente pobre fracassaram; em concordar sobre um sistema político legitimado. Governos que se seguiram, como aquele do primeiro presidente de descendência índia, Benito Juárez, forneceram esperança, mas breves interlúdios de estabilidade. Embora repelindo uma tentativa francesa de impor um governo estrangeiro, Juárez, como muitos outros antes dele, fracassou em estabelecer qualquer ordem constitucional duradoura.

Mais tarde, um jovem herói da guerra contra os franceses, Porfirio Díaz, tentou impedir a reeleição de Juárez e derrotou o sucessor deste em 1876, com base no *slogan* de que não se deveria permitir a reeleição de nenhum presidente mexicano. Díaz fincou pé

neste princípio em 1880 — pelo menos formalmente —, mas em segredo arranjou um candidato fantoche para ser eleito como seu sucessor. A partir de 1884, porém, Díaz abandonou o jogo de governar dos bastidores e manipulou sua própria reeleição em votações fraudulentas até 1910.

O longo governo de Díaz coincidiu com dramáticas mudanças econômicas que estimularam a transformação da população índia do México, ainda basicamente rural. A criação de novas ferrovias pavimentou o caminho para a expansão da siderurgia e do comércio exterior. Com petróleo agora exportável para os Estados Unidos e a Europa para combustível e iluminação, as reservas petrolíferas do México se tornaram de súbito uma fonte valiosa.



Um grupo de mulheres e meninas rebeldes, usando trajes típicos, pratica exercício de tiro para a Revolução Mexicana em setembro de 1911.

Díaz reconheceu que a terra era a chave para a base de poder do seu regime e explorou os recursos a sua disposição. Ele aprovou leis de doação de terra como um meio de comprar a lealdade de oficiais do exército e dos notáveis das províncias mexicanas. Apesar do progresso econômico do país, a agricultura continuava sendo sua indústria principal, e o rápido crescimento da população camponesa, em mais de 50% durante o governo de Díaz, tornou a fome de terra uma questão cada vez maior.

A SERVIDÃO POR DÍVIDA DE UMA NAÇÃO

O governo de Diáz desafiou as demandas populares por pequenas propriedades e em vez disso encorajou a conversão de terras devolutas em propriedades particulares dirigidas pelos grandes latifundiários. Estes senhores de terra empregavam mão de obra camponesa num sistema de servidão por dívida. Lavradores pobres eram forçados a comprar todos os seus suprimentos dos armazéns de seus senhorios como empréstimos adiantados a juro contra seu pagamento inadequado. Apanhados numa rede esmagadora de dívidas, os trabalhadores achavam impossível se libertar. Os camponeses ressentiam-se amargamente da lei de doação de terra de Diáz, que os privava do que consideravam como sua própria terra comum só para serem reempregados para trabalhar sob condições tão terríveis.

Apesar de sua idade avançada, Diáz estava determinado a permanecer no poder e não havia preparado um sucessor. Seu sistema de troca de favores, contudo, criava centros de poder de potencial rivalidade, enquanto potentados regionais emergiam através do México, controlando a economia e a administração, mas prestando lealdade à Cidade do México. Depois de 1907, uma grave queda da atividade econômica atingiu as novas indústrias e, em 1909, um jovem lavrador do sul, Emiliano Zapata, exigiu uma reforma agrária radical para os camponeses índios. A medida que se aproximavam as eleições presidenciais de 1910, Diáz, já com 80 anos, ignorou os sinais de uma iminente explosão social e candidatou-se a mais uma reeleição.

DIÁZ DESAFIADO

Para sua surpresa, um candidato rival efetivo, o rico latifundiário do norte, Francisco Madero, entrou na disputa e iniciou um *tour* ferroviário ao estilo de campanha americano e inflamou o entusiasmo contra Diáz. Este mandou prender Madero, arranjou sua reeleição pela sétima vez com a habitual maioria esmagadora, e depois cometeu o erro de *libertar* Madero sob fiança. Madero foi para o Texas, recebeu garantias de apoio dos Estados Unidos e a seguir

retornou para o México, determinado a começar uma rebelião. Ele conclamou um chamamento às armas, o “Plano de San Luis Potosí”, em novembro de 1910, que não só denunciou a eleição fraudulenta de Diáz como também o proclamou presidente provisório. Embora Madero não tivesse explicitamente se oferecido para libertar os camponeses índios da servidão por dívida, sua proclamação inspirou revoltas no norte do México, lideradas por Pancho Villa, e no sul por Zapata, prometendo aos pobres pôr um fim às suas lamentações.

Confrontados pela rebelião e incertos do que os Estados Unidos poderiam fazer, os generais de Diáz decidiram acalmar a situação mandando o idoso ditador para o exílio e convidando Madero a convocar eleições que ele tinha certeza de vencer. Sem se impressionar com os compromissos de Madero com a velha guarda, um mês depois da eleição dele para presidente, Zapata lançou o seu próprio “Plano de Ayala” em novembro de 1911, exigindo a transferência de toda a terra para os índios nativos que a cultivavam.

Apesar de uma plataforma inicial prometedora, no final Madero fracassou em satisfazer a todos. Com o aumento da inquietação no sul do país e greves no norte industrial, ele até mesmo antagonizou os americanos ao taxar a produção de petróleo cada vez mais valiosa do país, que era administrada por empresas dos Estados Unidos. O comandante militar de Madero, Victoriano Huerta, mostrou-se implacável contra manifestantes operários e camponeses, e de repente transformou-se no comandante em chefe em fevereiro de 1913, ordenando o brutal assassinato de Madero e seus influentes irmãos.

O golpe de Huerta não teve sucesso em acalmar a situação. Políticos ambiciosos haviam desenvolvido um gosto pela rebelião, vendo-a como a rota para o poder e recusando-se a aceitar sem luta o general como presidente. Com o governo de Huerta em conluio com proprietários de terra e empresários, o povo mexicano também recusava-se a recuar enquanto divisões na elite oferecessem uma chance de sucesso. Até mesmo o presidente Wilson, em Washington, fomentava mais levantes por causa de uma típica mistura de princípio magnânimo e autointeresse americano: Huerta tomara o poder por assassinato e não tinha o direito de governar, como

também estava oferecendo concessões de petróleo a companhias britânicas e não americanas!

O presidente Wilson pôs a influência americana por trás de um rico oligarca do norte, Venustiano Carranza, a fim de derrubar Huerta. Carranza usou os exércitos camponeses de Villa e Zapata, mas tão logo a vitória ficou ao seu alcance, ele enviou tropas regulares contra eles e caçou os remanescentes de suas forças em remotas cidadelas rebeldes. Zapata foi atraído a uma emboscada e assassinado em abril de 1919.

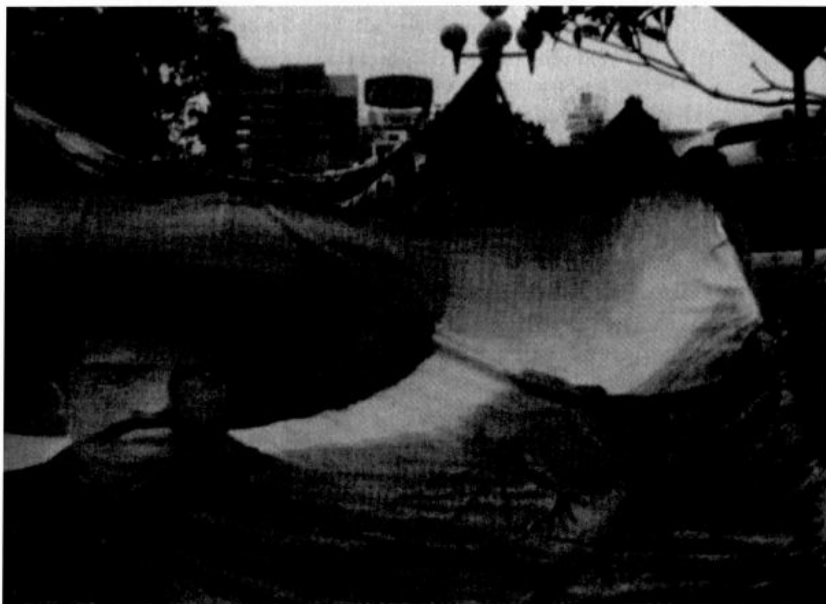
A CONSTITUIÇÃO DE 1917

Embora Carranza representasse *lobbies* econômicos poderosos, ele não tinha nenhuma política radical que oferecesse uma ruptura real com o passado mexicano. Como muitos mexicanos do norte, ele via a Igreja Católica como supersticiosa e corrupta e a censurava por manter na servidão a maioria camponesa do país. Sua nova constituição de 1917 proclamou uma radical separação entre Igreja e Estado e marcou o início de uma batalha amarga entre os revolucionários mexicanos e a Igreja Católica. A constituição também prometia reforma agrária e o fim da servidão por dívida, bem como jornada de oito horas e direitos sindicais, mas ter estas cláusulas honradas era mais fácil dizer do que fazer.

O único aspecto da constituição de 1917 que teve um impacto duradouro foi proibir qualquer presidente de exercer mais de um mandato, uma reforma há muito prometida por Porfirio Díaz, que a esqueceu, uma vez saboreados os frutos do cargo. O presidente mexicano teria grande poder, mas só por um tempo limitado. Era o único termo da constituição que tinha sido respeitado desde então.

Qualquer que fosse a estabilidade conseguida por Carranza, ela ficou comprometida pela sua manipulação das eleições de 1920. Enraivecidos por semelhante fraude, velhos inimigos, como Pancho Villa e o rancheiro Álvaro Obregón, uniram suas forças contra ele. Carranza foi assassinado enquanto fugia rumo ao litoral, e Obregón ganhou facilmente a eleição após ter mandado matar Villa.

Camponeses lideram uma passeata política em março de 1984, através das ruas da Cidade do México, carregando uma bandeira que retratava Emiliano Zapata, o revolucionário mexicano.



A nova ordem rejeitou a influência da tradicional elite espanhola e da Igreja Católica. Ela reviveu um passado romântico asteca e maia um tanto imaginário para dar dignidade antiga a sua identidade nova.

Os aliados de Obregón eram homens que haviam lutado ou conspirado para abrir seu caminho até o topo na década anterior. Embora eles quisessem declarar o fim da Revolução Mexicana em novembro de 1920, estavam determinados a estabelecer um novo regime e um México moderno e dinâmico.

Obregón falava de modo revolucionário acerca de distribuição de terra e de pôr o interesse do México à frente dos negócios, mas na prática seu regime tentou comprar os membros mais recalcitrantes do campesinato e do operariado, enquanto deixava intactas as grandes empresas e as amplas propriedades rurais. O crescimento mundial na década de 1920 e a demanda por petróleo mexicano acolchoaram um período de estabilidade, mas a questão religiosa e o descontentamento rural quase destruíram o novo sistema.

OS “CRISTEROS” DESAFIAM A REVOLUÇÃO

Obregón e seu sucessor escolhido a dedo provocaram encrenca ao hostilizarem a Igreja Católica. Como modernizadores, eles a consideravam um obstáculo para o progresso do México, porém milhões de camponeses pobres encontravam seu único refrigerio na religião. No início de 1927, grande parte do México ocidental e central se rebelou, com camponeses lançando o grito de batalha “Vida longa para Cristo o Rei!”. Por dois anos os *cristeros* ameaçaram derrubar a revolução.

Tencionando acalmar a situação, em 1928, Obregón decidiu retornar à presidência apesar da regra da não reeleição, e foi prontamente assassinado no dia seguinte. Em vez de continuar a luta insustentável contra a Igreja e os fervorosos *cristeros*, o novo governo voltou atrás em suas leis contra o clero.

Comprometer-se com a Igreja era apenas parte de um pacote de reformas que poriam fim à ameaça de uma contrarrevolução camponesa. Após 1934, Lazaro Cárdenas foi o último radical autêntico a assumir o cargo de presidente. No seu governo de seis anos ele foi bem-sucedido em pôr em ação uma legítima reforma agrária que deu 44 milhões de hectares a camponeses, concedendo-lhes crédito barato e maquinaria.

Em 1938, Cárdenas nacionalizou as empresas petrolíferas estrangeiras que operavam no México, na esperança de financiar as reformas com o lucro delas. Foi um passo perigoso. Os Estados Unidos ficaram horrorizados e suas companhias petrolíferas organizaram um boicote à produção mexicana. O gesto nacionalista de Cárdenas poderia ter-se provado ruinoso não fosse a demanda por petróleo mexicano pelos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial.

A CORRUPÇÃO PROVOCA REVOLTA

Por quase sessenta anos, os sucessores de Cárdenas passaram o poder de um para outro a cada seis anos. Embora existissem outros partidos, em 1946, o principal movimento revolucionário, rebatizado de Partido Revolucionário Institucionalizado (PRI), estava entrincheirado no poder, manipulando eleições descaradamente. À medida que o PRI se tornava cada vez mais corrupto, irrompiam

desafios ao seu governo. Na pobre região sul, militantes evocando a memória de Zapata rebelaram-se em 1994. Enquanto isso, nos estados mais ricos do norte, oponentes comerciais e políticos do PRI ganhavam apoio dos Estados Unidos e clamavam por eleições autênticas e reforma de mercado. Em julho de 2000, o candidato do PRI pela primeira vez foi derrotado por um candidato de outro partido, o presidente Vicente Fox.

Na virada do século XXI, permanecia a questão se o México havia abandonado seu passado revolucionário. O presidente Fox prometia trabalho, redistribuição de terra e justiça social, mas também reassegurava aos Estados Unidos que abriria mais ainda o país à economia globalizada. Os zapatistas tornaram-se símbolos do emergente movimento antiglobalização, dando à tradição revolucionária do México uma plateia que Zapata e Pancho Villa nunca tiveram.

HUNGRIA, 1956

A derrota dos exércitos nazistas em 1944-1945 assinalou somente uma sofrível libertação através da Europa Oriental. Na verdade, Hitler e seus capangas foram expulsos pelo Exército Vermelho, mas as tropas soviéticas chegaram trazendo uma revolução da sua própria lavra. Mesmo antes do fim da guerra, Stalin dissera a um comunista iugoslavo visitante: “Cada homem avança seu sistema social tão longe quanto seu exército possa alcançar.” Em países como a Hungria, cujo governo havia colaborado com a Alemanha nazista contra a União Soviética, as tropas soviéticas tiveram todos os direitos de ocupantes após 1945 e as tropas de Stalin usaram todos os seus poderes para promover a tomada do poder pelo Partido Comunista local, que emergiu da resistência clandestina ao velho regime.

UMA NOVA HUNGRIA COMUNISTA

Para satisfazer os ex-aliados ocidentais, Stalin permitiu um arremedo de democracia multipartidária, mas na prática os simpatizantes pró-soviéticos mantinham posições-chave no novo

governo e a polícia secreta de Stalin manipulava os cordões nos bastidores.

O poder soviético não conseguiu tornar o comunismo popular na Hungria. Antigas lembranças da invasão russa de 1849, a experiência mais recente do regime de Bela Kun e a amargura sentida por muitos húngaros pelos estupros e pilhagem que acompanharam a conquista do Exército Vermelho em 1945 resultaram que nas eleições gerais de 1946 o Partido Comunista perdeu para os Pequenos Arrendatários, um partido popular camponês com diferença de mais de 50% dos votos.

Os representantes de Stalin fizeram planos para destruir os Pequenos Arrendatários e forçaram não comunistas de tendência esquerdista, como os social-democratas, a se fundirem com o Partido Comunista, o que um comunista linha dura local, Matyas Rakosi, mais tarde primeiro-ministro, friamente chamou de “táticas salame” — fatiando um após outro os grupos de oposição.

Obediência servil ao modelo soviético compôs o legado húngaro da destruição do tempo de guerra. A economia tropeçava enquanto investimento e alvos irrealistas para a indústria eram perseguidos à custa do padrão de vida.

STALIN DENUNCIADO

Stalin morreu em março de 1953 e ninguém o sucedeu no Kremlin. As divisões entre seus sucessores começaram a desestabilizar o controle soviético. Para começar, em 1º de junho de 1953, os trabalhadores da Alemanha Oriental se revoltaram contra o regime stalinista local e os tanques soviéticos tiveram que reprimi-los. O novo primeiro-secretário do Partido Comunista Soviético, Nikita Khrushchev, usou a crise para justificar a execução do muito temido chefe da polícia secreta de Stalin, Laurenti Beria. Sinais de rixas em tão alto nível causaram inquietação através da Europa Oriental.

O Kremlin começou a apoiar novos líderes reformistas comunistas nos Estados satélites. Para fortalecer sua posição em casa e no exterior, Khrushchev peneirou líderes comunistas de linha dura para promover-se como o patrono de um estilo de governo mais

descontraído.

Em fevereiro de 1956, Khrushchev chocou a elite comunista ao denunciar Stalin como um tirano e assassino em massa perante uma sessão secreta do 20º Congresso do Partido Comunista. Notícias da revelação de Khrushchev espalharam-se pelo bloco soviético — um golpe estilhaçante na legitimidade dos leais fantoches stalinistas da Europa Oriental. Até então eles alegavam que, como discípulos leais de Stalin, “o líder e mestre da humanidade progressista”, tinham todo o direito de governar. A reviravolta de Khrushchev foi tão chocante que o líder comunista polonês, Bierut, caiu morto em Moscou após ouvir o discurso.

UM RETORNO AOS IDEAIS DE LENIN

Khrushchev tencionava apresentar-se como um bom comunista ao retornar ao verdadeiro caminho de Lenin depois da ditadura pessoal de Stalin, mas na Europa Oriental suas acusações contra Stalin iniciaram o desemaranhar da autoridade comunista, especialmente na Hungria.



Amargura e decepção com o primeiro-ministro Matyas Rakosi, um comunista linha-dura ao estilo Stalin, provocam a queima de seus retratos por manifestantes húngaros antissoviéticos.

Quando comunistas com pensamento reformista substituíram os stalinistas em Varsóvia, os húngaros começaram a crer que era possível uma mudança em Budapeste. Em 6 de outubro, a liderança comunista húngara permitiu o funeral das vítimas de Rakosi e uma enorme multidão compareceu. A seguir permitiu que estudantes se manifestassem em 23 de outubro. A multidão inchou e reuniu-se junto à estátua de um general polonês que havia se alinhado com os húngaros em 1849. Enquanto os líderes do Partido Comunista debatiam sobre o que fazer, turbas atacaram símbolos do regime, como a estátua de Stalin em Pest. A polícia secreta viu-se sozinha tentando pôr fim aos protestos, enquanto os policiais comuns simpatizavam com os dissidentes. Ninguém convocou o exército,

talvez porque os comunistas não confiassem nele.

UMA REVOLUÇÃO ANTISSOVIÉTICA

As multidões clamavam pelo rival moderado de Rakosi na liderança do Partido, Imre Nagy. Este estava ainda incerto de quão longe as coisas tinham ido quando iniciou seu primeiro discurso de improviso aos manifestantes com a palavra “camaradas”; o povo gritou para ele até que Nagy apelou ao patriotismo e ao canto do hino nacional. A reação de Nagy simbolizava o seu dilema — um comunista idealista descobrindo-se à testa de uma revolução fracamente antissoviética. Sua ambivalência ajudou a selar o destino da revolução e da sua própria vida.

Ao final do dia 23 de outubro, o Partido designou Nagy como primeiro-ministro, mas também convocou forças soviéticas ao país para ajudar a polícia secreta a reprimir a “contrarrevolução”. No entanto, isto pareceu apenas provocar mais desordem.

Em 24 de outubro, uma delegação soviética de alto escalão concordou em aceitar Nagy como um mediador entre o povo húngaro e o “grande irmão” soviético. Acertaram que os soldados russos iriam se retirar e que o moderado Janos Kadar substituiria o linha-dura Ernő Gero como primeiro-secretário do Partido.

NAGY DEIXA O PACTO DE VARSÓVIA

Um novo governo foi anunciado em 27 de outubro, mas ele já estava atrás do ânimo público enquanto multidões baixavam as bandeiras nacionais e cortavam o símbolo comunista no meio delas. Então agitavam essas bandeiras novas como expressões de seu patriotismo anticomunista. Através da Hungria, comitês provisórios e conselhos de operários (uma tradução irônica dos “soviets” russos) afastaram os funcionários locais do Partido Comunista.

Empurrado de baixo, Nagy anunciou em 30 de outubro que a Hungria estava retornando a “um sistema de governo baseado na cooperação democrática de partidos em coalizão, como era em 1945”. Esta ruptura com o sistema unipartidário soviético provocou de imediato exigências das ruas de que a Hungria deveria assumir

independência plena, abandonando o Pacto de Varsóvia e declarando sua neutralidade.

INVASÃO SOVIÉTICA

A situação internacional foi crucial para a atitude tomada pelos líderes soviéticos em relação à crise húngara. Eles temiam que se a Hungria rompesse com o comunismo e o Pacto de Varsóvia, outros países da Europa Oriental a acompanhariam e o Kremlin perderia o escudo externo dos estados satélites que o Exército Vermelho conquistara e que agora forneciam um amortecedor contra os americanos e seus aliados da OTAN no Ocidente.

Embora Khrushchev reconhecesse que uma invasão soviética da Hungria seria um desastre de relações públicas, ele não podia correr o risco de perder o controle do país. Ironicamente, dois países da OTAN ajudaram a desviar a atenção da invasão soviética. Exatamente na mesma ocasião, Inglaterra e França invadiram o Egito na esperança de recuperar o controle do canal de Suez, que tinha sido nacionalizado pelo líder egípcio coronel Nasser.

A rejeição húngara pela retirada do Exército Vermelho foi prematura. Ele tinha ido apenas à cidade de Debrecen, a nordeste, a fim de concentrar suas forças e lançar uma contraofensiva maciça com a ajuda de reforços vindo através da fronteira da União Soviética. O contra-ataque começou na madrugada de 4 de novembro.

Um dos líderes do Partido Comunista Húngaro, Janos Kadar, que parecia apoiar Nagy, desapareceu subitamente de Budapeste só para reaparecer entre as forças soviéticas. Ele “convidou” as tropas a encerrar a “contrarrevolução” e proteger a classe trabalhadora húngara, que estava em plena revolta contra o sistema comunista.

NAGY EXECUTADO

Nagy foi iludido pelo futuro líder soviético e chefe da KGB, Yuri Andropov, que era o embaixador do Kremlin em Budapeste. Andropov era um agente astuto e implacável e jogou com as lealdades divididas de Nagy e seu desejo de evitar derramamento de

sangue desnecessário. Depois que as tropas soviéticas alcançaram Budapeste, Nagy buscou refugio na embaixada iugoslava, mas Andropov o induziu à renúncia e depois o prendeu e despachou para a Romênia sob controle soviético para um interrogatório brutal antes de ser executado. (Seus restos foram mais tarde enterrados com aqueles dos animais do zoológico em um túmulo não identificado, juntamente com os cadáveres de outros líderes da revolução executados.)

Kadar pediu a Khrushchev que o deixasse executar tanto Rakosi quanto Nagy, como se matar o stalinista impopular compensasse qualquer descontentamento com o assassinato do reformista popular. Khrushchev não era tão cínico. Ele despachou Rakosi para um exílio penoso no Usbequistão.

Mais de 200 mil húngaros buscaram refúgio no Ocidente antes que o controle soviético fosse completamente restaurado. Kadar governou por mais 32 anos. Morreu em 1989, poucas semanas depois da exumação de Imre Nagy, assinalando o princípio do fim do comunismo na Hungria.

O atual primeiro-ministro da Hungria pós-comunista, Victor Orban, deslanchou sua carreira política na cerimônia de exumação, com um discurso denunciando o tratamento dado a Nagy e a sina da Hungria desde 1956.

CUBA, 1959



Che Guevara foi um habilidoso líder guerrilheiro e um dos amigos mais íntimos e mais confiáveis de Castro. Ele serviu como ministro da Indústria de Cuba de 1961 a 1965.

Quando uma pequena força guerrilheira em uniformes esfarrapados marchou para a capital de Cuba, Havana, em 2 de janeiro de 1959, nascia um regime revolucionário — que permaneceria como um espinho na carne dos Estados Unidos por mais de quatro décadas e reproduziria exércitos guerrilheiros imitadores em lugares tão longínquos quanto a África e a Ásia. O líder do bando rebelde, Fidel Castro, de 33 anos, tornar-se-ia o mais famoso revolucionário do mundo e manteria este título por mais de 40 anos.

O REGIME CORRUPTO DE BATISTA

A revolução cubana tinha suas raízes nas seis décadas desde a intervenção americana de 1898, que pusera fim à guerra amarga de libertação nacional contra o domínio espanhol. Para muitos, este domínio simplesmente mudou de mãos — dos espanhóis para os americanos.

Situada a apenas 90 milhas (145km) da Flórida, Cuba foi forçada e institucionalizar um direito americano de intervir nos assuntos da ilha na sua constituição de 1903. O único trunfo econômico de Cuba, sua produção de cana- de-açúcar, foi monopolizado por empresas americanas.

A democracia constitucional, estabelecida a mando dos americanos, havia desaparecido na década de 1950, quando Fulgencio Batista, um ex-sargento do exército, chegou ao poder em 1952 através de um golpe militar. Seu regime empoadamente corrupto parecia ignorar a hostilidade popular levantada por causa de seu flerte com gângsteres americanos que dominavam o cenário turístico internacional da ilha, reduzindo muitos cubanos à posição de crupiês e prostitutas. Batista sentia-se seguro do seu domínio do poder porque a CIA tinha agido para evitar revolução popular em países vizinhos, como na Guatemala em 1954.

O golpe de Batista, em março de 1952, levou ao cancelamento das eleições presidenciais, nas quais um jovem advogado, Fidel Castro, tinha concorrido pelo Partido Ortodoxo, que combatia a corrupção. Castro em breve decidiu que Batista só poderia ser removido pela força. Em 26 de julho de 1953, junto com seu irmão Raul e cerca de duzentos ativistas estudantis, Castro organizou um ataque ao quartel de Moncada, em Santiago, esperando deflagrar uma insurreição geral. O ataque resultou num fiasco. Muitos ativistas foram mortos e Castro capturado logo depois, mas no seu julgamento Castro virou o jogo contra a acusação fazendo um discurso dramático em sua própria defesa, declarando que “a História me absolverá”.

Num esforço para melhorar sua imagem na América, Batista concordou em anistiar seus presos políticos em maio de 1955, incluindo Castro. Se o ditador achou que eles ficariam gratos, Castro logo provou que ele estava errado, ao anunciar, quando deixava Cuba, que pretendia retornar para derrubar o tirano.

CASTRO E CHE GUEVARA SE ALIAM

No México, Castro se aliou ao médico argentino radical, Ernesto Che Guevara e, no final de novembro de 1956, juntamente com cerca de oitenta outros guerrilheiros, eles embarcaram no pequeno barco

Granma numa viagem arriscada de volta a Cuba.

Inicialmente Batista considerou o grupo de Castro como pouco mais que um incômodo enquanto ele fixava sua base nas montanhas a 500 milhas (810 km) a leste de Havana. Todavia, as tropas de Batista provaram-se incapazes de caçar os guerrilheiros; elas nunca haviam combatido um inimigo tão determinado e destemido. Os homens de Castro eram dedicados, em agudo contraste com os soldados do governo. O povo local odiava o exército como agentes do regime de Batista e recusava-se a fornecer informação sobre os movimentos da guerrilha.

Castro revelou-se um rápido aprendiz quando teve de organizar um movimento de resistência rural, bem como um talentoso propagandista via rádio. Nas cidades muito distantes de seu reduto nas montanhas, o povo podia ouvir as mensagens de Castro, retransmitidas da Flórida e da Venezuela, solapando tanto as alegações do governo acerca da luta quanto o moral de suas tropas.

Os hotéis de luxo de Havana e as frotas de carros bebedores de gasolina davam a impressão de que Cuba era próspera na década de 1950. Apesar do progresso e das taxas declinantes de mortalidade, a maioria dos cubanos confiava na colheita de açúcar para sua renda anual; mesmo nos anos bons, muitos cubanos ficavam sem trabalho por meio ano.

Incapaz de galvanizar suas tropas para a luta e rejeitado por uma população mal-humorada que desprezava sua corrupção, Batista viu seu regime esfarelar-se com uma brusquidão dramática no final de 1958, após dois anos de escaramuças nas montanhas remotas de Sierra Maestra. Enquanto os gângsteres americanos comemoravam o Ano- Novo nas boates de Havana, numa recepção Batista contou a seus generais e ministros que partiria dentro de duas horas e que poderiam se juntar a ele. O pânico foi tão grande que muitos o acompanharam com suas esposas e amantes ainda vestidos em traje a rigor. Muitos cubanos ricos também fugiram nesta ocasião e se estabeleceram na Flórida, onde se tornaram porta-vozes dos ativistas anticastristas.

CASTRO NOMEADO O NOVO LÍDER

O colapso ignominioso do regime de Batista deixou um breve vácuo de poder enquanto os homens de Castro marchavam das montanhas para a capital. Um presidente e primeiro-ministro provisórios foram juramentados enquanto a velha constituição era restaurada, mas estava claro que Castro detinha o poder real sob o título de “Líder Máximo” e que usufruía de popularidade maciça. Em breve, ele assumiu o poder político formal como chefe de Estado.

CUBA DÁ UMA GUINADA À ESQUERDA

Poucos das centenas de milhares de cubanos que saudaram a chegada de Castro em Havana tinham alguma ideia clara de quais eram suas intenções. Embora nos anos posteriores Castro insistisse que sempre tinha sido um marxista, sua propaganda revolucionária durante a guerra contra Batista apenas vagamente prometia reforma agrária e medidas contra a corrupção.

A atmosfera carnavalesca em Havana, em janeiro de 1959, foi manchada por uma onda de represálias selvagens contra os adeptos de Batista que não tinham fugido com ele. Castro insistia que o mundo, e não só os americanos, fizera vista grossa às torturas e assassinatos de Batista, de modo que era hipocrisia condená-los agora pelo ajuste de contas. De qualquer modo, ele acrescentou: “As execuções foram úteis, uma lição para o futuro.” Em outras palavras, não haveria como voltar atrás.

Junto com Che Guevara, Castro impeliu Cuba cada vez mais na direção do modelo soviético e à aliança com o Kremlin. Alarmado pela radical guinada à esquerda de Castro, em 1960 o Congresso dos Estados Unidos reduziu a quantidade de açúcar que as empresas americanas podiam importar de Cuba. Em represália, Castro nacionalizou os ativos americanos em Cuba e recorreu à União Soviética para ajuda econômica.

A INVASÃO DA BAÍA DOS PORCOS

Determinada a impedir que Moscou estabelecesse uma base de mísseis tão perto dos Estados Unidos e ouvindo ex-colaboradores de Batista, que alegavam ser Castro maciçamente impopular, a CIA

organizou uma força de invasão mambembe de exilados cubanos na esperança de derrubar Castro. No entanto, os militares americanos não estavam oficialmente envolvidos na operação, portanto nem a Força Aérea nem a Marinha dos Estados Unidos deram apoio aos invasores, que desembarcaram na baía dos Porcos, ao sul de Cuba. As tropas de Castro estavam altamente motivadas e àquela altura dispunham de tanques T54 e aviões soviéticos para isolar e golpear os invasores, que rapidamente entraram em colapso, já que a ajuda americana, que havia sido prometida pelo presidente Kennedy, não se materializou.

A CRISE CUBANA DOS MÍSSEIS

O fiasco da baía dos Porcos deu a Castro um ardil de propaganda, capacitando-o a desacreditar qualquer oposição inspirada pela CIA, mas também levou-o a uma aliança perigosamente íntima com a União Soviética. Castro concordou em deixar que a União Soviética montasse em Cuba uma base de mísseis nucleares direcionados para o território dos Estados Unidos. Quando o governo norte-americano descobriu isto, em 1962, reagiu com fúria previsível mas também adotou uma política perspicaz de usar o seu vasto poder naval para isolar Cuba e privá-la da ajuda soviética e de suprimentos de mísseis. Por seis dias de ansiedade, em outubro de 1962, pareceu que uma guerra nuclear global eclodiria enquanto o presidente Kennedy desafiava o líder soviético, Khrushchev, a desfazer seu bloqueio. No último minuto, o Kremlin recuou sem consultar Castro, embora ficasse implícita uma promessa de os Estados Unidos invadirem Cuba tão logo a União Soviética retirasse seus mísseis.



O líder marxista cubano Fidel Castro discursa durante uma visita oficial à sua aliada Alemanha Oriental em 17 de junho de 1972.

CASTRO APOIA INSURREIÇÕES DE GUERRILHA

Após 1962, cada vez mais Cuba substituí a dependência dos Estados Unidos pela confiança na ajuda soviética. Enquanto a economia era nacionalizada e o país assumia muitas das características de uma sociedade soviética, Castro e Che Guevara não haviam renunciado à visão de si mesmos como modelos para uma nova onda revolucionária no Terceiro Mundo. As tentativas de Che para deflagrar insurreições guerrilheiras similares no Congo em meados da década de 1960, e depois na Bolívia em 1967, terminaram em desastre quando ele foi capturado e executado pelo cruel e altamente eficaz exército boliviano.

Decidido a apoiar outros revolucionários de inspiração marxista-leninista na década de 1970 e vendo que seu próprio exemplo não era suficiente, Castro enviou milhares de soldados em apoio a novos aliados que combatiam contrarrevolucionários. Por quinze anos Cuba sofreu pesadas baixas enquanto enfrentava insurgentes em Angola. Mas as lutas internas emergiram e em 1989 o general Ochoa, que comandou as tropas cubanas em Angola, foi julgado e executado,

alegadamente por corrupção, mas provavelmente por tramar contra Castro devido a divergências sobre a guerra em Angola

ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA

No início da década de 1980, o regime de Castro enfrentou o primeiro desafio aberto desde a revolução. Décadas de estagnação econômica frustraram muitos cubanos e em abril de 1980 embaixadas estrangeiras em Havana viram-se de repente invadidas por gente pedindo asilo. Um ônibus chegou mesmo a atravessar uma barreira de guardas na embaixada peruana. Castro reagiu mandando retirar a guarda dos portões das embaixadas, imaginando que os diplomatas estrangeiros logo se cansariam de seus hóspedes não convidados. A notícia da retirada da polícia se espalhou e em breve 10 mil cubanos afluíram às embaixadas. Ao contrário de sua aliada, a Alemanha Oriental, que enfrentava uma crise similar em 1989, Castro superou o desafio ao abrir brevemente as comportas para emigração e aproveitando a oportunidade para livrar-se de muitos criminosos cubanos. Em 18 de abril Castro disse à comunidade exilada em Miami que podia trazer seus barcos ao porto de Mariel e pegar quaisquer cubanos que desejassem deixar o país.



Esta pintura intitulada *Amor, justiça e liberdade* mostra o resgate de Elian Gonzalez no mar e foi pendurada na Little Havana pouco antes de Elian ser entregue ao seu pai.

Autorizar a vexatória partida foi o meio que Castro encontrou para liberar algumas das frustrações acumuladas durante décadas, quando os cubanos comuns ficaram mais pobres pelas mal planejadas políticas ao estilo soviético e por um embargo comercial dos Estados Unidos iniciado em 1960. O colapso da União Soviética em 1991 marcou o fim dos subsídios soviéticos a Cuba. A demanda pela safra de cana-de-açúcar caiu dramaticamente e Castro teve de pagar pela importação de petróleo. Por um breve instante pareceu que o comunismo cubano fosse seguir o mesmo caminho do modelo soviético. O prestígio pessoal de Castro pode ter ficado desgastado pelo tempo, mas seu carisma residual como o herói guerrilheiro que desafiara o gigante ianque ainda sustentava seu regime por mais de quarenta anos, como fazia sua implacabilidade em relação aos oponentes. Ele também se mostrou disposto a abandonar sua hostilidade ao capitalismo e explorar o clima e as praias de Cuba para turismo em massa, que havia desaparecido com a queda de Batista. Os dólares do turismo tornaram-se o sustentáculo do seu regime após 1991.

CUBANOS EMIGRAM PARA OS ESTADOS UNIDOS

Castro também deixou tacitamente que cubanos insatisfeitos fugissem para a Flórida em barcos improvisados. Ao final de 1999, o êxodo contínuo de cubanos voltou de novo às manchetes quando o garoto Elian Gonzalez, de seis anos, foi resgatado pela guarda costeira americana flutuando num pneu depois que sua mãe se afogara na travessia para a Flórida. O pai do garoto exigiu o retorno do filho à Cuba, onde Castro organizou uma ampla campanha de manifestações e petições denunciando o “sequestro” da criança pelos seus primos que viviam em Miami. Depois de meses de alteração, as autoridades americanas finalmente recusaram as reivindicações dos parentes na Flórida para ficar com a criança e permitiram que o pai de Elian fosse aos Estados Unidos para levá-lo de volta a Cuba. O retorno aparentemente voluntário de Elian e seu pai foi um triunfo de propaganda para Castro, que correu o risco de que o pai desistisse de levar o filho de volta para Cuba. Mesmo já idoso e com seu regime mais isolado do que nunca, Castro ainda é capaz de desafiar a superpotência ao norte.

PRAGA, 1968

A tentativa condenada de Aleksander Dubcek reformar o comunismo a partir de dentro na Tchecoslováquia em 1968 não foi o fracasso que pareceu depois que tropas soviéticas enxamearam no país em agosto de 1968. Em 1987, Mikhail Gorbachev admitiu que suas políticas liberalizantes de *glasnost* e *perestroika* na União Soviética deviam bastante ao “socialismo com face humana” de Dubcek. Quando indagado em 1987 sobre qual a diferença entre a Primavera de Praga e suas próprias reformas, Gorbachev replicou: “Dezenove anos.”

Ao contrário de países do leste europeu invadidos pelo Exército Vermelho durante seu avanço para Berlim ao final da Segunda Guerra Mundial, a Tchecoslováquia não possuía uma longa história de sentimento antirruso. Os tchecos viam os alemães como seus opressores históricos, algo reforçado pela ocupação nazista. O fato de a Inglaterra e a França terem abandonado a Hitler na Conferência de Munique em 1938 também significava que a

simpatia pelo Ocidente estava provavelmente mais enfraquecida após 1945 do que em qualquer outro lugar do emergente bloco soviético.

Certamente, nas eleições do pós-guerra o Partido Comunista superou amplamente suas maiores votações em outros lugares, embora 38% ainda estivessem bem longe de uma maioria absoluta.

UM PARTIDO COMUNISTA ESTABELECIDO

Usando sua força nos sindicatos e o fato de que imediatamente após a guerra os comunistas tivessem sido colocados em postos-chave na polícia e no exército, o Partido Comunista da Tchecoslováquia foi capaz de se estabelecer firmemente no poder ao final de fevereiro de 1948, enquanto os partidos democráticos ao estilo ocidental entravam em colapso.

A facilidade com que o comunismo foi estabelecido não impediu a Tchecoslováquia de sofrer um conjunto de processos exibicionistas particularmente selvagens no início da década de 1950, enquanto os stalinistas locais desenraizavam toda a oposição real e imaginária. Ao contrário da Polônia e da Hungria, a Tchecoslováquia não vivenciou qualquer revolta em 1956. O país parecia placidamente pró-soviético bem à entrada dos anos 1960. Somente fenômenos culturais paralelos, como as peças surrealistas de Vaclav Havel ou filmes de Milos Forman, sugeriam qualquer tipo de fermentação de novas ideias, quebrando o gelo do conformismo stalinista a partir de 1948.

AS INESPERADAS REFORMAS DE DUBCEK

Quando o líder há muito dedicado ao Partido Comunista, Antonin Novotny, foi afastado do cargo em janeiro de 1968, poucos suspeitavam de que sua substituição pelo comunista eslovaco não assumido, Aleksander Dubcek, seria o catalisador para uma mudança dramática.

Para o líder soviético Leonid Brejnev, Dubcek parecia uma opção confiável para substituir o idoso Novotny. Afinal, Dubcek não passara seus anos de formação vivendo na União Soviética, onde seu pai idealista de esquerda trabalhou como engenheiro por quase 20

anos? Só recentemente Dubcek retornara a sua Eslováquia natal, trabalhando como intérprete para o Exército Vermelho avançado em 1944



Dubcek com o presidente Ludvik Svoboda, Oldrich Cernik e o principal defensor da invasão soviética, Vasil Bilak, em 3 de agosto de 1968, poucas semanas antes da invasão.

Certamente, Dubcek estava comprometido com um sistema econômico socialista, mas, apesar de sua afeição pessoal pela Rússia, estava muito insatisfeito com a maneira soviética de fazer as coisas. Ele sentia que isto levava a Tchecoslováquia à estagnação econômica para ficar abaixo dos padrões de vida de Alemanha e Áustria, com as quais se igualava na década de 1930.

De muitas maneiras, Dubcek e seus camaradas propunham reformas que antecipavam o que Mikhail Gorbachev tentou conquistar na União Soviética 20 anos depois. Eles esperavam que, ao desatrelar o entusiasmo pelo comunismo, ao invés de manter a população numa camisa de força de conformismo rígido, a economia iria repercutir, prosperando mais uma vez.

SURTOS DE ENTUSIASMO COMUNISTA

Quase logo após a posse de Dubcek, o povo comum sentiu que o regime afrouxava seu aperto sobre a vida cotidiana. A parada de 1º de Maio em 1968 expressou pela primeira vez o apoio espontâneo aos líderes do Partido desde 1948. Em vez de colunas arregimentadas com palavras de ordem oficialmente preparadas, muitos

trabalhadores e suas famílias carregavam bandeiras feitas em casa e Dubcek foi saudado com entusiasmo.

Em meados de julho, os aliados de Praga do Pacto de Varsóvia expressavam uma preocupação ameaçadora acerca do caminho tomado por Dubcek. A abolição da censura e a discussão na imprensa dos crimes soviéticos, incluindo a questão de como seu último primeiro-ministro não comunista, Jan Masaryk, declinou até sua morte em março de 1948, por ter tocado em tabus que Moscou queria manter esquecidos.

A opinião popular na Tchecoslováquia ultrapassou o nível que a União Soviética poderia aceitar, ou o que até o próprio Dubcek achava sábio. Impetuoso com o relaxamento das restrições, o povo clamava por democracia multipartidária. Dubcek admitiu ao jovem dramaturgo Vaclav Havel que não tinha certeza de que eleições livres resultariam num retorno de uma maioria comunista. Ideólogos soviéticos como Mikhail Suslov estavam preocupados com que, uma vez realizadas eleições livres, mesmo se os comunistas vencessem o primeiro turno, ninguém poderia prever o resultado das eleições futuras. O estilo de governo de Dubcek não oferecia garantias.



Multidões de tchecos e eslovacos foram às ruas, protestando contra a inesperada invasão soviética e a tomada do poder em 1968.

Ao final de julho, Brejnev confrontou Dubcek e exigiu que ele

esmagasse a agitação anticomunista. Dubcek falhou em ver quão grave era a situação, mesmo quando se encontrou com o líder húngaro Janos Kadar em 15 de agosto de 1968 e este perguntou-lhe-. “Você não sabe com que tipo de povo está lidando?” Dois outros próceres comunistas visitaram Praga. O líder iugoslavo Tito (Josip Broz) também aconselhou Dubcek a ceder. Apenas o líder romeno, Nicolau Ceausescu, manifestou algum apoio, mas aconselhou Dubcek a assumir o controle da dissensão interna.

Ao convocar um congresso do Partido que decidiria as novas regras partidárias, inclusive permitindo que comunistas comuns mantivessem suas próprias opiniões em variação com as do Politburo, Dubcek estabeleceu um prazo fatal para levar a Tchecoslováquia de um estado comunista unipartidário para o pluralismo. O Kremlin estava determinado a pôr fim àquele desenvolvimento insidioso, que poderia inspirar outros líderes do Partido e ameaçar a estabilidade de todo o bloco soviético.

PROTESTO CONTRA A INVASÃO SOVIÉTICA

Na noite de 20 de agosto, o Kremlin coordenou uma tomada do poder sub-reptícia. Paraquedistas soviéticos ocuparam o quartel-general do Partido Comunista em Praga. Ajudados pela polícia secreta local, os soviéticos prenderam Dubcek e outros líderes, mesmo antes que o resto do país soubesse que estava sendo invadido, e os mandaram para a União Soviética.

Os soviéticos fracassaram em encontrar de imediato um fantoche ao estilo Kadar. O presidente Svoboda recusou-se a dissolver o governo e, para espanto das forças de ocupação, o congresso do Partido Comunista da Tchecoslováquia foi realizado a partir de 9 de setembro e na presença delas em Praga. Foi uma decisão maciça de desafio por parte dos comunistas do país. Enquanto isso, multidões de tchecos e eslovacos protestaram nas ruas de Praga e Bratislava contra a invasão. Falando o russo ensinado nas escolas, eles provocaram os soldados soviéticos, a quem fora dito que a CIA havia organizado os reacionários para que tomassem o poder no país.

Nesse íterim, os líderes da Tchecoslováquia chegavam algemados a Moscou. Brejnev perguntou a Dubcek num desdém

zombeteiro: “Sasha, o que está fazendo algemado?” A trágica ambivalência de Dubcek acerca da União Soviética e seu desejo de evitar derramamento de sangue estavam nas mãos do Kremlin. Ao invés de desafiar Brejnev, que talvez ainda não tivesse encontrado fantoches dispostos a preencher um novo regime pró-soviético, Dubcek resignadamente concordou em voltar a Praga para restabelecer uma situação que fosse aceitável para o Kremlin sem abandonar de todo suas próprias esperanças de reforma.

A DECLARAÇÃO VOLTA ATRÁS

De fato, ao assinar a Declaração de Moscou com Brejnev, Dubcek traiu seus comunistas pró-reforma e desmoralizou a resistência passiva em casa. Sua aquiescência aplainou o caminho para a demissão de muitos dos seus conselheiros reformistas e até mesmo implicou a sua própria ruína em abril de 1969. Dubcek foi então expulso do Partido um ano depois e transformou-se numa “não pessoa” pelos 19 anos seguintes — seu nome e retratos foram censurados de livros e jornais —, trabalhando como um funcionário florestal numa remota região da Eslováquia.

A assim chamada “normalização” após 1968 viu mais de 600 mil pessoas despedidas de seus empregos e expulsas do Partido Comunista. Mais do que nunca, o regime comunista foi de um conformismo tacanho. Enquanto 130 mil pessoas de melhor formação emigraram e muitas outras foram reduzidas a ocupar funções subalternas, a economia estagnou pelos 20 anos seguintes. Embora houvesse um pequeno grupo de dissidentes — comunistas ex-reformistas, católicos e intelectuais —, suas vozes falharam em produzir mudança. A sociedade entrou em depressão após a breve e prometedora Primavera de Praga.

AMÉRICA CENTRAL, DÉCADA DE 1970

Enquanto Washington denunciava a União Soviética após 1945 por manter sob controle a Europa Oriental, os Estados Unidos tinham seu próprio feixe de estados fantoches na América Central. Pela maior parte da era pós-1945, Washington preferiu regimes

anticomunistas confiáveis do que governos democráticos ou populares que poderiam flertar com políticas econômicas hostis aos interesses das grandes empresas norte-americanas na região. O exemplo clássico foi o golpe patrocinado pela CIA para derrubar o presidente guatemalteco Guzman Arbenz em 1954, quando sua reforma agrária ameaçava as possessões da United Fruit Company.

UMA BASE DE TESTE PARA A DEMOCRACIA

Desiludidos com boa parte da política externa dissimulada dos Estados Unidos na esteira de Watergate, os norte-americanos elegeram Jimmy Carter presidente em 1976, estabelecendo um novo tom em Washington. Carter enfatizou os direitos humanos como uma questão-chave na política norte-americana e reconheceu que a retórica antissoviética seria implausível se os Estados Unidos continuassem subsidiando ditaduras no hemisfério ocidental.

El Salvador tornou-se uma base de teste para a tentativa de Carter agregar direitos humanos e promover democracia com resultados pró-americanos. Em 1979 ele pressionou o regime militar de El Salvador a tornar-se democrático. Lar de mais de 2 milhões de pessoas e com uma das maiores taxas de natalidade do mundo, apenas quinze famílias de El Salvador monopolizavam a economia e possuíam a maior parte da terra. Dadas essas desigualdades, o regime existente já enfrentava um movimento de guerrilha rural, a Frente de Libertação Farabundo Martí (FLFM). Liderados por intelectuais educados na crítica marxista da dependência neocolonial da América Latina aos Estados Unidos, os guerrilheiros admiravam a alternativa cubana de autoconfiança e nacionalização dos negócios antes pertencentes aos Estados Unidos.

Num período de democracia em 1972, o líder democrata cristão Napoleon Duarte foi eleito presidente, porém logo derrubado pelos militares, que achavam suas propostas moderadas de reforma agrária ameaçadoras à hegemonia de seus patrões, as já mencionadas Quinze Famílias. Duarte foi preso e barbaramente torturado, mas sobreviveu para mais tarde concorrer à reeleição.

Este golpe brutal provocou um racha entre os democratas cristãos, com uma seção, liderada por Duarte, confiando que os

Estados Unidos apoiariam as reformas, e uma ala radical, juntando-se ao crescente movimento guerrilheiro fora da capital. O racha também refletia como a Igreja Católica estava sendo radicalizada na América Central por décadas de opressão e pobreza. O arcebispo de San Salvador, Oscar Romero, criticou os esquadrões da morte organizados pelos militares para silenciar seus críticos. Em 24 de março de 1980, ele foi baleado no altar de sua catedral quando rezava uma missa de réquiem pelas vítimas dos esquadrões da morte.

A REPRESSÃO GERA A RESISTÊNCIA

A resistência provocada pelo golpe piorou a situação econômica de El Salvador. O produto nacional bruto caiu a 25% entre 1979 e 1985 e o desemprego se elevou a 40%.

Embora Washington finalmente forçasse os militares a aceitar Duarte como presidente, seu controle era apenas residual. A guerra contra a FLFM foi conduzida pelos militares, que financiaram esquadrões da morte extraídos de suas próprias fileiras, e a assistência militar e os consultores norte-americanos ajudaram a planejar e coordenar a campanha. Washington ignorou as baixas civis envolvidas e fez vista grossa ao tributo de fuzilamento diário de civis desarmados, que incluiu até mesmo padres e freiras estrangeiros suspeitos de apoiar a assim chamada teologia da libertação.

Em março de 1982, Washington ordenou que fossem realizadas eleições, boicotadas pela FLFM, que dessem legitimidade ao regime. Para horror de Washington, seus candidatos favorecidos, os adeptos de Duarte, foram batidos pelo partido ARENA de extrema direita do chefe de esquadrões da morte Roberto D'Aubisson, que pôs uma presença paramilitar nos locais de apuração para garantir o resultado para a direita. Em 1984, os Estados Unidos não deram chance ao azar, assegurando a vitória do “moderado” Duarte. Até mesmo o senador direitista Jesse Helms queixou-se de que a votação tinha sido “fraudada”.



Uma salvadorenha católica medita diante de um mural que retrata o assassinato do arcebispo Oscar Romero, que foi baleado enquanto celebrava a missa em 24 de março de 1980.

UMA SELVAGEM REPRESÁLIA MILITAR

A disparidade entre os recursos disponíveis ao governo de El Salvador e o arremedo de ajuda aos guerrilheiros do bloco soviético em declínio significava que a FLFM não poderia erodir o regime. Uma ofensiva em San Salvador em 11 de novembro de 1989 levou a uma selvagem represália militar, e os líderes da FLFM decidiram que negociar uma transição para a democracia com a participação militar oferecia mais esperança de mudança positiva do que continuar a guerra, que deixou um saldo de mais 20 mil mortos.

Os vastos recursos dos Estados Unidos tinham possibilitado anular o descontentamento popular em El Salvador e contê-lo dentro de uma moldura democrática formal, embora na realidade boa parte do poder e da riqueza permanecesse nas mesmas mãos em que estavam quando a crise começou, no fim da década de 1970. Na Nicarágua, contudo, a situação fugiu do controle e ameaçou Washington com a desagradável opção de aceitar um regime marxista que chegou ao poder em julho de 1979, ou recorrer à força e ao subterfúgio para derrubá-lo.

CORRUPÇÃO INSPIRA REVOLTA

A Nicarágua era um país estrategicamente valioso, com uma longa história de envolvimento com os Estados Unidos devido a sua proximidade com o canal do Panamá, sob controle norte-americano. Na década de 1980 a administração Reagan estava determinada a impedir que qualquer regime pró-soviético e cubano se aproximasse daquela instalação vital.

Tropas dos Estados Unidos ocuparam a Nicarágua de 1909 até 1933 e restauraram a democracia a sua partida, mas na prática eles transferiram o poder para o líder do espúrio Partido Liberal Nacional, Anastasio Somoza Jr., que governou como um ditador corrupto. Após seu assassinato em 1956, o poder passou para seus filhos. O presidente norte-americano Franklin Roosevelt descreveu infamemente Somoza como “um filho da puta. Mas ele é o nosso filho da puta”, e esta continuou sendo a atitude de Washington até 1979.

Desde o início, a dinastia Somoza enfrentou a oposição daqueles que se ressentiam da dominação dos Estados Unidos e das desigualdades sociais que ela preservava. Os guerrilheiros sandinistas derrubaram a dinastia em 1979, tomando o seu nome do chefe da guerrilha, Augusto Sandino, que combateu os fuzileiros americanos que ocuparam a Nicarágua nos anos 1920 e que foi assassinado por Somoza em 1934. Um sandinista veterano foi o pai de Daniel Ortega (nascido em 11 de novembro de 1945), que se tornou um guerrilheiro no nascente movimento sandinista contra o filho de Somoza em 1963.

Anastasio Somoza Jr. embolsou a generosa ajuda estrangeira que foi enviada para reconstruir Manágua após um terremoto devastador em 1972. Seu regime também exportou tanto plasma sanguíneo da Nicarágua que o pequeno país fornecia 15% da produção mundial: uma proporção enorme para um país pequeno, com um precário serviço de saúde, mas muito lucrativa para Somoza. Ele acumulara uma fortuna pessoal de cerca de 100 milhões de dólares por ocasião de sua queda e deixou o país com uma dívida externa de mais de 1,5 bilhão de dólares, e com boa parte da indústria sucateada na sua luta para manter o poder, enquanto aviões bombardeavam fábricas e a Guarda Nacional saqueava e destruía instalações durante sua retirada.

A completa falta de legitimidade de Somoza foi revelada pela

incapacidade de sua forte Guarda Nacional de 8 mil homens, equipada com sofisticado armamento norte-americano, de derrotar a insurgência guerrilheira que começou em 1978. Não havia mais que 2.500 guerrilheiros sandinistas combatendo a Guarda Nacional de Somoza, mas eles desfrutavam de vasto apoio público, já que Somoza era amargamente impopular. A Guarda Nacional de Somoza travou uma guerra selvagem para defender seu regime ao longo do inverno de 1978-1979, e o ditador usou sua força aérea para bombardear cidades controladas pelos rebeldes e até mesmo setores da capital.

O assassinato de críticos, como o do proprietário de jornais Pedro Chamorro, e um repórter de TV americano, em junho de 1979, chocou os Estados Unidos e convenceu Jimmy Cárter a abandonar Somoza à própria sorte.

SANDINISTAS DERRUBAM REGIME

Como em outras revoluções, os sandinistas descobririam que era mais fácil unir o povo contra um regime impopular do que mantê-lo unido por trás de um novo conjunto de políticas que inevitavelmente beneficiariam alguns, mas não outros. Muitos pequenos empresários e proprietários odiavam Somoza e seu séquito por suas extorsões corruptas, mas não queriam ver a propriedade privada substituída pelo socialismo. Contudo, muitos sandinistas não haviam passado anos na selva ou na prisão (como Daniel Ortega, por exemplo, que passou sete anos em uma das implacáveis prisões de Somoza) só para renunciar aos seus sonhos de uma completa revolução na sociedade nicaraguense com a queda da ditadura. Os sandinistas temiam que se deixassem o povo decidir, ele optaria por uma vida tranquila, já que Somoza tinha caído, em vez de se impor mais sacrifícios para transformar o país num tipo de sociedade completamente nova.

Na Rússia, os operários saudaram a tomada de suas fábricas pelos bolcheviques com a decisão de aumentar o salário e cortar horas de trabalho. Similarmente na Nicarágua, após o colapso do regime de Somoza, a produtividade caiu enquanto os trabalhadores votavam por melhores condições. Ao contrário de Lenin, os sandinistas não recorreram a medidas coercitivas para restaurar a produção. Apesar

de sua vitória sobre um ditador corrupto, os efeitos a longo prazo da inflação e da escassez cobraram seu tributo à popularidade do regime.

A CONTRARREVOLUÇÃO DOS CONTRAS

Embora os sandinistas houvessem prometido eleições livres, eles as suspenderam em 1980, principalmente para evitar a revelação de rachas em suas próprias fileiras. A decisão fez a junta parecer antidemocrática, como Castro pareceu após abandonar as eleições multipartidárias para tomar o poder em Cuba. O fracasso em realizar logo as eleições ajudou a administração Reagan a justificar seu apoio ao emergente movimento dos Contras em oposição aos sandinistas.

Os Contras eram um balaio de gatos. Alguns, como Eden Pastora, tinham sido guerrilheiros anti-Somoza que se desentenderam com os líderes sandinistas, mas outros eram ex-integrantes da Guarda Nacional, que deixaram a Nicarágua após a revolução. Embora os veteranos anti-Somoza fossem proeminentes na propaganda ocidental, ex-adeptos de Somoza é que se tornaram os verdadeiros líderes do movimento, atuando como intermediários para obter ajuda, aconselhamento e ordens dos Estados Unidos. A CIA organizou a colocação de minas nos portos nicaraguenses para prejudicar a economia e frustrar a chegada de suprimentos do bloco soviético, e os Estados Unidos desafiaram o Tribunal Internacional em Haia quando este considerou a ação ilegal e ordenou que pagassem indenização.

O ESCANDALO IRÃ-CONTRAS

O escândalo Irã-Contras que irrompeu em novembro de 1986 ameaçou parar a ajuda norte-americana aos Contras quando a mídia revelou que a administração Reagan tentara contornar as restrições do Congresso sobre ajuda militar aos Contras. Funcionários de Reagan montaram um complicado esquema para fornecer dinheiro e munição aos Contras através de um acordo com o Irã, que também libertaria alguns cidadãos americanos mantidos como reféns no Líbano. A opinião pública norte-americana não tinha estômago para

um segundo Watergate, e o escândalo Irã-Contras arrefeceu sem que os Contras perdessem qualquer ajuda, apesar das leis votadas pelo Congresso.

A eleição em 1989 do vice-presidente de Reagan, George Bush, que coordenara a política dos Estados Unidos em relação à América Central, foi uma péssima notícia para os sandinistas, especialmente enquanto a União Soviética se desvanecia rapidamente no final da década de 1980 e seu novo líder, Mikhail Gorbachev, não estava mais disposto a subsidiar aliados remotos como a Nicarágua.

ELEIÇÕES PÕEM FIM À GUERRA

Daniel Ortega, cuja eleição para presidente em 1984 tinha sido posta em xeque por um boicote à votação pedido por candidatos pró-Estados Unidos, ansiava em pôr um fim à guerra dos Contras, que custou cerca de 30 mil vidas e estava convencido da popularidade subjacente dos sandinistas a despeito das durezas da guerra civil. Assim, ele decidiu realizar eleições presidenciais em fevereiro de 1990, o que tornaria difícil a Washington continuar dando apoio aos rebeldes.



Sandinistas comemoram em Manágua em 20 de julho de 1979, depois de entrarem na cidade e derrubarem o ditador corrupto Anastasio Somoza.

Ortega interpretou mal o sentimento popular. Dois grupos

uniram-se para torpedear seu lance por legitimidade democrática. Primeiro, havia os partidos de oposição financiados pelos Estados Unidos apoiando a proprietária de jornal Violeta Chamorro, cujo marido fora assassinado por Somoza. Em segundo lugar, muitos nicaraguenses estavam nauseados e cansados de guerra, escassez e hiperinflação, que haviam disparado a estratosféricos 13.000% antes das eleições. Votar em Chamorro oferecia o meio mais claro de escapar do embargo norte-americano e da guerra com os Contras.

O vice-presidente de Ortega, Sérgio Ramírez, admitiu que os sandinistas haviam fracassado em convencer muitos camponeses dos benefícios de suas políticas: "Eis por que a guerra contrarrevolucionária gradualmente se tornou uma guerra camponesa, dividindo os camponeses naqueles que entendiam a revolução (sandinista) e aqueles que não foram alcançados por ela."

APAGANDO A REVOLUÇÃO

Ao longo da década de 1990 houve uma campanha para reverter as mudanças dos sandinistas e destruir sua lembrança, por exemplo os murais que retratavam a sua época no poder. Até mesmo a reforma agrária foi revertida para remover a base social de um campesinato pró-sandinista.

Muitos dos problemas socioeconômicos que fomentaram os movimentos guerrilheiros permanecem sem solução até hoje. As altas taxas de natalidade e pobreza convencem centenas de milhares de centro-americanos a migrar a cada ano para os Estados Unidos, um indicador de miséria e descontentamento.

QUEDA DO COMUNISMO, 1989

ALEMANHA ORIENTAL

A Cortina de Ferro dividindo a Alemanha após 1949 e particularmente o Muro de Berlim, erigido em agosto de 1961, simbolizaram por completo o fracasso do comunismo na Europa na consecução de suas ambições como um farol de esperança para a humanidade. Ao invés de atrair admiradores, na segunda metade do

século XX os estados comunistas tiveram que erguer barreiras à emigração para evitar que seu próprio povo desertasse para sociedades capitalistas.

Depois que Stalin abandonou a esperança de uma Alemanha unida sob governo comunista no fim dos anos 1940, a União Soviética promoveu um regime comunista modelo na sua zona da Alemanha baseada em Berlim Oriental, esperando que o país fosse uma vanguarda na competição ideológica e econômica com o Oriente.

Por volta de 1980, o modelo econômico soviético fracassou em conquistar o tipo de padrões de vida a que tinham direito até mesmo os pobres na Europa Ocidental. Já em 1961, Honecker supervisionava a construção do Muro de Berlim para fechar todas as rotas de fuga para refugiados da Alemanha. Mas a televisão não conhecia fronteiras, e a maioria dos alemães orientais tinha acesso a aparelhos de TV na década de 1980. Embora sua propaganda exagerasse sobre a riqueza ocidental, estava claro que na competição econômica a Alemanha Ocidental tinha vencido facilmente e sem sacrifício da liberdade.

Enquanto a União Soviética usava a força para reprimir rebeliões, como fez na Alemanha Oriental em 1953, um senso de desesperança cobria não apenas a Alemanha Oriental, mas todo o bloco soviético. Contudo, o surgimento de Mikhail Gorbachev em março de 1985, o primeiro líder adequado e jovem para uma geração, começou a afrouxar o aperto do desespero.

Enquanto os líderes idosos do Leste europeu mantinham seus estados aferrados à “normalização”, Gorbachev iniciou uma política de “abertura” (*glasnost*) na União Soviética e falou sobre a necessidade de reforma (*perestroika*) do sistema. Passados quase 20 anos, Gorbachev estava reconhecendo o mesmo entrave socioeconômico que o controle unipartidário exercia sobre sociedades do tipo socialista, tal como Dubcek fez na Tchecoslováquia. Em meados dos anos 1980, Gorbachev trazia a crítica de Dubcek sobre como um Partido Comunista anteriormente revolucionário havia se tornado moribundo no próprio centro do sistema: a União Soviética. Na primavera de 1989, ela tinha não só vivenciado um animado debate na mídia como também teve

realmente sua primeira eleição de multicandidatos (20 de março de 1989). Pela primeira vez desde 1945 o vento da liberalização estava soprando do Leste para o Ocidente.

Enquanto isso o regime de Honecker em Berlim Oriental tentava abafar a nova influência soviética censurando os jornais russos. Em breve Polônia e Hungria seguiam o exemplo de Gorbachev e rompiam com os comunistas de linha dura. A Hungria então desmantelou a Cortina de Ferro em julho de 1989, abrindo caminho para a emigração e incitando alemães orientais que lá passavam as férias a escapar para a liberdade. Idoso e doente, Honecker recusou-se a admitir a crise do seu regime.

Os camaradas do birô político de Honecker conspiraram para substituí-lo, mas esperaram até Gorbachev afirmar que o Kremlin não apoiaria qualquer pressão baseada em protestos antes de agir em 18 de outubro de 1989.

À ocasião, enormes protestos pacíficos estavam se tornando uma característica diária da vida alemã oriental. Os novos líderes tentavam resgatar a situação, mesmo concordando em deixar que os cidadãos viajassem livremente, mas minutos depois de anunciarem o princípio, em 9 de novembro de 1989, milhares de berlinenses orientais convergiam para o Checkpoint Charlie, o ponto de travessia para o Ocidente. As autoridades perderam todo o controle.

Agora capazes de encontrar livremente seus primos ocidentais, as palavras de ordem das manifestações mudaram de “Nós somos o povo” para “Nós somos um povo”. Eleições livres foram marcadas para 18 de março de 1990, mas as atrações da união política e economia com o rico Ocidente derrotariam qualquer partido, comunista ou não.

A unificação era inevitável, uma vez que os comunistas perdessem poder. Como assinalou um ideológico comunista em 1989: “A Polônia continuaria sendo Polônia mesmo se o comunismo caísse, mas sem o comunismo a Alemanha Oriental não tinha razão para existir.” A disposição de Gorbachev de renunciar ao império soviético era o gatilho-chave para a revolta.

O colapso do regime da Alemanha Oriental foi um sinal de crise para todo o sistema soviético. Por um lado, a Alemanha Oriental tinha sido apresentada como o estado comunista mais moderno e

industrializado da Europa e, ainda assim, na realidade, situava-se deploravelmente atrás da Alemanha Ocidental em termos de produtividade e inovação, sem falar em liberdade individual. Igualmente desmoralizante para os dirigentes comunistas era a disposição do Kremlin de abandonar um aliado tão vital estrategicamente, que abrigava 600 mil soldados soviéticos. A queda do regime da Alemanha Oriental esmagou a ideia de que havia uma alternativa socialista viável para o capitalismo e marcou uma retirada dramática pela superpotência, além de uma mudança fundamental nas relações internacionais, que até 1989 tinham sido dominadas pela linha demarcatória Leste-Oeste que cruzava a própria Berlim.

ROMÊNIA

A Revolução do Natal na Romênia foi a mais dramática das revoluções no leste europeu — uma revolta violenta que terminou em tiranicídio. O verdadeiro sucesso da revolução levantou perguntas sobre se tinha ocorrido um golpe sob a fachada de protestos populares. Ao contrário de outros países do leste europeu, a Romênia nunca sofrerá desestalinização, mesmo limitada. Não obstante, Nicolae Ceausescu tornou-se líder de seu Partido Comunista em 1965 e desenvolveu um grotesco culto à personalidade. Em 1989, os romenos padeciam com a sua mídia regurgitando os efeitos e discursos diários de Nicolae Ceausescu, citando todos os seus títulos, mais epítetos como “O mais amado filho do povo romeno”. Os recursos do país eram gastos em gigantescos projetos de construção para glorificar a memória de Ceausescu. Enquanto isso o tirano reduzia drasticamente o padrão de vida para pagar dívidas externas contraídas para esquemas de modernização anteriores. O empobrecimento da Romênia veio à luz após 1989, revelando a terrível situação de crianças abandonadas em orfanatos e o nível de infecção por HIV. A Romênia entrou na rota pós-comunista com uma das piores heranças do passado.

Ao contrário de outros líderes do Pacto de Varsóvia, Ceausescu não tinha sido servilmente pró-soviético, mas perseguiu uma política externa independente. Enquanto Gorbachev falava de reforma, Ceausescu imitava a linha dura política e a megalomania de líderes

políticos do Sudeste asiático como Mao e o norte-coreano Kim II Sung. Mesmo depois de o Muro de Berlim cair e de seu camarada ao sul, o líder comunista de longa data da Bulgária, Todor Zhivkov, ser substituído em 9 de novembro de 1989, Ceausescu viu-se reeleito por unanimidade como líder romeno e ignorou a ameaça a sua posição como último líder comunista ao velho estilo ao deixar o país para ir ao Irã em visita oficial.

Enquanto Ceausescu preparava-se para seguir para Teerã, sua Securitate ordenou a prisão e o exílio de um padre calvinista local de língua húngara, Lazlo Tökes, em 16 de dezembro, por sermões ofensivos ao regime. A polícia prendeu Tökes, mas só depois de graves tumultos que resultaram em várias mortes. Sabendo através das rádios do Ocidente o que havia acontecido, um espírito de agora ou nunca se apossou de muitos romenos que enfrentavam outro pavoroso inverno de fome. Manifestações se disseminaram. Quando retornou do Irã, Ceausescu ordenou um comício-monstro em seu apoio às portas do quartel-general do Partido Comunista em Bucareste. Para seu espanto, a multidão o vaiou enquanto falava. A transmissão da TV foi cortada, mas os espectadores tinham visto a humilhação do seu líder todo-poderoso.

A princípio, as forças de segurança obedeceram às ordens de Ceausescu de atirar nos manifestantes, mas na manhã de 22 de dezembro o Exército romeno subitamente trocou de lado. Em vez de patrulhar as ruas, seus tanques seguiram para o quartel-general do Partido, com a turba enxameando atrás deles. Chocados, Ceausescu e sua esposa Elena, sua verdadeira assessora, fugiram de helicóptero tão logo a multidão irrompeu no prédio.

A exultação pela fuga de Ceausescu foi arrefecida pela incerteza do povo acerca do que havia acontecido com ele. Pior ainda, conforme a noite caía em 22 de dezembro, tiros começaram a ecoar em torno de Bucareste e parecia que adeptos de Ceausescu estavam tentando retomar o poder. No dia de Natal, a TV romena mostrou o casal Ceausescu enfrentando um julgamento apressado e depois sofrendo uma execução sumária. Com a morte deles morreu a aparente resistência dos adeptos de Ceausescu.

Todavia, novas questões vieram à tona quando se revelou que o último ministro da Defesa de Ceausescu, o general Stanculescu, tinha

sido um dos juízes no julgamento do tirano. Muitos romenos vieram a crer que seu heroísmo nas ruas serviu de fachada conveniente para que colaboradores descontentes de Ceausescu o derrubassem junto com sua corrupta família.

A Frente de Salvação Nacional (FSN) instalou-se como o novo governo da Romênia sob o presidente em exercício Ion Iliescu, que traçou um rumo para a integração com o Ocidente. Na preparação para as eleições “livres” marcadas para 20 de maio, o FSN controlou a mídia e governos locais. Muitos romenos estavam tão felizes pela queda de Ceausescu que teriam apoiado Iliescu de qualquer maneira, mas um reduzido número de estudantes e lideranças tentou impedir que ex-líderes do Partido Comunista, inclusive Iliescu, assumissem o posto supremo. Encenaram uma greve branca no centro de Bucareste no decorrer da campanha e recusaram-se a sair depois das eleições. Em 13 de junho a polícia fracassou ao tentar retirá-los, distúrbios se seguiram e o presidente Iliescu convocou uma milícia de mineiros que deu seguimento à violência, não só dispersando os manifestantes mas também maculando a imagem democrática da Romênia. Iliescu permaneceu como a figura central na política romena por mais de uma década, sendo reeleito pela terceira vez em 2000. A sobrevivência do que certa vez fora o braço-direito de Ceausescu expôs a ambiguidade da revolução romena, ao mesmo tempo a mais violenta em 1989 e ainda assim a única que mudou alguma coisa.

UNIÃO SOVIÉTICA

Apenas quando Mikhail Gorbachev, o mais jovem integrante do Politburo do PCUS, foi eleito secretário-geral, em março de 1985, é que a estagnação do sistema soviético tornou-se o assunto de preocupação oficial: por que a União Soviética não estava cumprindo sua promessa revolucionária? Em meados da década de 1980, a produtividade do operariado soviético situava-se bem abaixo da ocidental, e a expectativa de vida estava se reduzindo, em parte devido ao alcoolismo e à poluição. A catástrofe na usina nuclear de Chernobil, em abril de 1986, indicou de modo dramático o estado precário da tecnologia soviética. A tentativa de Gorbachev revitalizar o sistema soviético foi pequena e tardia demais. Embora falasse

sobre reestruturação, ele não fez nenhuma dirigida pelo estado, possivelmente na esperança de que empréstimos do Ocidente financiassem reformas efetivas sem mudar o sistema comunista para um sistema de mercado. Ao mesmo tempo, sua postura liberal em relação à mídia permitiu que décadas de frustração e desilusão com o sistema emergissem após anos de repressão.

Já em 1988 a Estônia tornou-se a primeira república soviética a declarar sua soberania. Foi acompanhada no ano seguinte por Lituânia e Letônia. O colapso dos regimes comunistas do leste europeu com a aquiescência de Gorbachev encorajou outras repúblicas a buscar autogoverno. Quando a Rússia, a maior república, começou a se ver como vítima do sistema soviético, as chances das reformas de Gorbachev serem bem-sucedidas caíram inapelavelmente.

Gorbachev esperara que eleições livres lhe permitissem remover antigos servidores corruptos e incompetentes do sistema soviético, mas um número significativo de seus críticos ferrenhos conseguiu se eleger em março de 1989. O mais importante foi Boris Yeltsin, ex-protegido de Gorbachev que se desentendera com ele sobre o ritmo da reforma em outubro de 1987. Yeltsin era o exemplo mais significativo do fenômeno no leste europeu do funcionário comunista que se virou contra o partido no final dos anos 1980, defendendo um sistema completamente novo baseado nos modelos de mercado ocidentais.

Pressionado a ser severo pelos colaboradores de linha dura, Gorbachev hesitou. No início de 1991, ele consentiu uma ação violenta por extremistas pró-soviéticos na Lituânia e Letônia para tentar reverter seus movimentos pró-independência, mas, ao chegar o verão, ele optou por uma linha conciliatória.

Gorbachev logo se viu num dilema. Yeltsin se apoderara da vanguarda reformista na Rússia e havia se tornado o primeiro presidente da república diretamente eleito em junho de 1991, enquanto que o poder de Gorbachev provinha de sua eleição indireta como secretário-geral do Partido Comunista para o posto de presidente soviético em 1989. Enquanto Yeltsin negava sua legitimidade democrática, os líderes comunistas de linha-dura criticavam Gorbachev como frouxo.

Em agosto de 1991, a crise chegou ao seu auge. No dia 22, uma nova constituição para a União Soviética tinha de ser assinada. Gorbachev concordava em conceder independência às repúblicas. Os linhas-duras, incluindo o vice-presidente e *premier* de Gorbachev, encenaram um insosso golpe para impedir que esta lei entrasse em vigor. Embora mantivessem Gorbachev preso em sua casa de campo, falharam em deter Boris Yeltsin, que fez uma aparição pública teatral em cima de um tanque diante de seu quartel-general — a Casa Branca russa em Moscou. O fato de os soldados permitirem Yeltsin no seu tanque mostrou o quão inconsistente era o apoio para o golpe, que se esvaziou três dias depois.

Os discursos e a enérgica oposição de Yeltsin o transformaram no herói do momento. Quando Gorbachev retornou a Moscou, Yeltsin já tinha tomado a iniciativa. Ele foi rápido em oferecer plena independência aos presidentes das outras repúblicas. Isto deixou Gorbachev numa posição obscura como chefe de um estado cujos membros estavam rapidamente declarando independência. Sua posição como chefe do Partido Comunista tinha sido efetivamente abolida.

Em dezembro de 1991, Yeltsin se encontrou com o presidente da Ucrânia e da Bielo- -Rússia para estabelecer uma Comunidade de Estados Independentes que substituisse a União Soviética. Com isso, a União Soviética morreu e Gorbachev renunciou em 25 de dezembro de 1991. Era um final anticlimático para mais de 70 anos de governo unipartidário. Contudo, a consequência estava longe de ser simples.

Embora as repúblicas individuais se tornassem estados independentes, muitas enfrentaram nacionalidades separatistas, como os chechenos, que exigiram a independência da Rússia. Ao contrário de alguns países pós-comunistas centro-europeus, a Rússia e as repúblicas soviéticas falharam em estabelecer economias de mercado funcionais e eleições genuinamente democráticas. A retórica de reforma e democracia com frequência mal escondia ambição e métodos inescrupulosos. A renúncia de Boris Yeltsin no Ano- Novo de 2000 refletiu o senso de falência associado com seu oscilante registro, e sua indicação do ex-oficial da KGB, Vladimir Putin, como seu sucessor pareceu marcar um passo atrás para o passado soviético.

SÉRVIA, 2000

Slobodan Milosevic, o presidente sérvio após 1987, foi o grande sobrevivente do colapso do comunismo na Europa Oriental. Como os líderes comunistas através da região perderam o cargo em 1989, e a União Soviética desmoronou em 1991, Milosevic foi capaz de transformar-se de um *apparatchik* comunista em um líder nacional sérvio enquanto a Iugoslávia dissolvia as repúblicas que a compunham em 1991-1992.

As repúblicas mais ricas no noroeste, como a Eslovênia e a Croácia, havia muito que se ressentiam de subsidiar aquelas mais pobres, particularmente em financiar a repressão policial sérvia na província do Kosovo, de maioria populacional albanesa.

No início de 1987, Milosevic havia se tornado um herói nacional ao defender a minoria sérvia no Kosovo contra a alegada perseguição pela maioria albanesa local. Esta postura o catapultou à liderança do Partido Comunista Sérvio, logo rebatizado de Socialista para dar-lhe uma imagem mais reformada. Milosevic revogou a autonomia do Kosovo dentro da Sérvia ao tomar o assento dos kosovares na presidência rotativa de seis membros da Federação Iugoslava e usando tropas federais para reprimir protestos após 1989.

Minorias sérvias viviam em outras repúblicas da Iugoslávia, e em 1991 Milosevic apoiou aquelas na Croácia que resistiram à vitória da União Democrática Croata (HDZ) pró-independência nas eleições de maio de 1990. Por debaixo do pano, ele também ajudou as emergentes milícias sérvias da Bósnia a atacar a maioria croata muçulmana, que votou pela independência num referendo em fevereiro de 1992.

SANÇÕES DA ONU AJUDAM A PÔR FIM À GUERRA

Embora Milosevic evitasse uma interferência militar direta da Sérvia, o papel de Belgrado em fornecer boa parte do financiamento e algumas das armas aos sérvios da Bósnia levou às sanções da ONU, que por sua vez ocasionou a hiperinflação e o declínio dos padrões devida.

A brutal "limpeza étnica" levada a cabo pelas forças sérvias desde o início da guerra contra a Croácia, em 1991, e ao longo da Guerra da Bósnia tornou-se inegável em julho de 1995, quando o enclave muçulmano de Srebrenica foi invadido e a TV sérvia da Bósnia mostrou o general Mladic organizando pessoalmente a separação de 7 mil homens muçulmanos de suas esposas e filhos. Nunca mais se teve notícia da maioria desses homens, e esta atrocidade finalmente estimulou os países da OTAN a ameaçar com intervenção militar para pôr fim à guerra.

No verão de 1995, Milosevic fez a paz com a coalizão liderada pelos Estados Unidos, que queria parar com a guerra na Bósnia, a fim de ver suspensas as sanções que estavam minando suas bases de poder na Sérvia. Ele então direcionou seu apoio aos aliados nacionalistas na Bósnia ao assinar os Acordos de Paz de Dayton em novembro de 1995. Milosevic ofendeu tanto o movimento nacionalista sérvio quanto o povo comum que, apesar do fim da guerra, continuou a ficar mais pobre.

No outono de 1996, os partidos de oposição, antes divididos, uniram-se pela primeira vez na Zajedno ("Juntos"), uma coalizão para concorrer às eleições locais. Eles representavam um amplo espectro de opinião anti-Milosevic. A princípio a comissão eleitoral recusou divulgar os resultados corretos. Por mais de dois meses houve enormes manifestações contra a fraude eleitoral, enquanto multidões protestavam diariamente em Belgrado. Por fim, em fevereiro de 1997, Milosevic aprovou uma lei para revisar os resultados em cidades como Belgrado, concedendo a vitória à oposição.

Dois líderes-chave da Zajedno, Vuk Draskovic e Zoran Djindjic, logo se desentenderam. Comentou-se que Milosevic os havia subornado secretamente porque precisava rachar uma força eleitoral tão poderosa, que desafiava as chances de o governo vencer as futuras eleições nacionais. Certamente ambos tinham ambições de concorrer à presidência no outono de 1997, e Draskovic sentiu-se ludibriado pela recusa de Djindjic de apoiar sua candidatura, apesar do fato de este ter recebido como prêmio o cargo de prefeito de Belgrado após Milosevic ter conhecido os resultados da eleição.

O Kosovo tinha fervilhado ao longo das guerras entre sérvios,

croatas e muçulmanos no início da década de 1990, mas só no final de 1997 foi levada a cabo uma guerra de libertação dos albaneses kosovares. Militantes de um autointitulado Exército de Libertação do Kosovo começaram a atacar a polícia sérvia e pretensos “colaboradores”. As autoridades sérvias reagiram com um severo castigo.

Alarmado pela perspectiva de outra guerra civil nos Bálcãs, os países da OTAN pressionaram Milosevic para que evitasse represálias aos ataques do ELK. Alegações sobre um massacre de civis albaneses pela polícia sérvia em Racak, em janeiro de 1999, fizeram a tensão se elevar. Enquanto o ELK estava pronto a concordar com uma ocupação do Kosovo liderada pela OTAN a fim de manter a paz, Milosevic rejeitou as propostas como o prelúdio para a ocupação da Iugoslávia.

Acreditando que Milosevic voltaria atrás após uns poucos ataques aéreos, em 24 de março de 1999, a OTAN começou uma campanha de bombardeio de três meses de duração. As forças de Milosevic expulsaram mais de 750 mil albaneses, provocando uma crise de refugiados.

Milosevic buscava uma política altamente pessoal. Ele havia recusado as propostas americanas de antes da guerra, desconfiando de que os Estados Unidos queriam derrubá-lo ao posicionarem soldados da OTAN na Iugoslávia. Todavia, em junho de 1999, após garantia de que a OTAN não entraria na Sérvia, ele aceitou um pacote revisto das exigências norte-americanas, abandonou os sérvios do Kosovo e deixou que a OTAN ocupasse a província sob um mandato da ONU, mas com a Sérvia sob seu controle.

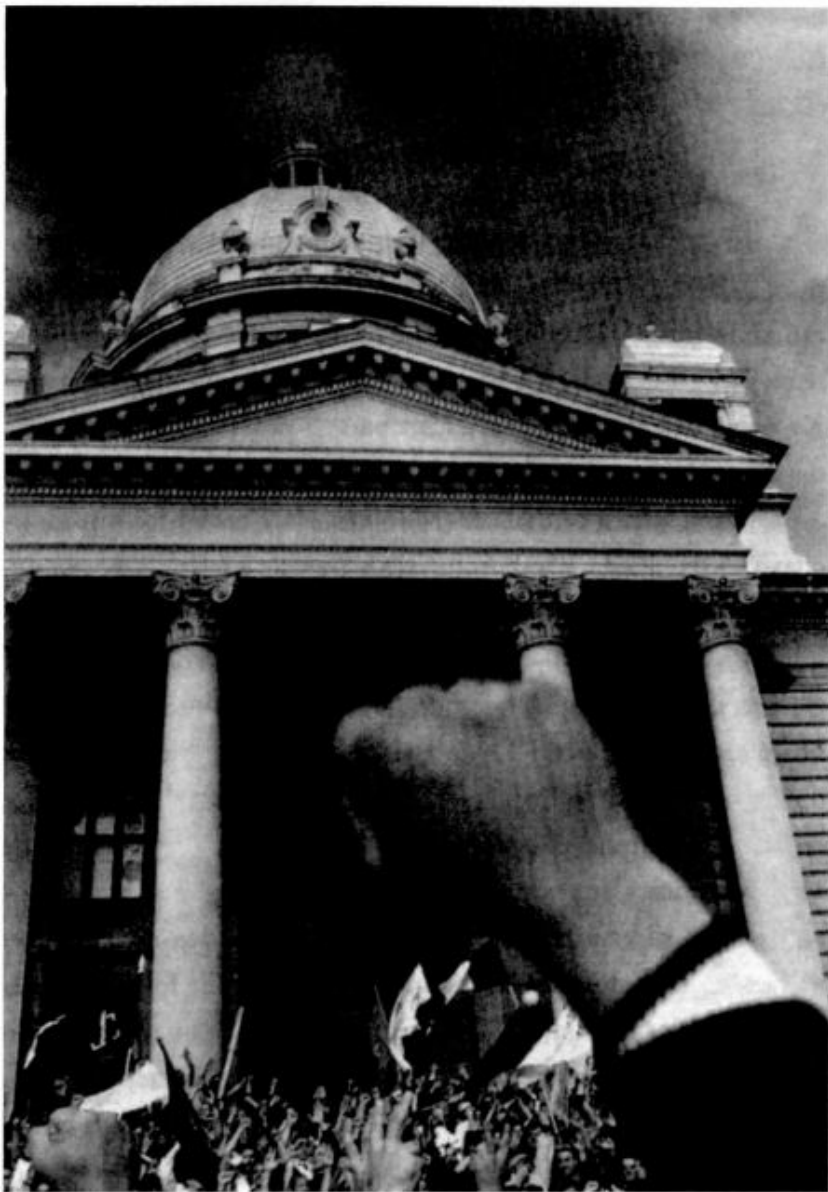
Ironicamente, a retirada de Milosevic do Kosovo foi um fator-chave na sua queda, não porque isso expusesse a falência de sua política linha-dura, mas porque muitos dos policiais e paramilitares que a implementaram se ressentiam de sua decisão de ceder às exigências da OTAN, uma vez que ficara acertado que as tropas da Força de Ocupação do Kosovo (FOK) lideradas pela OTAN só operariam dentro do Kosovo. Isto retirava a chance de os soldados da OTAN denunciarem Milosevic ao tribunal internacional de Haia por crimes de guerra pela “limpeza étnica” no Kosovo.

Derrotas sucessivas fizeram com que muitos dos paramilitares

sérvios de linha-dura se afastassem de Milosevic. Ele foi acusado de trair os sérvios primeiro na Croácia, depois na Bósnia, e agora no Kosovo. O êxodo de metade da população albanesa mais cedo em 1999 foi substituído por uma fuga quase completa de sérvios da província, tão logo a OTAN chegou. A Sérvia de Milosevic agora abrigava quase um milhão de sérvios deslocados de outras partes da antiga Iugoslávia.

Milosevic desdenhou os partidos de oposição em disputa e subestimou a ameaça que representavam para o seu regime. Iludido pela sua própria propaganda de que era o único salvador da Sérvia, ele agiu para confirmar sua posição como presidente da Iugoslávia com uma eleição direta no verão de 2000. Isso deu aos seus adversários domésticos e externos a chance de derrubá-lo.

Os institutos de pesquisa de opinião dos Estados Unidos descobriram que Vojislav Kostunica, o líder do pequeno Partido Democrático da Sérvia, era o político menos comprometido no país. Milosevic era impopular e amplamente culpado pela economia em frangalhos e pela corrupção. Ao contrário de outros líderes da oposição, como Draskovic e Djindjic, Kostunica não havia sido desacreditado por disputas públicas e acusações de enriquecimento ilícito. Kostunica tinha um registro fortemente nacionalista, condenando o bombardeio da OTAN quando permaneceu em Belgrado, ao passo que Djindjic buscara refúgio em Montenegro.



Em protesto pela eleição fraudada, manifestantes incontrolados incendeiam o prédio do parlamento em Belgrado, 5 de outubro de 2000.

O apelo de Kostunica por confiança pública ganhou força, e os ataques que Milosevic fazia contra ele, tachando-o de fantoche da

OTAN, careciam de credibilidade. (Djindjic foi mantido fora dos palanques de campanha, mas dirigia a operação dos bastidores.) O “Otpor” (Resistência), um movimento estudantil de oposição, recebeu subsídios generosos dos Estados Unidos e um grande sortimento de tinta de *spray* para pichar os muros das cidades com palavras de ordem contra Milosevic.

Na eleição de 24 de setembro de 2000, estava claro que Kostunica ganharia. A falha do comitê eleitoral em divulgar de imediato os resultados e seu anúncio três dias depois de que Kostunica não alcançou a maioria absoluta, tornando portanto necessário um segundo turno, enfureceu os sérvios, que temiam outra fraude eleitoral.

O grupo de Djindjic já tinha contactado forças de segurança sérvias, aproveitando-se da decepção delas com Milosevic e oferecendo-lhes um futuro seguro. Operários da indústria e mineiros entraram em greve para protestar contra o plano oficial de realizar um segundo turno de votação e a queda dos padrões de vida, desafiando as tentativas policiais de romper sua linha de piquete. Ao mesmo tempo, um prefeito de oposição, Velimir Ilic, organizou um grupo para ir a Belgrado com um bulldozer a fim de derrubar quaisquer barreiras montadas para bloquear a marcha dos manifestantes em 5 de outubro.

No meio da tarde ficou claro que a polícia não estava equipada para controlar aquela multidão bem organizada e que o exército não estava disposto a enviar seus tanques. O Parlamento federal foi invadido e posto em chamas e logo depois a sede da TV servia foi arrombada pelo bulldozer, e seu diretor agredido por uma turba furiosa.

Milosevic acompanhou os eventos, aturdido, e Kostunica foi proclamado presidente pela suprema corte. Em 6 de outubro, Milosevic se encontrou com o ministro russo das Relações Exteriores, que intermediou uma entrega do cargo para Kostunica.

MILOSEVIC SE RENDE

Expectativas de ajuda do Ocidente para reparar o prejuízo das sanções e do bombardeio maciço do ano anterior resultaram em

desapontamento. Os estados da OTAN exigiram a transferência de Milosevic para o Tribunal de Haia antes de prestarem ajuda e sentiam menos necessário fazer isto agora que sua *bête noire* havia caído.

Os Estados Unidos deram ao novo regime em Belgrado um prazo para a prisão de Milosevic e sua transferência para Haia. Mesmo seu sucessor, o presidente Kostunica, não se dispunha a entregá-lo, mas Djindjic tomou-lhe a frente e mandou Milosevic para Haia em 28 de junho de 2001.

Desatar a Sérvia do legado de governo de Milosevic e das questões levantadas pela dissolução da Iugoslávia era um desafio formidável para os políticos que assumiram o poder em outubro de 2000, mas que só tinham se unido para fazer oposição a Milosevic. Tanta violência e ruptura haviam marcado os anos desde 1991, que o desaparecimento de Milosevic da cena política não foi uma panaceia, mesmo que alguns tivessem imaginado que seria em 5 de outubro de 2000.



GOLPES DE ESTADO

GOLPES DE ESTADO

INTRODUÇÃO

Embora a história humana tenha sido marcada por violentas tomadas de poder e pelo assassinato ou aprisionamento de um governante deposto pelo seguinte, o golpe de estado é um desdobramento moderno. Desde os primeiros registros do passado humano, rivais reclamando por um trono dinástico trocaram desafios pelo direito de herança. A Guerra das Rosas inglesas (1461-1485) no século XV, ou ainda, a Guerra dos Cem Anos entre Inglaterra e França (1340-1453), que as precedeu, foram essencialmente brigas de família sobre quem deveria reinar. Cada recurso à força e ao logro era aceitável, mas somente sob a sanção da alegação por um ou outro pretendente ao trono de que ele era rei por direito divino.

FORÇA BRUTA SOBRE O DIREITO DIVINO

Contrariamente, o golpe de estado moderno confia por completo na força, em vez de apelar para o direito divino, como o caminho para a legitimidade. Revoluções sempre envolvem violência — como assinalou Mao, o poder provém do cano de uma arma — mas existe uma nítida diferença entre revolucionários que chegam ao poder após uma longa luta armada, como Mao ou Castro, e aqueles que usam um único golpe teatral para se colocar no poder. Num golpe de estado só a força determina o resultado da luta política.

O PRIMEIRO GOLPE DE ESTADO

O primeiro golpe de estado moderno foi a tomada do poder na França por Napoleão Bonaparte em 9 de novembro de 1799 ou 18 de Brumário (mês das brumas) do Ano VII, para usar o calendário revolucionário então em vigor na França. A República tinha sido convulsionada por revolução, guerra, guerra civil e hiperinflação desde julho de 1789. Antes de completar 30 anos, Napoleão havia adquirido uma brilhante reputação como um general republicano que

desbaratou exércitos aparentemente superiores de nações como a Áustria imperial e invadiu boa parte da Itália para a França. Retornando de sua ocupação do Egito em 1799, Napoleão sentiu a instabilidade política e a desilusão com a revolução na França. Ele também viu que o descontentamento com a República não significava necessariamente nostalgia pela velha ordem. O que a maioria do povo francês queria mesmo era a restauração da paz.

Quase de improviso, Napoleão delineou o formato do golpe de estado clássico. Ele percebeu que precisava anular a elite política existente sem provocar resistência ou caos. Como um primeiro esforço, Napoleão usou tropas confiáveis que lhe deviam lealdade pessoal após partilharem muitas campanhas com ele. Mas seu plano quase fracassou quando os políticos, aos quais seus homens haviam cercado, estiveram a ponto de linchá-lo antes que fossem dispersados. Napoleão era porém um mestre do improviso e da propaganda, e apresentou o golpe como um choque decisivo para pôr fim à confusão e à baderna.

Numa época anterior aos meios de comunicação de massa, Napoleão, tal como seu sobrinho Luís Napoleão, cinquenta e dois anos mais tarde, tinha um conjunto de alvos relativamente simples. Tendo conquistado a lealdade das tropas e da polícia, o mentor do golpe teve que isolar e prender o governo existente e cortar-lhe a capacidade de conchamar resistência. Táticas similares foram usadas em 2 de dezembro de 1851, quando os editores de jornais de Paris viram-se arrebanhados para passar uma desconfortável noite de inverno nas celas com os políticos, detidos pelo sobrinho de Napoleão, que tencionava estabelecer sua ditadura — o império restaurado (1852-1870). Sem um quartel-general central, para organizar e coordenar atividades, a resistência ao golpe foi breve e esporádica.

O APELO DOS MESSIAS MILITARES

O modelo napoleônico do general transformado (autoproclamado) em salvador resultou num amplo apelo para os militares. Após a descolonização, muitas repúblicas novas e estados recém-independentes na América Latina e depois na África

fracassaram em estabelecer governos populares e economicamente estáveis. Isto abriu a porta para muitos pretensos Napoleões que podiam desafiar estes novos governos instáveis.



Gabando-se da força da resistência esquerdista, este pôster da Guerra Civil Espanhola ilustra a "Resistência invencível do proletariado contra a opressão da força militar".

Após a independência do governo colonial, a América Latina viu

inúmeros imitadores do Napoleão precedente. Como seu modelo francês, o general mexicano Agustín de Iturbide, que tanto fez para conquistar a independência mexicana da Espanha, proclamou-se imperador em 1822. Ele foi deposto num golpe no ano seguinte pelo autoproclamado "Napoleão do Ocidente", Antonio Santa Anna. A história mexicana entrou num ciclo infeliz de golpes e contragolpes, que fixou o modelo turbulento para boa parte da América espanhola.

O desfile de regimes militares de vida curta conduzida por líderes grandiloquentes, que combinavam melhor com a capacidade de Napoleão para a pilhagem do que por glória militar, é uma característica triste dos últimos duzentos anos em boa parte do mundo desenvolvido.

O regime de Napoleão, contudo, foi um exemplo de alguém que chegou ao poder pela força e com pouca anuência popular, mas que estabeleceu um projeto grandioso de criar uma nova ordem na França e depois na maior parte da Europa. Por mais que Napoleão fosse ditatorial, seu regime desenvolveu os códigos legais e um sistema administrativo que sustentou a vida francesa pelos dois séculos seguintes. Com toda a sua pompa e a adoção do título megalomaníaco de Imperador da França (endossado por um referendo manipulado) e pelo terrível custo humano de suas guerras, Napoleão, ao contrário de tantos outros golpistas, deixou um legado positivo a comparar, pelo menos em parte, com os efeitos negativos de seu governo.

Poucos que chegaram ao poder por meios militares impiedosos sequer chegaram perto das realizações de amplo alcance de Napoleão, embora alguns tenham igualado ou até superado o custo devastador infligido aos humanos.

O general chileno Augusto Pinochet encenou em 1973 um modelo de golpe de estado moderno contra seu presidente socialista, Salvador Allende. Pinochet era um anticomunista cujo regime visava não só extinguir a esquerda radical pelo terror mas também criar uma nova ordem viável de mercado capitalista no Chile, ao contrário dos regimes militares caóticos, corruptos e inflacionários nos vizinhos Argentina e Uruguai.

Como um técnico do golpe, Pinochet teve poucos rivais. Ele visou às instituições- chave do estado moderno — o palácio

presidencial, as sedes do partido de oposição e dos sindicatos, e a rádio e a televisão — e tomou-as dentro de poucas horas.

Somente o general comunista polonês Wojciech Jaruzelski encenou um golpe de eficácia similar em tempos modernos quando deu um aperto no movimento oposicionista Solidariedade em 13 de dezembro de 1981, naquilo que os latino-americanos chamariam de *autogolpe* — quando um regime já instalado no poder usa de força para nele permanecer. Jaruzelski empregou um golpe militar para evitar a queda do regime comunista. Horas depois do seu início, as forças de segurança polonesas tinham efetivamente desintegrado o movimento de massa oposicionista ao prender seu líder, Lech Wałęsa e centenas dos principais organizadores. Simultaneamente, todas as comunicações telefônicas foram cortadas, deixando a população incapaz de esboçar uma reação.

A queda do comunismo na Polônia, oito anos depois, bem como o fracasso final de Pinochet em obter apoio popular, provou a sabedoria do comentário de Talleyrand para Napoleão após seu golpe: “Você pode fazer tudo com baionetas, exceto sentar-se nelas.” A lealdade do povo não podia ser conquistada só pela força — economia ou outros benefícios eram também necessários.

O fiasco da tentativa de os linhas-duras comunistas, em 1991, interromperem o processo de democratização na União Soviética revela que se exige mais do que controle formal das alavancas de poder para levar a cabo um golpe bem-sucedido. No verão de 1991, muitos soldados soviéticos e a polícia secreta não mais se identificavam com o regime comunista. Os pretensos golpistas eram caciques sem índios que apoiassem a tentativa.

Como ocorre com outros aspectos da revolução, é com frequência impossível fazer uma separação absoluta entre o quanto uma revolução conquista poder no momento de derrubar o velho regime e as características de um golpe de estado. Elementos de um golpe de estado podem ser encontrados até mesmo nas revoluções mais populares ou ideológicas.

Tomemos por exemplo a Revolução Bolchevique na Rússia em novembro de 1917. É certamente verdade que houve grande dinamismo por trás do apelo de uma sociedade comunista completamente nova, em especial para operários de indústria em

cidades grandes como a capital São Petersburgo, mas Lenin e Trotski fizeram os preparativos para sua tomada do poder com toda a preocupação metódica pelo detalhe de um estado-maior militar clássico.

O escritor fascista italiano Curzio Malaparte tomou o exemplo da invasão bolchevique do Palácio de Inverno em São Petersburgo como o modelo para um golpe de estado no seu livro *Técnica do golpe de estado*, que estabelece as regras para uma tomada eficaz do núcleo de qualquer governo. O próprio Mussolini estudou o modo como os Guardas Vermelhos de Trotski isolaram o governo provisório de Kerenski dentro do Palácio de Inverno ao ocuparem os prédios dos operadores dos serviços telefônicos e telegráficos. Os Guardas Vermelhos também assumiram os pontos cruciais de transporte, como as pontes sobre os muitos canais de São Petersburgo e as estações ferroviárias. Em outubro de 1922, Mussolini mandou que sua milícia de camisas-pretas fizesse o mesmo em Roma, em preparação para uma revolta contra o estado italiano caso este o desafiasse.

O contraste entre a chegada do fascismo ao poder na Itália e o comunismo na Rússia foi a ausência de qualquer base ampla de apoio popular ao movimento de Mussolini em comparação com o de Lenin. As eleições antes de outubro de 1922 mostraram que o partido de Mussolini teve apenas 7% do voto popular. Muito embora os bolcheviques de Lenin ganhassem pouco mais que 25% dos votos nas eleições para a assembleia constituinte realizadas no outono de 1917, em cidades grandes como a capital há pouca razão para duvidar que tivessem uma maioria. Era nas cidades, e não no campo, que residia o poder político.

POR QUE FRACASSAM OS REGIMES BASEADOS NO MEDO

O regime de Mussolini na Itália não foi o primeiro exemplo de um movimento político que chegou ao poder pela força e intriga com um mínimo apoio popular, e que depois usou seu controle da máquina do estado para promover uma imagem do regime como dinâmico e popular. A realidade se evidenciou quando enfrentou a adversidade na Segunda Guerra Mundial. Como zombou Hitler,

aliado de Mussolini: “O que é este fascismo, que derrete como neve diante do sol da primavera?”

Golpes podem criar regimes pela força, mas a menos que ofereçam algo mais do que medo, sua carência de raízes sociais e lealdade popular significa que estão condenados quando se defrontam com uma força maior.

ITALIA, 1922

O fascismo italiano foi o primeiro movimento político na Europa a se valer do temor ao comunismo após a Revolução Russa de 1917, bem como da decepção sofrida por muitos veteranos de guerra com os resultados do primeiro conflito mundial. Embora depois de 1918 a Itália fosse um turbilhão de problemas econômicos e sociais e de ideologias rivais, o surgimento e o sucesso do fascismo teriam sido impensáveis sem o papel representado por um homem: Benito Mussolini.

MUSSOLINI ROMPE COM O MARXISMO

A biografia de Mussolini reuniu numa só pessoa os elementos contraditórios da sociedade italiana que formataram o movimento fascista após 1919. Nascido na família pobre de um ferreiro e batizado pelo pai radical em homenagem ao mexicano Benito Juárez, que executou um imperador, o jovem Mussolini tornou-se um mestre radical, insubmisso, e jornalista marxista. A habilidade de Mussolini com a retórica o transformou em um dos primeiros mestres propagandistas do século XX. Ele evoluiu da imprensa escrita para o rádio e depois para o cinema, usando com sucesso cada forma de mídia como um instrumento sofisticado de persuasão e doutrinação.

Ainda assim, Mussolini era um personagem profundamente contraditório. Tendo começado sua carreira seguindo para a extrema esquerda da política italiana, Mussolini defendia uma revolução comunista contra a monarquia parlamentarista e denunciava o nacionalismo. Mas de repente, em 1914, ele rompeu com seus camaradas da esquerda e tornou-se o mais ardente defensor da entrada da Itália na Primeira Guerra Mundial.

UMA NOVA ESPÉCIE DE NACIONALISMO

O rompimento de Mussolini com o marxismo não significou que tivesse abandonado inteiramente sua herança esquerdista. Ele alegava que seu novo nacionalismo e o apoio à entrada da Itália na Primeira Guerra Mundial criaria uma crise no sistema existente. Sua tese era de que a Itália só seria capaz de travar uma grande guerra se adotasse métodos socialistas de organização de massa. A militarização da sociedade ou a entrada na guerra seriam a porta dos fundos para a revolução social.

Mussolini bem que poderia ter acreditado nisso, mas, a fim de financiar seu jornal dissidente e seu embrionário partido político, ele dispunha-se a tomar dinheiro dos grandes fabricantes italianos de armas, como a Fiat, e dos governos britânico e francês, que se sentiam felizes em subornar qualquer um disposto a combater a Alemanha. Como muitos políticos italianos, Mussolini era corrupto e cínico, mas, ao contrário deles, não era complacente. Na verdade, estava preparado para usar os métodos mais radicais a fim de conquistar o poder.

O NOVO PARTIDO FASCISTA



O poeta e fascista Gabriele d'Annunzio observa um desfile dos fascistas de Mussolini da sacada da prefeitura em Milão, 1922.

Após servir na guerra, Mussolini reconheceu que muitos ex-soldados da linha de frente ressentiam-se dos políticos italianos que os haviam levado à guerra para resultar em tão pouco lucro.

Utilizando seus próprios ferimentos de guerra (obtidos em um acidente), Mussolini apresentou-se como porta-voz dos veteranos. Em março de 1919, ele estabeleceu seu próprio movimento político, que combinava críticas radicais à elite italiana com anticomunismo violento e nostalgia pela antiga grandeza romana. Mussolini adotou o símbolo romano de autoridade, o feixe de varas, ou *fasci*, como o ícone de seu novo partido, o fascista.

Enquanto Mussolini ocupava-se em estabelecer seu Partido Fascista, muitos dos seus ex-camaradas no Partido Socialista Italiano desviavam-se cada vez mais para a esquerda, inspirados pelo exemplo soviético. Inflação e desordem econômica levaram operários em muitas fábricas no norte da Itália a entrar em greve e ocupar as instalações, arrebatando o controle dos proprietários.

ESQUADRÕES FASCISTAS CONTROLAM INQUIETAÇÃO

Embora os grevistas fossem com frequência ex-soldados, o movimento de Mussolini atraiu o tipo de veteranos que estavam contentes em acabar com essas greves pela força. Em 1920, cerca de 50 mil adeptos dos camisas-pretas fascistas formaram esquadrões que atacaram grevistas e políticos e jornais de esquerda. Os industriais, que haviam apoiado a campanha pró-intervenção de Mussolini depois de 1914, ficaram felizes em pagar a seus esquadrões para reprimir os sindicatos. Latifundiários também ajudaram a organizar esquadrões fascistas para evitar a inquietação entre milhões de camponeses italianos.

Mussolini retirou as partes radicais de seu programa em favor de uma cruzada anticomunista. Embora os governos da Itália pós-1919 fossem considerados liberais, estavam contentes em usar os esquadrões fascistas na sua tentativa de domar a inquietação da classe trabalhadora. A polícia italiana raramente intervinha neste processo, enquanto os fascistas com frequência intimidavam ou humilhavam seus adversários.

OS FASCISTAS PERDEM A ELEIÇÃO

Por toda a dinâmica e ativismo brutal dos seus adeptos, e o fato

de que o governo em Roma parecia complacente com os fascistas infratores da lei, o partido de Mussolini foi mal nas eleições. Apesar da introdução da representação proporcional, os fascistas não conquistaram quaisquer assentos em 1920 e ganharam apenas 35 (7% da votação) em maio de 1921, quando o premiê liberal Giolitti deu-lhes seu apoio tácito.

Mussolini reconhecia que os integrantes do parlamento davam certas vantagens a seus adeptos, tais como imunidade de prisão por suas ações violentas mas também via *que não* tinha chances de chegar ao poder por meio de eleições. Para isto, fazia-se necessário um aguçamento da crise interna da Itália. Até certo ponto, a esquerda radical fez o seu jogo em 1921, ao rachar o Partido Socialista e estabelecer um Partido Comunista abertamente aliado ao regime de Lenin em Moscou.

Tamanha polarização da política italiana serviu bem a Mussolini. Apostando no temor ao comunismo, deu rédeas soltas aos seus camisas-pretas, enquanto em Roma o jogo melodioso das cadeiras parlamentares, cuja representação proporcional favoreceu a eleição de uma hoste de pequenos grupos para o parlamento, viu outra coalizão governamental fraca instalada em fevereiro de 1922.

MUSSOLINI É SUBESTIMADO

Ironicamente, tanto os liberais quanto aqueles à esquerda subestimaram a capacidade de Mussolini pelas mesmas razões. Seus discursos floreados e postura nas sacadas fazia com que parecesse um bufão aos olhos dos seus rivais, que deixaram de notar o quão eficazmente ele domava os homens rudes que formavam seus esquadrões fascistas, sendo capaz de se tornar o seu *Duce*, ou líder incontestável. Mussolini foi um intrigante hábil, um orador eficaz e um organizador paramilitar sagaz.

Apesar do que parecia ser uma postura militante, Mussolini passou boa parte do final do verão de 1922 em negociações estratégicas nos bastidores com a classe dominante italiana, explorando os seus temores da esquerda. Em meados de outubro, estava confiante de que a maioria da elite italiana o apoiaria como primeiro-ministro se ele tocasse no assunto, e portanto anunciou uma

insurreição armada que, se derrotada, abriria o caminho para uma revolução de esquerda. Só quando teve confiança de que o exército não se oporia à ação, Mussolini despachou um forte contingente de 40 mil camisas-pretas para uma marcha sobre Roma no final do mês.

A MARCHA SOBRE ROMA

Na noite de 27 para 28 de outubro de 1922, os camisas-pretas começaram a ocupar prédios públicos cruciais, como agências de telégrafo, para dar-lhes o controle sobre as comunicações na crise iminente. O primeiro-ministro italiano, Luigi Facta, pediu ao rei Vítor Emanuel III que declarasse um estado de emergência e posicionasse tropas para impedir que Mussolini tomasse o poder. O rei aparentemente concordou, mas em manobras de bastidores Mussolini convenceu os principais conselheiros do rei de que, uma vez no cargo de primeiro-ministro, ele dispersaria seus esquadrões e buscaria “suaves” políticas econômicas conservadoras. Em vez de arriscar um confronto, o rei ignorou o pedido de seu gabinete eleito para impor a lei marcial e destituiu Facta, substituindo-o por Mussolini.



Um triunfante retrato de Benito Mussolini, feito por Gerardo Dottori, mostra o líder fascista erguendo-se das colinas da Itália e circundado pela força de seu esquadrão militar.

Para comemorar sua nomeação e dar a impressão de que tomara o poder em vez de ser agraciado com ele, Mussolini ainda assim levou seus camisas-pretas para desfilarem triunfantemente em Roma. Esta assim chamada “Marcha sobre Roma” tornou-se uma lenda da propaganda fascista. O próprio Mussolini viajou toda a noite de trem a partir de sua base em Milão para receber os aplausos.

A designação de Mussolini como primeiro-ministro deu-lhe uma forma de poder desconfortável e um tanto limitada porque ele ainda tinha que lidar com a maioria não fascista no Parlamento. Nos dois anos seguintes, Mussolini encenou um golpe de estado em câmara lenta, repelindo as restrições constitucionais acerca do seu poder. Foi só em 1924 que o uso da força tornou-se inevitável e o controle único se tornaria a base do seu regime.

UM REGIME TOTALITÁRIO

O relacionamento desconfortável entre os fascistas paramilitares e o Parlamento chegou a uma crise em 1924, quando um membro do

Parlamento socialista, Giacomo Matteotti, que enraiveceu os homens de Mussolini com uma crítica mordaz da corrupção e postura deles, foi sequestrado e morto. A maior parte da oposição boicotou o Parlamento, exigindo a renúncia de Mussolini. Após meses de confusão, Mussolini decidiu abandonar qualquer simulacro de respeito à lei, agiu abertamente como um ditador e aboliu os partidos de oposição em janeiro de 1925.

Agora Mussolini proclamou que seu regime era “totalitário”. Não toleraria qualquer oposição e cada italiano seria subordinado ao estado. Por toda a sua grandiloquência acerca de transformar a Itália, enquanto no poder o regime de Mussolini tornou-se cada vez mais conservador. Ele firmou os Acordos de Latrão com o papa, pondo fim a décadas de discórdia entre a Itália e a Igreja católica. O próprio Mussolini casou-se no religioso e celebraria seus quinze anos de matrimônio. Até mesmo pregou a maternidade como uma virtude fascista — “cada mulher é uma mãe por seu destino natural” —, mas principalmente porque queria produzir mais homens jovens para suas planejadas guerras de conquista.

Mussolini queria mobilizar os recursos da Itália para criar uma grande potência militar que resgatasse o prestígio há muito tempo perdido do Império Romano na região do Mediterrâneo. Contudo, Mussolini confundiu sua retórica sobre o poder italiano com a realidade.

A ITÁLIA DECLARA GUERRA AOS ALIADOS

Em 1935 ele invadiu a Etiópia, mas só foi bem-sucedido em derrotar os etíopes precariamente equipados ao usar táticas de terror como gás tóxico. Ao invés de aprender as lições da medíocre preparação da Itália, Mussolini utilizou valiosos recursos italianos e enviou 70 mil soldados para lutar na Espanha em 1936.

A megalomania visionária de Mussolini piorou quando seu aliado alemão, Hitler, conquistou vitórias fáceis sobre a Polônia, Países Baixos e França, fazendo Mussolini concluir que os Aliados já estavam derrotados. Assim, ele declarou guerra à França e à Grã-Bretanha em 10 de junho de 1940 para garantir sua parte no espólio. A Inglaterra, contudo, continuou a luta e em breve a precariedade do

poder militar italiano se revelou no norte da África e por uma desastrosa invasão à Grécia. As tropas alemãs resgataram as italianas a princípio, mas, quando Hitler invadiu a União Soviética e depois declarou guerra aos Estados Unidos em 1941, o equilíbrio de poder mudou mais uma vez contra os países do Eixo, e os exércitos italianos sofreram baixas terríveis.



Um grupo de soldados do Exército Abissínio (na Etiópia) carrega escudos reforçados e fuzis durante a guerra perdida para a Itália, março de 1936.

Em casa, a popularidade de Mussolini decaía, e muitos fascistas, generais e o rei começaram a buscar meios de escapar da catástrofe inevitável. A ditadura de Mussolini reduzira a monarquia italiana a um papel decorativo, mas quando os Aliados invadiram a *Sicília*, o rei Vítor Emanuel rapidamente ordenou que o Exército italiano prendesse Mussolini depois que até mesmo seus próprios camaradas fascistas voltaram-se contra ele em 25 de julho de 1943.

MUSSOLINI E O FASCISMO MORREM

Uma ousada operação de paraquedistas alemães resgatou Mussolini da prisão, mas ele era um homem alquebrado. Reduzido a um fantoche dos nazistas, ele governava agora um regime fascista de fancaria chamado República Social Italiana, no norte da Itália. Na realidade, a área que ele cobria era a encolhida zona de ocupação nazista, que foi diminuindo lentamente à medida que os Aliados avançavam do sul. Enquanto Mussolini fantasiava acerca de conquistar suas metas radicais do início, seus camisas-pretas leais remanescentes lutaram lado a lado com os alemães numa selvagem guerra civil contra o número cada vez maior de guerrilheiros que

emergiam dos comunistas na clandestinidade e de outros grupos de esquerda. Foi uma reprise muito mais brutal da quase guerra civil entre os anos de 1919 e 1922, e desta vez a esquerda estava vencendo junto com seus aliados anglo-americanos.

A derrota alemã decretou o fim de Mussolini, que foi entregue nas mãos da resistência e fuzilado no final de abril de 1945. Outros fascistas importantes foram mortos junto com ele e seus corpos expostos em Milão. O fascismo como um movimento político organizado parecia morto também.

Hoje na Itália, um assim chamado partido pós-fascista, a Aliança Nacional, anda por volta de 15% do eleitorado, sendo um de seus integrantes a neta de Mussolini, Alessandra. Contudo, para ganhar respeitabilidade, a Aliança Nacional tem tido que descartar as características mais reprováveis da opressão, táticas brutais e ambições de Mussolini. Até mesmo apoia a plena integração italiana com a União Europeia em vez de grande posição de poder para a Itália.



Titiano. *Retrato de Filipe II*, óleo sobre tela, c. 1554. Suserano espanhol que tinha sob seu poder as 17 províncias que formavam os Países Baixos. Palazzo Pitti Galleria Palatina, Florença, Itália.



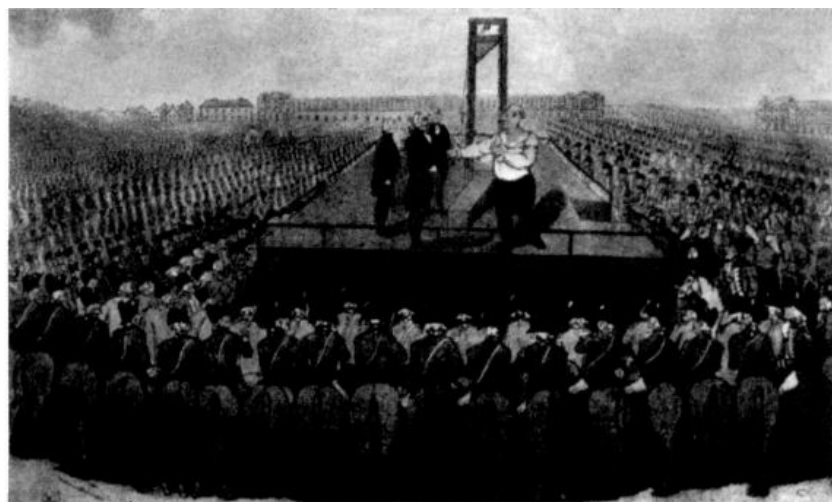
Decapitação de Carlos I em 30/01/1649. Conde Rosebery.



Novaiorquinos derrubam estátua do rei Jorge III, após ouvirem a primeira leitura pública da Declaração de Independência em 9 de julho de 1776. Biblioteca do Congresso, Washington.



J. V. Lallemend. *O saque dos inválidos*. 4 de julho de 1789, França. Biblioteca Nacional, Paris.



Os últimos instantes de Luís XVI. Gravura inglesa. Biblioteca Nacional, Paris.



Batalha de Boyacá, confronto decisivo para a libertação de Nova Granada — atual Colômbia — do domínio espanhol, em 1819. Acervo da República da Venezuela.





Toussaint Louverture, 1745-1803, líder da revolução dos escravos no Haiti e primeiro grande revolucionário negro dos tempos modernos. Coleção Mansell.

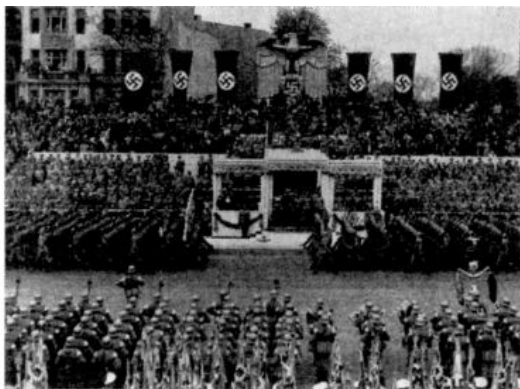


A. Vanetsman. Viva a união de operários e camponeses. 1920. litografia, 94x62cm.
Museu Central Estatal da História Contemporânea da Rússia.

Otto Gabriel. Operários cantam *A Internacional*, o hino dos comunistas: *De pé, ó vítimas da fome, / de pé famintos dessa terra, ... / Cortar o mal pela raiz, / de pé, de pé, não queremos mais senhores...* Museum Für Deutsche Geschichte, Berlim.



A comemoração ao 50º aniversário de Hitler mostra o poder do ditador, 20/04/1939, Alemanha. Hulton-Deutsch Collection / Corbis-Stock Photos.



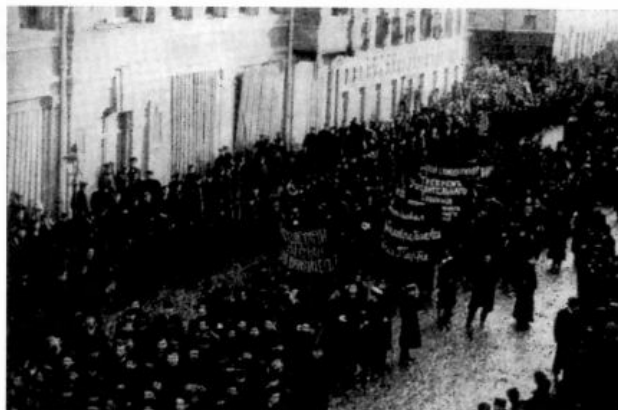
Cartaz que celebra vitórias do Kuomintang sobre as depostas províncias durante a Expedição Nortista na China de 1926 a 1928. Arquivo da Editora.





Uma manifestação em Teerã, em abril de 1979, exibe a foto de Khomeini e pede pela República Islâmica que foi proclamada em abril do mesmo ano. Gabriel Duval / AFP.

Em outubro de 1905, os trabalhadores de São Petersburgo vão as ruas com faixas que exigem o fim da autocracia. Arquivo da Editora.





Combatentes talibãs na
fronteira norte de Cabul
em 10 de outubro de 2001.
Sayed Salahuddin / Reuters-
Corbis-Stock Photos.

Diego Rivera. *Paisagem
Zapatista—O
Guerrilheiro*, 1915, óleo
sobre tela, 144x123cm. Museu
Nacional de Arte, Cidade do
México.





Tanques de guerra soviéticos tomam posição de ataque em Budapeste em novembro de 1956. AFP.



Entrada triunfal de Fidel Castro e de outros líderes revolucionários em Havana, janeiro de 1959. AFP.



O chanceler alemão Helmut Kohl estende a mão para uma cidadã da Alemanha Oriental durante a queda do muro de Berlim em 1989. AFP.

Romenos queimam o retrato de Nicolae Ceaucescu em 22 de dezembro de 1989, eles pedem a derrubada da ditadura. Joel Robine / AFP.



Uma multidão reuniu-se na praça Manezh em apoio a Boris Yeltsin e em protesto à política econômica estabelecida entre o Kremlin e as repúblicas soviéticas por Mikhail Gorbachev, fevereiro de 1991. Alain Nogues / Corbis Sygma.



Oposição democrática da Sérvia em manifestação pelo resultado das eleições de 24 de setembro de 2000, pedem o reconhecimento da vitória de Kostunica no primeiro turno.

EPA/Sasa Stankovic-Corbis-Stock Photos.



Nesta representação da explosão da Guerra Civil na Espanha em 1936, o general Francisco Franco está entre forças militares e da Igreja. Mural do pós-guerra. Acervo Histórico Militar, Madrid.



Tropas rebeldes posicionadas no telhado no Palácio Presidencial durante a ocupação militar no Chile em 11 de setembro de 1973. AFP.



Civis e militares comemoram o colapso da ditadura, Lisboa, 27 de abril de 1974. AFP.



Vista de Cholon, uma das áreas mais atingidas durante a Guerra do Vietnã, 6 de outubro de 1968. Bettmann / Corbis Stock Photos.



Cena da Guerra de Independência da Grécia, comandada pelo General Makryjannis. Nationalpinakothek, Atenas



O presidente Nelson Mandela em comemoração ao aniversário de criação do Congresso Nacional Africano, 25 de fevereiro de 1990. © Trevor Sanson / AFP.

ESPANHA, 1936-1939

Como a Rússia antes de 1917, a Espanha no início dos anos 1930 era um país lutando por uma transição para a modernidade, mas no qual o equilíbrio entre o desenvolvimento rural e industrial era instável. Sendo o primeiro conflito civil de vulto na Europa desde a Guerra Civil Russa e o primeiro levante político importante desde que os nazistas chegaram ao poder na Alemanha em 1933, os eventos na Espanha assumiram uma importância simbólica para o mundo externo como uma batalha entre fascismo e comunismo, um prelúdio à iminente Segunda Guerra Mundial.

A Guerra Civil Espanhola irrompeu em julho de 1936, incorporando aquela tríplice luta internacional entre fascismo, comunismo e democracia, assim como a culminação de décadas de discordâncias internas sobre que tipo de país a Espanha deveria ser. A Espanha era uma sociedade com amargas fronteiras sociais entre os ricos e pobres, cidade e campo. A própria ideia de uma nação unida era também ardentemente contestada por minorias como os bascos e catalães, que tinham sua própria língua e identidades culturais diferentes. O domínio tradicional da Igreja Católica sobre a vida religiosa e cultural era questionada pelos liberais e anticlericais de esquerda que culpavam a Igreja pelo passado intolerante da Espanha. Pretensos cruzados defendendo a Igreja viam a abolição da Inquisição no século XIX como o início do fim da velha Espanha que eles queriam restaurar.

UMA MONARQUIA INSTÁVEL

Embora a Espanha tivesse evitado participação na Primeira Guerra Mundial, havia sido afetada pelo impacto ideológico e econômico do conflito. A monarquia enfrentara repetidos desafios desde o final do século XIX, mas a reforma política tinha sido superficial. A Espanha testemunhara um bocado de instabilidade política desde meados do século XIX enquanto reclamantes rivais ao

trono lutavam pelo poder e a nova classe operária em cidades como Barcelona aliava-se a camponeses insatisfeitos para ver emergir poderosos movimentos revolucionários e anarquistas, por mais que fossem reprimidos pelo exército e pela polícia. O sistema parlamentar da monarquia espanhola antes de 1923 mal mascarava estas tensões. O sistema liberal formal falhou em satisfazer os grupos cada vez mais radicais de anarquistas e esquerdistas e as minorias étnicas, enquanto a direita reacionária o culpava por desestabilizar o país. O rei Afonso XIII sobreviveu a cinco tentativas de assassinato — um vigoroso registro da instabilidade na Espanha.

Tendo perdido a maior parte de seu império colonial remanescente em 1898, quando os Estados Unidos iniciaram sua primeira grande expansão colonialista e declararam guerra para separar Cuba e as Filipinas da Espanha, a geração de espanhóis que chegou à idade adulta antes da guerra civil foi profundamente afetada pelo declínio da Espanha como uma potência mundial de respeito, nela incluído o ambicioso jovem Francisco Franco, cujos planos para uma carreira naval foram abruptamente alterados pela aniquilação da esquadra espanhola pelos americanos. Em vez de entrar numa academia naval, Franco foi para uma escola de cadetes do exército.

UM COMEÇO DEMOCRÁTICO

Embora o jovem Franco se destacasse em combate, a derrota da Espanha em 1923 numa campanha para manter o controle sobre o Marrocos, sua última colônia, humilhou o regime liberal e habilitou o rei a nomear um ditador, Primo de Rivera. O objetivo de Rivera era ordem política combinada com progresso econômico patrocinado pelo governo, com a intenção de reduzir o desemprego e solapar o apoio da esquerda. O regime de Primo de Rivera foi em muitos aspectos uma pálida versão do fascismo de Mussolini, mas quando a saúde precária o forçou a se aposentar em 1930, a democracia foi restaurada.



“A garra do invasor italiano quer nos escravizar.” Este pôster de propaganda durante a Guerra Civil Espanhola retrata o punho do fascismo com o vermelho, branco e verde da bandeira italiana.

O primeiro passo para a democracia era ganhar as eleições municipais de 12 de abril de 1931. Os resultados da eleição

antecipada mostraram um surto de apoio à esquerda. Na terça-feira, 14 de abril, multidões em grandes cidades como Barcelona e Sevilha estavam proclamando uma república. O exército e até mesmo o general Sanjurjo, o comandante da Guarda Civil, tradicionalmente o bastião do regime, disseram a Afonso XIII que não interviriam para reprimir os protestos.

Afonso XIII perdeu a coragem e fugiu para o exílio. Mas a queda da monarquia logo expôs a realidade de que a nova república não estava estabelecida por consenso. Apenas uma estreita, se é que atuante, maioria apoiava a república, particularmente nas grandes cidades, ao passo que boa parte da Espanha, em especial áreas rurais, continuavam solidamente contra ela.

A depressão econômica mundial que se aprofundava era também ruim para a República. O desemprego aumentava, e empresários e proprietários de terra viviam sob intensa pressão financeira. Camponeses sem terra, que não podiam mais encontrar trabalho, faziam agitação por reforma agrária e ocupavam terra. A ordem pública ficou sob pressão enquanto greves, locautes e ocupações se tornavam cada vez mais triviais. Em muitas cidades pequenas, pessoas antes despolitizadas entraram em contato com agitadores urbanos ansiosos em espalhar ideias modernas de progresso, incluindo ideias que promoviam os direitos das mulheres, e aqueles que dominavam a sociedade rural sentiram-se ameaçados.

ELEIÇÕES DE 1934 FAVORECEM A DIREITA

Em 1934, a direita venceu as eleições gerais e começou a restaurar a ordem usando métodos violentos. Isto provocou uma insurreição na província setentrional das Astúrias, onde o mais jovem general do Exército espanhol, Francisco Franco, ganhou carta branca para comandar tropas com as quais granjeara sua reputação como guerreiro colonial no Marrocos. Desdenhando os adversários ao tachá-los de “mouros”, Franco realizou sua missão, mas ganhou o ódio da classe operária regional como um militarista brutal.

Apesar da pressão da direita sobre os sindicatos e a atividade esquerdista em geral, ela respeitava as normas da democracia parlamentarista e participou de novas eleições em fevereiro de 1936.

Para surpresa de muitos, a votação tendeu para a Frente Popular de esquerda, que uniu com eficácia uma ampla coalizão, enquanto os partidos de direita diluíram seu número quase igual de votos entre grupos concorrentes.



Voluntários ingleses do Partido Trabalhista Independente partem de Londres para as Brigadas Internacionais em Barcelona, 10 de janeiro de 1937.

O primeiro-ministro Manuel Azana foi bastante complacente quanto à crescente polarização da política. Admitidamente, uma vez que seu governo da Frente Popular não continha nenhum ministro abertamente marxista, era verdade dizer que ele dificilmente poderia ser classificado como um regime pró-soviético por mais que a direita o acusasse disto, mas atitudes racionais foram rapidamente desaparecendo.

Talvez porque a República tivesse sobrevivido em 1932 a uma trama golpista do general Sanjurjo, comandante da Guarda Civil, e as eleições em fevereiro de 1936 houvessem sido permitidas para reverter o predomínio da direita, Azana achou exagerados os rumores acerca de um golpe. De qualquer modo, a polícia e a Guarda de Assalto, uma força paramilitar especial republicana, eram leais. Um fator adicional que o levou a sentir-se confiante em excesso foi o fato de que apenas quatro dos mais de vinte generais do Exército estavam supostamente envolvidos em complôs e o mais perigoso, Francisco Franco, se encontrava isolado nas ilhas Canárias, no meio do Atlântico.

Em 16 de julho de 1936, o líder radical de direita Calvo Sotelo foi assassinado pela Guarda de Assalto, que o culpava da morte de um dos seus integrantes. O assassinato de Calvo Sotelo foi fortuito

para os conspiradores militares pró-fascistas. Aquilo fornecia-lhes uma vítima de alto perfil para vingar e removia um rival político em potencial para qualquer ditador militar futuro. Os conspiradores do Exército já estavam preparados para ação e a senha ordenando uma tomada do poder já fora enviada. Radicais em Barcelona à ocasião fizeram um favor aos generais encarregados do golpe ao balearem José Antonio Primo de Rivera, o filho do falecido ditador e líder da Falange fascista, após um julgamento espetaculoso no qual perguntaram aos integrantes do júri se eles “odiavam” o réu.

O golpe estava perigosamente tateante no início. Seu comandante pretendido, o exilado general Sanjurjo, morreu num desastre de avião enquanto viajava de Portugal para assumir o comando da insurgência. Cidades-chave como a capital, Madri, e Barcelona permaneciam nas mãos do governo e forças de milícia conjuntas de operários/Guarda de Assalto rapidamente massacraram os rebeldes de direita. De fato, o contra-ataque do governo ameaçava extinguir focos rebeldes como a Academia Militar em Toledo, antes que as tropas de Franco pudessem alcançá-los.

No entanto, com a ajuda decisiva de aviões italianos e alemães, Franco foi capaz de voar com legionários do Marrocos para a Espanha por sobre a força naval republicana que bloqueava qualquer travessia por mar. A chegada desses veteranos da luta colonial salvou o golpe do colapso. Também radicalizou a maneira como a guerra civil estava sendo travada. Enquanto os legionários de Franco avançavam sobre Madri, em agosto de 1936, foram executando qualquer um que encontrassem com marcas de coice de fuzil nos ombros, e milhares que não as tinham. As tropas tratavam os espanhóis desanimados como fizeram com o povo das tribos marroquinas: as mulheres eram estupradas e os homens torturados e assassinados. Se tamanha selvageria tinha a intenção de aterrorizar os republicanos à rendição, isto, definitivamente, provou-se contraproducente. Milhares de habitantes das cidades, especialmente em Madri, apressaram-se em formar milícias para resistir aos rebeldes fascistas.

No lado republicano, o golpe provocou uma orgia de represálias contra grupos simpatizantes dos rebeldes de direita. A Igreja Católica foi particularmente atingida com dureza, enquanto sua hierarquia em

território republicano era acusada de promover a rebelião. Quase 7 mil padres, monges e freiras foram mortos nas primeiras semanas de guerra civil. Cada lado tinha agora seus mártires a vingar. A alegação feita pelos nacionalistas de Franco, de que além das quatro colunas uniformizadas marchando sobre Madri eles tinham uma quinta coluna esperando dentro da capital para se rebelar, convenceu muitos republicanos da necessidade de um expurgo revolucionário.

ITALIANOS AJUDAM NACIONALISTAS

A ajuda italiana provou-se vital na sustentação dos nacionalistas após seus reveses iniciais. Mussolini despejou 700 mil “voluntários”, armas e munição nas partes da Espanha mantidas pelos rebeldes. Sob o disfarce de “piratas”, submarinos italianos atacaram navios que viajavam para portos em poder dos republicanos. Hitler enviou apenas 15 mil soldados, muitos deles aviadores, mas sua perícia nas novas artes da guerra aérea ajudou enormemente os exércitos de Franco. Eles foram responsáveis pelo primeiro dano de bombardeio em ampla escala da história militar em cidades como Guernica, a capital basca, imortalizada na monumental pintura antifascista de Picasso.

Enquanto os estados fascistas apoiavam abertamente os rebeldes espanhóis, as duas grandes democracias, Inglaterra e França, logo adotaram uma política de não intervenção, que negava ajuda à República sem impedir a assistência do Eixo a Franco. Apesar do desencorajamento oficial, muitos milhares de antifascistas ocidentais, bem como exilados comunistas da Alemanha e Itália, viajaram para a Espanha a fim de lutar pela República nas suas Brigadas Internacionais. A presença de poetas e escritores ajudou a criar um registro ambulante da derrota em câmara lenta da República.

A União Soviética também enviou cerca de 5 mil consultores militares e alguma munição, embora a ajuda de Stalin provasse ser uma bênção mista, sendo o suficiente para macular os republicanos com a acusação de que eles eram comunistas, embora não sendo o bastante para virar a maré da guerra. A ajuda que ele forneceu ficou bem abaixo das contribuições de Hitler e Mussolini para Franco. Igualmente, sua entrada na contenda parecia justificar a opinião de

alguns de que a Espanha era apenas um ensaio geral para uma luta entre ideologias totalitárias em competição — ou seja, comunismo e fascismo. Pior ainda, os consultores soviéticos organizaram sua miniguerra civil contra o acampamento republicano ao tentarem expurgar adeptos reais ou imaginados do rival exilado de Stalin, Leon Trotski. Boa parte do esforço republicano foi despendido nesta briga interna pelo poder enquanto Franco consolidava sua conquista na zona nacionalista.

O COLAPSO DA RESISTÊNCIA REPUBLICANA

Enquanto Franco unia efetivamente as variadas forças reacionárias e fascistas num único movimento, a República estava eivada de intrigas entre políticos, lutas rancorosas entre comunistas e aqueles que eles desprezavam como trotskistas e anarquistas, e lealdades regionais que viam unidades asturianas, bascas ou catalãs sacrificarem os interesses estratégicos globais da República em prol de suas preocupações locais. Franco finalmente foi bem-sucedido em dividir o território republicano primeiro em dois, e a seguir em três enclaves cada vez mais isolados.

Após o fracasso inicial do golpe, o conflito se transformou numa guerra de atrito. O controle exercido por Franco de áreas agrícolas cruciais, mais a capacidade dos nacionalistas de comerciar enquanto o lado republicano se achava amplamente bloqueado, significava que a guerra oprimia mais a República do que os nacionalistas. A escassez se tornava constantemente pior nas grandes cidades da República.

Ao final de 1938, o equilíbrio de poder se alterara em favor das forças de Franco. Rixas internas desorientavam os republicanos cada vez mais, e no início da primavera de 1939, a resistência organizada entrou em colapso e os nacionalistas capturaram Barcelona e Madri.

A guerra civil podia estar encerrada, mas as forças de Franco se lançaram numa orgia de retaliação para limpar a Espanha de qualquer vestígio de republicanismo e comunismo. Até mesmo o chefe da Gestapo de Hitler, Heinrich Flimmler, ficou surpreso com a proporção das represálias de Franco, que ainda continuavam em 1940. A guerra custou 650 mil vidas, porém bem mais de 100 mil

foram mortos depois, no que ficou conhecido como o Terror Branco — o período de intimidação e retaliação disseminadas de Franco.

A Segunda Guerra Mundial logo seguiu nos calcanhares de seu ensaio espanhol. Embora algumas guerrilhas tentassem continuar a luta contra Franco na esperança de que seu regime seria derrubado com a derrota de Hitler e Mussolini, de fato, após 1945 as democracias britânica e norte-americana preferiam lidar com Franco do que correr o risco de uma tomada comunista na Espanha enquanto se iniciava a Guerra Fria com a União Soviética.

Os esforços de Franco para perpetuar sua ditadura depois que morresse estavam claramente condenados ao fracasso. De fato, depois que terroristas bascos assassinaram seu primeiro-ministro, o almirante Carrero Blanco, em 1973, Franco admitiu para seu sucessor designado, Juan Carlos, que “você não governará como eu o fiz”. O futuro rei provavelmente nunca teve qualquer intenção de tentar imitar Franco. Em vez disso, presidiu a uma transição pacífica e habilidosa para a democracia plena em junho de 1977 — mal decorridos 18 meses da morte de Franco.

CHILE, 1973

No início da década de 1970, o Chile era o único país no hemisfério ocidental a chegar perto de conquistar uma transformação socialista da sociedade. Foi também o cenário de um dos mais decisivos e brutais golpes militares na América Latina, naquela época dominada por golpes. Todavia, ao contrário de outros países latino-americanos que sofreram uma ditadura militar neste período (em especial a vizinha Argentina), o regime pós-golpe do Chile foi mais do que apenas um clube de generais governando o país em benefício próprio. Depois de suprimida a experiência socialista de Salvador Allende, o general Augusto Pinochet submeteu o Chile a uma experiência igualmente radical na economia de mercado. Para seus adeptos e detratores dentro e fora do Chile, tanto Allende quanto Pinochet se tornaram personificações de opções ideológicas que não toleravam nenhum compromisso.

UM ESTADO DE BEM-ESTAR SOB PRESSÃO

Ao contrário de outros países latino-americanos, o Chile teve uma longa história de governo constitucional quase ininterrupto no século XX. Os chilenos tendiam a deplorar os vizinhos com seus golpes e revoluções frequentes. Embora o Exército chileno tivesse a reputação de ser os prussianos do continente — e seus soldados usassem uniformes de estilo alemão anterior à Primeira Guerra Mundial —, provara-se relutante em intervir na política, mesmo no período de declínio relativo a partir de 1930.

Em 1970, as chances de uma mudança radical do sistema econômico existente por parte da esquerda aumentaram dramaticamente. O cobre, o principal produto de exportação do Chile, passava por uma queda de preço e, de qualquer maneira, boa parte de seus lucros estava no exterior, principalmente em mãos norte-americanas. Uma população crescente pressionava por emprego e serviços sociais. O Chile havia desenvolvido um extenso estado de bem-estar e agora estava tendo dificuldades para financiá-

lo.



A sombra de um manifestante anti-Pinochet cai sobre uma bandeira adornada com as fotos de adeptos de Allende que "desapareceram" no Chile.

ALLENDE FUNDA O PARTIDO SOCIALISTA

O campeão da esquerda era Salvador Allende, um veterano político socialista que não escondia suas opiniões marxistas. Nascido de família rica na cidade portuária de Valparaíso, Salvador Allende estudou medicina na Universidade de Santiago, onde pela primeira vez teve contato com ideias marxistas que vieram a moldar suas preocupações com a pobreza. Allende estivera entre os fundadores do Partido Socialista em 1933 e foi eleito deputado pela primeira vez em 1937. Foi nomeado ministro da Saúde, um cargo que ocupou brevemente, antes de conquistar uma cadeira no Senado, que ocupou de 1945 a 1970. Allende já concorrera sem sucesso à presidência por duas vezes.

Todavia, em 1964, ele só foi derrotado porque a direita retirou seu candidato em favor de Eduardo Frei, um democrata-cristão cujo programa era inteiramente direitista e apelava a muitos por causa de promessas de reforma agrária e de direitos trabalhistas.

ALLENDE ELEITO PRESIDENTE

Os Estados Unidos fizeram do governo de Frei o modelo do que é chamado a “Aliança para o Progresso” do hemisfério ocidental, e Washington garantiu ao Chile mais ajuda *per capita* do que a qualquer outro país entre 1964 e 1970. Os Estados Unidos ficaram amargamente desapontados quando Salvador Allende, como candidato da ampla Unidade Popular de esquerda, chegou em primeiro na eleição presidencial de 1970, embora com apenas 36,3% dos votos. O centro-direita dividiu seus eleitores entre Jorge Alessandri, com 34,9%, e o democrata-cristão Radimiro Tomic, que conquistou 27,8%. Os democratas-cristãos no Congresso concordaram em endossar a vitória de Allende se ele desse apoio a dez emendas constitucionais para assegurar liberdade de expressão e direitos de propriedade sob um presidente marxista.



Um soldado armado patrulha um campo de concentração improvisado no Estádio Nacional de Santiago, onde prisioneiros ficaram detidos para interrogatório sobre seu apoio a Allende.

ALLENDE IMPLEMENTA A MUDANÇA

Antes de Allende tomar posse, em 3 de novembro de 1970, a situação política começou a se desestabilizar. Em outubro, assassinos desconhecidos mataram o comandante do Exército, general René Schneider. Extremistas de esquerda e direita foram acusados, os últimos de terem eliminado um general moderado na esperança de provocar um golpe dos militares de direita.

Allende realmente implementou uma lei de reforma agrária

aprovada pelos democratas-cristãos em 1967, embora fosse apenas precariamente implementada antes de 1970. Ela permitia ao estado redistribuir fazendas de mais de oitenta hectares para camponeses sem terra. Ainda assim, estava bem distante dos sonhos marxistas de Allende e daqueles dos militantes da Unidade Popular.

Allende aprovou rápidos aumentos de salário que alimentaram a inflação e prejudicaram a viabilidade de setores cruciais da economia. Eles tiveram também um impacto político. Por exemplo, em setores da mídia não estatal, a conta de salários e outros custos chegou ao dobro da receita dos anunciantes e vários jornais e emissoras de rádio foram vendidos a financiadores da Unidade Popular por proprietários à beira da falência.

VITÓRIA SOCIALISTA AMEAÇA ESTADOS UNIDOS

A CIA tinha feito muito pouco para impedir a vitória de Allende, em parte porque seu diretor, Richard Helms, considerava o candidato democrata-cristão, Tomic, como um azarão: “Não se pode vencer alguém com um ninguém”, comentou Helms entediadamente sobre o pretense e sem chances sucessor de Frei. O presidente Nixon, contudo, ficou furioso com a vitória de Allende e já em outubro de 1970, antes da posse de Allende, disse a seus assessores que ia “esmagar aquele maldito Allende”. Seu consultor de segurança nacional, Henry Kissinger, dizia a sua equipe já em 27 de junho de 1970: “Não vejo por que precisamos ficar assistindo a um país se tornar comunista devido à irresponsabilidade de seu próprio povo.”

Nixon e Kissinger viam Allende como sendo pelo menos tão ruim para os interesses dos Estados Unidos quanto Castro de Cuba, e de algumas maneiras mais perigoso, porque ele era o primeiro marxista confesso a ganhar limpa e justamente uma eleição, e portanto usufruindo de muito mais legitimidade do que revolucionários puros como Castro. O fato de a filha de Allende ser casada com um diplomata cubano era visto como sinistro em Washington. Empresários da Venezuela, México, Peru e Brasil, juntamente com a CIA, canalizaram dinheiro para trabalhadores autônomos chilenos — como os caminhoneiros, que haviam entrado em greve por causa da inflação e da regulamentação governamental

— a fim de mantê-los fora de operação.

ESTADOS UNIDOS APÓIAM GOLPE DE PINOCHET

Já em maio de 1973, agentes da CIA insistiram com um general, Augusto Pinochet, para que agisse contra Allende, mas ele replicara cauteloso que o Exército só deveria intervir “quando estivesse de joelhos”. Parecia querer dizer que era preciso mais desilusão com os radicais da Unidade Popular para que um golpe fosse bem-sucedido.

No final de junho de 1973, alguns oficiais de blindados encenaram o seu próprio golpe, um tanto grotesco. O comandante do Exército, general Prats, e Pinochet acalmaram a situação e mandaram a tropa de volta ao quartel. O fracasso desta “tanqueada” teve um perigoso efeito colateral. Mais de quinhentas fábricas foram ocupadas pelos operários *e controladas* posteriormente por radicais da Unidade Popular. Allende deu apenas declarações vagas acerca de devolver as fábricas aos seus proprietários. Uma nova onda de nacionalização sem a aprovação do Congresso parecia iminente.

A QUEDA DE ALLENDE

Em 9 de agosto, o general Prats entrou no gabinete de Allende como ministro da Defesa, mas os generais votaram que não tinham confiança nele. Em 23 de outubro, Allende promoveu Augusto Pinochet a comandante em chefe do Exército, ingenuamente considerando-o um militar apolítico. Um dia antes o Congresso votou uma resolução condenando o governo de Allende por agir ilegalmente e fora da constituição. Agora Pinochet tornou-se o centro da teia de conspiração militar para derrubar Allende. Apoiados por Washington, os comandantes militares planejam cercar Santiago com tanques enquanto tropas de confiança tomavam o palácio presidencial de La Moneda, no centro da cidade. Bem cedo no dia 11 de setembro de 1973, as forças armadas iniciaram seu ataque, antecipando-se a quaisquer contramedidas da Unidade Popular com base na sua reação à “tanqueada” de junho.

Quando seus ajudantes de ordem das três forças armadas tentaram convencer Allende a se render, uma vez que ele estava

numa situação desesperadora, com o Exército e a Força Aérea bombardeando o palácio presidencial, ele recusou-se a fazê-lo e somente admitiu conversar com a junta militar se ela viesse a ele. Equipado com um fuzil e um capacete de aço como outros milicianos em La Moneda, Allende garantiu aos oficiais que usaria a última bala para se matar em vez de se render. Ele havia fracassado em levar a cabo pacífica e democraticamente o que Castro havia realizado em Cuba.

A JUNTA MILITAR AÇAMBARCA O PODER

Até por volta das 10:30h da manhã, a rádio de Santiago ainda transmitia a última declaração desafiadora de Allende. Embora conclamasse à resistência, ele não exigiu ações suicidas dos outros. “Tenho fé no Chile. (...) Outros homens superarão este escuro e amargo momento.” Ele estava ansioso para evitar baixas civis.

Depois da morte de Allende, líderes soviéticos criticaram sua falha em não infiltrar as forças armadas com seus próprios adeptos para afastar qualquer golpe, porém era mais fácil dizer do que fazer. Ironicamente, oficiais fiéis, como Prats, recusavam-se a apoiar um golpe mas também cuidavam para que o oficialato não fosse politizado, pelo menos não pela esquerda.

O bloco da Unidade Popular ficou atônito pela selvageria e velocidade do golpe militar. Muitos outros chilenos o receberam bem porque no início os militares falavam acerca de restaurar a ordem constitucional normal. Isto pacificou o amplo filamento de partidos e pessoas que haviam criticado Allende vivamente, mas queriam que o Chile permanecesse democrático. Contudo, dentro de poucos dias tornou-se claro que a junta não tencionava devolver o poder ao Congresso. Muito em breve, outros integrantes da junta foram descartados para que o poder ficasse concentrado nas mãos do general Pinochet.

DEZESSETE ANOS DE REPRESÁLIAS

Na consequência imediata do golpe, o Exército improvisou um campo de concentração no Estádio Nacional de Santiago, onde

milhares de suspeitos de apoio a Allende foram submetidos a brutal interrogatório. As forças armadas prenderam cerca de 130 mil pessoas nos primeiros poucos anos após o golpe. Cerca de 3 mil adversários do novo regime foram executados ou “desapareceram” ao longo dos dezessete anos seguintes, com a pior opressão ocorrendo nos primeiros anos após 1973. A sede da polícia secreta em Villa Garibaldi tornou-se o pavoroso destino para qualquer um que fosse preso no Chile. A assim chamada “Caravana da Morte” viu centenas desaparecerem nos ermos desertos do Chile, enquanto a Operação Condor envolvia cooperação entre o Chile e outras ditaduras militares do Cone Sul para “dar sumiço” em críticos mútuos, inclusive esquerdistas americanos e europeus que vieram ao Chile para apoiar Allende.

UMA CONTRARREVOLUÇÃO ECONÔMICA

Ao contrário dos ditadores militares da América Latina, o regime de Pinochet não se limitou a depor as baionetas e denunciar o marxismo sem oferecer alguma estratégia alternativa. Ele decidiu dar início a uma contrarrevolução econômica da sua própria lavra; Pinochet apoiou as propostas de uma equipe de economistas locais, os assim chamados “Chicago Boys”, para que adotasse o programa radical de livre mercado do economista americano Milton Friedman. Pinochet adotou o monetarismo antes que Ronald Reagan ou Margaret Thatcher o transformassem em moda no Ocidente. Cortando drasticamente os gastos do governo (exceto o orçamento militar), Pinochet tanto desmantelou o estado de bem-estar quanto produziu um surto de várias classes para a nata de 40% da população.

PINOCHET É DERROTADO



O general Pinochet em Cajón Del Maipo, Chile, 7 de setembro de 1998, pouco antes de sua visita à Grã-Bretanha, onde foi preso por genocídio e tortura sob a lei internacional.

Todavia, o crescimento econômico não era o suficiente para apagar lembranças do golpe ou dar emprego para a população crescente.

Em março de 1981, Pinochet assumiu a presidência para um segundo mandato de oito anos, mas especificou na sua constituição que poderia continuar se um referendo endossasse a ideia. Quando chegou a hora do referendo, os chilenos não estavam muito certos de como votar. O próprio sucesso de suas mudanças econômicas solapou o poder de Pinochet. A nova classe média chilena via o governo

militar continuado como um obstáculo à plena integração do país no mundo normal. Até mesmo a política dos Estados Unidos já apoiava governos democráticos e a administração Reagan via pouca chance de um regime radical de esquerda vir a substituir Pinochet.

Pinochet aceitou a derrota no Chile em parte porque sua constituição garantia-lhe imunidade, como senador vitalício, contra quaisquer acusações criminais relativas a sua ditadura. Mas em outubro de 1998, numa visita a Londres para uma cirurgia, Pinochet descobriu que sua imunidade não valia fora do Chile. Ele foi preso por genocídio e tortura segundo a lei internacional. Após seus dezoito meses de prisão domiciliar, a Grã-Bretanha permitiu-lhe voltar ao Chile por questões de saúde. Em casa ele foi atacado em parte porque havia perdido sua aura atemorizante enquanto esteve preso na Inglaterra.

PORTUGAL, 1974

A revolução portuguesa em 1974 começou como uma revolta contra as guerras intermináveis para conservar as colônias africanas, que a ditadura sustentava já fazia cinquenta anos. Os Estados Unidos temiam que os jovens oficiais rebeldes levassem Portugal para o rumo comunista, mas o povo português ansiava em romper com décadas de isolamento autoimposto nas mãos da ditadura de direita desde 1926 e rejeitava uma guinada para a esfera soviética. Em vez disso, Portugal tornou-se o primeiro país europeu a fazer a transição da ditadura para a democracia como parte de ter acesso à Comunidade Europeia.

Por boa parte do século XX, um só homem, Antonio Salazar, governou Portugal. Em 1926, quando foi nomeado ministro das Finanças, Salazar efetivamente tornou-se o chefe do regime ditatorial, exercendo vasta influência sobre o resto do governo, que comandou formalmente de 1932 até 1968.

Salazar dirigia um regime fascista brando até onde seu assim chamado Estado Novo permitia partidos políticos, promovia corporativismo na economia e reprimia brutalmente políticos ou sindicalistas dissidentes. Seu regime nada tinha do populismo da Itália fascista ou da Alemanha nazista, nem os comícios-monstros que até mesmo Franco permitia na Espanha. Foi uma ditadura silenciosa, embora pudesse ser cruel com os adversários, e sufocava a livre expressão.

Portugal de Salazar alinhou-se com os Aliados na Segunda Guerra Mundial sem realmente combater a Alemanha nazista, de modo que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha trataram o país favoravelmente após 1945. Como um baluarte contra a expansão do comunismo, não só em casa mas também no extenso império português da África e em lugares tão longínquos quanto Timor Leste, o regime salazarista era um valioso senão novo aliado ocidental na Guerra Fria. O arquipélago dos Açores fornecia aos Estados Unidos uma base valiosa no meio do Atlântico.

Quando a idade o abateu, Salazar passou o poder em 1968 e morreu em 1970, época em que seu regime estava visivelmente decadente. Seu sucessor, Marcelo Caetano, não tinha carisma e era incapaz de satisfazer o descontentamento crescente com o sistema.

COLÔNIAS AFRICANAS SE REBELAM

Por volta de 1970, Inglaterra e França tinham dado independência a todas as suas colônias, exceto umas poucas, enquanto Portugal continuava a governar territórios muito maiores do que o seu próprio. A única parte do império português perdido sob a ditadura foi a cidade portuária do enclave de Goa, que a Índia tomou em 1961. O Portugal de Salazar não podia lutar contra a Índia, mas estava determinado a manter seu vasto império africano. Começando em fevereiro de 1961, o Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA) iniciou uma luta pela independência inspirada pelo fim do domínio belga no vizinho Congo, estabelecendo uma cadeia de rebeliões pelo país. Em setembro de 1964, a Frelimo, o movimento marxista de libertação de Moçambique, iniciou uma campanha de guerrilha contra o governo português.

As pressões na África cresceram rapidamente no final dos anos 1960. Após 1967, os recrutas portugueses serviam por quatro anos, incluindo dois anos em uma das colônias da África. Em certa época, mais de 150 mil soldados do exército português de 180 mil estavam combatendo os movimentos de resistência em Angola, Moçambique ou Guiné. Muitos jovens partiram de Portugal para viver em qualquer parte da Europa Ocidental em vez de lutar na África. A quantidade de insubmissos desmentia a alegação do regime de estar travando uma guerra pelo interesse nacional, defendendo partes integrantes de Portugal. O recrutamento na prestigiosa academia militar portuguesa também refletia esta desilusão: em 1971 apenas 169 candidatos se inscreveram para 550 vagas.



Em um pronunciamento de 1961, o presidente Salazar fala sobre Goa, uma colônia portuguesa na costa ocidental indiana, que a Índia conquistou sem luta.

Cada vez mais descontentes, jovens oficiais do exército sentiam-se alienados da política colonial do regime e sua restritiva censura doméstica, que afastava Portugal das novas correntes de ideias e estilos na Europa Ocidental e Estados Unidos no final dos anos 1960 e início dos 1970.

Os jovens oficiais formaram o Movimento das Forças Armadas (MFA) em 1972 e a pressão do movimento começou a influenciar os oficiais mais velhos à medida que eles reconheciam que a guerra colonial poderia não ser vencida e que, mesmo após a morte de Salazar em 1970, seu sucessor, Caetano, não mostrava qualquer sinal de desviar-se das políticas do velho ditador, na África ou em casa. Estava criado um impasse que só uma revolução poderia resolver.

A“REVOLUÇÃO DOS CRAVOS”

Em fevereiro de 1974, dois generais, Anastácio Spínola e Costa Gomes, protestaram junto ao governo acerca da futilidade de sua política colonial. Foram afastados de seus postos, mas a resposta desinteressada do regime de Caetano finalmente compeliu o MFA a tramarm um golpe militar para “salvar a nação do governo”, conforme dizia seu manifesto, quando foi desfechada a operação para ocupar prédios do governo e instalações de rádio e TV na noite de 24-25 de

abril de 1974.

Embora se surpreendesse com o golpe, o povo afluiu às ruas de Lisboa e outras cidades para comemorar o colapso da ditadura praticamente sem derramamento de sangue. Logo os tanques que guarneciam os prédios públicos foram cobertos de cravos, que deram ao golpe o seu nome popular de “revolução dos cravos”. Soldados usavam cravos vermelhos e decoravam com eles os canos de suas armas poucas horas depois que todo o sistema repressivo do velho regime havia desabado praticamente sem resistência.

Embora o general Spínola, com seu monóculo, fosse um herói popular como o adversário de mais alta patente do velho regime e fosse proclamado presidente provisório, na prática eram oficiais bem mais jovens que controlavam o novo regime emergente.

O sucesso fulminante do golpe significava que todos os tipos de perguntas sobre aspectos futuros mal tinham sido analisados. Que tipo de país seria Portugal agora que a ditadura desabara? Seguiria os modelos da Europa Ocidental ou tenderia mais para o Terceiro Mundo, como Cuba, por exemplo, optando por romper com as democracias ocidentais que haviam hipocritamente apoiado a ditadura portuguesa como uma aliada da OTAN?

Uma coisa estava clara — não havia mais disposição de travar guerras coloniais. Muito embora Spínola tivesse sido um implacável comandante antiguerrilha na África e esperasse chegar a um acordo com os movimentos de libertação para pôr fim à guerra, ele acatou a decisão de abandonar o império português na África em julho de 1974. O desmantelamento da herança colonial de quatrocentos anos nos poucos meses seguintes levou a uma fuga em massa de centenas de milhares de colonos, e até de uns poucos colaboradores negros, de Angola e Moçambique.

De fato, Portugal teve um influxo numa base *per capita* cerca de cinco vezes maior do que a migração em massa dos *pieds noirs* (colonos franceses vivendo na Argélia) da Argélia para a França em 1962. Absorver este influxo acarretou enormes problemas econômicos para Portugal após 1975; espantosamente, isto foi consumado apesar do levante doméstico simultâneo.

De muitas maneiras, a revolução contra o velho regime precedeu sintomas visíveis de inquietação social e econômica. O aparelho

repressivo do sistema de Salazar havia mantido sob controle firme o operariado e o campesinato descontentes. Após a “revolução dos cravos” houve uma rápida escalada de greves.

A Junta, ou Conselho de Salvação Nacional, que foi formada para governar Portugal depois de 25 de abril, constituía-se de sete oficiais e estava longe de ser conservadora. Os militares sob este Conselho assumiram o controle de todas as decisões políticas. Os tribunais ficavam subordinados aos militares em casos onde era alegado crime “contrarrevolucionário”. Na verdade, o grau de controle militar estendia-se muito além das funções governantes normais, abarcando uma infinidade de questões — até mesmo a designação de um oficial do Exército para representar Portugal no Festival da Canção da Eurovision!

Confisco de terras, em especial no sul do país em 1974, despertou o espectro da abolição da propriedade privada. Embora muitas ocupações de fazendas e fábricas fossem talvez espontâneas e conduzidas pelo povo local contra empregadores associados ao velho regime, os comunistas e alguns oficiais do Exército defendiam abertamente um programa radical de nacionalização da terra e de muitas empresas industriais e comerciais. Para alguns parecia que o programa associado com o governo Allende no Chile, antes do golpe lá ocorrido, pudesse ser, em vez disso, implementado em Portugal.

PREOCUPAÇÃO OCIDENTAL COM O COMUNISMO

Quando o líder do Partido Comunista, Álvaro Cunhal, retornou do exílio na União Soviética para assumir um ponto no governo provisório em maio de 1974, os aliados de Portugal na OTAN se alarmaram. Os Estados Unidos estavam preocupados com que a revolução levasse a uma tomada comunista de Portugal. O secretário de Estado Henry Kissinger, abertamente, e a CIA, por trás da cena, manipularam todos os cordões dentro da OTAN, da qual Portugal fora membro durante anos, para influenciar os acontecimentos no país.

Os norte-americanos temiam que, depois de abril de 1974, o governo português fosse incapaz de evitar uma guinada para posições mais radicais. Kissinger disse acidamente a Mário Soares, o líder

social-democrata: “Você é um Kerensky. Creio na sua sinceridade, mas você está sendo ingênuo.” Quando Soares replicou: “Claro que não quero ser um Kerensky”, Kissinger arrematou: “Nem Kerensky queria.” (Aleksander Kerensky foi o primeiro-ministro democrata de curta duração na Rússia antes de Lenin tomar o poder em novembro de 1917.) Mas, na realidade, Soares estava vencendo em Portugal.

Embora os comunistas e seus aliados tivessem usufruído de uma repentina valorização após a queda da ditadura, muitos portugueses não queriam ir de um extremo a outro. Duas gerações de quase isolamento da Europa Ocidental significavam que a maioria do povo ansiava por não perder a chance de maior integração com a Comunidade Econômica Europeia (CEE), cuja prosperidade muitos tinham avaliado em primeira mão, quer como supostos trabalhadores ou estudantes convidados em países da CEE, quer vendo turistas da CEE em Portugal. Um grupo influente de intelectuais e de jovens militares radicais poderia estar enrabichado pelo modelo soviético, mas o povo português comum buscava melhorias em sua vida e direitos garantidos em países mais à mão.

O dinheiro americano e alemão ocidental, mais notavelmente dos social-democratas da Alemanha Ocidental e dos seus sindicatos aliados (e menos publicamente da CIA), ia para o partido de Soares e seus aliados. Descontentamento com o apoio alemão ocidental a Soares foi um fator no incêndio da embaixada alemã em Lisboa e refletia a alienação crescente sentida por muitos portugueses que temiam que atividades esquerdistas pudessem afastar o país das normas da Europa Ocidental.

A CENTRO-ESQUERDA GANHA AS ELEIÇÕES

Nas eleições para a Assembleia Constituinte no aniversário da revolução, os comunistas obtiveram apenas 1/8 dos votos. O Partido Socialista Português ganhou 38% e o Partido Social-Democrata obteve mais de 1/4 dos votos, dando à aliança centro-esquerda uma nítida maioria na Assembleia Constituinte. Quase 90% dos portugueses adultos votaram, apesar da campanha feita por militares radicais para promover a abstenção como um meio de impedir uma vitória dos moderados. O Manifesto das Forças Armadas original à

época da revolução comprometera o Exército a realizar eleições para uma Assembleia Constituinte dentro de um ano. Embora elas caíssem no aniversário da revolução, isto foi menos simbólico do que um sinal de que os radicais adiaram a votação até a última data possível sem quebrar a promessa de realizá-la.

Apesar da alta afluência de eleitores e da vitória de centro-esquerda, os radicais de esquerda não renunciaram às suas ambições revolucionárias. Cunhal, o líder do Partido Comunista, declarou à imprensa: “Se vocês acham que o Partido Socialista, com seus 40%, e a Democracia Popular, com seus 27%, constituem a maioria (...), vocês são vítimas de um mal-entendido (...), as eleições pouco ou nada têm a ver com a dinâmica de uma revolução.” Cunhal chegou até a prometer: “Não haverá nenhum Parlamento em Portugal.”

A perspectiva do líder comunista era partilhada por alguns oficiais radicais do Exército, mas a escala do resultado da eleição e a derrota da esquerda levaram muitos ex-radicais a aceitar a legitimidade do parlamento recém-eleito, mesmo quando desafiados pelo Conselho Revolucionário Militar. Um recuo tentado pela esquerda radical no outono de 1975 desmoronou ignominiosamente, permitindo que Soares mudasse a política econômica até mesmo mais afastada da nacionalização apoiada pelos comunistas. Na eleição geral de abril de 1976, a votação confirmou o resultado do ano anterior e os comunistas ficaram confinados às margens da política parlamentar.



Soldados do MFA comemoram após a tomada dos prédios públicos e instalações de rádio e TV, num golpe sem derramamento de sangue, 26 de abril de 1974.

Outro obstáculo potencial à transição de Portugal para a democracia foi a vizinha Espanha franquista. Alguns adeptos intransigentes de Salazar haviam esperado a intervenção da Espanha para reprimir a revolução portuguesa, mas o idoso ditador espanhol nada fez. Em setembro de 1975, provocadores supostamente da esquerda radical puseram fogo na embaixada espanhola em Lisboa, depois que o premiê pró-comunista coronel Vasco Gonçalves foi exonerado, mas a Espanha continuou passiva e o processo democrático em Portugal prosseguiu.

A NOVA CONSTITUIÇÃO DEMOCRÁTICA

Soares usou a mudança no poder para promover uma nova constituição que proclamasse os valores liberais clássicos em vez das questões sociais e econômicas exigidas pela esquerda radical. Todavia, foi somente em 1982 que os direitos residuais do conselho militar para interferir na política foram abolidos, embora, na prática, o Exército tivesse saído de cena anos antes.

Embora na ocasião parecesse que a revolução portuguesa pudesse levar a um desafio radical as normas da democracia parlamentar e de economia de mercado da Europa Ocidental, de fato, no início da década de 1980, Portugal havia se tornado um modelo da transição democrática para outros regimes ditatoriais, especialmente na América Latina.



INSURREIÇÕES NACIONAIS

INSURREIÇÕES NACIONAIS

INTRODUÇÃO

“Um terrorista para um homem é um combatente da liberdade
para outro homem.”

Anônimo

“O nacionalismo, aquela canção magnífica que faz as pessoas se
levantarem contra seu opressor, para de chofre, vacila e morre no dia
em que a independência é proclamada.”

FRANTZ FANON, ativista negro

O nacionalismo produziu pelo menos uma força revolucionária tão grande quanto qualquer movimento baseado em descontentamento social ou econômico. Claro que quando o descontentamento acerca da supressão da identidade nacional é combinado com revés socioeconômico, então forças emotivas peculiarmente poderosas podem muito bem ser liberadas. A luta por independência nacional, quer aliada ou não a clamores por justiça social, impõe desafios ideológicos aos rebeldes que os conduzem ao caminho para declarar e justificar seu clamor por emancipação ou independência.

OS PRIMEIROS REBELDES

Os primeiros combatentes pelos direitos nacionais, como os rebeldes holandeses do final do século XVI ou os revolucionários norte-americanos na década de 1770, com frequência se viam como essencialmente conservadores. Eles acreditavam que novos governantes estrangeiros haviam imposto estranhas taxações injustificadas e outras formas de opressão ausentes no passado. Boa parte de sua existência começava como um chamado de volta a algum passado melhor, mas a lógica da resistência os impeliu a justificar sua causa. Frequentemente a natureza da luta forçava os rebeldes a adotar conclusões revolucionárias, tais como declarar uma

república independente no caso dos holandeses no século XVI ou dos americanos em 1776. Acompanhando tais declarações de independência havia declarações teóricas do direito à revolução, que representava um grande papel naquelas revoluções e fornecia um arsenal de ideias e justificativas para lutas posteriores frequentemente imprevistas.

Embora as opiniões variassem no tópico, na década de 1960 muitos americanos ficaram consternados porque os vietnamitas haviam plagiado a Declaração de Independência, lançando-a de volta na cara deles.

LUTAS FREQUENTEMENTE VIOLENTAS

Como o nacionalismo é quase invariavelmente a ideologia que engloba uma luta para controlar um território, bem como libertar um povo, uma revolução de libertação nacional geralmente envolve violência. Afinal, a potência colonial ou o grupo minoritário governando o estado com frequência conquistaram seu poder pela força e precisam mantê-lo pela onipresente ameaça da força. A espiral de violência testemunhada em lugares tão diferentes como Argélia, Angola ou América ajuda a criar identidade e solidariedade nacionais.

RESISTÊNCIA NÃO VIOLENTA

Às vezes os nacionalismos conquistaram suas metas por meios pacíficos. O “Movimento Deixem a Índia” de Mahatma Gandhi desenvolveu um esquema de meios sem precedentes de resistência passiva para solapar o governo imperial inglês sobre a Índia em 1947. Contudo, como Gandhi foi o primeiro a admitir, a não violência só funcionou contra certos adversários. O *Raj* britânico fazia-se passar por uma força civilizadora que trazia a regra da lei e respeito pelos direitos individuais para a Índia. Embora por vezes os britânicos empregassem a força bruta para reprimir multidões em protesto (como no massacre em Amritsar em 1919), sua própria ideologia de império tornava inconcebível para eles o uso do tipo de brutalidade sistemática necessária para quebrar o moral e a coesão de

um movimento como o de Gandhi.



Um mural de Willie Bester presta homenagem a Steve Biko, o ativista político e mártir antiapartheid que defendia a emancipação completa para os sul-africanos negros.

Os números também contavam, claro. Controlar a vasta população da Índia estava além dos recursos britânicos, certamente depois do esforço da Segunda Guerra Mundial, durante a qual o apelo do império tinha azedado para aqueles que haviam elegido um novo governo trabalhista na véspera da vitória sobre o Japão.

A luta amplamente não violenta contra o *apartheid* na África do Sul antes de 1994 baseava-se no reconhecimento de que à maioria negra faltavam as armas para forçar a minoria branca a conceder-lhe o direito de voto. Embora alguma atividade guerrilheira ocorresse nos últimos trinta anos de *apartheid*, a maior pressão sobre o regime veio do protesto desarmado (no qual se enfrentava a violência das autoridades brancas) e do clamor internacional por mudança através de sanções e boicotes em países que a África do Sul achava que fossem amigos.

O PAPEL DA OPINIÃO PÚBLICA

O papel da simpatia internacional no sucesso de movimentos

nacionais de libertação é um fator facilmente esquecido. Às vezes grandes potências rivais do governante colonial demovem os rebeldes de planos maquiavélicos de vantagem estratégica, tal como quando a França ajudou os americanos contra a Inglaterra após 1777, mas com frequência a opinião pública é um ator independente, mesmo quando incitando ação governamental. Por exemplo, a luta pela independência grega na década de 1820 teria sido ainda mais difícil se a lembrança da Grécia clássica não fosse tão forte entre as elites cultas da Europa Ocidental, que identificavam os gregos modernos que combatiam os turcos com os antigos gregos em guerra com Xerxes, o déspota da Pérsia. (Claro que críticos dos preconceitos “orientalistas” do Ocidente não poderiam ajudar assinalando que alguns combatentes da liberdade, como os gregos, eram vistos com mais simpatia por causa do seu cristianismo e cultura antiga do que povos mais estranhos que careciam de etiqueta de identificação fácil para plateias ocidentais.)

Até mesmo o Exército francês descobriu que novas tecnologias da mídia, como rádio transistor e relatos instantâneos de atrocidades solapavam o apoio doméstico à sua guerra para manter a Argélia sob domínio francês (1954-1962). O papel da mídia em fornecer notícias e relatos vívidos e imagens angustiantes da guerra do Vietnã nos anos 1960 e 1970 é muito debatido, mas pouca dúvida existe de que o movimento antibélico nos *campi* universitários e em muitas partes dos Estados Unidos nunca teriam se tornado tão eloquentes e intensos se não tivessem existido as imagens do que estava acontecendo no Sudeste asiático após 1965 e do papel militar dos Estados Unidos.

A LÓGICA DA REVOLUÇÃO

Movimentos de libertação nacional demonstraram repetidamente a falibilidade das noções convencionais de equilíbrio de poder e da irresistibilidade da força evidentemente esmagadora. O escritor radical Tariq Ali assim observou a respeito do Vietnã após o colapso do regime sul-vietnamita patrocinado pelos Estados Unidos, em 1975: “A lógica da guerra ditava que os Estados Unidos venceriam, mas esta lógica tinha sido suplantada por algo superior e

infinitamente mais poderoso: a lógica da revolução.” Se isto era um compromisso ideológico irreduzível por parte dos combatentes vietnamitas antiamericanos, ou o que alguns comentaristas chamaram de um “imperativo territorial”, que os fazia lutar com muito mais tenacidade por seu próprio solo do que os soldados americanos vindos do outro lado do Pacífico, o que se tornou claro foi que até mesmo o poder de fogo destrutivo que superava as cargas de bombas despejadas durante toda a Segunda Guerra Mundial não bastava para derrotar um inimigo determinado ao sacrifício extremo.

Foi relatado à época que, embora os líderes norte-vietnamitas Ho Chi Minh e o general Giap tivessem ficado aterrorizados em 1967 pelo vasto poder destrutivo do Pentágono, eles deram um suspiro de alívio quando ouviram o secretário de Defesa dos Estados Unidos dizer que seu objetivo era infligir um nível “inaceitável” de baixas sobre eles. Deram-se conta de que os americanos tinham um limite de quantos soldados mais iriam sacrificar, e Ho Chi Minh e Giap apostaram que era um limite mais baixo do que o deles.

LEALDADE TRIBAL

Nem toda luta de libertação nacional é apoiada pela população. Em algumas sociedades, um grupo religioso étnico pode não gostar de seus governantes ou da maioria local, mas pode ser ambivalente acerca da violência como um meio de libertação. Tanto no território basco quanto na Irlanda do Norte, na Espanha e na Grã-Bretanha contemporâneos, muitos querem autogoverno ou independência e estão desconfiados do que consideram como um governo central colonial ou estrangeiro. Todavia, o número dos que apoiam grupos terroristas como o ETA basco ou as diversas facções do IRA na Irlanda é muito menor do que o elemento nacionalista da população em geral. O problema para até mesmo países democráticos como Espanha ou Grã-Bretanha é que, embora muitos cidadãos comuns não participassem da “luta de libertação” ou do terrorismo, eles também não denunciavam aqueles que o faziam. Esta má vontade em colaborar com a polícia não se baseia somente no temor de represálias, mas sim no resíduo poderoso de identidade partilhada com os grupos clandestinos adversários do estado.

Quer descartada como “tribalismo”, quer louvada como “patriotismo”, a força das identidades grupais é um dos fatores cruciais subjacentes no ressurgimento dos movimentos de libertação nacional. Aqueles que descartam tais identidades estão alienados de sua própria lealdade tribal, que parece inquestionavelmente normal.

O DESAPARECIMENTO DO GOVERNO COLONIAL

Embora o governo colonial tenha desaparecido amplamente através do mundo e a ONU estivesse concluindo o seu comitê anticolonialista, ainda havia muitas minorias que se ressentiam de sua situação no próprio país. Ao mesmo tempo, a força da globalização econômica e tecnológica está criando novos ser-ou-não-ser, que poderiam facilmente gerar futuros movimentos de libertação com um nacionalismo acentuado e predisposição anticapitalista.

GRÉCIA, DÉCADA DE 1820

A guerra de libertação da Grécia contra o governo turco otomano na década de 1820 juntou libertação nacional com revolução social enquanto o domínio turco de séculos era derrubado. Todavia, no início do século XIX, com a população de fala grega do sudeste europeu espalhada e dividida, estava longe de ser óbvio que uma revolta bem-sucedida pudesse ocorrer.

Os europeus ocidentais cultos ainda associavam a Grécia à literatura clássica de Atenas e às epopeias de Homero, por mais que românticas. Mas a triste realidade era que a conquista otomana do Império Bizantino de fala grega trezentos e cinquenta anos antes, em 1453, havia assinalado a extinção da sociedade grega clássica. Desde aquela época, os gregos cristãos pareceram condenados a uma posição de segunda classe como súditos do sultão turco muçulmano, pagando impostos mais altos e submetidos a trabalho compulsório, entre outras punições.

Os cristãos de fala grega estavam espalhados em boa parte do Império Otomano, não apenas na antiga terra natal, mas também através do Egeu na Ásia Menor e ao longo do litoral do mar Negro. Séculos de repressão deram lugar a esperanças de liberdade à medida que o poder otomano decaía no século XVIII e estados ocidentais como França e Inglaterra, juntamente com o emergente império russo, começavam a se infiltrar nos seus territórios.

A possibilidade de ajuda externa aumentou as esperanças por independência, mas ela nunca apareceu — mais recentemente, em 1770, quando os rebeldes esperavam a ajuda de Catarina a Grande da Rússia, mas ficaram desapontados quando ela ganhou território para a Rússia e depois os deixou entregues à própria sorte. Contudo, o impacto da Revolução Francesa na desestabilização do Mediterrâneo oriental foi muito mais importante tanto política quanto ideologicamente. Enquanto o Império Russo preocupava-se principalmente com sua própria expansão territorial, os exércitos revolucionários franceses trouxeram tipografias e abriram escolas em Corfu, divulgando as ideias de liberdade e igualdade, bem como o

poder francês.

A ocupação de Corfu e outras ilhas jônicas, primeiro pela república francesa em 1797 e depois como uma república fora do Império Otomano sob controle britânico após 1815, era um exemplo próximo de casa de como os gregos podiam se livrar do jugo otomano, especialmente com ajuda estrangeira. Embora primeiro os franceses e depois os britânicos, que ocuparam as ilhas Jônicas, fossem estrangeiros, como cristãos com uma formação clássica, eles trataram os gregos de uma maneira completamente diversa dos turcos e encorajaram o autogoverno.

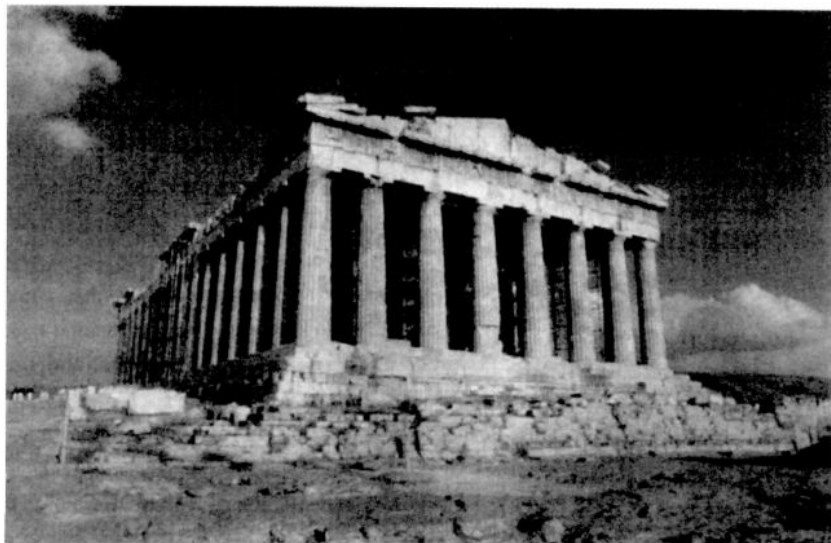
Nem todos os gregos apoiavam a independência. Na própria Constantinopla havia uma presença grega significativa na burocracia do sultão e um grego leal comandou sua esquadra durante a guerra de independência. Os turcos, porém, tendiam a tomar represálias contra os gregos leais por atos de rebelião e, assim fazendo, foram bem-sucedidos em alienar muitos deles.

UMA RENASCENÇA INTELECTUAL

A instituição grega mais importante era a Igreja Ortodoxa e por volta de 1800 ela experimentava um renascimento após gerações de submissão ao sultanato. Embora a liderança da Igreja em Constantinopla permanecesse nas mãos de homens frequentemente corruptos e servís, muitos clérigos comuns na Grécia estavam promovendo um renascimento das antigas tradições intelectuais da sua Igreja. O nível intelectual do clero não só melhorou e fez reviver o interesse no período bizantino pré-otomano, que ajudou a reacender o orgulho nacional grego, como também produziu uma consciência redescoberta da antiga centralidade da Grécia para a cultura ocidental, para lá trazida por viajantes estrangeiros como Byron.

A influência combinada de novas ideias da França e o ressurgimento da ortodoxia grega estimularam a rebelião. Mas havia também muitas causas socioeconômicas. Em boa parte do sul dos Bálcãs, os gregos, como outros cristãos, levavam uma vida inferior em comparação com os muçulmanos. Embora houvesse cristãos proprietários de terra, a propriedade deles era insegura e

pesadamente taxada. A carga dos camponeses sem terra costumava ser até pior.



O amplamente reconhecido *Parthenon* era um dos muitos símbolos que os pensadores ocidentais associavam à Grécia clássica e à luta pela independência grega.

Pobreza e ódio contra o domínio turco deram origem a gangues rebeldes que assaltavam os passantes no terreno agreste. Os *klephts*, os bandidos gregos, eram reproduções de Robin Hood que combinavam roubo com patriotismo. Um dos *klephts* mais famosos, Theodoras Kolokotronis, começou como salteador, mas conseguiu progredir para um policial a soldo otomano (*armatolos*) e finalmente para a posição ilustre de general patriota. Apesar de sua vívida biografia, Kolokotronis, no fundo, estava longe de ser apenas um bandido. Ele adquiriu um interesse por assuntos estrangeiros, especialmente o impacto da Revolução Francesa, e argumentou nas suas memórias: “A Revolução Francesa e os feitos de Napoleão abriram os olhos do mundo.”

Uma fonte de elos com o Ocidente era a importante classe mercantil grega que cada vez mais apoiava a independência. Ela entrou com dinheiro e ligações no Ocidente que ajudaram a promover a causa no exterior.

A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA

A guerra de independência em 1821 irrompeu em dois teatros diferentes. Ao norte, o grupo pró-independência “Philiki Etairia”, ou “Sociedade Amigável”, tinha sido fundado em 1814 pela comunidade grega no porto de Odessa, no mar Negro, depois no Império Russo. A Sociedade invadiu a Romênia sob controle turco na esperança de estimular uma rebelião entre as comunidades gregas naquele país. O objetivo da Sociedade era a “libertação da mãe Pátria”, que significava qualquer lugar onde vivessem gregos. A Sociedade Amigável tinha apoio russo para desestabilizar o seu rival tradicional, o sultão. Muitos de seus primeiros integrantes, como o seu líder Alexandros Ypsilantis, tinham servido ao Exército russo durante as Guerras Napoleônicas. Sua invasão rapidamente resultou em fiasco, porque os romenos locais não gostavam de seus vizinhos gregos (e de coletores de impostos) mais do que dos turcos.



Missolonghi, a famosa cidade grega onde o poeta Lord Byron morreu de malária, foi também o tema da pintura de Delacroix, *Grécia sobre as ruínas de Missolonghi*.

Mais ao sul, o sultão decidira destituir um súdito que ameaçava seu regime: Ali Paxá de Ionânia, no noroeste da Grécia. Ostensivamente, o governador do sultão no noroeste da Grécia e sul da Albânia, Ali Paxá, havia se tornado um vigoroso governante independente que iniciou relações diplomáticas com grandes potências europeias, incluindo Inglaterra e França. Ele estava profundamente influenciado pela carreira de Napoleão e aspirava ser o que Byron chamou de um “Bonaparte Muçulmano”. Em vez de enfrentar a execução, Ali Paxá se rebelou. Sua resistência desviou as tropas turcas, permitindo o êxito da revolta grega mais ao sul. Pela primeira vez em quatrocentos anos, grandes partes da Moreia, ou Peloponeso, no sul da Grécia, conquistaram a liberdade do jugo turco. No que poderia hoje ser chamado de “limpeza étnica”, os gregos forçaram os turcos a abandonar seus lares.

A guerra amargamente travada atraiu idealistas ocidentais, como o poeta Byron, para o lado grego, que parecia reviver o antigo republicanismo helênico com a constituição de independência de 1822. A ajuda mais importante veio das grandes potências, que estavam ansiosas para evitar uma vitória turca que poderia marcar o início de uma revivescência otomana. Uma esquadra anglo-franco-russa impôs um problema tanto para gregos quanto turcos por causa da sua declarada neutralidade. Não obstante, a esquadra atacou navios turcos e egípcios que desafiaram a supremacia naval europeia e os destruiu em Navarino, em outubro de 1827. O vigoroso exército turco-egípcio em solo grego foi neutralizado e a perspectiva de uma grande potência muçulmana revivida esvaziou-se. Isto levou efetivamente à independência grega, enquanto o sultão não podia combater ao mesmo tempo os rebeldes e as grandes potências e ter esperanças de vitória.

A nova república grega teve vida curta. Seu primeiro presidente foi o ex-diplomata russo Ioannis Kapodistrias, cujas ambições para estabelecer um estado moderno centralizado o levaram a entrar em conflito com senhores da guerra rurais que haviam combatido os turcos e com um clã descontente que o matou. As grandes potências estabeleceram uma monarquia sem consultar os gregos sobre o que preferiam. Não era a última vez que o governo dos gregos foi decidido por gente de fora. O problema era que a Grécia pós-

independência tinha um tipo de sistema constitucional europeu ocidental enxertado em uma sociedade ainda tradicional e unida, onde rótulos liberais eram engessados sobre antigas lealdades e inimizades sem resolvê-las. A Guerra de Independência Grega foi a primeira guerra de libertação bem-sucedida. Debates sobre se ela conquistou seus ideais têm assombrado a Grécia desde então.

EUROPA, 1848

Mais de uma geração após a derrota de Napoleão em 1815, figuras-chave saídas do meio de seus conquistadores, como o chanceler do Império Austríaco, Clemens von Metternich, estavam ainda no poder no início de 1848. Tais homens haviam reprimido as exigências por direitos constitucionais e a abolição da ordem feudal não só nos seus próprios estados mas também através da Europa. A Aliança Sagrada liderada por Áustria, Rússia e Prússia, estabelecida em 1815, interviu para sufocar aspirações revolucionárias na Itália, Espanha, Alemanha e Polônia, bem como na área doméstica.

NOVAS IDEIAS DERRUBAM A VELHA ORDEM

No início de 1848, o reinado de estadistas idosos e seus inadequados monarcas hereditários estava começando a balançar. A industrialização e o desenvolvimento das ferrovias carregando produtos baratos e novas ideias começaram a solapar a velha ordem. Até mesmo o tempo conspirava contra a ordem reacionária enquanto o frio e a chuva devastavam as colheitas no que ficou conhecido como a “Grande Fome da Década de 1840”.

No final de 1847, dois obscuros revolucionários alemães exilados na França, Karl Marx e Friedrich Engels, publicaram o seu *Manifesto Comunista*, avisando que “um espectro está assombrando a Europa — o espectro do comunismo”. Embora eles estivessem certos, no sentido de que a nova classe operária mourejava em fábricas sinistras e o número crescente de artesãos pré-industriais desempregados através da Europa fervilhasse de descontentamento, um movimento revolucionário até mesmo mais formidável andava ameaçando a nova ordem: o nacionalismo. Em combinação com o descontentamento dos novos empresários comerciais e grupos aliados, como advogados, que tanto ajudaram na fase da industrialização, mas que tiveram negados direitos políticos, as forças das classes trabalhadoras inquietas e ambições nacionalistas criaram amplas coalizões que subitamente irromperam em revolução

no início de 1848, revelando o quão vazio se tornara o apoio à ordem monárquica.

EXIGÊNCIA DE DIREITOS CONSTITUCIONAIS

Começando no sul da Itália e na Sicília em janeiro de 1848, e espalhando-se rapidamente rumo ao norte, para Milão sob controle austríaco e para a França, multidões denunciando injustiças econômicas e exigindo direitos constitucionais pegaram seus governantes de surpresa. As maiores revoltas pareceram exigir um mínimo de esforço. Em 24 de fevereiro, após dois dias de protestos de rua em Paris, o rei francês, Luís Filipe, fugiu para o exílio na Inglaterra e o povo proclamou uma república. Em 13 de março, o próprio Metternich fugiu em pânico de Viena e o imperador Ferdinando permitiu um governo composto de ministros liberais. Quando as notícias da queda de Metternich chegaram a Berlim, em 18 de março, o rei da Prússia enfrentou enormes manifestações exigindo um governo constitucional. Na Hungria sob governo austríaco o parlamento antes apático aprovou leis inspiradas pelo nacionalista liberal Lajos Kossuth, reafirmando o autogoverno e reduzindo o imperador Ferdinando a um monarca constitucional. E nos momentos decisivos o sistema político estava paralisado pela indecisão de Ferdinando da Áustria e de Frederico Guilherme IV da Prússia.

Em quase toda parte a sublevação tivera êxito com o mínimo derramamento de sangue. Ao que parecia, haviam sido garantidas as exigências das multidões nas ruas. A velocidade da mudança era ilusória; porém, instituições-chave da velha ordem, especialmente o Exército, permaneceram irreformadas através da Europa.



Uma pintura de Eugene Hagenauer retrata um dos muitos eventos voláteis em 1848: *O incêndio do Chateau d'Eau no Palais-Royal*, 24 de fevereiro de 1848.

Enquanto advogados liberais punham-se a esboçar novas constituições, cultuando os princípios dos direitos humanos e de governo democrático pelos quais tantos povos aspiravam desde 1789, militares insatisfeitos começaram a tramar para reverter as revoluções.

REVOLUCIONÁRIOS CHEGAM AO PODER

Tanto na França quanto nos diversos estados que formavam a confederação alemã, eleições democráticas foram realizadas pela primeira vez na primavera de 1848. Democratas radicais que estiveram à testa das manifestações de rua em fevereiro e março ficaram decepcionados ao descobrir que o povo ainda prestava deferência aos seus superiores ou ao clero e votava de acordo.

Na França, uma enorme maioria votou nos conservadores, até mesmo em candidatos monarquistas. A população rural superava em número a das cidades radicais e cedo ressentiu-se de benefícios sociais assegurados aos desempregados pela república à custa dos

tributos cobrados ao campesinato.

A nova maioria parlamentar aboliu imediatamente a doação, oferecendo aos desempregados as opções nada atraentes de ir para a Argélia como colonos, servir no Exército ou viver na penúria. A revolta irrompeu em Paris em junho de 1848, mas o novo governo confiava nas tropas rurais para reprimir os rebeldes com brutalidade. Ironicamente, o general Cavaignac fez pela república o que nenhum general reacionário tinha sido capaz de fazer pela monarquia — afogou em sangue a revolução popular.

O beneficiário da reação popular pela brutalidade de Cavaignac foi o sobrinho de Napoleão I, Luís Napoleão Bonaparte, que derrotou facilmente Cavaignac na eleição para a presidência em 10 de dezembro de 1848. A vitória de Luís Napoleão marcou o início do fim da república francesa. Determinado a restaurar o império de seu tio, Luís Napoleão usou seu mandato popular para solapar os parlamentares na Assembleia Nacional. Depois de um levante de tal monta, muitos franceses estavam preparados para aceitar seu presidente como ditador e depois imperador. Foi então que, em 2 de dezembro de 1851, suas tropas dissolveram a Assembleia Nacional e reprimiram os poucos manifestantes esquerdistas.



Este cartum, intitulado *O primeiro passo para grandes realizações*, mostra Napoleão III e foi publicado na época em que ele lançou sua candidatura para presidente da Nova Segunda República.

O sucesso dos reacionários franceses estimulou suas contrapartes centro-europeias. Apostando nos ressentimentos entre tropas camponesas e revolucionários urbanos, generais usaram a força para

reprimir tanto os liberais que exigiam mudanças constitucionais quanto os operários com suas queixas econômicas.

SURTO DE NACIONALISMO E INTOLERÂNCIA

A rixa não se limitou à cidade *versus* campo. O ano de 1848 testemunhara um recrudescimento do nacionalismo à medida que não só alemães e italianos clamavam pela unificação de seus povos divididos como também as nacionalidades eslavas da Europa, como os tchecos e poloneses, juntamente com os húngaros, exigiam seus estados próprios. Tragicamente, a conquista da soberania nacional, ao menos pelos alemães, veio à custa da negação dos direitos dos outros, como os tchecos e poloneses que viviam em terra reclamada pelos “democratas” alemães no parlamento nacional em Frankfurt.

Para garantir seus direitos nacionais, os democratas alemães de visão curta pediram ao rei da Prússia que enviasse seu exército para forçar os dinamarqueses ao norte e os poloneses na província de Posen a permanecer na Alemanha. Derrotando os inimigos nacionais da Alemanha, seus generais depois voltaram-se contra os liberais ingênuos que os tinham chamado no início. Enquanto isso, divisões surgiam entre defensores da industrialização e direitos de propriedade e os grupos mais radicais, abrindo a porta à derrota por soldados profissionais.

A revolução mais exitosa de 1848 ocorreu na Hungria, pelo menos no início. Lá, a queda de Metternich levou à derrubada do sistema austríaco de dominação. Uma nova ordem constitucional foi estabelecida. Contudo, os liberais húngaros eram também nacionalistas e intolerantes com suas próprias minorias: romenos, sérvios e eslovacos que almejavam autogoverno conta a Budapeste “liberal”. O exército húngaro lutou valentemente e exigiu a intervenção de um forte exército russo de 250 mil homens para forçá-los a se render à Áustria em agosto de 1849.

Embora as revoluções liberais e nacionalistas parecessem todas ter entrado em colapso ao fim de 1849, elas deixaram um legado de reformas limitadas e a lembrança de breves liberdades para agitar inquietação futura.

IRLANDA, 1916-1922

A Insurreição da Páscoa contra o governo britânico na Irlanda em 1916 serviu de teste para os violentos eventos que levaram ao estabelecimento de uma Irlanda independente em 1922. Este foi o episódio culminante numa longa e infeliz história do domínio britânico sobre a Irlanda que começou em 1172, quando cavaleiros normandos atravessaram o mar da Irlanda para conquistar o país.

UM REINO DIVIDIDO

Em 1801, o Parlamento britânico pretendia incorporar a Irlanda amplamente católica ao Reino Unido de maioria protestante. Contudo, ao longo do século que se iniciava, diferenças religiosas e acontecimentos inesperados dividiram o país repetidamente.

A fome terrível, causada pela praga da batata em 1845-1846, forçou à emigração em massa para a Inglaterra ou América. Os irlandeses culpavam os esforços insuficientes de alívio dos britânicos e a indiferença insensível dos políticos de Londres, em vez da própria incapacidade deles de entender a magnitude do problema e organizar estoques rapidamente.

O descontentamento rural fervilhava, com violentos ataques a proprietários de terra, boicotes e uso crescente da extensão dos direitos de voto no final do século XIX para apoiar candidatos nacionalistas irlandeses ao Parlamento britânico.

Em 1912, os 72 membros dos Partidos Nacionais Irlandeses fizeram pender o equilíbrio de poder no Parlamento britânico e o Partido Liberal governante concordou em oferecer autonomia à Irlanda em troca do seu apoio. Isto permitiria à Irlanda conduzir seus próprios assuntos internos, mas conservaria o rei britânico como chefe de estado, com a política exterior e de defesa sendo ainda decidida em Londres. No entanto, a minoria protestante nos seis condados setentrionais do Ulster declarou sua oposição severa em deixar a União. À beira da guerra civil, tanto nacionalistas quanto unionistas do Ulster formaram forças voluntárias até que outra guerra

muito maior irrompeu em agosto de 1914 entre a Grã-Bretanha e a Alemanha.

Retroagindo à Guerra Civil inglesa na década de 1640, os rebeldes irlandeses tinham esperado derrubar o governo inglês enquanto Londres se preocupava além-mar. A Primeira Guerra Mundial oferecia uma grande oportunidade para os nacionalistas irlandeses radicais, que tinham formado seu próprio partido marginal, o Sinn Fein (“Nós Sozinhos”), em 1907. Embora a implementação da Lei da Autonomia tivesse de ser suspensa durante a guerra, o Partido Nacional Irlandês encorajou católicos irlandeses a se juntar ao Exército britânico. Milhares se alistaram (muitos para escapar do desemprego), mas a maioria se recusou a lutar no exterior. Esperando desencadear uma revolta irreprimível de amplitude nacional, os radicais tramaram uma insurreição, enquanto milhões de soldados britânicos combatiam na Frente Ocidental. Alguns radicais no exterior buscaram ajuda militar com os alemães, um delito traiçoeiro, mas a Alemanha não podia oferecer nenhuma ajuda.

DERRAMAMENTO DE SANGUE RADICALIZA OS IRLANDESES

Ideólogos do Sinn Fein, como Padraig Pearse, desenvolveram uma ideologia mística da Irlanda, como uma terra a ser redimida por um “sacrifício de sangue” de mártires voluntários, e formaram o Exército Republicano Irlandês (IRA). Apesar da falta de apoio alemão e do desinteresse dentro da própria Irlanda, no domingo de Páscoa Pearse e seus camaradas ocuparam o centro de Dublin, proclamando uma República Irlandesa no seu quartel-general provisório, a agência dos Correios na Sackville Street. Cerca de 1.600 voluntários ocuparam diversos prédios de Dublin, embora centros administrativos, como o castelo, não fossem tomados.

Tropas britânicas apressaram-se em reprimir a rebelião em cinco dias de luta cruenta. De início, os dublinenses reagiram com antipatia aos voluntários que se rendiam, cuja insurreição provocara a morte de 318 civis contra apenas 64 rebeldes, além de destroçar boa parte da cidade. Mas o comandante militar britânico deu aos rebeldes muito mais propaganda sangrenta do que eles poderiam ter pedido.

Ele ordenou o fuzilamento de 15 líderes rebeldes, transformando-os em mártires instantâneos. Sob lei marcial, 3.500 pessoas foram presas, mas muitas nada tinham a ver com a revolta. Para os britânicos, as medidas duras se justificavam — os rebeldes os haviam traído, na verdade ajudando a Alemanha. Mas a intuição de Pearce acerca de “sacrifício de sangue” demonstrou-se acertada em radicalizar o povo irlandês.

O governo britânico piorou as coisas ao isentar os seis condados do Ulster das cláusulas da autonomia suspensa. Esta decisão estilhaçou o apoio ao líder moderado do Partido Nacionalista Irlandês, John Redmond, que havia colaborado no esforço de guerra britânico, e o Sinn Fein começou a ganhar apoio tanto quanto os verdadeiros expoentes do autogoverno irlandês. Por volta de 1918, candidatos do Sinn Fein ganhavam, por meio de eleições, cadeiras que costumavam ser garantidas para o Partido Nacional Irlandês. Seus adeptos somavam cerca de 250 mil contra 1.200 associações do Sinn Fein através da Irlanda. Em julho de 1917, o líder sobrevivente da Insurreição da Páscoa, Eammon De Valera, que evitou a execução por causa de seu passaporte americano, venceu esmagadoramente uma eleição, em East Clare, calcado numa plataforma abertamente republicana.

Em abril de 1918, a guerra mundial intensificou-se e o governo britânico estendeu à Irlanda o alistamento de tempo de guerra. Isto deu novas forças aos voluntários radicais que não queriam tomar parte na guerra da Inglaterra. Também deu ao Sinn Fein um pretexto para despedaçar o Partido Nacional, uma vez que seus líderes haviam apoiado o serviço voluntário no Exército britânico e estavam agora retrocedendo quando mais sacrifícios eram exigidos por Londres. Por sua vez, as autoridades britânicas acusavam o Sinn Fein de apoiar um complô alemão para desintegrar o esforço de guerra (como os bolcheviques de Lenin na Rússia no ano anterior) e realizaram uma onda de prisões, enfurecendo muitos.

UM REINO DIVIDIDO

Uma eleição geral britânica a toque de caixa em dezembro, e realizada na Irlanda, seguiu-se ao súbito final da Primeira Guerra

Mundial, em novembro de 1918. Enquanto a Coalizão Unionista conquistava uma enorme maioria em qualquer outro lugar da Grã-Bretanha, na Irlanda o Sinn Fein conquistou setenta e três cadeiras ou 65% dos votos fora do Ulster. Londres e Dublin estavam agora em rota de colisão, enquanto os membros do Parlamento do Sinn Fein se recusavam a assumir seus assentos no Parlamento em Westminster e formaram sua própria Câmara dos Deputados em Dublin como o parlamento de uma república irlandesa não reconhecida em janeiro de 1919. Enquanto isso, os adeptos do IRA que apoiavam o Sinn Fein começaram a bombardear e assassinar autoridades britânicas e “colaboradores” católicos dos britânicos. A grande maioria de policiais, carteiros e funcionários públicos locais era formada de católicos. O terrorismo do IRA intimidou muitos deles e suas famílias, expelindo-os do serviço britânico.

Os britânicos alistaram veteranos de guerra para combater o IRA. Estes, assim chamados “Pretos-e-Castanhos” (por causa da cor de seus uniformes), careciam de conhecimento local e frequentemente reagiam aos ataques do IRA com suas próprias atrocidades, alienando o povo comum irlandês e intensificando a violência. Cerca de 17 mil policiais da Guarda Real Irlandesa e Pretos-e-Castanhos combateram cerca de 5 mil guerrilheiros do IRA em uma guerra cada vez mais selvagem de ambos os lados.



Membros do IRA se rendem após a insurreição da Páscoa de 1916, numa cena do filme *Michael Collins*.

As duas principais figuras republicanas eram Eammon De Valera

e Michael Collins, ambos sobreviventes da Insurreição da Páscoa. De Valera levantou fundos de mais de 5 milhões de dólares de simpatizantes irlandês-americanos, que deram ao Sinn Féin uma enorme vantagem na rivalidade propagandística com o velho Partido Nacional Irlandês e pagaram por muitas armas. Collins foi o organizador militar do movimento e o pesadelo das forças britânicas e seus simpatizantes.

Embora De Valera e Collins parecessem ser nacionalistas inflexíveis, Collins estava preparado para comprometer-se na luta até o fim. Reconhecendo que os Unionistas Protestantes do Ulster não aceitariam ser incorporados a um sul dominado pelo Sinn Féin, Collins barganhou com os britânicos sobre autogoverno para vinte e seis condados da Irlanda.

Collins encontrou-se com próceres unionistas, incluindo Winston Churchill, e foi firmado um compromisso. Vinte e seis dos trinta e dois condados da Irlanda iriam obter a independência com um governo em Dublin, com o rei britânico continuando como chefe de estado nominal e a Marinha Real controlando o acesso aos portos principais da Irlanda. A Irlanda do Norte, contudo, teria um governo separado sob domínio unionista e continuaria sendo parte do Reino Unido. Muitos republicanos irlandeses sentiram-se traídos pelo compromisso, que destruíra seus sonhos de uma república totalmente irlandesa. Seguiu-se uma cruel guerra civil.

De Valera liderou a ala rejeicionista do IRA, voltando-se contra ex-companheiros que se venderam aos britânicos, inclusive Michael Collins, que foi assassinado num ataque de surpresa por seus ex-comaradas. Mas a abordagem linha-dura do IRA acabou por afastar muitos que o apoiavam.

Na primavera de 1923, os homens de De Valera estavam perdendo a guerra civil e solicitaram um cessar-fogo. Os Estados Livres haviam perdido oitocentos homens. As perdas do IRA foram certamente mais elevadas, com centenas de civis apanhados em meio aos tiroteios.

Mesmo tendo aceitado o cessar-fogo no final de maio de 1923, o IRA recusou-se a entregar as armas, “jogando-as fora” onde pudessem ser recuperadas para lutas futuras. Foi o começo de uma longa tradição do IRA de interromper a luta armada, mas nunca se

desarmar até que seu objetivo de uma república unida de toda a Irlanda fosse alcançado. Embora uma república irlandesa fosse declarada em 1948, com a consequente retirada da Comunidade Britânica, o Ulster permaneceu agitado, mesmo após a morte de De Valera em 1975.

Ao final dos anos 1960, o status de segunda classe dos católicos na Irlanda do Norte de governo protestante provocou protestos civis inflamados e uma campanha terrorista por parte de um IRA revigorado. Trinta anos de terror mútuo e contraterrorismo levaram a um processo de paz no final dos anos 1990, entre o governo britânico e os líderes protestantes e políticos nacionalistas e a ala política do IRA. Embora fosse acertado um cessar-fogo, o desenvolvimento pleno por ambas as partes não se materializou, fazendo com que protestantes e católicos se olhassem com desconfiança.

VIETNÃ, 1945-1975

A ocupação japonesa da Indochina francesa em 1940 estilhaçou o velho sistema colonial, como o fez em toda a parte da Ásia. Os movimentos de resistência contra o governo japonês cresceram, mas os combatentes da liberdade queriam independência completa, não a volta dos senhores coloniais europeus. O colapso do poder japonês em agosto de 1945, com o lançamento da bomba atômica, criou um vácuo de controle no Vietnã.

Ho Chi Minh, o comunista vietnamita educado na França, organizou uma resistência de guerrilha, conhecida como Vietminh, contra a ocupação japonesa e, como Mao na China, não viu razão para interromper sua luta de libertação em agosto de 1945, quando a França tentou restaurar seu controle e até mesmo, imprudentemente, pediu às tropas japonesas que permanecessem até a chegada dos soldados franceses. Ho Chi Minh previu que Paris não concordaria com a independência vietnamita. A Declaração de Independência dos Estados Unidos foi o modelo para sua própria proclamação em 2 de setembro de 1945, mas isto pouco sensibilizou a Washington do pós-guerra. A nova administração Truman apoiava a restauração do controle imperial francês para evitar qualquer risco de uma anexação comunista.

A França organizou forças locais para resistir ao Vietminh e promoveu o imperador tradicional, Bao Dao, como uma espécie de líder local, mas era claro para todos os envolvidos que a França pretendia preservar o controle. Em consequência, os nacionalistas vietnamitas tenderam a se bandear para o lado do Vietminh. A selvageria francesa, como o bombardeio do porto de Haiphong em abril de 1946, que matou 6 mil pessoas, afastou cada vez mais os vietnamitas.

No início de 1946, Ho Chi Minh reconheceu nitidamente que a França não aguentaria um conflito prolongado quando disse a um entrevistador francês: “Vocês matarão dez dos nossos, mas nós mataremos um de vocês, e são vocês que terminarão se desgastando.” O fato de que a França não poderia se arriscar a enviar

conscritos para lutar no Vietnã mostrou o quão superficial era o apoio com que Paris contava para a reconquista do país. Em vez disso, a França confiou em mercenários da Legião Estrangeira, muitos deles com um passado dúbio na Europa nazista antes de 1945.

A QUEDA FRANCESA EM DIEN BIEN PHU

Reconhecendo que 165 mil soldados eram insuficientes para subjugar o Vietnã, tal como muitos senhores coloniais convencidos de sua superioridade técnica, os comandantes franceses estavam ansiosos em atrair os guerrilheiros para uma batalha em campo aberto que pudesse ser ganha decisivamente.

Uma vez caída a China nas mãos dos comunistas de Mao, seguida pelo irrompimento da Guerra da Coreia em 1950, a França apresentou sua guerra na Indochina como uma cruzada contra o comunismo e buscou apoio com uma América firmemente democrática. Washington de bom grado forneceu dinheiro e suprimentos para financiar a guerra, mas deixou a luta por conta dos franceses. Em 1954, tolamente, o novo comandante francês, Navarre, pôs as cartas na mesa no remoto vale-base de Dien Bien Phu, perto da fronteira do Laos, atraindo o líder da oposição, o general Giap, para uma batalha decisiva em março de 1954.

Apesar das condições terríveis na selva, os homens de Giap e cules carregaram armas pesadas por sobre as montanhas, cercaram a base francesa com plataformas de artilharia e cortaram sua cadeia de suprimentos ao bombardear as pistas de pouso que ligavam Dien Bien Phu a Hanói. A guarnição francesa lutou com grande coragem, mas não conseguiu romper o cerco, apesar do sacrifício de milhares de vidas. Os sobreviventes finalmente se renderam em 7 de maio de 1954.



Soldados franceses atravessam um pântano na região de Cau Ngam Donmau no Vietnã do Sul, na direção de um enclave do Vietminh, em novembro de 1950.

A queda de Dien Bien Phu estilhaçou a disposição francesa de prosseguir na luta, mas os Estados Unidos intervieram. Washington transferiu os subsídios do exército francês no Vietnã para um regime com base em Saigon, no sul do país, em oposição ao governo de Ho Chi Minh na capital do norte, Hanoi.

O ACORDO DE GENEBRA

Embora o Acordo de Genebra de julho de 1954, que selou a retirada francesa, houvesse estipulado um Vietnã unido após as eleições, na prática o paralelo 17 de latitude tornou-se a linha divisória entre o Norte comunista e o Vietnã do Sul com apoio ocidental.

Apesar das promessas de eleições em todo o Vietnã como parte do Acordo de Genebra, o Sul pró-americano renegou o trato, sustentado pela administração Eisenhower. Os americanos temiam que, depois de derrotarem a França, os comunistas de Ho Chi Minh obtivessem uma vitória esmagadora em todo o Vietnã.

OS ESTADOS UNIDOS APOIAM UM GOLPE NO SUL

A administração Eisenhower esperava ganhar tempo para estabelecer um regime nativo anticomunista no Sul, mas viu-se constantemente arrastada para o conflito à medida que o movimento guerrilheiro no Sul, o Vietcong, tornava-se cada vez mais perigoso para o regime pró-ocidental de Saigon.

Primeiro Eisenhower e depois o presidente Kennedy enviaram consultores e especialistas militares para avaliar a situação e fornecer orientação. A época do assassinato de Kennedy — sem que o público americano soubesse — 30 mil americanos estavam de fato conduzindo a guerra no Sul, do qual controlavam também a política. Decidindo que seu protegido, o presidente Diem, era corrupto demais para formar autênticos seguidores, os americanos endossaram um golpe militar, que levou ao assassinato dele poucos dias antes do próprio assassinato de Kennedy em novembro de 1963.



Na luta contínua para a libertação do domínio estrangeiro, soldados do Vietminh se lançam em missões de reconhecimento ao norte de Dien Bien Phu.

Ao invés de estabilizar o Sul, o assassinato de Diem levou a uma orgia de golpes e contragolpes que capacitaram o baluarte rebelde no Sul, o Vietcong, a estender suas “áreas libertadas”. Embora a França não tivesse sido capaz de manter o Vietnã com 165 mil soldados profissionais, o presidente Johnson estava determinado a não ser o “primeiro presidente americano a perder uma guerra” e inundou o Vietnã do Sul com 550 mil soldados em 1968. Maior contingente de tropas e tecnologia avançada de nada adiantaram para reprimir o Vietcong. Os americanos podiam varrer o território de cabo a rabo e aniquilar a resistência aberta, mas atiradores de elite e terreno minado em emboscadas solapavam o moral. A maioria dos soldados era recrutada e via pouca razão para lutar por um povo que não entendia, nem mesmo desprezava.

Pior ainda, do ponto de vista da criação de um Vietnã do Sul viável, as forças dos Estados Unidos relegaram os sul-vietnamitas a meros auxiliares na campanha deles. Tornou-se uma guerra americana travada à moda americana, empregando vasto poder de fogo de aviões e artilharia para atacar as forças do Vietcong, ou regiões suspeitas de lhes dar abrigo, apesar das terríveis perdas

colaterais de civis.

Em combinação com a política dos Estados Unidos de concentrar camponeses em “aldeias protegidas”, o bombardeio destroçava comunidades e provocou um ressentimento amargo entre a população rural. As tropas americanas tinham dificuldades insuperáveis em distinguir camponeses dos rebeldes do Vietcong, ocasionando muitas tragédias. Ho Chi Minh assinalou que seus guerrilheiros se movimentavam entre os aldeões “como peixes no mar”.

A OFENSIVA DO TET

O sucesso da campanha de guerrilha deu maior autoconfiança ao general Giap, que decidiu arriscar uma insurreição geral e um ataque convencional que coincidisse com o Festival Tet, assinalando o Ano-Novo no fim de janeiro de 1968. De fato, a ofensiva do Tet resultou em perdas devastadoras para o Vietcong e para os regulares norte-vietnamitas. Mas o fato de a ofensiva ter sido desfechada poucas semanas após os generais americanos assegurarem aos repórteres que tal ataque era impossível significava que a opinião pública americana via somente um revés maior para a política dos Estados Unidos. Afinal, a própria embaixada americana em Saigon estivera sob ataque direto. O presidente Johnson extraiu conclusões pessoais da Ofensiva do Tet e anunciou que não concorreria a um novo mandato.

O eventual sucessor de Johnson, Richard Nixon, concorreu à eleição como o homem que traria a paz, mas que agiria com firmeza. Na realidade, Nixon tentou forçar Hanói a comprometer-se em estender a guerra. Bombardeios maciços ao próprio Norte e uma invasão do Camboja em 1970, tencionando cortar a suposta Trilha Ho Chi Minh, que trazia suprimentos e soldados do Vietnã do Norte, provocaram enormes protestos nos Estados Unidos porque Nixon, na sua campanha presidencial, havia prometido pôr fim à guerra. Suas ações serviram mais para desestabilizar o Camboja do que convencer os comunistas a desistir da guerra. Nixon começou a reduzir o envolvimento terrestre no Vietnã do Sul, embora a força aérea continuasse a representar um papel maior, por exemplo, em impedir

outra ofensiva norte-vietnamita de vulto em 1972.

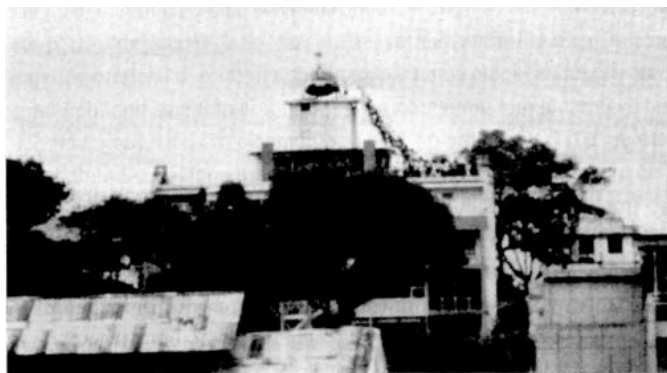
Negociações de paz haviam sido conduzidas entre os americanos e os norte-vietnamitas desde a presidência de Johnson, mas finalmente em Paris, em janeiro de 1973, tanto os americanos quanto seus aliados sul-vietnamitas chegaram a um acordo com o Vietnã do Norte e o Vietcong. Essencialmente, o Acordo de Paris reconhecia o empate, permitindo que ambos os lados continuassem a controlar qualquer território que tivessem ocupado e deixando que o esquema para as eleições conduziu à aberta reunificação. No entanto, a retirada das tropas americanas e as crescentes dificuldades de Nixon com o caso Watergate significavam que Hanói poderia esperar confiantemente que os sul-vietnamitas fossem largados para se defenderem sozinhos, o que eles não tinham esperanças de conseguir por muito tempo. A controvérsia de Watergate forçou a renúncia de Nixon e mudou a política americana brevemente para a esquerda. A nova maioria americana tinha pouca simpatia pelo líder sul-vietnamita, o ex-general transformado em presidente Nyugen van Thieu, que era amplamente visto como o chefe de um regime corrupto. O Congresso dos Estados Unidos chegou a cortar o suprimento de armas para os seus ex-aliados em Saigon. A guerra havia acabado somente para os americanos; para os vietnamitas estava prestes a entrar na sua fase decisiva.

Sem o fornecimento de armas, apoio aéreo e consultoria em terra, o exército sul-vietnamita viu-se irremediavelmente mal preparado para enfrentar a ofensiva final do Vietnã do Norte na primavera de 1975. O regime de Thieu permanecia tão corrupto e complacente quanto antes, só que agora sem um trunfo americano para apoiá-lo. Abandonadas pelos americanos, as tropas sul-vietnamitas se dissolveram enquanto o Norte lançava uma ofensiva geral. Cenas de pânico que lembravam a queda de Xangai em 1949 se repetiram em Saigon, enquanto milhares de pessoas desesperadas tentavam embarcar em helicópteros que evacuavam os poucos felizardos para os navios americanos ao largo. A debacle foi completa como foi a vitória dos camponeses comunistas sobre as impopulares elites locais apoiadas pelo Ocidente.

O KHMER VERMELHO ATACA PHNOM PENH

Ao mesmo tempo, o Khmer Vermelho emergia da selva para lançar um ataque final sobre o regime de Phnom Penh. Suas forças também logo bateram em retirada, mas tinham até menos chances de escapar que as de Saigon. Forças radicais anticolonialistas haviam surgido no Camboja no início dos anos 1960, mas foi a incursão dos Estados Unidos em 1970 que fez o país dar uma guinada rumo à revolução. Até 1970 os comunistas cambojanos, ou Khmer Vermelho, tinham sido pouco mais que um acessório às tropas norte-vietnamitas que usavam o Camboja oriental como uma rota de suprimentos no Vietnã do Sul, mas com a extensão da luta e a imposição de um regime fantoche pró-americano em Phnom Penh, a capital cambojana, o Khmer Vermelho começou a travar sua própria guerra de libertação, ganhando apoio dos camponeses na área rural.

Embora os norte-vietnamitas deportassem centenas de milhares de sulistas para pretensos campos de “reeducação”, os novos governantes do Camboja foram muito mais radicais. Seu líder, Pol Pot, considerava todos os moradores urbanos como contaminados pelo contato com o inimigo imperialista. Seu fundamentalismo ultramaoísta doméstico envolvia um tipo de comunismo agrário baseado em esvaziar as cidades e usar trabalho forçado em massa no campo, independente do custo em vidas humanas, que foi imenso. Apesar da cooperação do tempo de guerra contra os americanos, Pol Pot era virulentamente antivietnamita, e em 1978 ataques do Khmer Vermelho na fronteira provocaram a invasão de um Vietnã poderosamente unido.



Um funcionário da CIA ajuda a evacuar vietnamitas num helicóptero a meio quilômetro da embaixada americana em Saigon, 29 de abril de 1975.

Tal como Pol Pot decidiu não ser um fantoche vietnamita, da mesma forma Hanói veio a ficar profundamente desconfiada das ambições futuras da China na região, apesar de ter recebido ajuda militar durante a guerra contra os Estados Unidos. A China era também rival do principal esteio de Hanói, a União Soviética. Em 1979, o Vietnã invadiu e rapidamente dominou o Camboja. A China então travou uma curta guerra de fronteira com o Vietnã para “ensinar uma lição” a Hanói, mas não reverteu a conquista vietnamita do Camboja. Mais de três décadas de guerra anticolonialista contra a França e depois os Estados Unidos tinham sido substituídas por uma até mais antiga rivalidade geopolítica entre o Vietnã e a China, apesar de ambos os estados alegarem ser comunistas. A revolução comunista havia produzido rivalidades nacionalistas profundas.

ARGÉLIA, 1956-1962

A derrota da França em Dien Bien Phu, no Vietnã, em 1954 não só acabou com suas chances de manter seu império na Indochina como também encorajou a rebelião em sua maior colônia remanescente, a Argélia. Sob a lei francesa, a Argélia era tratada como parte da França, embora poucos argelinos estivessem de acordo com a cidadania plena e o direito de voto. Para obter cidadania plena, o argelino comum tinha de renunciar a sua fé muçulmana, muito embora a República francesa fosse oficialmente uma sociedade secular que não se importava com as crenças religiosas de seus cidadãos. Os argelinos começaram a se agitar por sua própria soberania à medida que outros estados árabes e africanos ganhavam independência. Havia oito milhões e meio deles para pouco mais de um milhão de colonos franceses, ou *pieds noirs*, como eram chamados.

Já em 8 de maio de 1945, o fim da Segunda Guerra Mundial ficara marcado na Argélia por uma repressão selvagem a manifestantes exigindo independência na cidade de Constantine. Por nove anos o ressentimento fermentou e então, três meses depois da guerra do Vietnã, a luta começou na Argélia em 1º de novembro de 1954, organizada pela Frente de Libertação Nacional (FLN), que foi estabelecida por Ben Bei la, um ex- soldado argelino do exército colonial francês.

Em 1954, os oitocentos combatentes da FLN enfrentaram quase vinte mil soldados franceses. O grupo precariamente organizado confiava no apoio de nove chefes tradicionais da Argélia e cada vez mais adotou a retórica e a estrutura de um moderno movimento de libertação esquerdista. O movimento anticolonialista argelino inflamou-se enquanto países como o Egito conquistavam a independência e apoiavam outros estados norte-africanos na luta por autogoverno. Ativistas anticolonialistas famosos, de outras partes da África, como o escritor Frantz Fanon, apoiavam a FLN.

Em agosto de 1955, a FLN desfechou ataques terroristas sobre civis franceses em cidades como Constantine e depois em enclaves

europeus de Argel. As forças francesas revidaram com as suas próprias atrocidades, até mesmo sequestrando um avião que transportava o líder da FLN, Ben Bella, mantendo-o na prisão até o fim do conflito em 1962. Tais ações geraram apoio para a FLN e transformaram Ben Bella num herói nacional.

Nas principais cidades do norte da Argélia o terrorismo prosseguia, com atentados a restaurantes e cafés frequentados por colonos e soldados franceses. Em 1957, as autoridades francesas lançaram uma campanha contra o terrorismo, enviando paraquedistas comandados pelo general Massu para a casbá, o bairro árabe de Argel. Seus métodos brutais reprimiram a resistência e forçaram os civis árabes a passar informações sobre os rebeldes da FLN. Eles venceram a batalha, mas sua brutalidade afrontou muitos franceses. Os escritores Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir organizaram abaixo-assinados contra a guerra. Os recrutas contavam histórias horríveis a seus parentes na metrópole.

UMA FRANÇA DIVIDIDA

A guerra começou a dividir a França. Após a derrota na Indochina e o fracasso em Suez em 1956, não só as forças de esquerda lideradas pelos comunistas, mas até mesmo alguns moderados começaram a questionar se a maioria argelina poderia ser eternamente dominada pela força. Embora a imprensa sofresse rígida censura na França, muitos sabiam acerca da natureza selvagem da guerra.

Após a derrota em 1940 e de novo em 1954, o exército francês estava determinado a vencer. A Argélia tinha sido a colônia clássica da França, um lar para a Legião Estrangeira e seu próprio mito heroico. Muito havia em jogo para aqueles soldados profissionais, que estavam preparados para usar quaisquer meios a fim de preservar o governo francês. De fato, a um custo enorme, a França estava empurrando a FLN para as orlas da Argélia, mas os políticos da metrópole não conseguiam digerir o preço daquilo.

Depois que a força aérea francesa bombardeou bases da FLN ao longo da fronteira argelina com a Tunísia, o governo francês concordou com uma mediação anglo-americana da disputa em abril

de 1958. Convencida de que os “anglo-saxões” tentariam transformar as conversações numa negociação com os rebeldes, em maio de 1958, a França chegou perto de um golpe militar enquanto o exército se preparava para assumir o poder a fim de evitar qualquer afrouxamento da linha adotada na Argélia.

O general Charles de Gaulle, o herói da resistência a Hitler, foi chamado da aposentadoria para chefiar um novo governo, levando muitos a crer que o nacionalismo linha-dura havia triunfado em Paris. No entanto, De Gaulle já havia reconhecido que a França teria de fazer concessões. No cargo, ele veio a perceber que o lado argelino não se contentaria com nada menos que a independência plena após tanto sofrimento.

De início a campanha do exército para desenraizar a resistência na Argélia se intensificou. A tortura tornou-se lugar-comum e o general Massu candidamente revelou a um jornalista que perguntou acerca de “tortura desautorizada” que “não existe tortura desautorizada em Argel”. Recrutados locais das forças de segurança francesas, os assim chamados *harkis*, empenharam-se em boa parte da tortura, tornando-se eles próprios duplamente odiados pela maioria nacionalista como traidores e torturadores.

Todavia, em setembro de 1959, De Gaulle admitiu que preferia “o governo da Argélia em mãos argelinas”, mantendo contudo vínculos com a França. Quando visitou Argel, em 9 de dezembro de 1961, De Gaulle claramente pretendia afrouxar o controle francês, conservando a Argélia dentro do agrupamento indefinido de estados chamado de Comunidade Francesa, e os *pieds noirs* se amotinaram contra ele por três dias. De Gaulle estava preparado para desafiar os extremistas, com seu grito de guerra “Argélia francesa”, se conseguisse traçar um rumo para a recuperação da França.

AUMENTA O CONTRATERRORISMO

De Gaulle almejava afirmar a grandeza da França enquanto renunciava ao controle da Argélia ao inaugurar a primeira bomba atômica francesa, testada na Argélia em 1960. Ele renunciaria ao seu império colonial, mas em troca faria da França uma potência nuclear.

Confrontados com a evidência de que Paris ia abandonar a

Argélia, extremistas prófranceses adotaram a estratégia de guerrilha urbana da FLN. Carros-bombas e granadas atiradas em cafés tornaram-se as táticas usadas pelos *pieds noirs* e pelos soldados franceses que aderiram ao movimento extremista ilegal, a Organização do Exército Secreto (OAS — *Organisation de l'Armée Secrète*). Eles dirigiam seus atentados terroristas tanto aos nacionalistas argelinos quanto aos simpatizantes franceses, como o escritor André Malraux, e até mesmo ao presidente. A OAS realizou várias tentativas para assassinar o general De Gaulle, quase alcançando seu intento em março de 1962, quando assassinos metralharam seu carro nos arredores de Paris.

DERROTADO GOLPE DA OAS

O ex-comandante do exército francês na Argélia, general Raoul Salan, organizou a OAS e desfechou uma campanha clandestina de terror contra a “traição” de De Gaulle. Usando suas ligações no exército, Salan encenou um golpe para reverter os planos de De Gaulle a fim de assegurar a autodeterminação para a Argélia. De Gaulle enfrentou um perigoso ato de ponderação por quatro dias em abril de 1961, enquanto acalmava a situação resultante do golpe em Argel sem provocar uma guerra civil entre os franceses ou abandonar as negociações com os argelinos.



Uma mulher desesperada é confortada por uma parente após perder membros da família na guerra civil em andamento, que começou com uma insurgência de militantes islâmicos em 1992.

De Gaulle fez um excelente uso do rádio. No que se tornou a “guerra dos transistores”, o presidente adotou os novos meios baratos de comunicação para alcançar a massa dos recrutas comuns, convencendo-os a obedecer às ordens dele, não às de seus superiores.

INDEPENDÊNCIA ONEROSA

Tendo impedido a contrarrevolução dos generais, De Gaulle ainda enfrentou longas e penosas negociações com a FLN, que reconhecia que a derrota dos generais era uma grande vitória para eles. Após o amargo conflito ter acumulado 800 mil baixas, os líderes da FLN só aceitariam a independência plena. A economia francesa claramente não suportaria o custo da guerra. Tendo derrotado a tentativa de golpe na Argélia, De Gaulle continuou a negociar com a FLN na estação de águas de Evian, no sul da França. Só em março de 1962 é que ambos os lados concordaram com uma

separação final. Em 3 de julho de 1962, a Argélia conquistou a independência.

A amarga guerra de oito anos radicalizou a sociedade argelina. A FLN sonhava com um país moderno e socialista que aumentaria a população ainda amplamente muçulmana. Quanto aos legalistas franceses, milhares de *harkis* fugiram para a França junto com 800 mil *pieds noirs*. Ao contrário dos *pieds noirs*, os *harkis* não acharam fácil se fixar no país e a maioria do povo francês queria dar as costas a tudo que se relacionasse à Argélia, inclusive os *harkis*.

Após a independência, a Argélia gradualmente estagnou. Os líderes da FLN brigavam entre si. Depois de libertado da prisão na França, Ben Bei la foi aprisionado por homens que travaram a guerra na Argélia. A sociedade secular tornou-se corrupta e impopular, enquanto o Islã era revivido na década de 1980 e os herdeiros da FLN no exército argelino hoje combatem uma insurreição de fundamentalistas muçulmanos que moldaram suas estratégias terroristas no bem-sucedido fustigamento da França antes de 1962.

ÁFRICA DO SUL, DÉCADA DE 1980

Por quase um século após 1815, a política no que veio a se tornar a África do Sul era uma luta pelo controle entre os recém-chegados de língua inglesa e os bôeres de língua africâner ou de origem holandesa que haviam chegado no século anterior. A maioria negra era amplamente excluída e tratada como gente a ser subjugada, ou pior.

OS AFRICÂNDERES CONQUISTAM O PODER

Lembranças amargas da Guerra Bôer (1899-1902) pela independência contra a Grã-Bretanha tinham tornado os brancos de fala africâner indiferentes à hostilidade estrangeira e a sermões sobre direitos humanos após a Segunda Guerra Mundial, quando a África do Sul opôs-se a tendências contra o racismo e pregando igualdade em toda a Comunidade Britânica.

Lenta, mas firmemente, após a África do Sul ter recebido o autogoverno da Grã-Bretanha em 1910, os africânderes ganharam mais poder político. Mas foi somente depois da Segunda Guerra Mundial, na eleição geral de maio de 1948, que o seu Partido Nacional ganhou uma nítida maioria e começou a transformar as leis discriminatórias existentes contra os negros e outros não brancos no sistema de *apartheid* do assim chamado “desenvolvimento em separado”, que não só negava aos não brancos o direito de voto, como também limitava onde eles poderiam viver, que trabalho poderiam exercer, e proibia relações sexuais e casamentos inter-raciais. Famílias eram divididas, já que os homens só arranjavam trabalho nas valiosas minas da África do Sul se deixassem suas mulheres e filhos confinados no assim chamado “torrão natal”, em partes remotas e inúteis do país.

As demandas por direitos políticos pelos negros tinham uma longa história. O Congresso Nacional Africano (CNA) tinha sido estabelecido em 1912, lutando por direitos iguais para todos os habitantes da África do Sul. O CNA havia seguido as táticas

pacíficas abraçadas pelo Congresso Indiano liderado por Mahatma Gandhi, cuja carreira política começara na África do Sul. Mas o triunfo do Partido Nacional em 1948, no momento em que a Índia e outras colônias britânicas estavam conquistando a independência, mostrou que a África do Sul seguia um rumo bem diferente.

A discriminação contra sul-africanos não brancos existia muito antes de 1948. Os últimos vestígios de participação negra no Parlamento sul-africano foram removidos em 1936, mais de uma década antes que o *apartheid* tornasse política do governo. A resistência tinha também começado antes do triunfo do Partido Nacional, mas ganhou velocidade na década de 1950, enquanto a proporção social do *apartheid* e as ambições econômicas se tornavam claras. Um jovem advogado da etnia xhosa, Nelson Mandela, tornou-se o mais carismático dos críticos negros do emergente sistema de *apartheid* após 1948.

A PRISÃO DE MANDELA

No início dos anos 1960, Mandela tinha sido forçado a concluir que apenas argumentação e protestos não mudariam o modo de pensar do governo branco. Ele se envolveu tanto com o Partido Comunista sul-africano quanto com o grupo paramilitar negro *Umkhonto we Sizwe* (“Lança da Nação”), que organizou alguns ataques um tanto amadores a instalações geradoras de energia. Imediatamente preso e levado a julgamento, a eloquente defesa de Mandela uma sentença de prisão perpétua, mas isto criou uma marca indelével e foi amplamente notada em todo o mundo.



Um vitorioso Nelson Mandela, líder do Congresso Nacional Africano (CNA), ergue o punho enquanto fala para um estádio lotado em Soweto, após ter sido libertado da prisão, 11 de fevereiro de 1990.

UMA GERAÇÃO ALIENADA

O arquiteto-chefe do *apartheid*, Hendrick Verwoerd, foi assassinado em 1966. Mas seus sucessores deixaram os negros e outros adversários do *apartheid* sem nenhum canal político para suas opiniões. Uns poucos brancos liberais ganharam assento no Parlamento, mas seus votos não tinham nenhum peso.

Apesar do seu vasto aparato de controle e repressão, com uma infinidade de ridículas “leis de passe” que humilhavam os não brancos, o *apartheid* falhou em reverter a crescente disparidade entre

filhos afluentes de famílias brancas e a população negra cada vez mais prejudicada economicamente. Em meados da década de 1970, foram os estudantes adolescentes, que haviam crescido sob o *apartheid*, que se rebelaram no decrépito distrito de Soweto, exemplificando a alienação da geração que viria.

SANÇÕES ENFRAQUECEM A ECONOMIA

Confiando no valor do país para o Ocidente devido a sua vasta riqueza em minérios, ouro e diamantes, mais a sua posição estratégica na ponta da África, o governo do Partido Nacional achava que uma África do Sul de governo branco superaria as mudanças que derrubaram até mesmo o governo colonial português em Angola e Moçambique, mais ao norte, e levaram a Rodésia a aceitar um governo de maioria negra como Zimbabwe em 1980.

No final da década de 1980, os movimentos antiapartheid já haviam convencido muitos países a não investir na economia sul-africana sob pena de enfrentarem boicotes domésticos, e o fim da Guerra Fria removeu o apoio remanescente dos Estados Unidos e da Europa Ocidental ao *apartheid*. O país tinha perdido sua valiosa posição estratégica de proteger rotas comerciais importantes, especialmente para petroleiros ocidentais que contornavam o cabo da Boa Esperança, e os políticos do Ocidente que antes haviam amenizado as sanções contra o país não viam mais razão para bloqueá-las, uma vez dissolvido o bloco soviético.



Depois de viverem sob a sombra opressiva do *apartheid*, estudantes protestam numa rua de Soweto perto da casa de Winnie Mandela, 1986.

MANDELATOMA POSSE

O Partido Nacional reconheceu os ventos da mudança e substituiu o presidente linha-dura P. W. Botha pelo mais ameno F. W. de Klerk em 1989, que levou avante conversações com o CNA. Em fevereiro de 1990, Nelson Mandela foi libertado da prisão. Antes de sua libertação ele havia sido tratado com especial respeito pelo regime e o próprio Botha o visitara para tentar convencê-lo a renunciar a qualquer apoio à luta pela libertação como uma pré-condição para ser solto. De Klerk deixou Mandela sair livre sem impor condições.

Um difícil período de quatro anos de negociações seguiu-se à soltura de Mandela. Linhas-duras tentaram provocar conflito entre as tribos, pondo os zulus de Natal contra os xhosas, que apoiavam o Congresso Nacional Africano. Nesse ínterim, o casamento de Mandela com Winnie dissolveu-se com as notícias do adultério dela e do seu uso do terror contra os críticos. Todavia, Mandela e De Klerk concordaram numa resolução pacífica ao marcar a data para as primeiras eleições de sufrágio universal na África do Sul em 25 de abril de 1994, que levaram à posse de Mandela como o primeiro chefe de estado negro do país.

Levando em conta as amarguras passadas, o acordo foi notável. Uma diferença crucial entre o CNA e outros movimentos de libertação na África era que ele não negava a legitimidade da África

do Sul como um estado ou o direito de os brancos estarem lá. O acordo queria plenos direitos políticos para a maioria da população, mas não era anticolonial da mesma maneira que na Argélia, por exemplo, em que a independência resultara na expulsão dos colonos franceses.

Para surpresa de alguns, as eleições não eliminaram o Partido Nacional. Na Cidade do Cabo ocidental, seus líderes locais visaram à ampla população de cor asiática,

apostaram nos temores de um governo de maioria negra e conquistaram uma estreita *maioria*. Pode não ter sido muito bonito, mas forneceu um contrapeso pragmático para a maioria absoluta de dois terços do CNA, que ajudava a reafirmar os brancos.

A África do Sul tentou superar seu passado amargo e divisor ao usar uma “comissão de verdade”, presidida pelo arcebispo Tutu, para permitir que os responsáveis por atos violentos de ambos os lados corrigissem um mal-entendido testemunhado em troca da anistia. Somente o ex-presidente Botha recusou-se a colaborar e o estado foi lento em instaurar processo, tal como um resquício do que agora parecia uma era passada.

A extraordinária popularidade de Mandela entre todos os grupos raciais não poderia ser transferida para seu sucessor, Thabo Mbeki, e a política, como de hábito, retornou após Mandela aposentar-se em 1998. Mbeki, que passara boa parte da sua vida adulta fora da África do Sul, enfrentou desafios de ativistas internos do CNA. O desafio para a África do Sul após a transição para o governo da maioria era como abordar os enormes problemas residuais de desigualdade econômica herdados do *apartheid*. Alguns negros haviam ingressado na elite privilegiada, mas os sucessores de Mandela enfrentavam o grave desafio de satisfazer seu vasto eleitorado sem solapar a economia dirigida pelos brancos. É o desafio clássico para supostos revolucionários pacíficos: podem eles continuar a promover mudança em alta escala sem provocar uma crise?

FIGURAS-CHAVE

BIN LADEN. OSAMA (1957-2011)

Sétimo filho de um magnata da construção civil saudita, nascido em 1957, Osama Bin Laden tomou parte na luta antissoviética no Afeganistão após 1984. Ele voltou-se contra seus ex-patrocinadores americanos em 1991, quando tropas dos Estados Unidos vieram aquartelar-se na Arábia Saudita para combater o vizinho Iraque. Depois de vários anos de exílio no Sudão, Bin Laden encontrou refúgio no Afeganistão em 1996. Com outros militantes árabes no exílio ele estabeleceu as bases para a Al Qaeda (Cidadela) fundamentalista islâmica, movimento em cooperação com o regime talibã. Em 1998 mísseis de cruzeiro dos Estados Unidos atacaram estas bases em represália ao atentado às embaixadas americanas no Quênia e Tanzânia assumido pela Al Qaeda. Depois dos ataques a Nova York e Washington de 11 de setembro de 2001, a base de Bin Laden no Afeganistão tornou-se o objetivo de um ataque americano maciço.

BOLÍVAR, SIMÓN (1783-1830)

Nascido numa rica família *criolla* da Venezuela, Bolívar tornou-se o mais proeminente campeão da independência para as colônias latino-americanas da Espanha após 1808.

CASTRO, FIDEL (1927-)

Líder da guerrilha cubana e chefe de estado comunista. Fidel Castro foi atraído para a política radical e ressentia-se do domínio americano de Cuba. Após um período exilado no México em 1956, ele se estabeleceu como líder guerrilheiro, chegando ao poder em 1959. Em 1961, Castro assumiu o posto de primeiro-ministro, que manteve até 1976, quando tornou-se presidente.

CEAUSESCU, NICOLAE (1918-1989)

Líder do Partido Comunista da Romênia desde 1965, Ceausescu foi derrubado e fuzilado na mais dramática das revoluções de 1989.

CROMWELL, OLIVER (1599-1658)

Membro do Parlamento de 1640 a 1653, Cromwell levou o Exército Modelo Novo para o Parlamento na Guerra Civil (1642-1646). Assinou a sentença de morte de Carlos I em 1649, arrebatou o poder político em 1653 e foi nomeado Lorde Protetor da Grã-Bretanha, 1654-1658.

DE VALERA, EAMMON (1882-1975)

De Valera representou um papel de vulto na Insurreição da Páscoa de 1916 e foi eleito líder do Sinn Féin em 1917. Ele liderou a facção contra o Estado Livre na guerra civil irlandesa, mas aceitou o novo estado em 1926, servindo como premiê irlandês de 1932-1948 e de novo nos anos 1950. De Valera orientou a criação da “República Irlandesa” e foi presidente de 1959 até 1973.

FRANCO, FRANCISCO (1892-1975)

General espanhol que liderou o golpe militar contra a República em julho de 1936. Franco consolidou sua posição como caudilho após a vitória em 1939. Ele sobreviveu a Hitler e Mussolini para governar até 1975.

GUEVARA, ERNESTO “CHE” (1928-1967)

Ativista revolucionário nascido na Argentina que se tornou o guerrilheiro mais fotografado do mundo após sua participação na revolução cubana em 1959. Depois de servir como ministro em Cuba até 1965, Che foi para a Bolívia na esperança de fomentar uma revolução similar naquele país, mas em vez disso foi capturado e executado — um martírio que o transformou num mito.

GUILHERME III (1650-1702)

Nascido príncipe de Orange, Guilherme III desposou Maria, a filha protestante do rei católico da Inglaterra Jaime II, e invadiu a Inglaterra em 1688 atendendo aos próceres protestantes que temiam as políticas catolicistas de Jaime II. Reinando em conjunto com sua esposa após 1689, Guilherme III foi o fiador da “Revolução Gloriosa” até sua morte em 1702.

HITLER, ADOLF (1889-1945)

Nascido na Áustria, Hitler entrou para o Exército alemão em 1914, tornou-se ativo em política direitista radical na Alemanha depois de 1919 e foi preso por sua tentativa de golpe em 1923. Membro do Reichstag alemão de 1924-1933, foi nomeado chanceler em janeiro de 1933, centralizando o poder nas suas próprias mãos no ano seguinte. Hitler deflagrou a Segunda Guerra Mundial em setembro de 1939, e posteriormente cometeu suicídio antes da derrota inevitável para os Aliados em abril de 1945.

HO CHI MINH (1890-1969)

Nascido na Indochina francesa, Ho foi para a Europa antes da Primeira Guerra Mundial e ajudou a fundar o Partido Comunista Francês. Ao retornar ao Extremo Oriente via Moscou, trabalhou com os comunistas chineses para derrubar o governo japonês antes de retornar para seu Vietnã natal em 1943. Liderou a luta de libertação contra os franceses de 1945 a 1954 e foi líder do Vietnã do Norte até sua morte.

JEFFERSON, THOMAS (1743-1826)

O principal autor da Declaração de Independência em 1776, Jefferson serviu como presidente de 1801-1809.

KHOMEINI, AIATOLÁ RHULLAH (1902-1989)

Clérigo muçulmano fundamentalista xiita, cujos desafios ao

regime ocidentalizante do xá ocasionaram seu exílio do Irã em 1964. Ele retornou em triunfo em fevereiro de 1979 e permaneceu como figura política e religiosa dominante até sua morte em 1989.

KUN, BELA (1886-1939)

Líder da República Soviética Húngara de curta existência em 1919, Kun fugiu para a União Soviética, onde, como exilado, caiu vítima dos expurgos de Stalin.

LENIN, VLADIMIR ILICH ULYANOV (1870-1924)

Filho de um funcionário do governo, Lenin tornou-se um ativista marxista e líder da maioria ("bolchevique") do Partido Social Democrata da Rússia em 1902. Viveu exilado na Suíça, mas voltou à Rússia em abril de 1917, liderando a revolução comunista em novembro. Chefiou o governo de 1917-1924, porém tolhido pela doença nos anos finais.

LUXEMBURGO, ROSA (1871-1919)

Polonesa de origem judaica, tornou-se uma figura-chave na ala radical do Partido Social Democrata alemão, opondo-se à participação na Primeira Guerra Mundial (com Karl Liebknecht, 1871-1919). Foi assassinada em 15 de janeiro de 1919.

MANDELA, NELSON (1918-2013)

Oriundo de uma família negra relativamente privilegiada da África do Sul, Mandela formou-se em Direito, enquanto a minoria branca no poder estava estabelecendo o sistema de *apartheid*. A partir de 1952, Mandela foi um ativista dos direitos civis, decidindo em 1961 que só a força poderia derrubar o regime sul-africano. Aprisionado de 1963 a 1990, Mandela tornou-se vítima simbólica do *apartheid* e enormes campanhas foram organizadas por sua libertação. Depois de sua soltura em 1990, Mandela ajudou a negociar a transição para as primeiras eleições de voto unitário em

1994, que o levaram a ser eleito para a presidência, cargo que ocupou até 1999.

MAO TSÉ-TUNG (1893-1976)

Nascido em Hunan, Mao Tsé-tung foi um dos fundadores do Partido Chinês em 1921. Como arquiteto das bem-sucedidas campanhas de guerrilha contra o regime nacionalista e os invasores japoneses (1931-1945), Mao tornou-se o modelo para os revolucionários do Terceiro Mundo. Após assumir o poder em 1949, a personalidade autocrática de Mao levou-o a entrar em conflito com outros líderes comunistas enquanto pressionava por políticas radicais e expurgava o partido na Revolução Cultural.

MUSSOLINI, BENITO (1883-1945)

Nascido numa família italiana pobre, foi inteiramente autodidata e um excelente jornalista e político, até que de repente denunciou seu velho pacifismo e radicalismo para tornar-se um defensor da entrada da Itália na Primeira Guerra Mundial em 1914. Depois estabeleceu o primeiro movimento fascista e desenvolveu o novo estilo de ditadura demagógica imitada por Hitler na Alemanha.

NAGY, IMRE (1886-1958)

O comprometimento político do líder comunista húngaro começou como prisioneiro de guerra na Rússia revolucionária após 1917. Depois da ocupação da Hungria pelos soviéticos em 1945, ele tornou-se ministro da Justiça durante o período de expurgo (1948-1953), mas pertenceu à liderança da ala reformista do Partido após a morte de Stalin. Em outubro de 1956, Nagy tornou-se premiê durante a revolução e concordou com medidas radicais antissoviéticas. Depois que as tropas soviéticas ocuparam a Hungria, Nagy foi executado e enterrado secretamente em 1958.

OMAR, MULA MOHAMMED (1957-2013)

Nascido em 1957 em Noudi, perto de Kandahar, Mohammed Ornar estava ainda em treinamento para ser um clérigo islâmico quando a invasão soviética do Afeganistão o transformou num “guerreiro santo”. Ele perdeu um olho combatendo os russos, mas foi só depois que organizou um grupo de estudantes religiosos (talibã) em 1994, para coibir estupro e pilhagem na sua região natal, é que o mulá tornou-se um vulto político. Dentro de dois anos seu movimento ascendeu ao poder em Cabul, embora ele permanecesse em Kandahar, onde, envergando o manto do profeta Maomé, proclamou-se emir. Seu apoio à Al Qaeda, o grupo terrorista internacional de Osama Bin Laden, fez a ira dos Estados Unidos desabar sobre o Afeganistão talibã em 2001, e seu regime foi estilhaçado em dois meses. Até mesmo o próprio mulá Ornar ignorou seus próprios apelos, para ter uma morte de mártir em vez de se render.

ORANGE, PRÍNCIPE GUILHERME DE (1533-1584)

Um dos grandes proprietários de terra nos Países Baixos, Guilherme de Orange renunciou à religião católica e lealdade à dinastia Habsburgo para liderar a luta por liberdade religiosa e independência política após 1568. Assassinado em 1584 por um frade pró-espanhóis, Guilherme de Orange foi o vulto principal na nova República burguesa da Holanda.

ROBSPIERRE, MAXIMILIAN (1758-1794)

Este advogado francês tornou-se um dos republicanos mais radicais após 1789. Originalmente adversário da pena de morte, ele tornou-se o principal proponente do terror em 1793-1794, mas perdeu apoio popular no verão de 1794 e foi ele próprio guilhotinado.

SOARES, MÁRIO (1924-)

Advogado nascido e educado em Lisboa, Soares tentou opor-se ao regime de Salazar, mas foi forçado ao exílio em 1969. Ele

retornou depois da revolução de abril de 1974 e liderou o moderado Partido Socialista, fazendo oposição aos elementos pró-soviéticos mais radicais na política portuguesa. Primeiro-ministro duas vezes (1976-1978 e 1983-1985), foi presidente de Portugal de 1986 a 1995.

TROTSKI, LEON BRONSTEIN (1879-1940)

Nascido numa família judia na Ucrânia e já um revolucionário à idade de 20 anos. De início opôs-se aos bolcheviques de Lenin, mas depois juntou-se a eles em 1917. Ele foi o primeiro comissário exterior soviético encarregado das negociações de paz, em 1917-1918, e depois organizou o Exército Vermelho na Guerra Civil russa, em 1918- 1920. Defensor da “revolução permanente” após a morte de Lenin, perdeu o poder para Stalin. Foi exilado em 1929 e assassinado no México em 1940 por um agente stalinista.

WASHINGTON, GEORGE (1732-1799)

Comandante do Exército Continental na Revolução Americana contra o domínio britânico (1774-1783). Washington foi o primeiro presidente dos Estados Unidos (1789-1797).

YELTSIN, BORIS (1931-2007)

Primeiro líder pós-soviético da Rússia. Nascido na Sibéria, Yeltsin progrediu como chefe do partido na sua Sverdlovsk (agora Ekaterinburg) para juntar-se ao Politburo de Mikhail Gorbachev em 1985 e ser líder comunista da cidade de Moscou até 1987, quando caiu junto com os outros líderes comunistas. Em 1989 voltou à cena ao conquistar uma cadeira no novo Congresso de Deputados do Povo. Em junho de 1991, foi o primeiro presidente diretamente eleito da ainda Rússia soviética, e em agosto representou um papel crucial ao enfrentar o golpe dos linhas-duras que se opunham a Gorbachev. Em dezembro de 1991, Yeltsin selou a ruptura da União Soviética ao tornar-se presidente de uma Rússia independente. Apesar de reeleito em 1996, anos de alcoolismo haviam minado sua saúde e o prematuramente idoso Yeltsin renunciou dramaticamente na véspera

de Ano-Novo de 1999.

ZAPATA, EMILIANO (1879-1919)

Um mestiço carismático de Morelos, Zapata assumiu a causa dos índios sem-terra contra os grandes latifundiários e juntou-se à rebelião contra o presidente Díaz em 1910 apenas para ser abandonado pelos líderes revolucionários depois da vitória e assassinado traiçoeiramente em 1919.

BIBLIOGRAFIA

- Dunn, John. *Modern Revolutions: An Introduction to the Analysis of a Political Phenomenon*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- Goldstone, Jack A. *Revolution and Rebellion in the Early Modern World*. Berkeley: University of California Press, 1991.
- Kimmel, Michael S. *Revolution: A Sociological Interpretation*. Cambridge: Polity Press, 1990.
- Krejci, Jaroslav. *Great Revolutions Compared: The Outline of a Theory*. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf Press, 1994.
- Linz, Juan J. and Stepan, Alfred. *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1996.
- Skocpol, Theda. *States & Social Revolutions: A Comparative Analysis of France, Russia & China*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- Tocqueville, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. Apresentação de Zevedei Barbu. Introdução de J.P. Mayer. Tradução de Yvonne Jean. 2ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- Walt, Stephen M. *Revolution and War*. Ithaca: Cornell University Press, 1996.

CRÉDITO DAS ILUSTRAÇÕES

10-AKG, London; 15-Agence France Presse; 17-Novosti; 21-Kobal Collection/UFA; 25-AKG, London/Erich Lessing/Mauritshuis, The Hague; 31-AKG, London; 32-Bridgeman Art Library/ Leeds Museums and Galleries (City Art Gallery) UK; 37-Bridgeman Art Library/ Trinity College, Cambridge; 38-Bridgeman Art Library/Metropolitan Museum of Art, New York; 41-Hulton Archive; 44-AKG, London/ Private Collection; 48-AKG, London; 55-AKG, London; 56-Novosti (London); 59-Novosti (London); 64-AKG, London; 66-AKG, London; 68-Hulton Archive; 71- AKG, London; 75-Sally and Richard Greenhill; 78-Corbis UK Ltd/Bettmann; 80-Corbis UK Ltd/ Bettmann; 83-Hulton Archive; 85-Associated Press Ltd/Stringer; 89-Popperfoto; 91-Corbis UK Ltd/David David Turnley; 93-Corbis UK Ltd/Bettmann; 95-Corbis UK Ltd/Bettmann; 98-AKG, London; 99-Kobal Collection/Mosfilm; 103-Corbis UK Ltd; 106/107-Corbis UK Ltd/Sergio Dorantes; 112-AKG, London, London/Erich Lessing; 116-Popperfoto; 120-AKG, London; 121-Corbis UK Ltd/(c) Reuters Newmedia Inc; 124-Hulton Archive; 126-Rex Features; 130-Agence France Presse/Edgar Romero; 134-Agence France Presse/Politikens Pressfoto; 144-Popperfoto; 147-Corbis UK Ltd/Bettmann; 150-Corbis UK Ltd; 155-Roger-Viollet/Harlingue-Viollet; 158- AKG, London/Civiche Raccolte d'Arte, Milano; 159-Hulton Archive; 162-Corbis UK Ltd/c Archivio Iconografico SA; 164-AKG, London; 169-Corbis, UK Ltd/(c) Reuters Newmedia Inc; 170-Corbis UK Ltd/ c Bettmann; 174-Popperfoto/Claudia Daut, Reuters; 176-Popperfoto; 180-Corbis UK Ltd/Bettmann; 183-Corbis UK Ltd/Peter Turnley; 186-Corbis UK Ltd/Contemporary African Art Collection; 191-Jon Arnold Images; 192-RMN/A Danvers/Musée des Beaux-Arts, Bordeaux; 195-Bridgeman Art Library/ Musée de la Ville de Paris, Musée Carnavalet/Lauros-Giraudon; 197-Hulton Archive; 202-Kobal Collection/Geffen/Warner Bros; 205-Agence France Presse/ Intercontinentale; 207-Popperfoto; 210-Corbis UK Ltd/Bettmann; 214-Agence France Presse; 217-Corbis UK Ltd/Peter Turnley; 218-Corbis UK Ltd/David Turnley.

LINHA DO TEMPO

1555 Filipe II herda os Países Baixos

Agosto de 1566 Fúria iconoclasta: turbas de protestantes saqueiam igrejas católicas

5 de junho de 1568 Execução de Egmont and Hoorn

Novembro de 1576 Fúria espanhola: tropas amotinadas saqueiam a Antuérpia

Janeiro de 1579 A Espanha convence os católicos holandeses a obedecerem Filipe II enquanto sete províncias rebeldes continuam a luta

26 de julho de 1581 Lei de Abjuração — rebeldes denunciam o direito de Filipe II governar sobre eles

10 de julho de 1584 Assassinato de Guilherme de Orange

1588 Derrota da Armada de Filipe II pela esquadra anglo-holandesa

1609 Trégua entre Espanha e os rebeldes holandeses

1621 Recomeça a guerra

1625 Carlos I sucede a seu pai Jaime I

1629-1640 Os Onze Anos de Tirania: Carlos I governa sem o Parlamento

1639-1640 Guerra de Carlos I contra os escoceses

1641 Começa o parlamento estendido — para ser finalmente dissolvido em 1660

Agosto de 1642 Começa a Guerra Civil

1645 Carlos I derrotado na batalha de Naseby

1646 Carlos I se rende aos escoceses

1648 Expurgo do orgulho do parlamento inglês

5 de abril de 1648 Tratado de Vestfália: a Espanha finalmente aceita a independência holandesa **20-27 de janeiro de 1649** Julgamento de Carlos I

30 de janeiro de 1649 Execução de Carlos I

16 de dezembro de 1653 Oliver Cromwell proclamado Lorde Protetor

3 de setembro de 1658 Morte de Oliver Cromwell

29 de maio de 1660 Restauração da monarquia — Carlos II volta do exílio

1685 Carlos II sucedido por Jaime II

Novembro de 1688 Guilherme de Orange invade a Inglaterra e Jaime II foge para a França **Fevereiro de 1689** Carta dos Direitos e Guilherme e Maria proclamados soberanos conjuntos **1701** Lei do Assentamento— Parlamento decide quem herdará o trono

1707 Lei da União reúne Inglaterra e Escócia sob o Parlamento de Westminster

1763 Vitória britânica na Guerra dos Sete Anos elimina a ameaça francesa às treze colônias na América do Norte **1765** A Lei do Selo

12 de março de 1770 **Massacre de Boston**

16 de dezembro de 1773 Revolta do Chá em Boston

Abril de 1775 Irrompe a guerra entre colonos e as forças britânicas

4 de julho de 1776 Assinada a Declaração de Independência

19 de outubro de 1781 Batalha de Yorktown — derrota decisiva dos britânicos

20 1783 Tratado de Versalhes — Inglaterra reconhece independência americana

17 de setembro de 1787 Constituição americana adotada por convenção constitucional

18 1789 George Washington se torna o primeiro presidente dos Estados Unidos

4 de maio de 1789 Reúnem-se os Estados Gerais

21 de junho de 1789 Juramento do Campo de Tênis: Os Estados Gerais desafiam Luís XVI e se autodeclararam a Assembleia Nacional

14 de julho de 1789 **Tomada da Bastilha**

4 de agosto de 1789 Assembleia Nacional abole o feudalismo

6 de outubro de 1789 Uma turba liderada pelas mulheres de Paris força Luís XVI a deixar Versalhes **Outubro de 1790** Primeira revolta escrava no Haiti contra a elite branca

26 de dezembro de 1790 Assembleia Nacional abole a autoridade do papa na França

15 de maio de 1791 França garante direitos civis a negros libertos

27 de junho de 1791 Fuga da família real para Varennes e sua captura

22 de agosto de 1791 Nova rebelião no Haiti contra proprietários de escravos

10 de agosto de 1792 A turba de Paris invade as Tulherias e a monarquia é suspensa

22 de setembro de 1792 Proclamada a República

23 de janeiro de 1793 Julgamento e execução de Luís XVI

6 de abril de 1793 Estabelecido Comitê de Segurança Pública

29 de agosto de 1793 Toussaint marca um ponto ao abolir a escravidão no Haiti **17 de setembro de 1793** Lei dos Suspeitos estende o Terror

16 de outubro de 1793 Execução de Maria Antonieta

4 de fevereiro de 1794 França abole a escravidão — restaurada por Napoleão em maio de 1802

4 de abril de 1794 Execução do grande orador Georges Danton e de outros ex-líderes revolucionários

5 27-28 de julho de 1794 Golpe de Thermidor contra Robespierre

Outubro de 1795 Estabelecido um diretório de cinco para governar

a República francesa

1798 Franceses ocupam Corfu e ideias revolucionárias se espalham
9 de novembro de 1799 Golpe de estado de Napoleão Bonaparte proclama o fim da revolução

10 de janeiro de 1801 Lei da União incorpora a Irlanda ao Reino Unido

7 de abril de 1803 Toussaint morre em prisão francesa

31 de dezembro de 1803 Haiti declara independência da França

1804 Napoleão coroa a si mesmo “Imperador dos franceses”

Março de 1808 Napoleão ocupa a Espanha — América Latina fica à deriva da autoridade espanhola

25 de março de 1810 Argentina estabelece o primeiro governo independente (junta)

1811-1819 Bolívar lidera guerra de independência na América Latina

6 de julho de 1811 Bolívar inspira Congresso venezuelano a declarar independência

1814 Fundada a “Sociedade Amistosa” nacionalista

1815 Derrota final de Napoleão em Waterloo e retorno da monarquia francesa com tropas estrangeiras

1816 4 de janeiro de 1821 Lord Byron chega a Missolonghi

7 de março de 1821 Ypsilantiyis lidera invasão da Romênia otomana

8 25 de março de 1821 Revolta do Peloponeso contra domínio turco

9 10 de abril de 1821 Turcos prendem o patriarca grego, Grigorius, em Constantinopla **Junho de 1821** Turcos derrotam rebeldes gregos perto da fronteira russa

13 de janeiro de 1822 Proclamadas a independência e a primeira constituição da Grécia **Fevereiro de 1822** Ali Paxá é derrotado e morto

19 de abril de 1824 Lord Byron morre de febre em Missolonghi

24 de dezembro de 1824 Últimos Legalistas espanhóis aceitam independência do Peru

14 de dezembro de 1825 Motim contra Nicolau I

Maio de 1827 Gregos elegem presidente o ex-ministro do Exterior russo, Kapodistrias

20 de outubro de 1827 Esquadra anglo-franco-russa derrota os turcos em Navarino

21 Abril de 1828 Irrompe a guerra entre Turquia e Rússia

5 de julho de 1830 Tropas francesas dominam Argel

17 de dezembro de 1830 Bolívar morre decepcionado com o fracasso em conquistar a unidade Latino-americana

9 de outubro de 1831 Kapodistrias assassinado em Nafplion

10 1832 Convenção de Londres estabelece monarquia na Grécia

11 Fevereiro de 1833 Rei Otto chega à Grécia

1839-1842 Vitória britânica nas Guerras do Ópio humilha a China imperial

Maio de 1844 Constituição liberal
1845-1846 Praga da batata devasta a Irlanda rural
Dezembro de 1847 Karl Marx e Friedrich Engels publicam seu *Manifesto Comunista*
3 de janeiro de 1848 Insurreição contra domínio austríaco tem início em Milão
22 de fevereiro de 1848 Começa a revolta contra Luís Filipe em Paris i
25 de fevereiro de 1848 Proclamada a Segunda República francesa
13 de março de 1848 Metternich foge de Viena para exilar-se em Londres
15 de março de 1848 Parlamento húngaro aprova Leis de Março
18 de março de 1848 Revolução começa em Berlim
18-22 de março de 1848 Combates de rua expulsam exército austríaco de Milão
23 de março de 1848 Proclamada restauração da República de Veneza
24 29 de março de 1848 Rei da Prússia nomeia ministros liberais
25 de abril de 1848 Primeiras eleições democráticas para a Assembleia Nacional na França **18 de maio de 1848** Aberto o Parlamento de Frankfurt
27 de junho de 1848 General Cavaignac reprime rebelião na França
28 5 de dezembro de 1848 Dissolução da Assembleia Constituinte da Prússia
12 de dezembro de 1848 Luís Napoleão Bonaparte eleito presidente da França
Março de 1849 Rei da Prússia rejeita oferta da coroa alemã feita pelo parlamento de Frankfurt **13 de abril de 1849** Kossuth declarado regente da Hungria — queda dos Habsburgos
22 de abril de 1849 Dissolução do Parlamento de Frankfurt
5- 9 de maio de 1849 Tropas prussianas reprimem a revolução em Dresden, Saxônia **1850-1864** A revolução Taiping convulsiona boa parte da China central
6- Fevereiro de 1863 Alexandre II decreta emancipação dos servos na Rússia
7- 1875-1876 O movimento Terra e Liberdade tenta despertar a inquietação camponesa
8- Janeiro de 1876 Porfirio Díaz toma o poder
1º de março de 1881 Assassinato de Alexandre II em São Petersburgo
29 de julho de 1883 Nascimento de Benito Mussolini
20 de abril de 1889 Nasce Adolf Hitler
1º de novembro de 1894 Nicolau II assume o trono
1895 Japão humilha a China na curta guerra por Coreia e Formosa
10 de dezembro de 1898 Cuba declara independência da Espanha

20 de maio de 1902 Espanha reconhece a independência de Cuba
21 Fevereiro de 1904 Irrompe a guerra com o Japão
9 de janeiro de 1905 “Domingo Sangrento” — manifestantes massacrados em São Petersburgo
10 Outubro de 1905 Nicolau II permite um parlamento eleito, a Duma
1907 Formação do Sinn Fein
26 de julho de 1908 Salvador Allende nasce em Valparaíso
1909-1933 Tropas dos EUA ocupam a Nicarágua
1909 Adolf Hitler muda-se da Áustria para a Alemanha a fim de escapar do serviço militar
29 de janeiro de 1909 Estados Unidos se retiram de Cuba
22 de junho de 1910 Díaz reeleito pela última vez
20 de novembro de 1910 Francisco Madero denuncia fraude eleitoral e lança o Plano de San Luis Potosí
Março de 1911 Pancho Villa e Emiliano Zapata começam rebeliões em apoio a Madero
21 de maio de 1911 Díaz concorda em ir para o exílio; Francisco Madero convoca novas eleições
11 de outubro de 1911 Soldados se amotinam em Wuhan — começo da revolução
12 15 de outubro de 1911 Francisco Madero eleito com ampla maioria
13 1912-1914 Parlamento britânico aprova lei da autonomia irlandesa
8 de janeiro de 1912 Estabelecido o Congresso Nacional Africano (CNA)
12 de fevereiro de 1912 Abdicação de Pu-Yi, o último imperador
1913 Sun Yatsen eleito primeiro presidente da China
18-22 de fevereiro de 1913 General Huerta toma o poder e mata Madero e seus irmãos
1º de agosto de 1914 Irrompe a Primeira Guerra Mundial
4 de agosto em 1914 Irrompe a guerra contra a Alemanha, e a autonomia é suspensa
15 de novembro de 1914 Mussolini funda o jornal Il Popolo d'Italia, para defender a intervenção na Guerra Mundial
3 de maio de 1915 Itália entra na Primeira Guerra Mundial
25 de novembro de 1915 Augusto Pinochet nasce em Valparaíso
26 de abril de 1916 Proclamada a república irlandesa — começa o Levante da Páscoa
30 de abril de 1916 Rendem-se os rebeldes sobreviventes
31 de dezembro de 1916 Assassinato de Rasputin
5 de fevereiro de 1917 Constituição mexicana: nenhuma reeleição e artigos anticlericais
5 de março de 1917 Protestos começam nas filas de racionamento em Petrogrado
8 de março de 1917 Protesto feminino nas ruas de Petrogrado inaugura o Dia Internacional da Mulher

15 de março de 1917 Nicolau II abdica — proclamada a República
26 de março de 1917 Abolição da pena de morte na nova República russa
16 de abril de 1917 Lenin volta da Suíça para Petrogrado
9- 7 de novembro de 1917 Guardas Vermelhos tomam o Palácio de Inverno — estabelecido o regime soviético
3 de março de 1918 Rússia soviética assina paz com Alemanha em Brest-Litovsk
4 16 de junho de 1918 Restauração da pena de morte na Rússia soviética
16 de julho de 1918 Assassinato de Nicolau II e sua família em Ekaterinburg
17 18 de julho de 1918 Nascimento de Nelson Mandela
5 de novembro de 1918 Motim na Marinha alemã
9 de novembro de 1918 Kaiser Guilherme foge — república é proclamada
9 de novembro de 1918 Colapso do Império Alemão — fuga do Kaiser Guilherme
14 de novembro de 1918 Alemanha aceita armistício para pôr fim à guerra
19 de dezembro de 1918 Alemães votam para o parlamentarismo em vez de na república ao estilo soviético **23 de dezembro de 1918** Começa a insurreição de Berlim
15 de janeiro de 1919 Assassinada a revolucionária marxista Rosa Luxemburgo
20 de janeiro de 1919 Eleições para o parlamento alemão
21 de janeiro de 1919 Membros do parlamento do Sinn Fein reúnem-se em Dublin como Câmara de Deputados
21 de março de 1919 Bela Kun proclama a república soviética na Hungria
23 de março de 1919 Mussolini estabelece o Partido Fascista
24 6 de abril de 1919 Vida curta da república soviética na Baviera
25 10 de abril de 1919 Assassinato de Emiliano Zapata
4 de maio de 1919 Estudantes se manifestam em Pequim contra imperialismo japonês
28 de junho de 1919 Alemanha assina o Tratado de Versalhes admitindo “culpa de guerra”
10 de agosto de 1919 Bela Kun foge após colapso da república soviética na Hungria
Maio de 1920 Guerra Civil termina com a queda da Crimeia — Brancos fogem para o exterior **Agosto de 1920** Escalada de greves e ocupação de fábricas pelos operários no norte da Itália
5 de setembro de 1920 Álvaro Obregón eleito presidente
3 de janeiro de 1921 Partido Socialista se divide — Partido Comunista é formado

Março de 1921 Rebelião de Kronstadt reprimida. Partido Comunista proclama a Nova Política Econômica (NEP)

Julho de 1921 Partido Comunista Chinês se estabelece em Xangai

11 de julho de 1921 Trégua entre os britânicos e as forças irlandesas

6 de dezembro de 1921 Tratado Anglo-Irlandês define posição do Estado Livre da Irlanda

16 de junho de 1922 Eleição geral do Estado Livre Irlandês — mulheres com direito a voto

27-28 de outubro de 1922 Camisas-pretas ocupam prédios públicos

29 de outubro de 1922 O rei nomeia Mussolini primeiro-ministro

31 de outubro de 1922 Camisas-pretas marcham em triunfo através de Roma — Mussolini toma posse

26 de maio de 1923 Cessar-fogo: IRA diz a seus homens para jogar fora as armas

21 de junho de 1923 Pancho Villa é assassinado

13 de agosto de 1923 Direitista Gustav Stresemann designado chanceler da Alemanha — seguem-se diversas manifestações marxistas

13 de setembro de 1923 Primo de Rivera é feito ditador pelo rei Afonso XIII

2 de novembro de 1923 Exército alemão age contra comunistas na Turíngia

9 de novembro de 1923 *Putsch* da Cervejaria de Hitler fracassa em Munique

10 Janeiro de 1924 Morte de Lenin

17 de junho de 1924 Membros da oposição boicotam Parlamento

3 de janeiro de 1925 Mussolini se proclama ditador

14 de março de 1925 Morte de Sun Yatsen

20 de março de 1926 Chiang Kai-shek dispensa todos os consultores soviéticos

31 de julho de 1926 “Suspensa” a prática do catolicismo. Irrompe a rebelião dos “cristeros” (dura até junho de 1929)

11 de abril de 1927 *Kuomintang* expurga suspeitos de comunismo

18 de julho de 1928 Obregón assassinado um dia após forçar sua reeleição ilegal

19 Dezembro de 1928 Proclamado Primeiro Plano Quinquenal — coletivização forçada

1929 Exílio de Trotski

12 de fevereiro de 1929 Pacto de Latrão com o papa cria o estado do Vaticano

20 de dezembro de 1929 Comemorado 50º aniversário de Stalin — início do culto da personalidade

Janeiro de 1930 Primo de Rivera renuncia e morre pouco depois

14 de abril de 1931 Rei Afonso XIII deixa a Espanha — proclamada a República

15 18 de setembro de 1931 Japão começa a ocupação da Manchúria

6 de julho de 1932 Antonio Salazar designado primeiro-ministro com poderes ditatoriais

7 30 de janeiro de 1933 Adolf Hitler designado chanceler da Alemanha

27 de fevereiro de 1933 Incêndio do Reichstag — pretexto de Hitler para banir os comunistas

2 de maio de 1933 Proibidos os sindicatos — apenas a Frente Trabalhista Nazista fica isenta

1934 Augusto Sandino assassinado por Anastasio Somoza, pai

30 de junho de 1934 Noite das Facas Longas — Hitler elimina rivais nazistas

2 de agosto de 1934 Morre o presidente von Hindenburg — Hitler assume o poder

Outubro de 1934 Brutalidade de Franco reprime greve mineira nas Astúrias

16 de outubro de 1934 — 5 de dezembro de 1995 A Longa Marcha

17 2 de outubro de 1935 Itália invade Etiópia

18 de fevereiro de 1936 Partidos da Frente Popular vencem as eleições gerais

19 26 de abril de 1936 Aviões nacionalistas bombardeiam cidade basca de Guernica

5 de maio de 1936 Exército italiano captura Addis-Abeba. Mussolini proclama um novo Império Romano

8 de maio de 1936 Azana eleito presidente da República

15 de julho de 1936 Assassinato de Calvo Sotelo dá um pretexto aos golpistas

16 18 de julho de 1936 Início da revolta militar — Franco voa para a Espanha

1º de outubro de 1936 Franco é proclamado “Generalíssimo”

12-15 de dezembro de 1936 Chiang mantido prisioneiro por tropas amotinadas

7 de julho de 1937 Japão invade a China

20 de março de 1938 O presidente Cárdenas nacionaliza companhias petrolíferas estrangeiras

28 de março de 1939 Madri cai frente às forças de Franco — fim da guerra civil

29 1º de abril de 1939 Estados Unidos reconhecem o governo de Franco

23 de agosto de 1939 Pacto Nazi-Soviético assinado em Moscou — sinal verde para a guerra

9 de novembro de 1939 “Kristallnacht” — perseguição aos judeus alemães

10 Junho de 1940 Japão ocupa a Indochina francesa

11 de junho de 1940 Mussolini declara guerra à Inglaterra e à França

27 de julho de 1940 Mussolini preso pelo rei Vítor Emanuel —

colapso do regime fascista **10 de outubro de 1940** Fulgencio Batista eleito presidente (até 1944)

16 de setembro de 1941 O pai do xá é deposto pelos britânicos e o jovem Mohammed Reza Pahlavi é instalado como governante do Irã

8 de setembro de 1943 Itália se rende aos Aliados — Alemanha invade a Itália

1944 Dubcek volta à Eslováquia depois de trabalhar como intérprete para o Exército Vermelho **Abril de 1945** Portugal entra em guerra contra a Alemanha nazista e é admitido como membro fundador das Nações Unidas

28 de abril de 1945 Mussolini capturado e executado pela Resistência italiana

17 de agosto de 1945 Japão se rende aos aliados após lançamento da bomba atômica

18 2 de setembro de 1945 Ho Chi Min proclama independência do Vietnã

1946 Estabelecido o PRI, governando até a eleição de Vicente Fox em julho de 2000

1946 Partido Comunista dura até os Pequenos Arrendatários nas eleições gerais

Fevereiro de 1948 Partido Comunista Tcheco solidamente estabelecido

Março de 1948 O ministro do Exterior não comunista, Jan Masaryk, morre sob circunstâncias suspeitas

Maio de 1948 Partido Nacional vence com nítida maioria

1ª de outubro de 1949 Proclamação da República Popular da China

10 de outubro de 1949 Zona de ocupação soviética declarada República Democrática Alemã **Maio de 1951 — agosto de 1953** Luta pelo poder entre o xá e o premiê Mossadeq

11 Março de 1952 Ben Bella funda Frente de Libertação Nacional (FLN)

10 de março de 1952 Batista toma o poder

Março de 1953 Morte de Clement Gottwald, líder stalinista

6 de março de 1953 Anunciada a morte de Stalin

17 de junho de 1953 Russos reprimem insurreição operária em Berlim Oriental

18 26 de julho de 1953 Guerrilheiros de Castro atacam quartel de Moncada, em Santiago **16-19 de agosto de 1953** Golpe organizado pela CIA traz o xá de volta ao Irã após um breve exílio **21 de novembro de 1953** Paraquedistas franceses fixam uma base em Dien Bien Phu

1954 Golpe patrocinado pela CIA derruba o presidente Arbenz da Guatemala

1955 **13 de março — 7 de maio de 1954** Dien Bien Phu é sitiado

20 de julho de 1954 Acordo de Genebra estabelece independência no Vietnã e sudeste asiático **1º de novembro de 1954** Começa a insurreição argelina

1956 Formação do Pacto de Varsóvia

28 de outubro de 1955 Proclamada a República do Vietnã (do Sul)

1957 Anastasio Somoza é assassinado

23 de fevereiro de 1956 Khrushchev denuncia Stalin no 20º Congresso

20 de julho de 1956 Consultores soviéticos forçam Rakosi a renunciar como líder do Partido **6 de outubro de 1956** Funerais das vítimas de expurgo — 300 mil manifestantes

23 de outubro de 1956 Manifestantes ocupam prédios públicos em Budapeste

24 de outubro de 1956 Primeiro conselho de trabalhadores estabelecido em Budapeste

25 de outubro de 1956 Janos Kadar designado primeiro-secretário do Partido Comunista

29 de outubro de 1956 Formação de um governo de unidade nacional

29 de outubro de 1956 Inglaterra e França invadem o Egito — crise de Suez perturba o Ocidente

30 de outubro de 1956 Declaração do governo soviético

1º de novembro de 1956 Nagy declara a Hungria neutra e abandona o Pacto de Varsóvia

4 de novembro de 1956 Forças soviéticas atacam Budapeste — Kadar na rádio soviética

6 de novembro de 1956 Esmagada a resistência húngara

2 de dezembro de 1956 Irmãos Castro voltam a Cuba com Che Guevara

13 de maio de 1958 General Massu começa o golpe em Argel

21 de maio de 1958 O general De Gaulle assume o poder na França

16 de junho de 1958 Nagy e outros líderes da revolução são executados

22 de setembro de 1958 Governo provisório formado pela FLN no Cairo

23 1º de janeiro de 1959 Batista foge para República Dominicana

2 de janeiro de 1959 As forças de Castro marcham para Havana

7 de fevereiro de 1959 Castro proclama a república socialista

13 de fevereiro de 1960 Primeira bomba atômica francesa é testada no Saara argelino

21 de março de 1960 Massacre de Sharpeville — manifestantes negros pelos direitos civis são massacrados pela polícia

15 de abril de 1961 Fiasco da baía dos Porcos

22-25 de abril de 1961 Tentativa de golpe contra De Gaulle pelo

general Salan

13 de agosto de 1961 Construção do Muro de Berlim

1962 Remoção da estátua de Stalin sobranceira a Praga

10- 19 de março de 1962 Conversações de Evian e libertação de Ben Bella

3 de julho de 1962 Independência da Argélia

4 22-28 de outubro de 1962 Crise dos mísseis em Cuba

Setembro de 1963 Sistema unipartidário estabelecido na Argélia por referendo

Novembro de 1963 Assassinato do presidente Dien por generais apoiados pela CIA

1964 Allende concorre à presidência e não consegue se eleger

11 de junho de 1964 Mandela condenado à prisão perpétua

2 de agosto de 1964 Incidente do golfo de Tonkin usado para justificar entrada dos Estados Unidos na guerra

3 Novembro de 1964 Iraque exila o aiatolá Khomeini

21 de junho de 1965 Ben Bella derrubado por um golpe — fica preso até 1979

22 18 de abril de 1966 Mao desencadeia a Revolução Cultural (até 1976)

1967 Democratas-cristãos aprovam lei de reforma agrária de Allende

5 de janeiro de 1968 Dubcek eleito primeiro-secretário do Partido Comunista da Tchecoslováquia

6 29 de janeiro de 1968 Ofensiva do Tet — dura até 25 de fevereiro de 1968

23 de março de 1968 Primeiro aviso dos líderes do Pacto de Varsóvia para Dubcek não tolerar o pluralismo

24 6 de abril de 1968 O Partido Comunista adota programa de ação tendo em mente a reforma

27 de junho de 1968 Publicado documento da oposição com “2 mil palavras”

21 de agosto de 1968 Forças soviéticas ocupam a Tchecoslováquia e prendem líderes do Partido Comunista

22 de agosto de 1968 Congresso convoca greve geral

26 de agosto de 1968 Dubcek retorna de Moscou

Setembro de 1968 Salazar transfere seus poderes para o Dr. Marcelo Caetano

4 de setembro de 1969 Morte de Ho Chi Minh

Abril de 1970 Forças dos Estados Unidos invadem o Camboja

5 de maio de 1970 Quatro manifestantes antibélicos morrem baleados na Kent State University, Ohio

6 Junho de 1970 Dubcek expulso do Partido e relegado ao posto de agente florestal

4 de setembro de 1970 Allende eleito presidente com 36,3% dos

votos

25 de outubro de 1970 Congresso chileno confirma a eleição de Allende

26 3 de novembro de 1970 Allende toma posse como presidente do Chile

27 de janeiro de 1973 Acordo de Paris assinado para pôr fim ao conflito

Março de 1973 Adeptos de Allende vencem com 44% a eleição para o Congresso **26 de maio de 1973** Corte Suprema se vê contra o governo de Allende

30 de junho de 1973 Golpe prematuro em Santiago, a “tanqueada”

17 de julho de 1973 O rei Zahir Shah é derrubado pelo primo Daud, que proclama a república

22 de agosto de 1973 Congresso condena atos ilegais da Unidade Popular

23 de agosto de 1973 Allende nomeia Pinochet chefe do Exército **11**

de setembro de 1973 Allende morre em um golpe militar

23 de dezembro de 1973 A elevação do preço do petróleo pela OPEP incentiva a megalomania do xá

24 de abril de 1974 O presidente Caetano é derrubado pelo exército

19 de maio de 1974 Spínola designado presidente

31 de setembro de 1974 Costa Gomes substitui Spínola como presidente

30 de abril de 1975 Saigon capturada pelo Vietnã do Norte — rebatizada como Cidade de Ho Chi Minh

25 de junho de 1975 Portugal concede independência a Moçambique

26 10 de novembro de 1975 Portugal concede a independência de Angola

27 de novembro de 1975 Tomada comunista frustrada pelo exército e socialistas

25 de abril de 1976 Primeiras eleições democráticas desde o estabelecimento da ditadura em 1928

20 de junho de 1976 Início da greve estudantil em Soweto

21 9 de setembro de 1976 Morte de Mao Tsé-tung

16 de junho de 1976 Início da greve estudantil em Soweto

2-4 de agosto de 1977 Greve dos mineiros no vale do Jil — Ceausescu negocia com eles

17 de setembro de 1977 Polícia mata o ativista negro Steve Biko

27 de abril de 1978 Comunistas tomam o poder em golpe contra o presidente Daud

23 de agosto de 1978 Sandinistas tomam como refém o parlamento de Somoza

7 de janeiro de 1979 O exército vietnamita captura Phnom Penh e obriga Pol Pot a entrar na clandestinidade

16 de janeiro de 1979 Xá deixa o Irã

10 de fevereiro de 1979 Aiatolá Khomeini volta ao exílio em Paris

23 de junho de 1979 A guarda de Somoza mata o correspondente da ABC, Bob Stewart

19 de julho de 1979 Sandinistas invadem Manágua após a fuga de Somoza

4 de novembro de 1979 Estudantes ocupam embaixada americana em Teerã

24 de dezembro de 1979 Forças soviéticas invadem o Afeganistão

27 de dezembro de 1979 Presidente Amin assassinado e substituído por Babrak Kamal

24 de março de 1980 Assassinado o arcebispo Oscar Romero

Abril de 1980 Crise Mariel: primeira onda de emigração em massa desde a revolução

17 de setembro de 1980 Anastasio Somoza assassinado no exílio no Paraguai

18 22 de setembro de 1980 Iraque invade o Irã

28 de março de 1982 O partido direitista ARENA vence as eleições de El Salvador

13 de agosto de 1982 Últimos resquícios do poder político militar removidos da constituição

5 de novembro de 1984 Daniel Ortega eleito presidente da Nicarágua

Maio de 1986 Babrak Kamal permanece na União Soviética para “tratamento médico”, e o chefe de segurança, Mohammed Najibulah, torna-se presidente

1987 Milosevic defende sérvios no Kosovo — torna-se herói nacional **Outubro de 1988** Greves de protesto contra domínio da FLN

Fevereiro de 1989 Introduzido o sistema multipartidário

14 de fevereiro de 1989 Aiatolá Khomeini decreta a *fatwa* contra Salman Rushdie

15 de fevereiro de 1989 Últimas tropas soviéticas deixam o Afeganistão

3 de junho de 1989 Morte do aiatolá Khomeini

16 de junho de 1989 Nagy reenterrado com honras plenas

28 de junho de 1989 Milosevic realiza comício-monstro pelo 600º aniversário no Kosovo **Julho de 1989** Começa a guerra civil

6 de julho de 1989 Morte de Janos Kadar

20 de setembro de 1989 F. W. de Klerk substitui P. W. Botha como presidente

7 de outubro de 1989 40º aniversário da República Democrática Alemã

9 de outubro de 1989 Multidão enorme em Leipzig canta “Nós somos o povo”

19 de outubro de 1989 Renúncia de Honecker, substituído por Egon Krenz

4 de novembro de 1989 Enorme manifestação em Berlim Oriental

5 9 de novembro de 1989 Abertura do Muro de Berlim

11 de novembro de 1989 Fracassa a última ofensiva da FMLN em El Salvador

12 18 de novembro de 1989 Renúncia do Politburo

Dezembro de 1989 Exército cancela eleições para impedir vitória islâmica (FIS); começa a guerra civil **6 de dezembro de 1989** Democracia restaurada no Chile — Patricio Aylwin eleito presidente

16 de dezembro de 1989 Multidões se reúnem à porta da casa de László Tókes

18 de dezembro de 1989 Ceausescu viaja para o Irã em visita oficial

21 de dezembro de 1989 Discurso de Ceausescu interrompido pela multidão de Bucareste

22 de dezembro de 1989 Nicolae e Elena Ceausescu fogem, mas são capturados

25 de dezembro de 1989 Julgamento e execução do casal Ceausescu

2 de fevereiro de 1990 Suspenso banimento do CNA

12 de fevereiro de 1990 Nelson Mandela libertado da prisão

25 de fevereiro de 1990 Violetta Chamorro eleita presidente na Nicarágua

26 18 de março de 1990 Eleições livres produzem maioria pró-unificação

24 de maio de 1990 Frente de Salvação Nacional conquista a maioria nas eleições, Ion Iliescu confirmado como presidente

13-14 de junho de 1990 Ion Iliescu lança mineiros contra estudantes em protesto em Bucareste **1º de julho de 1990** União monetária entre as duas Alemanhas

3 de outubro de 1990 Unificação das duas Alemanhas como um único estado

9 de março de 1991 Reprimidas manifestações anticomunistas em Belgrado

13 de junho de 1991 Boris Yeltsin primeiro presidente democraticamente eleito da Rússia

14 25 de junho de 1991 Eslovênia declara independência — Iugoslávia se desintegra

15 19-22 de agosto de 1991 Golpe linha-dura contra Gorbachev na Rússia

8 de dezembro de 1991 Presidente Yeltsin, da Rússia, Kravchuk, da Ucrânia, e Shushkevich, da Bielo-Rússia formam a Comunidade de Estados Independentes

27 de dezembro de 1991 Mikhail Gorbachev renuncia — fim da União Soviética

28 de dezembro de 1991 Abolição da União Soviética

29 1992-1995 Guerra da Bósnia leva ONU a impor sanções à Iugoslávia

10 de janeiro de 1992 Fim do controle de preços na Rússia — começa a “terapia de choque”

15 de abril de 1992 *Mujahedin* capturam Cabul — Afeganistão proclamado um “estado islâmico”

25 de maio de 1992 Lutas entre as forças de Hikmatyr e os *mujahedin* em Cabul dão início a mais quatro anos de guerra civil

25 de setembro — 4 de outubro de 1993 Forças de Yeltsin sitiavam Casa Branca de Moscou

1994 Irrompe a rebelião zapatista em Chiapas

30 de abril de 1994 Primeira eleição com sufrágio universal — CNA vence com 66%

10 de maio de 1994 Mandela juramentado como presidente da África do Sul

Outubro de 1994 Primeira aparição de combatentes do talibã no sul do Afeganistão — eles se opõem a todas as outras facções

24 de novembro de 1995 Acordo de Dayton assinado por Milosevic põe fim à guerra na Bósnia

4 de abril de 1996 O mulá Ornar, envolto num manto do Profeta, é proclamado emir (líder espiritual) do Afeganistão

9 de maio de 1996 Adotada a constituição

26 de setembro de 1996 Talibã captura Cabul e lincha o ex-presidente comunista Najibullah

Novembro de 1996 — janeiro de 1997 Manifestações maciças em Belgrado

Fevereiro de 1997 Parlamento reconhece vitória da oposição nas eleições municipais

15 de julho de 1997 Milosevic eleito presidente da República Federal da Iugoslávia

16 de junho de 1998 Thabo Mbeki sucede Mandela

20 de agosto de 1998 Ataques aéreos dos Estados Unidos sobre o Afeganistão em represália aos atentados da Al-Qaeda às embaixadas no Quênia e Tanzânia em 7 de agosto de 1998

16 de outubro de 1998 Preso em Londres o senador Pinochet

24 de março de 1999 Câmara dos Lordes britânica nega a Pinochet “imunidade soberana”

25 de novembro de 1999 — 28 de junho de 2000 Caso Elian Gonzalez

Janeiro de 2000 Boris Yeltsin renuncia e aponta Vladimir Putin como seu sucessor

3 de março de 2000 Pinochet volta ao Chile e é julgado por assassinato e sequestro

23 de março de 2000 OTAN bombardeia Iugoslávia

24 de setembro de 2000 Primeiro turno de votação para presidência

da Iugoslávia

5 de outubro de 2000 Turba em protesto ocupa parlamento federal em Belgrado

6 de outubro de 2000 Milosevic reúne-se com Kostunica e renuncia

Dezembro de 2000 Toma posse Vicente Fox, primeiro presidente não pertencente ao PRI **Março de 2001** Milosevic preso por corrupção e abuso de poder

9 de setembro de 2001 Homens-bomba disfarçados como jornalistas assassinam o xá Massoud **11 de setembro de 2001** Adeptos de Bin Laden sequestram quatro aviões comerciais americanos para atacar Nova York e Washington

7 de outubro de 2001 Começam ataques aéreos dos Estados Unidos

Meados de novembro de 2001 Forças do talibã se desintegram —
Cabul cai para a Aliança do Norte apoiada pelos Estados Unidos

Publisher
Kaíke Nanne

Editora executiva
Carolina Chagas

Editora de aquisição
Renata Sturm

Coordenação de produção
Thalita Aragão Ramalho

Produção editorial
Jaciara Lima

Revisão
Jacqueline Gutierrez
Raquel Corrêa
Thamiris Leiroza

Pesquisa iconográfica
Mônica Souza Cristiane Brito

Diagramação
Filigrana

Capa
Fred Birchall

Este livro foi impresso no Rio de Janeiro, em 2016, pela Edigráfica para a HarperCollins Brasil.

A fonte usada no miolo é Trade Gothic LT Std , corpo 10/15. O papel do miolo é Offset 75g/m², e o da capa é cartão 250g/m